

ISSN 1518-9325

LIBERTAS

Revista do Serviço Social

jul/dez - 2002
v. 2 - n. 2
jan/dez - 2003
v. 3 - n. 1 e n. 2

UM CONVITE A VOCÊ PARA CONHECER O MST

Maria Lúcia Duriguetto*
Francinelly Aparecida Mattoso**

RESUMO

O presente artigo objetiva pontuar alguns elementos que peculiarizam a formação do Movimento dos Sem-Terra (MST) relativos ao seu processo organizativo; dinâmica de funcionamento interno; objetivos e instâncias de capacitação teórica, política e cultural. Sem pretensões analíticas maiores, é apenas uma pequena contribuição para um necessário mergulho no universo do movimento popular de maior expressão na atualidade brasileira.

Palavras-chave: MST; organização; funcionamento interno.

HISTÓRICO DO MOVIMENTO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) expressa um campo de luta das classes subalternas na sociedade civil brasileira de enorme impacto político. O MST segue com as lutas dos negros escravizados que, com seus quilombos, mobilizaram-se reivindicando por uma sociedade livre. Mantém viva a luta de Canudos, do Contestado e do Cangaco no final do século XIX e início do século XX. O MST continua a luta dos trabalhadores rurais que compunham as ligas camponesas, que nas décadas de 50 e 60, resistiam ser expulsos das terras em que viviam e trabalhavam, até as ligas serem dissolvidas pela ditadura militar.

Sua origem está, assim, em vários lugares e sua trajetória é formada por muitos acontecimentos de disputa e ocupação de terras que se intensificaram sobretudo a partir de 1978, no bojo das reivindicações pela redemocratização. Segundo Stedile (1999), o principal fator da ascensão da luta pela terra foi o modelo de desenvolvimento capitalista adotado durante o regime militar que objetivava acelerar a modernização do campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, desenvolvendo uma política agrícola que privilegiava as grandes empresas nacionais e estrangeiras em detrimento do pequeno produtor rural.

A ditadura dispunha de um projeto de "reforma agrária" denominado de "Estatuto da Terra", revelando-se enquanto "um instrumento para controlar as lutas

* Professora Adjunta da FSS/UFIF; Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRRJ.

** Graduanda em Serviço Social pela FSS/UFIF; Monitora da disciplina Classes e Movimentos Sociais I no 2º semestre de 2003 e no 1º semestre de 2004.

sociais, desarticulando os conflitos por terra" (FERNANDES, 1999, p. 33). Segundo Oliveira (2000: 55):

...o Estatuto da Terra pode ser considerado mais como uma lei de desenvolvimento rural do que propriamente uma lei de reforma agrária. Não preconizava a destruição do latifúndio, mas uma modernização conservadora do próprio latifúndio.

Dessa forma, os governos militares utilizaram o discurso da reforma agrária para atender aos interesses do empresariado nacional e internacional, evitando que os setores excluídos tivessem acesso à terra, fortalecendo a propriedade capitalista no campo, sem alterar a estrutura fundiária até então.

Este modelo de desenvolvimento provocou transformações na agricultura brasileira gerando desemprego e migração dos camponeses para as cidades. Desamparados, os camponeses tomaram a decisão de "tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões em que viviam" (STEDILE, 1999, p. 17).

Outras determinações econômicas que influenciaram o surgimento dos movimentos dos trabalhadores rurais neste período foram o desenvolvimento da agricultura através de uma rápida modernização nas relações de produção no campo, retirando a possibilidade de milhões de brasileiros com raízes no mundo rural viverem da agricultura, bem como a migração forçada das famílias pobres do campo, obrigadas a entregarem suas terras para pagar dívidas de empréstimos bancários, ficando estas sem seus meios de sobrevivência.

No nordeste, ao contrário, o problema não foi a tecnologia, mas a falta dela para desconcentrar a terra e possibilitar o uso da água na irrigação do sertão; as longas estiagens e as promessas de emprego nos grandes centros urbanos fizeram com que muitos nordestinos deixassem suas cidades e fossem "tentar a sorte" sobretudo nas metrópoles brasileiras.

Como reflexo desse contexto sócio-político e econômico, os conflitos de terra multiplicaram-se, surgindo inúmeros movimentos sociais rurais¹. Essas lutas apareceram como algo relativamente novo, impulsionadas principalmente pela atuação da Igreja Católica, por meio do protagonismo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)², pelo apoio de partidos políticos de esquerda e do novo sindicalismo em ascensão.

1 Segundo Grzybowski (apud STEDILE, 1991, p. 285), alguns autores destacam que os movimentos sociais rurais no Brasil apresentam um potencial democratizador tanto no nível das suas próprias organizações, seus espaços imediatos de trabalho e vida, como no nível das relações e práticas político-institucionais em que se inserem. Dessa forma, se faz necessário levar em consideração, nas condições históricas brasileiras, as potencialidades democratizadoras dos movimentos rurais para a edificação de uma outra ordem social. Na história brasileira, as mobilizações de trabalhadores rurais têm variado muito ao longo do tempo. No pós-45, foram se alterando momentos de grandes mobilizações e de "crise". No processo de suas organizações e mobilizações, avanços e recuos podem ser evidenciados em suas dinâmicas internas e externas: a constância das lutas localizadas, concretas e os problemas que lhes originam; soluções parciais a demandas específicas e divisões internas oriundas de opções político-estratégicas ou de derrota destes movimentos.

2 A CPT é um organismo pastoral ecumênico vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Foi criada em 1975 em Goiânia (GO) e estendeu suas atividades para os estados onde havia conflitos de terra.

Nesse contexto de efervescência das lutas no campo foram marcos a ocupação, em 1979, da fazenda Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, e da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, em Santa Catarina (REVISTA SEM TERRA, nº 22, p. 37). Já em São Paulo, um conflito na fazenda Primavera, em Andradina, resultou na ocupação por mais de trezentas famílias. Também em outros estados do país, as famílias de trabalhadores rurais passam a organizar-se reivindicando o direito à terra. A partir de 1981, os trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos nas lutas nos diferentes estados, sindicalistas e agentes pastorais começam a articular suas reivindicações, o que se materializará na realização, em janeiro de 1984 em Cascavel, no Paraná, do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nascia, oficialmente, o MST.

ORGANIZAÇÃO INTERNA E DEMANDAS DE LUTA

Sem existir juridicamente, mas monopolizando as atenções do governo quando o assunto é reforma agrária, o MST tem como objetivo principal eliminar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural brasileiro, configurando-se como suas grandes aspirações a conquista da terra, a reforma agrária e a transformação da sociedade. Uma reforma agrária no sentido claro de desconcentrar a propriedade da terra, de reorganizar a produção de alimentos para o mercado interno, de garantir melhoria da renda e condições de vida para a população rural. Dessa forma, luta pelo fim dos latifúndios improdutivos e da concentração da propriedade da terra. Questões regionais como a democratização da água nas áreas de irrigação do Nordeste, a defesa da riqueza da biodiversidade na Amazônia, a punição de todos os assassinos de trabalhadoras e trabalhadores rurais e o acesso à educação e saúde a todos do campo constituem também aspirações do Movimento. Seu papel é o de organizar os trabalhadores do campo para que se conscientizem de seus direitos, se mobilizem e lutem (Cf. www.mst.org.br).

Uma das principais conquistas do MST no campo político tem sido a de recolocar o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado brasileiro. Essa conquista é fruto das inúmeras ocupações, audiências junto aos órgãos públicos, marchas, congressos e pressões que ganham repercussão nacional e internacional pelos exemplos de resistência e pela capacidade propositiva³.

○ que chama a atenção no Movimento é a sua capacidade de congregar famílias pobres, semianalfabetas, dentro de uma estrutura organizada, dinâmica, disciplinada, e com surpreendente capacidade de mobilização.

3 ○ MST não é o único movimento de luta pela reforma agrária em atividade, sendo responsável por um terço das ocupações de terras realizadas no Brasil desde 1996, e representa aproximadamente dois terços das famílias acampadas e recenseadas desde aquele ano. Fernandes (1999) apresenta outros movimentos que também lutam pela terra e estão em atividade no país. Dentre eles, pode-se citar: Movimento de Luta pela Terra (MLT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS); Movimento da Libertação dos Sem Terra (MBST); Liga Operária Camponesa (LOC); Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST); Movimento Unificado dos Sem Terra (MUJST), entre outros.

Hoje o MST está organizado em 23 estados brasileiros⁴. Grande parte dos trabalhadores assentados se organizam em torno de cooperativas e associações coletivas e semicoletivas, associadas às centrais estaduais ligadas à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). A elevação da renda das famílias assentadas é realidade em muitos assentamentos, sobretudo onde as agroindústrias se desenvolveram⁵.

São desenvolvidas várias formas de organizar os assentamentos, como a formação de grupos, associações, cooperativas e comunidades camponesas. Procura-se, assim, combinar moradia, trabalho e organização social.

Através da organização de base prioriza-se a participação de todas as pessoas. Nos Estados, cada região possui uma direção de onde saem representantes que compõem a Direção Estadual, além de existirem as coordenações regionais, a coordenação estadual e os "setores". Os setores são coletivos de pessoas que se dedicam a pesquisar, planejar e organizar as tarefas que dizem respeito àquela área de atuação. Como exemplos de setores prioritários, pode-se citar os de "frente de massas" e o de "educação". Bogo (2003, p. 78) afirma:

...o MST, em sua teoria da organização, entende que deve ter uma dupla estrutura, ou seja, ser um forte movimento de massas, mas dentro deste deve haver uma estrutura organizativa que dê sustentação ao movimento, transformando-se assim, em uma organização de massas em que todas as pessoas participam. Por isso é que se dá muita importância à constituição das instâncias, dos setores e dos núcleos.

Realiza-se a cada dois anos o Encontro Nacional, e a cada cinco anos o Congresso Nacional, os quais configuram-se em momentos de discussão em que são traçados objetivos e delimitados certos princípios que devem ser assimilados pelo Movimento.

Um princípio considerado de fundamental importância nas escolhas dos representantes é o da unidade política, havendo uma profunda sintonia interna vinda das bases espalhadas pelo país. Observa-se, ainda, que qualquer decisão, para ser tomada, deve antes passar por uma profunda avaliação. Princípios que também se mostram relevantes são o da crítica e o da autocrítica.

No que se refere ao desenvolvimento da organização interna e sua articulação com as demais instâncias evidenciam-se os seguintes aspectos: a estrutura da organização deve estar referenciada ao controle do espaço geográfico; estas devem ser responsabilizadas pelos gastos que ocorrem para se fazer uma mobilização ou encontro; os encontros devem cumprir duas funções: discutir as questões internas e mobilizar as massas; as decisões devem ser encaminhadas com a participação das bases.

4 O MST não está organizado nos seguintes estados: Amazonas, Roraima, Acre e Amapá.

5 Em 1992, foi criado, pelo MST, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que reúne 45 cooperativas de produção agropecuária, cooperativas regionais de comercialização e dezenas de associações e cooperativas centrais em diferentes estados. O SCA é congregado à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab), que mantém em Veranópolis (RS), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itera), que vem contribuindo para a implantação de assentamentos altamente produtivos.

Quanto à estrutura dos acampamentos, existem os núcleos de "barracas". Formados por cerca de dez famílias, esses núcleos se organizam para discutir os problemas do acampamento, além de existirem outras comissões como: coordenação geral, comissão de limpeza, alimentação, negociação, segurança, etc; sendo que para cada necessidade organiza-se uma comissão procurando envolver o maior número de pessoas possível. Assim, tal estrutura ratifica o fato de que, no MST, todos têm o direito de apresentar idéias e opiniões. No que diz respeito a esse aspecto, Bogo (2003, p. 73) observa que:

...quando há mobilizações, as famílias são convocadas a enviar representantes eleitos pelo núcleo. O número varia, mas geralmente deve participar das mobilizações o correspondente a uma pessoa por família. Antes de se fazer uma assembléia no assentamento, se reúne cada núcleo de família para discutir os pontos de pauta e, depois, na assembléia se toma a decisão conscientemente.

Na estrutura do trabalho de base tem-se o grupo motor, que é organizado em cada município com pessoas representativas e com disponibilidade para organizar um grupo que fique responsável por convocar e realizar as reuniões.

O grupo motor, com mais alguns representantes dos grupos ou comunidades, compõe a Comissão Municipal dos sem terra, encarregada de realizar as reuniões e organizar as Assembléias Municipais, onde se reúnem todos os grupos que existem no município. Os representantes do setor de Frente de Massas se responsabilizam por organizar o Encontro Regional, com representantes de todos os municípios, e acompanhar o trabalho passo a passo. (BOGO, 2003, p. 125)

Ainda consta da estrutura do trabalho de base uma equipe de vistoria que se encarrega de fazer o levantamento de áreas de latifúndios que podem ser ocupadas, áreas que não estejam cumprindo sua função social⁶. De posse das informações sobre as áreas, a direção regional decide qual será ocupada. Analisam a conjuntura política, definem a data e repassam para a equipe responsável conduzir a ação. No início da ocupação, os grupos são convidados a discutir e formular normas de comportamento e convivência que servirão de referência para todos. No trabalho de base deve existir a vinculação dos dirigentes com a massa. Ainda segundo Bogo (2003, p. 137):

...nem só produzir resolve o problema da subsistência, nem só combater torna as lutas vitoriosas. Tanto os dirigentes quanto a massa devem desenvolver estas duas tarefas e relacioná-las com outros aspectos, como: a formação, a educação, a propaganda, a organização, a comunicação e outras.

6 De acordo com a Constituição de 1988 cabe à União desapropriar os imóveis que não estejam cumprindo sua função social como estabelecido no artigo 186. Nesse artigo, a função social da terra representa: o aproveitamento racional e adequado da terra; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente; o cumprimento das leis que regulam as relações trabalhistas; a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

O MST também adota critérios pedagógicos na formação de seus militantes. Destaca-se, assim, a importância da permanente educação política, instrumentação teórica e incorporação de valores éticos direcionados à construção de um novo projeto societário. Dentro desse âmbito, o MST adota a pedagogia de Paulo Freire, a qual articula princípios éticos do Evangelho, pressupostos teóricos do marxismo e o fundamento do "oprimido" como sujeito histórico.

O desenvolvimento da formação política dos militantes do MST se efetiva, assim, pela participação, pela cooperação e pelo resgate dos valores ético-morais com novo conteúdo, sendo de relevância dentro desses aspectos o papel desempenhado pela mística⁷.

Essa formação se dá por meio de níveis distintos, com conteúdos e métodos específicos para cada etapa, respeitando os estágios do desenvolvimento da consciência. Há três níveis diferenciados, quais sejam, o nível de massa, o nível de base e o nível de direção.

O nível de massa inclui todos os trabalhadores que entram e permanecem no Movimento como força social; o nível de base é formado por militantes que sustentam o trabalho organizativo e o nível de direção caracteriza-se por ser o mais avançado.

Toda essa organização corrobora para a efetivação dos princípios filosóficos e pedagógicos aplicados nos acampamentos e assentamentos, os quais voltam-se para a cooperação, a educação de classe, a valorização do indivíduo, a formação da sociedade por meio de valores humanistas e socialistas e para a transformação social.

Tendo em vista a valorização da participação de cada integrante do Movimento, e a priorização, desde o seu nascimento, da "luta de massas" como estratégia de ação, Stedile (1999) enfatiza que o MST adquiriu e vem adquirindo três características específicas: é um movimento popular; tem um componente sindical e possui um caráter político. O caráter "popular" expressa-se através da possibilidade de participação de todos os trabalhadores nas lutas independente de sua atuação ou condição como camponês. Ao associar o componente sindical ao caráter político do Movimento, salienta que a luta pela terra não se restringe ao caráter corporativo sindical, mas envolve uma luta que aglutina interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Ou seja, a luta pela Reforma Agrária embora possua uma base camponesa, é parte da luta de classes.

SETORES E COLETIVOS

No processo de construção e expansão do MST, diferentes frentes de atuação foram implementadas e coordenadas pelos trabalhadores rurais, possibilitando o desenvolvimento de políticas e projetos que objetivam atender às demandas específicas: cooperação, comunicação, cultura, direitos humanos, educação, formação, gênero, juventude, meio ambiente, produção, saúde. Com base nas informações contidas no jornal Folha de S. Paulo (20/07/03 e 02/11/03), no site do MST (www.mst.org.br) e na Agenda MST 2004, ressaltamos as principais caracterizações dos setores:

7 Este termo é usado na vida interna do MST para expressar as animações - teatrais, dramáticas ou cômicas, com forte conotação litúrgica - que abrem os eventos promovidos pela militância.

SETOR DE COMUNICAÇÃO

Existência do Jornal Sem Terra, transmissão de programas à 158 rádios comunitárias, universitárias e rádios com transmissão de médio alcance; criação do site do MST (www.mst.org.br) e da Revista Sem Terra, que aborda temas relativos à política, cultura, economia e movimentos sociais de âmbito nacional e internacional.

SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO-AMBIENTE

Nesse setor engloba-se as associações de produção, comercialização e serviços; as cooperativas de produção agropecuária, coletiva e semi-coletiva; as cooperativas de comercialização e prestação de serviços; as pequenas e médias agroindústrias. Em 1992, com a criação da Concrab, buscou-se englobar todas as cooperativas formadas em assentamentos, objetivando melhorar a produtividade, a ampliação e a inserção dos produtos dessas cooperativas no mercado.

SETOR DE FORMAÇÃO

As atividades de formação englobam a conscientização sobre a realidade brasileira; desenvolvimento de uma campanha de resistência pela permanência no campo; implementação do programa nacional de formação dos militantes e da base do MST; cursos de formação política para militantes em parceria com universidades; instalação de Centros Nacionais de Formação como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e o Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul e mais recentemente a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes⁸, em Guaracema, São Paulo.

SETOR DE EDUCAÇÃO

Aliada à produção está a educação, desenvolvendo-se uma pedagogia específica para as escolas do campo, investindo na formação técnica e política dos assentados, procurando vincular a produção do conhecimento dos estudantes com a realidade.

Presencia-se a formação de educadores em nível médio e superior; parcerias com cerca de 59 universidades; escolas de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série, sendo os cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

A abrangência do trabalho de educação do MST acontece nos 23 estados e é realizado nas seguintes frentes: educação fundamental, educação de jovens e adultos, educação infantil, formação de educadores e educadoras; cursos não-formais, cursos formais - Normal de Nível Médio e de Pedagogia; ensino médio na área de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas.

8 A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi inaugurada em 23/01/2005, tendo como propósito pensar, programar, planejar, organizar e desenvolver a formação política e ideológica dos militantes e dirigentes do conjunto do MST e de militantes de outros movimentos sociais vinculados a Via Campesina.

SETOR DE SAÚDE

Tem-se a formação de educadores de saúde comunitária; programa de prevenção a DST/AIDS em parceria com o Ministério da Saúde e curso de medicina em Cuba para jovens assentados.

SETOR DE DIREITOS HUMANOS

Este setor é responsável por denunciar violações de direitos junto aos órgãos nacionais e internacionais de Direitos Humanos; como também realiza cursos de capacitações sobre os direitos humanos e legislação agrária, contando com uma rede de assistência jurídica popular, com um quadro de centenas de advogados em todo território nacional.

SETOR DE GÊNERO

Desenvolvimento de debates e estudos sobre relações de gênero e a participação da mulher nos cursos, encontros, setores e instâncias do MST. Nesse âmbito, destaca-se o Coletivo Nacional das Mulheres do MST, sendo espaço de debate contínuo a respeito das ações das mulheres na luta pela terra e das relações sociais em suas diferentes dimensões.

COLETIVO DE CULTURA

Nas manifestações, ocupações, prisões, caminhadas, comemorações das vitórias e conquistas, a música, a poesia e a dança se fazem presentes, expressando e consolidando a identidade cultural Sem Terra; a exposição TERRA, de Sebastião Salgado, que percorreu centenas de cidades do mundo; a gravação de dois CD's com músicas compostas por militantes Sem Terra; e articulações com intelectuais e artistas amigos da reforma agrária compõem o universo cultural do Movimento.

COLETIVO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O MST é a referência central dos principais órgãos internacionais que congregam organizações camponesas, tais como a Via Campesina - ONG internacional que realiza campanha global pela reforma agrária e articula diversos movimentos do meio rural que luta por soberania alimentar e políticas agrícolas adequadas à pequena produção - e a CLOC (Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas).

A Via Campesina é um dos principais fóruns nos quais o intercâmbio entre as organizações camponesas acontece. O MST é o representante brasileiro na organização, que reúne também, na América do Sul, grupos representativos como a Confederação Nacional Agrária e a Confederação Camponesa, ambas do Peru, a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia e a Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária, da Colômbia.

O MST é o anfitrião de um seminário anual, organizado pela CLOC, denominado "Curso de Capacitação de Militantes de Base do Cone Sul", do qual participam diversas organizações camponesas latino-americanas.

Agências de cooperação internacional e ONG's ajudam a financiar o MST, entre elas, a alemã Caritas, a canadense Développement et Paix, a britânica Christian Aid e a americana Grassroots International - sendo as duas primeiras ligadas à Igreja Católica; a terceira, a igrejas protestantes. Além dessas, outras organizações como a FMST (Friends of the MST), dos EUA, a Frövännerna, da Suécia, o Conselho Mundial das Igrejas, com sede na Suíça, e a Mani Tese, da Itália, também doam recursos ao MST.

Por seus princípios, sua história e os resultados das suas lutas, o MST passou a ser uma referência no continente e, através da CLOC, bem como do Fórum Social Mundial (Porto Alegre 2001/2002/2003; Índia 2004), o MST articula-se com os movimentos camponeses desenvolvendo lutas em comum e estabelecendo diversos intercâmbios de experiências, de formação e capacitação.

Por entender que não seja suficiente apenas receber a solidariedade internacional, o MST tem lançado campanhas de solidariedade e doação de sementes para a Venezuela e Moçambique; de sementes e material didático para Cuba; de sementes e bolas de futebol para as crianças palestinas e apoio ao Timor Leste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as duas últimas décadas, o MST é o movimento social de maior expressão no campo da sociedade civil brasileira. Através de sua estrutura organizativa, formas de manifestação e expressão de suas reivindicações e lutas, contribuiu para publicizar e politizar o tema da questão agrária no Brasil, país que ocupa o segundo lugar em concentração de terras, perdendo somente para o Paraguai.

Tendo em vista que a democratização substantiva das relações econômicas, políticas e sociais exige a multiplicação de iniciativas das classes subalternas na sociedade civil na busca da construção de sua hegemonia, de um novo projeto de sociedade, o MST apresenta-se hoje como uma das principais organizações dos trabalhadores na construção dessa nova hegemonia.

Essa protagonização justifica o convite expresso: o necessário mergulho investigativo no universo político, cultural e valorativo deste movimento social.

RÉSUMÉ

Dans cet article nous essayons d'analyser quelques éléments qui sont spécifiques à la formation du Mouvement des Sans-Terre (MST): son processus organisationnel, sa dynamique de fonctionnement intérieur; ses objectifs et ses instances de capacitation théorique, politique et culturelle. Cependant, nous tenons à préciser qu'il ne s'agit que d'une petite contribution à la nécessité prégnante d'approfondir les connaissances que nous avons sur ce mouvement populaire qui représente à nos jours la plus grande expressivité politique de l'actualité brésilienne.

Mots-clés: MST; organisation; fonctionnement intérieur.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGO, A. *Arquitetos de sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- _____. *Lições de luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- CAMPOS, A. C.; MAIA, S. M. *Trilhando a estrada - o processo político-pedagógico do MST*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social/UFJF, Juiz de Fora, 2000.
- COMPARATO, B. K. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GOMES, C. O MST comemora em 2004 seus 20 anos de lutas, desafios e conquistas. *Revista Sem Terra*, São Paulo, ano VI, nº 22, p. 36-39, jan.-fev. 2004.
- GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: Stedile, J.P. (Org.). *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST - 1985/2002 - Documento elaborado para o encontro das Agências de Desenvolvimento - Porto Alegre, Jan. 2003.
- OLIVEIRA, E. A.; et alli. *As políticas de assentamento rural no governo FHC*. Trabalhando de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social/UFJF, Juiz de Fora, 2000.
- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VIANA, M. R. Lutas sociais e rede de movimentos no final do século XX. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, nº 64, ano XIX, p. 34-56, Nov.2000.

FONTES COMPLEMENTARES:

Agenda MST/2004.

Folha de São Paulo: São Paulo. Reportagens e artigos publicados no período de 05/01/03 a 18/04/04.

MST on line: <http://www.mst.org.br>.

AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL E A POSSIBILIDADE DE RECONSTRUÇÃO CRÍTICA DAS DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS

Yolanda Guerra*

RESUMO

Neste artigo procuro analisar as dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas, a partir da superação da racionalidade instrumental na profissão pela incorporação da razão crítico-dialética.

Palavras-chave: Dimensões da prática profissional, Razão instrumental, Razão crítico-dialética.

INTRODUÇÃO

Nestas reflexões busco analisar criticamente o Serviço Social e suas múltiplas dimensões no marco das determinações mais gerais da sociedade capitalista constituída – ou se quiserem, da ordem burguesa madura – e no interior das relações sociais estabelecidas nos países capitalistas periféricos, tomando como referência imediata o Brasil.

Muitos podem estar perguntando o por que de se delimitar um momento histórico especial, uma conjuntura e/ou as condições estruturais para analisar o Serviço Social. Ora, porque dentre as formas de compreender o Serviço Social¹, estamos concebendo-o como uma profissão, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, e o assistente social como um trabalhador que se insere na divisão social e técnica do trabalho própria da sociedade capitalista, no nosso

* Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora da ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autora do livro: "A instrumentalidade do Serviço Social", Cortez, 1995 e de artigos e ensaios publicados em revistas técnicas. Atualmente desenvolve o Projeto de Pesquisa: "Fundamentos do exercício profissional na contemporaneidade: crise capitalista e suas expressões na cultura profissional" e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade - NEFSSC. Pesquisadora do CNPq.

1 Tais como foi historicamente concebido, como: "Arte", "Ciência", "Técnica", "Tecnologia", ou "Engenharia" Social, "Ramo do Conhecimento".

caso, *tardia, periférica e dependente*. Estes aspectos, referente às sociedades cuja inserção no capitalismo se realiza tardiamente e outros concernentes à relações (econômicas, financeiras, políticas e culturais) que se mantêm nas nações subdesenvolvidas em relação aos países de capitalismo desenvolvidos (ou centrais), estabelecem vínculos estreitos e imediatos entre si e mediatos (ou seja, por meio de múltiplas mediações) com as profissões.

Tais determinações do tipo de capitalismo que se instaura no Brasil atribuem particularidades ao Serviço Social, ao mesmo tempo em que a profissão desenvolve seus aspectos singulares. Neste âmbito, ao concebermos o Serviço Social como uma especialização do trabalho e o assistente social como um profissional assalariado que para sobreviver tem que vender a sua força de trabalho, vemos a profissão sujeita tanto às determinações mais gerais do mundo do trabalho – num momento de transformações engendradas por crises, gestadas e vivenciadas tanto no modo de ser do trabalho quanto no do capital, exigindo enfrentamentos de ambos os pólos desta relação – quanto vemos a profissão sujeita às novas demandas advindas das classes sociais que se confrontam nos espaços sociais típicos da ordem burguesa madura ou, conforme concebe Mandel (1970) do capitalismo monopolista tardio.

A hipótese da qual parto é a de que a gênese, o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a maturação da nossa profissão se realiza no interior de determinada sociedade, e sofre determinações desta. Isto significa dizer que a profissão se gesta e se desenvolve no interior da sociedade capitalista madura a qual institui determinadas relações de produção que são relações sociais e, por isso, estabelecem uma determinada forma de sociabilidade entre os homens. Neste sentido, podemos afirmar que o *Serviço Social não se explica por si mesmo*. Mas não é só isso. A busca pelos seus significados sócio-históricos nos remete às múltiplas e diversas dimensões da profissão que e realizam em momentos históricos determinados, no confronto entre os interesses contraditórios das classes sociais.

Essa forma de compreender o Serviço Social – como uma atividade inserida na divisão social e técnica do trabalho das sociedades capitalistas – requer pensar o Serviço Social para além de suas fronteiras e, ao mesmo tempo buscar e situar as condições materiais-objetivas nas quais o Serviço Social intervêm, suas limitações e condicionamentos sócio-históricos (IAMAMOTO E CARVALHO, 1986). Ao mesmo tempo requer entender a profissão como uma atividade ou ocupação especializada que, a partir de conhecimentos teóricos e técnicos, sistematiza e operacionaliza respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demandas profissionais.

Nesta linha de análise, a compreensão do significado social e histórico da profissão e das determinações constitutivas da mesma tem em vista, em última instância, *uma refuncionalização ou ampliação daquelas competências que foram assumidas historicamente pela profissão* e que diante das crises deste estágio de desenvolvimento do capitalismo, demandam uma redefinição.

Porém, para entender e pensar o Serviço Social num período de transição há que se fazer uma remissão anterior, qual seja, compreender a lógica do sistema capitalista, suas contradições internas, as crises que atravessa, sua necessidade de revolucionar constantemente suas bases materiais e ideológicas, de criar profissões que cumpram funções demandadas por este sistema, refuncionalizá-las, requalificá-las para torná-las eficazes e eficientes dentro do padrão da racionalidade burguesa,

tendo em vista sua adequação aos objetivos do capital. Há que se compreender a lógica de constituição dessas sociedades, as formas de agir e pensar convencionadas culturalmente e que, no limite, impõem às práticas e agentes profissionais, uma determinada razão de ser e de existir, um perfil e um determinado modo de pensar, atuar e proceder que pela regularidade acaba constituindo um *ethos* profissional.

O que se pretende afirmar é que *há um modo determinado de ser, de pensar e de agir próprio das sociedades capitalista* fundado no modo como os sujeitos históricos produzem e reproduzem sua vida material e espiritual, o qual invade todas as demais esferas da vida humana, as diversas instituições e organizações sociais e jurídico-políticas e as práticas das classes sociais e das profissões. Melhor dizendo, há uma racionalidade hegemônica no capitalismo, que não lhe é exclusiva, tampouco a única existente, mas que mantém íntima sintonia com os processos de produção e reprodução materiais e espirituais vigentes nas formas de sociabilidade.

Esta a racionalidade, que vamos denominar de formal-abstrata, tem se constituído numa mediação às teorias e práticas profissionais. Sobre ela teceremos alguns comentários a seguir.

A RACIONALIDADE FORMAL ABSTRATA E O SERVIÇO SOCIAL

Estou entendendo por racionalidade os modos de ser, de pensar, e de se constituir dos processos sociais. Ela incorpora tanto a lógica que constitui os fenômenos e processos da sociedade quanto uma maneira de apreendê-los, uma forma de interpretá-los². Neste aspecto, se se pode dizer que no mundo burguês há racionalidades que se confrontam, também é verdade que há sempre uma racionalidade que se torna hegemônica, já que funcional à manutenção da sociabilidade que o constitui. Estamos nos referindo à racionalidade formal-abstrata.

Para identificá-la é necessário considerar, em primeiro lugar, que ela adota a forma pela qual os fatos, fenômenos e processos sociais se apresentam na sua imediatividade. E não supera essa forma, ao contrário, a toma como um dado fixo, cristalizado. Ao se fixar na forma, esse tipo de pensamento não alcança o conteúdo dos fatos, não percebe a sua lógica explicativa ou o significados dos mesmos que é sempre histórico e relativo a um contexto historicamente determinado. Aqui a aparência coincide com a essência do que resulta que, como nos indicou Marx, a ciência, o conhecimento se torna desnecessário.

Mas há uma segunda característica da racionalidade formal-abstrata: ela utiliza o procedimento da abstração e não o ultrapassa, o que a leva a abstrair (desconsiderar) dos fatos seus conteúdos concretos e a abstrair (considerar à parte, alienar) os fatos das condições e relações que os produzem.

2 Que encontra-se conectada com as possibilidades postas no referencial teórico-metodológico adotado. Com isto estamos afirmando que os referenciais não possuem o mesmo poder de explicação da realidade social. Alguns se fixam na forma, no modo de aparecer dos processos sociais enquanto outros permitem a apreensão da essência, alguns concebem o real como algo estático e cristalizado nos processos outros o tomam como algo dinâmico e historicamente construído, alguns entendem que os fatos são o que são e outros que eles detêm o potencial de se transformarem no seu contrário.

○ que significa isso?

Significa que por meio deste modo de pensar, os fatos e fenômenos são separados, autonomizado entre si, fragmentados, limitando e às vezes impedindo os sujeitos de apreenderem as relações entre eles, ou, o conjunto de mediações que os vinculam e que permitem que tais processos sejam como são, tenham estas e não outras propriedades constitutivas. Disto decorre uma compreensão da totalidade da vida social como soma das partes. Decorre ainda a compreensão dos processos sociais como coisas, autônomas e autonomizadas entre si e do sujeito que os constroem³. De outro lado, os fatos, fenômenos e processos sociais são esvaziados de seus conteúdos e os sujeitos são limitados ou impedidos de perceberem que tais processos portam conteúdos concretos de natureza social, econômica, cultural, ideológica, política, etc.

Esse tipo de pensamento opera uma *distinção entre fatos sociais* (que são tratados como coisas: anteriores, superiores e exteriores aos sujeitos), *fatos econômicos e fatos políticos* além de tomá-los como dados e não como processos. São, também apartados da história, concebida como uma ciência especializada que estuda o passado, que trata da sucessão de fatos no tempo ou da ocorrência de eventos, grandes acontecimentos em determinado período de tempo.

Esta racionalidade que subjaz ao pensamento conservador do *status quo*, opera com dois movimentos: deseconomiciza os processos sociais, retira deles as bases que os sustentam, seus fundamentos materiais e concretos e os desistoriciza, retirando-os da história. Este pensamento se institucionaliza no mundo burguês no período que o filósofo marxista húngaro G. Lukács denomina como "período de decadência ideológica da burguesia" (LUKÁCS, 1992).

Diz Lukács que "enquanto na época clássica havia um esforço no sentido de compreender a conexão dos problemas sociais com os econômicos, a decadência coloca entre eles uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando compartimentos estanques que não existem senão na imaginação" (LUKÁCS, 1992, p. 123).

É assim que, segundo este autor, com a decadência ideológica da burguesia "ocorre na economia uma fuga da análise do processo geral de produção e reprodução e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomados isoladamente" (idem)⁴.

A *racionalidade formal-abstrata inicialmente se concretiza na esfera do trabalho*, expressando-se no modo pelo qual os homens produzem e reproduzem a sua vida material e espiritual atendendo suas necessidades "do estomago e da fantasia" (MARX, 1985), porém ela invade outras esferas da nossa vida e condiciona os sujeitos a adotarem um comportamento passivo frente aos fatos e fenômenos de sua vida. Isto ocorre tanto porque os indivíduos não os compreendem na sua essência⁵ e nas suas articulações, melhor dizendo, na sua totalidade, quanto porque

3 Lembro que em Durkheim fato social é coisa: anterior, superior e exterior aos indivíduos.

4 Isto porque, como analisa Lukács, "após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia" (1992, p. 23).

5 Dai a necessidade de buscar explicações irracionais, místicas e mistificadoras do real.

eles não se auto-representam como sujeitos sociais ativos, que constroem a história, ainda que sob condições determinadas, tendo em vista a alienação⁶ a que se submetem no processo de trabalho. Essa racionalidade, *porque não é fecundada pelas contradições sociais*, limita os indivíduos a captarem as interrelações entre os fatos, impede-os de perceberem os fenômenos como resultado de um conjunto de determinações sociais, econômicas, históricas e culturais (e não de uma única causa) e, ainda, interdita a compreensão da história como resultado das nossas ações tanto singulares quanto coletivas.

Se o Serviço Social é uma prática profissional que nasce na sociedade capitalista no momento em que essa ordem social necessita de um profissional que administre e controle os conflitos de interesses gestados no mundo do trabalho (na relação antagonica entre capital e trabalho), certamente seu mandato recebe influência desse tipo de racionalidade. E de fato há uma invasão da racionalidade racionalista e instrumental do capitalismo na profissão, na medida em que o assistente social atua em políticas sociais de caráter terminal, que ao longo do processo histórico vem atendendo múltiplos interesses do capital (embora não apenas), dentre eles, os de administrar os conflitos, compensar os baixos salários e manter a força de trabalho viva e apta para a produção e o consumo, políticas sociais que não se configuram como políticas de fato, mas como programas e projetos na sua maioria de cunho assistencialista, paternalista, de objetivos eleitoreiros, descontinuas e que se alteram de acordo com a política econômica (MEIRA, 1992), *programas e/ou projetos que não visam intervir na chamada (pelo pensamento conservador) questão social, mas apenas distensioná-la; conter tais tensões pela abstração de seus conteúdos revolucionários* (GUERRA, 1995).

O assistente social, que é um executor terminal das políticas sociais (geridas pelo Estado, pelas empresas privadas, pelas organizações patronais, pela sociedade civil organizada), tem os seus espaços sócio-ocupacionais e as suas condições profissionais configuradas pelo padrão de política social hegemônico. A configuração das políticas sociais, o padrão de política social vigente, limita ou potencializa a ação do assistente social. Neste âmbito, o padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista potencializa intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas. Além disso, o corte no orçamento das políticas sociais, a redução da ação do Estado na implementação das mesmas, a descontinuidade e constante mudança nas diretrizes políticas (porque ficam à mercê das flutuações e interesses da política econômica ou do que é mais adequado à acumulação/valorização do capital), impõe aos assistentes sociais o enfrentamento de antigos e novos desafios. Isto porque a inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, a localização na estrutura sócio-ocupacional das políticas sociais e a construção de sua funcionalidade no espaço de mediação entre

6 Não podemos desenvolver no âmbito deste artigo a categoria da alienação. Porém há uma farta bibliografia que trata da questão tanto no pensamento marxiano (o que é da lavra de Marx) quanto na tradição marxista (o que corresponde ao seu legado). Só para citar alguns: Marx, K. Manuscritos econômico-Filosóficos, Lisboa, Ed. 70, 1975; Mészáros, I. *Marx: A teoria da alienação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981; e Netto, J.P. *Capitalismo e religião*, São Paulo, Cortez, 1981.

as classes sociais e o Estado *franqueia à intervenção um caráter político*. Dada a este caráter, ou a esta dimensão da profissão, o profissional redimensiona o alcance e estabelece os limites da intervenção, bem como o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos. É também nesse contexto, forjado pela forma como os Estados capitalistas implantam e implementam as políticas sociais, que os assistentes sociais - trabalhadores assalariados - serão os responsáveis por facilitar o acesso da população aos serviços sociais (tendo em vista manter a força de trabalho apta para a produção e reprodução do sistema). Sabe-se que a funcionalidade, o reconhecimento e a utilidade social da profissão estão na capacidade do profissional em modificar algumas variáveis do contexto social dos usuários, buscando alterá-lo, ainda que momentaneamente (NETTO, 1991).

A nossa utilidade social está em solucionar, em nível imediato, pontual, focal, emergencial, as questões mais urgentes e que põem em risco a ordem vigente.

Esse procedimento de se deter nos meios em detrimento dos fins, de dar respostas imediatas, de agir independentemente dos fundamentos e princípios ético-políticos que estão subjacentes a estas ações, é o comportamento instrumental. As ações instrumentais⁷, que são aquelas "cujos meios justificam os fins", esvaziadas e abstraídas de seus conteúdos ético-políticos, são aquelas ações reconhecidas e incentivadas pela racionalidade formal-abstrata, racionalidade que, tendo em vista suas características, tem sido predominante nas sociedades capitalistas. A racionalidade formal-abstrata tanto engendra ações instrumentais quanto delas se sustentam.

Se o Serviço Social nasce de uma necessidade gestada na sociedade capitalista no sentido de contribuir com a produção material e reprodução ideológica dessa ordem social (IAMAMOTO E CARVALHO, 1986), se a profissão é legitimada pelos resultados imediatos que produz no alcance desses objetivos, então a razão de ser da profissão, a sua instrumentalidade⁸, tem na sua dimensão técnico-instrumental uma dimensão privilegiada.

Com base nesta reflexão, a particularidade instrumental da profissão localiza-se não no fato de ela ser uma profissão eminentemente (mas não exclusivamente) operativa, mas *no tipo de resposta que ela dá às demandas* da sociedade, que como sabemos são demandas antagônicas provenientes de interesses contraditórios das classes sociais. Nestas respostas impera a ruptura entre meios e fins, a necessidade de operar com uma transformação nas condições de vida do usuário por meio da qual a profissão contribui com a produção e reprodução das relações e da ideologia dominante (via práticas disciplinadoras, de mudança comportamental)⁹.

7 Por ações instrumentais estamos considerando aquelas ações pragmáticas, imediatistas, que visam a eficácia e eficiência a despeito dos valores e princípios. Nestas, muitas vezes, impera a repetição, o espontaneísmo, considerando a necessidade de responder imediatamente às situações existentes. São ações isentas de conteúdo valorativo, na qual a preocupação restringe-se à eficácia dos fins. Estes subsument a preocupação com a correção dos meios (valores e princípios ético-políticos e civilizatórios). São ações necessárias para responder a um nível da realidade (o do cotidiano) mas são insuficientes para responder as complexas demandas do exercício profissional.

8 Por instrumentalidade do Serviço Social estamos entendendo a capacidade, propriedade, particularidade historicamente alcançada pela profissão, graças a teleologia e ação dos assistentes sociais, em alcançar os objetivos/finalidade propostos. Sobre o tema: Guerra, 1995 e 2000.

9 Remeto o leitor à modalidade de respostas tipicamente requisitada ao assistente social: resposta de conteúdo moralizador, de caráter psicologizante e reprodutora das relações sociais. A meu ver, ainda que atuando na perspectiva do direito o assistente social não tem superado as ações instrumentais como modalidade de resposta historicamente construída pela e exigida da profissão.

Não obstante, há no Serviço Social uma razão de conhecer. Considerando que toda ação requer que se acione um determinado nível ou grau de pensamento, a profissão, por atuar com fenômenos complexos, tem que recorrer a níveis cada vez mais elevados de racionalidade. Nisso reside a razão de conhecer a/da profissão: conhecer a estrutura, conjuntura e contextos nos quais a profissão se gesta e se desenvolve; conhecer o seu significado sócio-histórico, sua funcionalidade e instrumentalidade; conhecer a população usuária, as mediações que na contemporaneidade atravessam a chamada "questão social", os objetos sobre os quais nossa intervenção recai na atualidade, os projetos societários, as direções pelas quais a profissão tem se conduzido, as demandas potenciais e as formas como a profissão vem respondendo à elas.

Para isso, penso que não basta o Serviço Social atuar no nível operativo-instrumental e responder de forma mais ou menos adequada e competente à sua razão de ser. Esta é uma condição necessária à sobrevivência da profissão, mas não é suficiente. Reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de finalidades que possam ser estranhas ao projeto profissional hegemônico.

O Serviço Social, dado o nível de complexidade dos fenômenos com os quais se defronta e o nível de complexidade que a profissão alcançou nas últimas décadas, possui outras dimensões que não se encerram no caráter operativo-instrumental. Para estabelecer *o que, por que, quando, onde e como e para que fazer concomitante à sua intervenção*, o assistente social tem que conhecer o mais aproximadamente possível a realidade social na qual atua, de maneira contínua, provisória, aproximativa e histórica, para o que tem que desenvolver sua dimensão intelectual.

Penso que seja a dimensão intelectual que permite-nos (re) conhecer os princípios, os fundamentos da ordem burguesa e as programáticas de ação utilizadas pelo grande capital, suas necessidades sociais, as quais, por meio de um conjunto de mediações, convertem-se em requisições à prática profissional. Não obstante, a racionalidade do real não se mostra de imediato. Há uma racionalidade posta tanto no padrão de acumulação vigente no capitalismo tardio quanto no projeto social neoliberal e na contra-reforma do Estado brasileiro, somente compreensíveis com uma razão inclusiva, histórica, ontológica e crítica que ultrapasse a forma e a abstração.

Mas a resposta ao: *o que, por que, para que, quando, onde e como fazer* apóia-se em valores, princípios que imprimem uma direção social na ação dos sujeitos profissionais.

Considerando que toda ação profissional é uma ação teleológica ela encontra-se imbuída de um conjunto de valores e princípios que permitem ao assistente social escolher. A meu ver, a dimensão intelectual da profissão, a razão de conhecer o/do Serviço Social, se constitui numa mediação entre o *que fazer* e a escolha do *como, onde, para que (ou para quem)*, ou seja, as finalidades estabelecidas pela profissão - pautadas num conjunto de valores emanados de um determinado projeto de sociedade.

Para tanto há que se ter o conhecimento das finalidades, dos possíveis resultados, das condições objetivas sobre as quais a ação incide, dos meios e das possibilidades de realização. Portanto, o conhecimento tanto precede quanto acom-

panha a intervenção. Mais ainda, ele advém de uma reflexão da realidade. Assim, a teoria nem se constitui em receituário da prática, tampouco a prática pode se confundir com a realidade ou com atividades empíricas.

Nessa concepção de relação teoria e prática como *unidade do diverso*, a escolha dos meios (o método, as técnicas e os instrumentos) a serem utilizados pelo profissional e das mediações que ele deverá acionar na sua intervenção se dará em função das suas finalidades e os instrumentos e técnicas serão estabelecidos no interior do projeto profissional¹⁰.

Se, de um lado, é a razão de conhecer a profissão, a racionalidade dialética que possibilita ao assistente social uma ação mais crítica, de outro, é a instrumentalidade do Serviço Social que lhe garante a sobrevivência e lhe permite ampliar as tarefas meramente rotineiras e instrumentais para as quais o assistente social é contratado. Ambas devem ser norteadas por um conjunto de valores humano-genéricos que apontem para a superação do mundo burguês.

Há que se reconhecer que o avanço da profissão depende tanto dos agentes profissionais: do seu preparo teórico e técnico e da racionalidade por eles acionada no conhecimento, na interpretação e na transformação das variáveis do contexto social - quanto das condições objetivas, materiais-concretas sobre as quais a intervenção profissional se realiza. O que estamos afirmando, em primeiro lugar, é que o resultado das ações profissionais, nem sempre coincide com àquele pré-idealizado individualmente pelo profissional e, em segundo lugar, que estes resultados não são, de maneira nenhuma, independentes das condições materiais existentes.

Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de um conhecimento sobre a realidade, a ausência de referências teórico-metodológicas, a inexistência de um projeto profissional que se conecte com os projetos sociais mais progressistas também impedem ou dificultam uma intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo na profissão.

Neste nível, encontra-se a importância de uma formação profissional que possa preparar técnica e teoricamente os profissionais para conhecer e intervir numa realidade dinâmica, histórica, contraditória e em constante transformação. Isto porque esta perspectiva de considerar a profissão a entende como uma totalidade (parcial) conectada à outras totalidades. Nesta perspectiva, a discussão e a reflexão crítica das dimensões profissionais buscam a compreensão da relação entre dimensão interventiva e dimensão formativa, ambas diretamente auto-implicadas.

Esta imbricação tem no procedimento de fazer a crítica radical do cotidiano um meio e uma condição tanto da intervenção quanto da formação profissional qualificadas. Aqui, há que ressaltar que a preocupação com a dimensão formativa da profissão deve figurar na base da instrumentalidade do Serviço Social e considerando que a instrumentalidade da profissão - que é a sua razão de ser - remete à sua razão de conhecer, entendendo que ambas devem ser eminentemente críticas demandando projetos progressistas para sua realização.

¹⁰ Essa forma de compreender os meios interdita qualquer possibilidade de se pensar em modos de operar definidos a priori, por meio de modelos ou tipologias de intervenção.

A DIMENSÃO FORMATIVA COMO SUPORTE À DIMENSÃO INSTRUMENTAL: PARA A RECONSTRUÇÃO CRÍTICA DA DEMANDA

A formação dos assistentes sociais brasileiros desde a década de 80 dispõe de um projeto que lhe dá a direção do ensino e contempla um determinado perfil de profissional. Como resultado dos movimentos das classes sociais, na esteira do processo de democratização da sociedade brasileira, este projeto se consolida na década de 90. O perfil de profissional atual prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos. Netto assim o define: "intelectual que habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social (1996, p. 125-126).

Com isso vemos o quanto esse perfil de profissional se afasta do perfil instrumentalista no qual competência é o saber-fazer fundamentado no domínio de modelos de intervenção, de metodologias, de instrumentos e técnicas, abstraído do conhecimento sobre o por que fazer e sobre as implicações ético-políticas deste fazer.

Não obstante, há na atualidade o predomínio de outro perfil de profissional, o do "técnico treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa" (idem), que historicamente tem sido priorizado na profissão e que se encontra perfeitamente adequado ao projeto educacional do neoliberalismo e à sua racionalidade instrumental. Este perfil de profissional é frontalmente contrário aos princípios que norteiam as diretrizes atuais da formação profissional dos assistentes sociais, já que, dentre outras exigências, a formação profissional estabelece a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho (como referencial ético-político) e um acervo técnico-instrumental que lhes sirvam de referências estratégicas para a ação. Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento da demanda imediata, mas sua reconstrução crítica.

Para tanto, a dimensão formativa tem que ter sólidas bases políticas: ter uma direção social definida construída pelo conjunto da categoria profissional; estabelecer os vínculos cada vez mais estreitos com o projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo; ter domínio das bases técnico-instrumentais: desenvolver a sua instrumentalidade capacitando os profissionais a darem respostas cada vez mais qualificadas, atendendo as demandas do mercado e indo além delas; ter em vista a construção de novas bases de legitimidade através do atendimento às demandas imediatas e potenciais; ter uma direção que se articule teórica e praticamente aos projetos e forças progressistas da sociedade burguesa.

Isto porque, somente com a mediação do projeto profissional (concepção de profissão, valores, objetivos), a formação profissional pode proporcionar a qualificação de profissionais capazes de reconhecer as implicações ético-políticas do seu fazer profissional, de modo a reconhecer as demandas dos empregadores,

dos usuários e propor alternativas que visem o atendimento dos usuários, redirecionando as demandas do mercado¹¹.

Aqui entram as exigências de uma sólida e rigorosa formação teórico-metodológica. O domínio do método dialético-materialista e dos fundamentos ontológicos da teoria crítica capacitam o assistente social a compreender a dinâmica que permite a constituição da demanda, sua lógica imanente, seus modos de ser, sua relação com a totalidade social, suas particularidades históricas e as mediações que a atravessam no contexto contemporâneo. São esses elementos que possibilitam ao assistente social não apenas identificar o que é (pela via da razão formal-abstrata), mas captar tanto a necessidade que fundamenta tal demanda quanto perceber o vir a ser das mesmas, o potencial que portam de serem reconfiguradas pelos sujeitos que nelas intervêm, possibilidades estas somente perceptíveis à razão crítico-dialética, graças ao reconhecimento do princípio da negatividade (ou da negação da negação), inerente a todos os fenômenos sociais. Isso exige um assistente social disposto e um esforço de superação da maneira abstrato-formal de ver o mundo ou da razão formal-abstrata. A resultante é que na medida em que a análise tenta dar conta da dinâmica da realidade ou da realidade em movimento aquelas zonas que o método positivista deixava à sombra começam a se desvelar pela via dos seus elementos constitutivos, o que permite que se rompa com a tendência de analisar a realidade como cristalização dos processos sociais. À medida que os elementos vão se mostrando no processo, pode o assistente social fazer as conexões entre os aspectos mais universais e aqueles que se encontram presentes na singularidade da intervenção profissional, de modo a perceber o que os fenômenos são e as possibilidades de transformação dos mesmos, vislumbrando o complexo campo de mediações que se descortinam a partir da apreensão da particularidade dos processos sociais.

Segundo Lukács, quando Marx afirma que a consciência reflete a realidade e, sobre esta base (do real -YG) torna possível intervir para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser (LUKÁCS, 1978, p. 3). Por isso enfatizo *o papel da consciência na projeção dos resultados esperados, na capacidade de já portar os resultados e na capacidade de antecipá-los*. Na intervenção profissional a relação entre necessidade e liberdade é fundamental. Entende-la para nela intervir, sem restringir tal intervenção ao mero âmbito da necessidade, é papel da consciência crítica. Assim, afirma-se o papel da consciência na resolução deste tipo de oposição. Ela é guia da atividade. Todas as respostas profissionais só podem existir com a ajuda de uma cadeia de mediações que transforma a realidade e transforma os homens. Elas se convertem em forças que permitem aos homens sair de sua adaptação passiva, para superar sua intervenção apenas ao nível imediato, via respostas miméticas, repetitivas, instrumentais. Pela consciência os assistentes sociais podem conhecer e acionar as mediações cognitivas, reflexivas, intelectuais para nelas intervir visando transformar a realidade dada.

11 Neste âmbito, coloca-se o desafio de construir e reconstruir projetos pedagógicos que sejam expressão efetiva de necessidade históricas da sociedade e que envolvam não apenas a formação, mas também a qualificação. É nesse sentido que a concepção de formação profissional tem que ser ampliada abarcando os assistentes sociais já formados.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O que com estas análises pretendi demonstrar é que a dimensão técnico-instrumental, embora necessária é limitada e insuficiente para que o profissional alcance o estatuto "de intelectual que conhece o significado histórico da sua ação profissional" (NETTO, 1996) e que, em razão disso, pode não apenas atender a demanda imediata e institucional que se coloca ao assistente social, sobretudo nestes novos tempos, mas reconstruí-la criticamente. Nesta concepção, o exercício profissional deve ser visto como uma atividade racional transformadora da realidade, que incide sobre condições objetivas encontradas pelos sujeitos assistentes sociais, mas que estes as modificam buscando criar as possibilidades de alcançarem seus fins. Com base neste entendimento, a dimensão técnico-instrumental tem que ser complementada pelos pressupostos éticos e pelos fundamentos teórico-metodológicos. Aqui, a correção das respostas não é independente dos pressupostos ético-políticos que a elas subjazem.

É o predomínio da razão instrumental no Serviço Social que faz com que os resultados independam dos fundamentos teóricos e princípios ético-políticos, daí a nossa constante remissão a ela como uma forma limitada de consciência e de ação, como uma racionalidade "empobrecida".

A formação profissional, por sua vez, deve proporcionar uma reflexão sobre a razão instrumental, sobre a adequação entre meios e fins, de modo a levar os estudantes a reconhecerem os fins das suas ações e a perguntarem pelas implicações éticas e pela direção estratégica das finalidades profissionais, com vistas a superar este nível "miserável" de razão. Mais ainda, cabe a formação profissional continuada permitir a compreensão das diferenças substantivas entre os diversos projetos profissionais (que se expressam em diversas tendências teóricas do debate e posturas profissionais) que se confrontam no interior da categoria.

Diz Lukács que toda práxis social, "é uma decisão entre alternativas" donde pode-se inferir que as práticas profissionais, como uma dimensão menos desenvolvida desta, também o são.

Na definição das finalidades e na escolha dos meios e instrumentos, na decisão entre alternativas mais adequadas ao alcance das mesmas, os sujeitos estão exercendo sua liberdade (concebida historicamente como escolha racional por alternativas concreta dentro dos limites possíveis). Tais escolhas implicam projetar tanto os resultados e meios de realização quanto as conseqüências, para o que há que se ter conhecimento dos objetos, dos meios/instrumentos e dos resultados possíveis, adquiridos pelo conhecimento teórico.

O trabalho é "um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidade e de determinados meios" (LUKÁCS, 1978, p. 8), embora o homem não domine o conjunto das circunstâncias que se interpõe entre suas finalidades e suas realizações. Daí a importância de se perceber a íntima conexão entre finalidades e conhecimento (LUKÁCS, 1978, p. 8).

O conhecimento inerente ao processo de trabalho ao se realizar como produto torna-se uma propriedade objetiva; na medida em que ele tem um valor, já que está apto a realizar suas funções sociais¹².

12 Aqui podemos ver como nascem os valores no plano objetivo do ser.

A liberdade "é o produto da própria atividade humana(...) que nas suas conseqüências dilata o espaço no qual a liberdade se torna possível; e tal dilatação ocorre, precisamente, de modo direto, no processo de desenvolvimento econômico, no qual, por um lado acresce-se o número, o alcance etc., das decisões humanas entre alternativas e, por outro, eleva-se ao mesmo tempo a capacidade dos homens na medida em que se elevam as tarefas a eles colocada por sua própria atividade" (LUKÁCS, 1978, p. 15).

Se nosso intuito foi alcançado, qual seja, contribuir e adensar a reflexão sobre as dimensões da prática profissional, insistindo na compreensão de que a dimensão instrumental limita-se ao reino da necessidade e à razão empobrecida do racionalismo formal-abstrato.

A profissão compreendida e situada a partir de "outra" racionalidade pode superar sua dimensão eminentemente instrumental, tanto partindo da demanda institucional, que permanece no âmbito da necessidade e, por meio de aproximações sucessivas captar as contradições a ela imanentes de modo a reconstruí-la pelo pensamento e a partir desta nova percepção da demanda, já que agora ela foi reconstruída, amplia-se sua margem de liberdade na forma de intervir na mesma, podendo assim, alçar novas formas de intervenção, encontrar novas respostas aos "velhos problemas" que ocupam o universo de intervenção dos assistentes sociais. Assim é possível responder de maneira inovadora, crítica e consciente às demandas reconfiguradas, alcançando a competência técnica e política necessária para o avanço da profissão em suas diversas dimensões¹³.

Espero que tenha sido suficientemente demonstrado que esta "outra" racionalidade, guiada por uma ontologia social materialista e histórica tende a resgatar a relação dialética entre condições objetivas e subjetivas, constituindo-se tanto em posturas, procedimentos ético-políticos quanto nos fundamentos últimos e princípios do pensar e do agir.

A razão crítico-dialética, como fundamentação da teoria e da ação do homem na sociedade contemporânea, *dilata* as possibilidades de os assistentes sociais transcenderem o atendimento da demanda institucionalizada, de modo a qualificá-los tanto para atender as antigas e tradicionais requisições e demandas quanto para construir novas competências sócio-profissionais.

ABSTRACT

In this article, I analyze the dimensions of the professional practice and the possible critical reconstruction of the contemporaries, necessities, overcoming the instrumental reason in the work from the critical reason entry.

Key-words: Professional practice dimensions, instrumental Reason, Reason critical-dialectical

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
 DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Isaura P. de Queiroz. 11^ª. Ed. São

13 Refiro-me as dimensões técnico-instrumental, política, intelectual e formativa.

Paulo, Nacional, 1984.

GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

GUERRA, Y. Ontologia Social e Formação Profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº. 54, 1997 (no prelo).

IAMAMOTO, M. e CARVALHO R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico metodológica*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1986.

KOFLER, L, ABENDROTH W, HOLZ, H. *Conversando com Lukács*. Trad. Gisele Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Trad. Wenceslao Roce. 2ª. Ed. Barcelona: Grijalbo, 1968.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade do homem. *Revista Temas de Ciências Humanas* nº. 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. José Paulo Netto (org.), 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 1992.

MARX, K. Para a crítica da economia política. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1974.

MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. (Livro I, Vols. 1 e 2. São Paulo, Nova Cultural: 1985 (A e B).

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO, J. P. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *Cadernos ABESS* São Paulo: Cortez, nº. 3, 1989(b).

VIEIRA, E. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

W. AA. A metodologia no Serviço Social. *Caderno ABESS* São Paulo: Cortez, nº. 3, 1989.

W. AA. A produção do conhecimento no Serviço Social. *Cadernos ABESS* São Paulo: Cortez, nº. 5, 1992.

AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Cláudia Mônica dos Santos*

RESUMO

Este artigo tem como objeto central as dimensões da prática profissional do serviço social e por objetivo apresentar nossas reflexões sobre essas dimensões constitutivas da profissão, destacando as de maior significado e amplitude no debate sobre o exercício profissional, tanto no meio acadêmico, como no cotidiano da intervenção, ressaltando a articulação existente entre elas.
Palavras-chave: prática profissional, dimensões, serviço social.

INTRODUÇÃO

Nosso interesse por essa temática advém de questões postas ao serviço social hoje, pela categoria. Tais questões vêm sendo apontadas em várias pesquisas, como as de Gentili (1998) e Vasconcelos (2002), e confirmadas em nosso contato com os campos de estágios, que se referem, em especial, ao distanciamento entre teoria e prática, o que se percebe como "a teoria é uma, a prática é outra". As formulações teóricas são acusadas de não responderem às demandas por uma inovação dos instrumentos/técnicas e das metodologias profissionais. A formação profissional tem sido considerada muito generalista, de caráter crítico, mas pouco instrumentalizadora. O desprezo pelos instrumentos e técnicas da concepção tradicional, segundo essas pesquisas, não teria culminado na discussão dos instrumentais a serem utilizados.

As *dimensões* da prática que desejamos focalizar são construções históricas e refletem as direções sociais assumidas pela profissão nas diversas conjunturas. Pode-se notar que os vários projetos profissionais conferem diferentes conotações e diferentes ênfases às *dimensões* da intervenção. Neste estudo, procuramos justamente caracterizar o que estamos considerando por "dimensões". Detivemos nas *dimensões* que, de uma forma ou de outra, são significativas nos diversos projetos da profissão, salientando como foram e/ou são tratadas nesses projetos.

* Doutoranda em Serviço Social - UFRJ. Professora Assistente do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da FSS/UJFF.

É importante destacar que não encontramos referencial bibliográfico que tratasse, especificamente, do assunto "*dimensões* da prática profissional". Apesar do vasto uso do termo *dimensões*, na literatura do serviço social,¹ tanto quando os autores se referem à prática profissional quando abordam a formação profissional, a delimitação de seu sentido não é precisa. Essa temática encontra-se diluída no debate sobre a formação profissional e/ou na reflexão sobre o exercício profissional do assistente social. Algumas produções privilegiam uma determinada *dimensão*, tendo-se o cuidado de salientar sua relação com as demais.² O próprio termo *dimensão* nem sempre aparece; outras designações, como "competência", "elementos fundamentais", "aspectos do saber-fazer", "pressupostos", "determinações", "diretrizes que orientam a prática", "perspectiva", também são empregadas para fazer referência a um mesmo objeto.

O termo *dimensão* remete às propriedades, mas no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais, que contribuem para a concretização da profissão e que formam a sua base. Assim, estaremos considerando *dimensões*, aqui, as várias "extensões" que determinam a profissão e suas particularidades. Essas "extensões" são constitutivas e constituintes da herança cultural e da herança intelectual da profissão, ou seja, habilidades, atitudes, capacidades, valores, princípios, conhecimentos.

Parece-nos possível destacar, três dimensões constitutivas da intervenção profissional do serviço social. Trata-se de *dimensões* que foram confluentes aos autores no debate do campo profissional:³ a dimensão técnico-operativa, a dimensão teórico-metodológica e a dimensão ético-política.

Conhecer e explicitar a unidade entre as *dimensões* do exercício profissional, defendendo que essa unidade não exclui as particularidades de cada uma, sendo necessário, portanto, um olhar atento para elas, constitui nosso objetivo privilegiado de análise, desenvolvido nas seções a seguir.

- 1 Vejamos alguns exemplos: "Prática profissional tratada aqui para além de sua dimensão instrumental" (TRINDADE, 1999, p. 93); "a compreensão da dimensão política da profissão..." (ABREU, 2002, p. 148); "... o serviço social se afirma como uma forma de intervenção na vida social, que além de uma dimensão de trabalho intelectual, possui uma dimensão técnica" (Abess, 1995, n. 3, p. 19); "O serviço social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou e renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política [...] Mas o serviço social também fez um radical giro na sua dimensão ética e no debate nesse plano" (IAMAMOTO, 2002, p. 20); "O ensino da prática tem que estar vinculado às dimensões do exercício profissional" (GUERRA, 2000, p. 154); "... Ela parece se localizar em construir com o aluno uma capacidade de reflexividade a partir da articulação das dimensões presentes nos processos de trabalho que os assistentes sociais desenvolvem, ou seja, a dimensão ético-política, a teórica e a reflexiva" (CASSAB, 2000, p. 123). [Grifos nossos]
- 2 Podemos exemplificar com Barroco, que vem concentrando seus estudos na dimensão ético-política do serviço social. Ver, dessa autora: *Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos*. Cortez: São Paulo, 2001.
- 3 Conforme nota de rodapé n. 1, destaque em itálico. E ainda: Guerra (1995) elenca cinco dimensões do exercício profissional: a dimensão técnico-instrumental, a dimensão teórico-intelectual, a dimensão investigativa, a dimensão ético-política e a dimensão formativa.

I AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

1.1 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

O serviço social é uma das profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho, cujas atividades se direcionam à regulação das relações sociais. Esse campo contribui, assim, com o processo de produção material e participa, pelo mesmo movimento da reprodução material da força de trabalho desenvolvendo ações de enfrentamento das diversas expressões da "questão social". Segundo lamamoto (2000, p. 20), trata-se de uma profissão constituída e constituinte de projetos profissionais "que são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores". Desse modo as mudanças sofridas com e no modo de produção capitalista se refletem - não de maneira direta ou imediata - sobre a constituição da profissão.

A historiografia do serviço social indica que as variadas *dimensões* a que nos referimos neste trabalho tiveram pesos diferenciados nos distintos projetos profissionais⁴ construídos a partir de diferentes direções sociais assumidas pela profissão em diferentes conjunturas. Ou seja, os diferentes projetos profissionais trazem em seu bojo diferentes conotações e ênfases às dimensões da intervenção. A dimensão técnico-operativa da prática profissional, porém, é a que mais se destaca na historiografia do serviço social, no sentido de que fez parte do debate, de uma forma ou de outra, de todos os projetos profissionais⁵. Em alguns projetos, teve posição hegemônica, isto é, houve uma hipertrofia da concepção instrumental em detrimento de uma concepção de relação com as demais dimensões. Nestes a dimensão ético-política é "camuflada", e a dimensão teórico-metodológica substituída por "doutrina".⁶

4 Segundo Netto (1999, p. 95-96) os projetos profissionais "são construídos por um sujeito coletivo - a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de campo, mas que deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que dão efetividade à profissão [...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações económicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico da própria profissão e, ainda, às mudanças na composição social da categoria. Em face de tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam."

5 Trindade (1999) aponta três projetos profissionais do serviço social: projeto profissional de institucionalização; projeto profissional de modernização e projeto profissional de ruptura. De certa forma, estes são consensuais na literatura, variando algumas nomenclaturas. lamamoto (1992) por exemplo, cita: conservadorismo; atualização da herança conservadora e busca de ruptura, e Netto (1990), conservadorismo e o processo de renovação do serviço social, este último tendo três direções: modernização conservadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

6 É o que nos faz crer a afirmação de Sá (1995, p. 82), ao pesquisar o conhecimento e currículo em serviço social: "Outra matéria que nos chama a atenção é a sociologia. Tanto o serviço social de casos, quanto o serviço social de grupo e organização social da comunidade, por sua natureza, exigiam uma base sociológica voltada para o fato social positivo e as relações funcionais.

A dimensão técnico-operativa foi preponderante, no exercício e na formação profissional, principalmente a partir de meados de 1940, quando se inicia uma influência do serviço social norte-americano no Brasil, que vai se fortalecer nas décadas de 1950 e 1960, tornando hegemônico nesta última. É com a penetração das idéias positivistas durkheimianas e com seu desdobramento funcionalista que se fortalece no serviço social uma ênfase nas atividades técnicas de viés instrumental, pautadas na racionalidade formal abstrata. A técnica é utilizada tendo "um fim em si mesma", de modo "apolítico", pretendendo uma neutralidade. Esse período marca o "tecnicismo" do serviço social.

Essa influência atribui um caráter técnico-científico a esse campo, devido ao funcionalismo em voga nos Estados Unidos. Não se rompe, entretanto, com a herança católica-européia, predominante no cenário brasileiro. Passando a interagir com as ciências sociais, a profissão começa a se preocupar com o conhecimento da realidade, por meio não só da sociologia, mas também da filosofia, da antropologia e da psicologia social. É, porém, o perfil tecnocrático das ciências sociais americanas, àquela época, de neutralidade e nítida separação entre teoria e prática, que o serviço social brasileiro mais absorve.

No período de gênese do serviço social no Brasil, sob a influência da doutrina social da igreja, aliada ao Estado, e do serviço social europeu⁷ a profissão adquiriu uma formação moral e técnica, ambas de substrato humanista, calcada na filosofia aristotélico-tomista, tinha-se assim o cuidado de não deixar que a preocupação com a "técnica" profissional fosse maior do que a com a "moral doutrinária". A técnica deveria estar a serviço da doutrina; a base mais doutrinária sobrepuja à científica. Isso pode ser constatado na pesquisa de Sá (1995, p. 75), transcrevendo depoimentos contidos na Revista Serviço Social nº 7:

Técnica apropriada, agentes competentes, eis o que caracteriza o serviço social. Essa técnica e esta competência tornam-se dia a dia mais indispensáveis para que seja eficaz para o bem de todos e de cada um. O exagero da técnica e da ciência nos casos individuais, no entanto, suprime a alma do serviço social.

Segundo Guerra (1998), é inerente ao comportamento instrumental se deter nos meios em detrimento dos fins, ou seja, faz-se uso das técnicas sem a preocupação com os fundamentos e princípios ético-políticos que norteiam as ações. Esse comportamento é originário de uma racionalidade formal-abstrata, que comporta ações instrumentais e é mantida por estas. Para a autora, a profissão sustentada por essa concepção tem na dimensão técnico-instrumental sua razão de ser, apoiando-se em ações fragmentadas, rotineiras e burocratizadas.

Esse conteúdo, no entanto, não é abordado no programa de sociologia, a não ser de forma tangencial [...] É nas disciplinas voltadas para a formação cristã que os aspectos sociológicos são mais aprofundados, mas sempre referenciados pela Doutrina Social da Igreja, pela noção de bem comum, da justiça social, da fraternidade cristã.⁸

- 7 É característica da influência europeia a preocupação com a re-cristianização da sociedade. É nela que encontraremos a especial ênfase dada à questão da ordem, sendo para isso fundamental que os assistentes sociais tivessem uma formação doutrinária e moral.

Na década de 1960, sob a égide da autocracia burguesa⁸, o serviço social passa por um momento importante em que repensa sua formação e intervenção junto à realidade brasileira. Não se trata, porém, de um movimento isolado, mas do reflexo da conjuntura social, política e econômica da América Latina, que Netto (1990) denomina de processo de "renovação do serviço social"⁹. Esse processo de renovação é bastante contraditório e heterogêneo dentro da categoria. Ao mesmo tempo que traz em seu bojo segmentos que reforçam o regime autoritário, brasileiro vigente à época, traz também um outro segmento que o questiona e se lhe opõe. Trata-se, portanto de um movimento endógeno e exógeno à profissão.

De forma geral pode-se dizer que esse movimento vai se opor à herança intelectual e cultural da profissão até então, acenando para novas concepções teóricas, ideológicas e políticas. Netto (1990), conforme nota de rodapé número cinco, identifica três direções predominantes e distintas nesse processo: a perspectiva modernizadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo e a perspectiva de intenção de ruptura. As duas primeiras direções, segundo o autor, apesar de não romperem com as concepções herdadas do passado, pretendiam oferecer maior consistência interna à profissão, com o respaldo de um referencial teórico-metodológico bem definido.

A perspectiva modernizadora buscou o avanço técnico da profissão numa perspectiva de eficiência/eficácia e modernização. Ela é resultante de dois seminários - o de Araxá, em 1967, e o de Teresópolis, em 1970. Esses encontros foram organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS) e tinham por objetivo empreender uma sistematização teórico-prática do serviço social. Na verdade, reafirmou-se a diretriz tradicional, mas voltada agora para a integração social, atendendo a um programa político de cunho desenvolvimentista. O aprimoramento teórico-metodológico que se procura nesse momento visa a sustentar a intervenção, mas sem questionar o poder vigente. Com o suporte da concepção sistêmica, consolidam-se o serviço social de caso, de grupo e de comunidade, reforçando-se o estudo, o diagnóstico e o tratamento.

Faleiros (1981) afirma que essa técnica fragmentada, preponderante no período, gera o tecnicismo e leva ao empirismo, conseqüência de uma visão neopositivista de atuação, segundo a qual os profissionais devem ser os cumpridores de uma política determinada pelos altos escalões administrativos, aplicando normas preestabelecidas, administrando os problemas da clientela. Esse modelo tecnocrático tem predomínio nas instituições demandantes do serviço social.

8 O período da "autocracia burguesa" é considerado por Netto (1990), sem precedentes na historiografia da profissão, pelo desenvolvimento que esta alcançou. Para esse autor, o processo de autocracia burguesa corresponde ao período de 1964 a 1979.

9 Segundo Netto (1990, p. 131), por renovação entende-se "o conjunto de características novas que, no marco das construções da autocracia burguesa, o serviço social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e, disciplina sociais" [...] "A renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem."

Assim, o exercício profissional se fortalece em ações - como respostas às requisições feitas ao profissional - que continuam centradas nos indivíduos, vistos como desajustados. As interseções entre os desajustamentos e a estrutura social são reconhecidas, mas não questionadas. Por conta disso, as ações centram-se na adaptação do sujeito ao meio; são ações "educativas" que interferem nos valores e nos costumes das classes populares. Requisitam-se a participação popular, mas sob controle. Há, com isso, uma grande preocupação com técnicas adequadas à intervenção; a técnica e a ampliação das funções da profissão são esforços em direção às demandas postas. Entretanto, não se trata mais de técnicas doutrinárias, mas do aperfeiçoamento técnico e científico, fundamentado na sociologia via positivismo e concepção funcional/sistêmica.

A perspectiva de "intenção de ruptura", por sua vez, tentou romper com a herança intelectual e cultural do serviço social, trazendo para o debate a concepção marxista. Essa concepção, marcada por uma racionalidade crítica e reflexiva, trouxe novos elementos que ajudaram a repensar os instrumentais técnico-operativos do serviço social, bem como o serviço social enquanto prática política, a unidade entre teoria e prática e a visão de totalidade.

Essa perspectiva conseguiu chamar atenção para o caráter político dos instrumentais técnico-operativos, negando uma suposta neutralidade no seu manuseio, defendida pela razão instrumental, de cunho formal. Segundo Trindade (2000, p. 396):

...o uso dos instrumentos implica uma habilidade técnico-política que vai além do domínio dos procedimentos corretos para a aplicação das regras que imprimem eficiência, por exemplo, à realização de entrevista, reunião, visita, registro, observação etc. Por trás da aparente neutralidade de sua aplicação, encontram-se objetivações que articulam dimensões econômico-sociais e ético-políticas, relativas aos sujeitos profissionais, individualmente, e aos interesses de classe. Além das mediações políticas que se colocam no uso do instrumental, o emprego de um conjunto de técnicas instrumentalizadoras da ação está em dependência direta com iniciativas no campo teórico-metodológico, no âmbito da leitura da sociedade, da pesquisa sobre os processos sociais. Dependendo do referencial teórico-metodológico, o conhecimento pode proporcionar níveis diferenciados de superação da imediatez dos fenômenos. O conteúdo e a justificativa do emprego do instrumental técnico-operativo dependem da análise da realidade, a qual fundamenta a intencionalidade/direção social empreendida à ação, pelos sujeitos profissionais.

Esse movimento de ruptura pôs em xeque, portanto o "tecnicismo", mas pode ter incorrido numa atitude oposta: o negligenciamento de uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa do serviço social dentro dessa nova direção da profissão.

Assim na década de 1990, alguns profissionais sinalizam para a academia a importância de resgatar esse debate à luz dos pressupostos do materialismo histórico dialético, enfatizando a articulação intrínseca às dimensões da prática profissional. Porém ao enfatizarem essa articulação diluem a dimensão técnico-operativa nas outras dimensões, não considerando suas particularidades, ou seja, desconsideram que essas dimensões apesar de se articularem e de formarem uma unidade, elas não se identificam.

1.2 A DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para Guerra (1998, p. 12): “o ‘fazer’ do assistente social exige o conhecimento da situação, do cotidiano da sua prática, dos meios e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que suas ações poderão desencadear”. Assim, é necessário a esse profissional estar fundamentado por uma teoria social. A escolha de uma perspectiva teórico-metodológica passa pelos sujeitos, mas não de forma aleatória ou individual e sim por meio do conhecimento dos fundamentos epistemológicos e filosóficos, da apreensão das implicações políticas de cada teoria e do método desencadeado por tal escolha.

Nesse sentido, Guerra (1998) aponta para duas vertentes construídas, a partir do século XVIII, que se afastam da filosofia clássica de cariz ontológico: a primeira configurada pelo historicismo alemão e pela sociologia compreensiva de Max Weber, e a segunda pelo positivismo criado por Comte e modernizado por Durkheim. A autora ressalta que essas vertentes não são antagonicas, apesar de serem diferentes. Seus aspectos convergentes são o pensamento kantiano de base, a emergência de ambas no período da industrialização e a defesa da laicização da ciência, vista como única forma de conhecimento. Ambas as vertentes concebem ciência como atividade racional, objetiva e sistemática, e ambas adotam uma perspectiva racionalista e agnóstica na forma de conceber a sociedade.

A diferença básica está no positivismo de Durkheim – positivismo sociológico – fundada na razão formalizadora. Ele é o responsável pela institucionalização do paradigma da racionalidade formal-abstrata na análise das estruturas sociais, uma vez que sua preocupação se estende para uma intervenção nesta sociedade para além de um método de conhecimento.

O pensamento positivista pode ser resumido nas seguintes teses: a realidade se constitui essencialmente naquilo que nossos sentidos podem perceber; as ciências sociais e as ciências naturais compartilham de um mesmo fundamento lógico e metodológico, distinguindo-se, apenas, no objeto de estudo; existe uma distinção fundamental entre fato e valor, e a ciência deve se ocupar do fato, desvincilando-se do valor.

Com base nessas premissas conclui-se que: a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social; as ciências sociais devem descobrir as leis invariáveis e independentes que a regulam; os métodos e técnicas para se conhecer uma sociedade são da mesma natureza que os empregados nas ciências naturais; o conhecimento objetivo, livre de juízo de valor tem primazia, e os cientistas sociais, portanto devem calar as paixões e, nesse silêncio, iniciar seu estudo objetivo e neutro; os fatos sociais devem ser tratados como “coisa”, podendo assim ser descritos, classificados com precisão e de forma independente das idéias do cientista sobre a realidade social.

Essa forma de pensar teve grande repercussão em todos os setores da sociedade, no final do século XIX e início do século XX, influenciando a produção do conhecimento, em particular, a pesquisa empírica. Veículo de um pensamento conservador, esse paradigma de racionalidade formal-abstrata encontra lastro na tradição do serviço social. É bom lembrar que o processo de surgimento desse campo profissional nos países cênicos, segundo Netto (1992), está intimamente

ligado ao agravamento da “questão social”¹⁰ na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Tal agravamento intensificou a organização e a luta dos trabalhadores visando a conquista de melhores condições de vida. A ordem burguesa, por sua vez, via-se impulsionada a oferecer “soluções” que a minimizassem.

A busca de “solução” para as seqüelas da “questão social”, por parte do Estado, é permeada pela racionalidade positivista, que se configurava num dos suportes para se pensar o social.¹¹ Os sujeitos tornam-se meros objetos, e o social é visto segundo uma ótica ético-moral, o que leva à psicologização das relações sociais. Ou seja, as expressões da “questão social” são tratadas como externas às instituições da sociedade burguesa, portanto reduzidas à questão moral,¹² despolitizadas e encaradas como objeto de administração técnica.

Essa racionalidade formal-abstrata influi nos procedimentos de intervenção do serviço social, incorporando elementos do serviço social norte-americano, dentre eles os “métodos” de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. O serviço social de caso, é predominante no início da institucionalização do serviço social e, de acordo com observação de Dantas (1995), ele centra-se nos fenômenos intrapsíquicos, valorizando o funcionamento social do indivíduo, tendo como referência a metodologia psicanalítica. Assim, segundo este autor, neste momento não houve, ou houve minimamente uma influência da corrente funcionalista.

No final da Segunda Guerra Mundial, introjeta-se no serviço social o “método” de grupo, este, com o aporte da teoria funcionalista americana que ainda focando os indivíduos, visa fortalecê-los por meio da convivência grupal.

Na década de 1950, inicia-se a aplicação do “método” de comunidade no serviço social, que se desenvolve até final da década seguinte. Netto (1990, p. 140) indica na historiografia da profissão três vertentes profissionais no que se refere ao Desenvolvimento de Comunidade: “Uma corrente que extrapola para o DC os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o DC uma perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o DC como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas.”

10 O entendimento sobre a questão social pode ser encontrado em Netto (1992, p. 13 apud CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21) que a especifica como: “O conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade Capitalista [...] está vinculada ao conflito entre o Capital e o Trabalho.”

11 Netto (1992, p. 39) nos confirma, “De um estilo de pensar o social que tem por limite o marco da sociedade burguesa, o positivismo, que antes de ser uma “escola” sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês.”

12 É importante delimitar a diferença entre a concepção de Durkheim e de Comte. Segundo Netto (1992, p. 43-44): “Num segundo momento, desembaraçada da ‘metáfora positiva de Comte’ (DURKHEIM, 1973, p. 376) e sem o cariz da ‘religião da humanidade’, a psicologização avança. Trata-se aqui da elaboração durkheimiana que, como toda expressão do mais legítimo conservadorismo, partia igualmente da colocação de que a ‘questão social’ era fundamentalmente moral (e, tal como Comte, a deseconomizava). Contudo, se esta premissa era oriunda do comtismo, a sua articulação no pensamento de Durkheim é bastante diversa (...) De fato, o nervo da reflexão durkheimiana pode corretamente ser localizado na questão do controle social – e é então que a sua modalidade de psicologização das relações sociais aparece inteira: a essência de um tal controle efetivo e operante, encontra-se na esfera moral.”

A ênfase no "como fazer" está presente nos processos de caso, grupo e comunidade e marca o "metodologismo" na trajetória intelectual desta profissão.

O processo de renovação marca o pluralismo¹³ teórico-metodológico no serviço social, quando, pela primeira vez, evidenciam-se nesse campo orientações distintas, não necessariamente antagônicas, que travam um debate com a herança intelectual e cultural conservadora. Entretanto, conforme já dissemos na seção anterior, segundo Netto (1990), as direções de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo, verificadas nesse momento, apesar de avançarem ao oferecerem ao serviço social um tratamento "científico", ainda buscam respaldo nas correntes sistêmicas (de origem positivista) e na vertente fenomenológica, não rompendo, assim, com o universo teórico-metodológico de tradição conservadora, pelo contrário, mantêm-no. Inclusive, é nesse período, que se fortalece o "método" de caso, grupo e comunidade, dando ênfase ao estudo, planejamento/tratamento e avaliação¹⁴.

Para esse autor, a única perspectiva que vai de encontro com o conservadorismo é a "intenção de ruptura". Apesar desta perspectiva, em seu momento inicial - década de 1970 -, ter sido atravessada por equívocos, ao incorporar uma leitura "enviesada" de Marx, o que acarretou a assimilação da concepção neopositivista de influência althusseriana¹⁵, em seus momentos posteriores¹⁶ tenta-se romper com esses equívocos, tendo sido a década de 1980 determinante para esse processo. Devido à ditadura militar, inicialmente, o processo de renovação ficou restrito à academia. Com a abertura política, esse processo amplia-se para a categoria em meados de 1980. A partir desse período, há um amadurecimento das reflexões sobre a concepção marxista, buscando-se ampliar os conhecimentos sobre Marx a partir de leituras do próprio autor e de autores marxistas, como Lukács e Gramsci.

Como veremos a seguir, no processo de conhecimento do social - pelo serviço social -, nessa vertente crítico-dialética de inspiração marxista, concebe-se uma unidade entre teoria e prática. Para Netto (1989, p. 143-144), a reflexão teórica não "constrói" um objeto, ela é um instrumento de análise do real: "o produto teórico por excelência, é uma reprodução ideal de um processo real". A teoria "é um movimento através do qual a razão extrai dos processos objetivos a sua legalidade intrínseca", seria a "apreensão do movimento do ser social".

13 Segundo Yamamoto (1992, p. 180), "o pluralismo não se confunde com o ecletismo. Enquanto o pluralismo implica o embate e o debate de diferentes posições, o ecletismo expressa-se como conciliação no plano das idéias, fruto, inclusive, da tradição de conciliação política predominante em nossa formação histórica e social".

14 Ver Dantas em Netto (1990, p. 180).

15 Haja vista a experiência da Escola de Serviço Social da UC/BH, conhecida como "método B.H." Para maiores detalhes ver Netto (1990).

16 Abreu (2002) distingue dois momentos na intenção de ruptura. O primeiro tem lugar na década de 1970 e expressa um viés mecanicista com rejeição das instituições estatais. Há um descompasso entre ação profissional e ação política partidária e um superdimensionamento da participação popular. Nesse período, o debate sobre a profissão se faz sobretudo, nos meios acadêmicos. O segundo momento tem início no final de 1970 e atravessa a década seguinte. De orientação gramsciana, com uma perspectiva dialética, expande-se a polêmica anterior para o meio profissional, constituindo-se num momento de reflexão sobre os erros e acertos do período inicial, tentando-se refletir sobre os equívocos ocorridos. Segundo Netto (1990), esses momentos são três: o de emergência (1972/1975), o de consolidação acadêmica (1980) e o de espraiamento sobre a categoria profissional (a partir de 1985).

Em Kameyama (1989, p. 100), encontramos reflexão semelhante:

[a teoria é] a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, idéias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade. A teoria consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora. Por isso, então, na teoria marxiana a questão do conhecimento está internamente ligada com a questão da transformação. O conhecimento visa a transformação que é a prática social.

Nesta mesma linha, para Iamamoto (1992), teoria é a reconstrução, pelo pensamento, do movimento do real, apreensão de suas contradições, tendências, relações e determinações. Assim, ela não pode ser vista como um modelo, ela serve como referência para uma análise. A autora entende a relação teórico-metodológica como um modo de ler e interpretar a sociedade e os elementos que constituem suas particularidades, e também como uma forma de relacionar-se com o ser social, uma relação entre o sujeito que busca o conhecimento e o objeto investigado. Para isso "implica uma apropriação da teoria – uma capacitação teórico-metodológica – e um ângulo de visibilidade na leitura da sociedade – um ponto de vista político, que, tomado de si, não é suficiente para explicar o social" (IAMAMOTO, 1992, p. 179).

Em 1982 foi aprovada uma nova grade curricular para a formação profissional que tentava romper com a metodologia tradicional, eliminando as disciplinas de caso, grupo e comunidade, trazendo uma reflexão teórico-metodológica que partisse do conhecimento da sociedade e utilizando pensadores clássicos (Marx, Weber, Durkheim, entre outros) que têm uma produção teórico-metodológica de explicação da sociedade.

Contudo, fazendo parte desse processo de ruptura, a mudança no currículo propiciou o surgimento de novas questões e reafirmou velhas dúvidas quanto à dimensão teórico-metodológica do serviço social. Uma pesquisa realizada pela Abess, divulgada no número 3 de sua revista (1989), em nível nacional, apontou quatro tendências no ensino da "metodologia" nas escolas de serviço social. Essas tendências mostraram, ainda, resquícios de nossa herança cultural e intelectual conservadora.

A primeira delas refere-se à permanência do dualismo entre teoria e metodologia, impregnada pela concepção positivista, ou seja, mantém-se disciplinas de metodologia, de teoria e de história como se não formassem uma unidade, uma totalidade. Além desse divórcio, em vez de caso, grupo e comunidade, mantém-se também uma visão tripartite com a divisão do conteúdo das disciplinas de metodologia no estudo do positivismo, da fenomenologia e do marxismo e suas respectivas derivações, vistos de forma isolada e tendendo à especialização de cada uma. Poucas escolas percebem a necessidade de articulação entre essas três disciplinas.

A segunda tendência refere-se à forma de transição dos conteúdos do antigo para o novo currículo. Algumas escolas tendem a fazê-lo apenas como remanejamento ou construção de um patamar crítico. Essa transposição é feita, predominantemente, de forma mecanicista e fragmentada, não permitindo visualizar o confronto existente na dinâmica do processo histórico do serviço social. As disciplinas de metodologia

são divididas de acordo com as vertentes que influenciaram o serviço social – funcionalismo, fenomenologia e marxismo –, sem, entretanto, aprofundar o significado dessa herança para o momento atual. E, ainda, percebeu-se que a rejeição pelo “método” de caso, grupo e comunidade acarretou uma desvalorização da ação profissional dos atendimentos individuais e grupais.

A terceira tendência refere-se à redução do ensino da metodologia em uma única disciplina ou em sua articulação com outras disciplinas do currículo. Aqui, a pesquisa encontrou três manifestações: a ênfase no discurso teórico em detrimento da unidade teoria/prática, a separação entre metodologia da ação e metodologia do conhecimento e compreensão da metodologia da ação e da metodologia do conhecimento como uma só expressão. Essas duas últimas manifestações estão em debate, ainda hoje, no seio do próprio marxismo.

Outra questão presente nesta terceira tendência é da existência ou não de uma teoria própria do serviço social, questão discutida, também, dentro da direção marxista do serviço social.

A quarta tendência refere-se ao papel do aparato técnico-instrumental no interior da discussão metodológica. De um lado, as tendências caminham para uma ênfase no tecnicismo, em conformidade com nossa tradição, e, de outro, para a politização das técnicas, acompanhando o movimento de ruptura. Encontrou-se nas escolas um certo desprezo pelo conteúdo instrumental, sendo sempre referida à teoria que lhe dá significado. Os pesquisadores, porém, não perceberam, nos informes obtidos, essa relação entre teoria e instrumental: “Está evidente que do referencial teórico-metodológico crítico-dialético não se inferem diretamente os procedimentos particulares para a condução da intervenção profissional” (ABESS, 1989, p. 88).

A década de 1990 é para o serviço social um período de amadurecimento dessas reflexões. A preocupação com a reforma curricular ganha ainda mais espaço e as críticas, apontadas anteriormente, oferecem subsídios para a reformulação do currículo. Essa construção envolve amplos setores da categoria, como a ABESS (hoje ABEPSS), o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social), em uma ampla e democrática discussão ao longo de três anos (1994-1996).

Em 1995, elaborou-se o documento “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional (ABESS/CEDEPSS, XXIX Convenção, em Recife), que complementa e aprofunda a reforma curricular anterior, propondo como perspectiva fundante da formação profissional o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Teoria, método e história não poderiam ser diluídos em disciplinas estanques, uma vez que encontram-se articulados “como dimensões de uma única questão, a concepção teórico-metodológica historicamente situada (como explicação da sociedade e explicação da profissão) que orienta o exercício profissional e as suas formulações teóricas” (ABESS, 1989, p. 19). Assim, o eixo central das novas diretrizes curriculares é a “questão social” nas suas determinações sócio-históricas e ideo-políticas.

Essas diretrizes curriculares, aprovadas com restrições pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministério da Educação e do Desporto em 2001¹⁷, enfatizam o ensino da prática e chamam atenção para os equívocos anteriores,

17 Vale a pena consultar a nota de rodapé nº 6 de Iamamoto (2002, p. 22), onde se expõe esse difícil processo junto ao Conselho Nacional de Educação, culminando com a descaracterização das diretrizes originais proposta pela categoria.

com a exagerada abordagem ao "como fazer" tecnicista e instrumental. Afirma a unidade entre teoria e prática, entre competência técnica e política. A nova base curricular privilegia enfim, uma teoria social crítica que permita um método de apreensão do singular como expressão da totalidade social.

Essa proposta curricular constitui-se de três núcleos: fundamentação teórico-histórica das configurações sócio-econômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho e fundamentação do trabalho profissional.

A despeito dessas diretrizes, que ainda estão em fase de implementação nos cursos de serviço social, até hoje presenciamos, com bastante frequência, os profissionais reclamarem de uma suposta distância entre teoria e prática, denunciando um "academicismo" da prática profissional. Esse posicionamento aponta para um questionamento do debate teórico-metodológico na academia: como estão sendo ministradas as disciplinas e qual concepção de teoria e metodologia perpassa os profissionais?

1.3 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA

Por que dimensão ético-política? Para Rios (2001), a idéia de política está associada à de poder. O poder não se separa da força, que são os meios que possibilitam influir no comportamento humano. Assim, a dimensão política constitutiva das práticas sociais surge já na intencionalidade dessas práticas; ou seja, o fato de se ter a intenção x ou y, de se optar pela ação x ou y, mostra a inserção política de seu agente. Heller (apud Rios, 2001, p. 41) nos esclarece: "ser político é tomar partido e tomar partido significa não ficar indiferente em face das alternativas sociais, participar e produzir em relação com toda a vida civil e social". Tomar partido implica se comprometer, para se comprometer é necessário inferir valores sobre o "objeto" de nosso comprometimento, daí o caráter ético-político do comprometimento. Se ética é uma reflexão crítica sobre determinados valores presentes na ação humana, e se toda ação dos homens sobre a sociedade é uma ação política, há uma intrínseca relação entre ética e política.

Com essa compreensão, pode-se afirmar que a dimensão ético-política sempre se fez presente na prática profissional do serviço social, o que não significa dizer que ela foi sempre visível à profissão. Como afirma Iamamoto (1992, p. 114) "o significado social da profissão na divisão social e técnica do trabalho é político, travestido, porém, de uma aparência de atividades dispersas, descontínuas, filantrópicas". Ainda, segundo Iamamoto (IAMAMOTO, 1992, p. 121), o serviço social só pôde se institucionalizar "como parte de uma estratégia do bloco no poder, que articula interesses homogenizados pelo grande capital".

Dessa forma, nota-se que o caráter político da prática profissional se configura desde seu surgimento dentro das relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter independe dos objetivos e da atuação do profissional, isoladamente. Segundo confirma Iamamoto (1992, p. 122), o caráter político da profissão

...se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do

Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como assistentes sociais; trata-se de organismos de coerção e hegemonia que sofrem o rebatimento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais.

Para essa autora o ponto central da dimensão política da prática profissional encontra-se na "relação da profissão com o poder de classe", ou seja, a quem as respostas profissionais têm atendido prioritariamente.

A prática do serviço social encerra uma dupla contradição: ao mesmo tempo que responde aos interesses das classes dominantes, no sentido de colaborar com a reprodução das relações sociais, responde também aos interesses das classes subalternas por oferecer serviços que vão ao encontro de suas necessidades de sobrevivência, por meio da execução de políticas sociais implementadas pelo Estado.

Sendo a atuação profissional direcionada por interesses sociais de classes antagônicas, cabe ao profissional definir a quem fortalecer, estabelecendo para isso estratégias profissionais e políticas que definam o caráter político de sua prática. Essa opção não é individual, ela faz parte de um processo de elaboração coletiva de um projeto profissional, mas é atravessada pela singularidade dos agentes profissionais.

O movimento de renovação do serviço social, na direção de intenção de ruptura, principalmente no período de 1979 a 1985, sem dúvida alguma, foi o marco para a emergência do debate sobre a dimensão ético-política inerente ao exercício profissional dessa categoria. Tal debate se deu em dois sentidos: o de negar o caráter supostamente "apolítico" e "neutro" com que a profissão intervinha na realidade; e o de afirmar o seu comprometimento com as classes subalternas, fazendo a crítica ao conservadorismo herdado pelo serviço social.

Defendendo uma prática profissional a serviço dos interesses da população trabalhadora¹⁸, o assistente social volta-se para a dimensão política de sua prática e para a conseqüente necessidade de seu enriquecimento científico de análise da realidade social, por meio do aprofundamento teórico-crítico.

No entanto, essa discussão provocou alguns equívocos de interpretação que se refletiram na intervenção do assistente social. Entre eles: não distinção entre prática profissional e militância política; confusão entre prática profissional e prática revolucionária; recusa das instituições como mercado de trabalho para o assistente social; superdimensionamento da participação popular na construção de um projeto profissional comprometido com os interesses populares; distância entre os supostos avanços no campo político-ideológico e a efetiva análise das condições objetivas dessa prática; superestimação de uma visão política em detrimento dos sujeitos; rejeição pela discussão da dimensão técnico-operativa do serviço social; visão fatalista em que os profissionais, diante da realidade, se sentem impotentes para agir; ações voluntaristas, acreditando no poder de transformação social dessa profissão culminando em abandono da mesma ao se desiludirem dessa sua força transformadora.

É também na década de 1980 que é introduzido no serviço social o debate sobre a ética, incorporando-se reivindicações progressistas. Contudo, esse debate,

¹⁸ O que foi amplamente criticado por alguns profissionais mais tarde. Ver Yamamoto (1992).

apesar de inovador, realizou-se não sem problemas, devido à falta de acúmulo na reflexão sobre essa temática. O Código de Ética Profissional, criado em 1986, é um exemplo dessa situação. Segundo Netto (1999), seus avanços se fizeram sentir, principalmente, no âmbito de sua dimensão política, por romper com o conservadorismo no que se refere ao comprometimento da profissão com as classes trabalhadoras. Porém, no que se refere a outras dimensões – éticas e profissionais –, deixou a desejar. É esse problema que vai suscitar sua revisão em 1992, sendo garantido e aprovado o novo Código de Ética da Profissão¹⁹. É ainda na década de 1990 que se garante o ensino da ética, vista como prioridade na formação profissional do assistente social. Os conteúdos e os fundamentos dessa disciplina foram revistos e articulados ao ensino das outras disciplinas presentes nas novas diretrizes curriculares mencionadas anteriormente.

A dimensão ético-política da profissão, na década de 1990, está vinculada sobretudo à defesa dos direitos sociais, fortalecidos com a nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Essa nova constituição, para muitos, tornou-se símbolo do processo de democratização do país. Pela primeira vez, no Brasil, garantiram-se, na Constituição Federal, direitos sociais²⁰ e ampliou-se a noção de cidadania. Entretanto, é interessante retornar até 1970, década da segunda crise internacional do petróleo, quando começaram a se operar mudanças na ordem capitalista cujo ápice ocorre justamente duas décadas depois, ou seja, na década de 1990. Entre essas mudanças incluem-se a globalização e a regionalização do mercado com flexibilização da economia, reestruturação do Estado e de suas relações com a sociedade e a configuração de novos padrões tecnológicos. Esse processo é orientado pelo Neoliberalismo que se torna hegemônico e propõe: a desregulamentação do Estado, com a defesa de uma ideologia de "solidariedade social"; a retomada da benemerência com novas roupagens, uma filantropia de nova qualidade, estimulada e produzida pelo grande capital; o esvaziamento das legislações sociais duramente conquistadas e garantidas, como a reforma constitucional de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei Orgânica da Assistência (LOAS) de 1993.

O esforço de construção de um projeto profissional de orientação Marxista é afetado por essa conjuntura sócio-econômica e política, em especial com a queda do socialismo real e com a retração do Estado. Essa retração tem como consequência principal a responsabilização da sociedade nas respostas a serem dadas para as seqüelas da "questão social". Isso desqualifica a assistência como direito, incentivando a "solidariedade" fundada no trabalho voluntário. Trata-se de uma despoliticização da "questão social".

19 O Código de Ética Profissional do assistente social foi aprovado em 1992, no XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS, após amplo debate na categoria, sendo publicado no Diário Oficial da União, em 13 de março de 1993, entrando em vigor a seguir.

20 Para Coutinho (1997) os direitos sociais são os que permitem ao cidadão uma participação na riqueza material e espiritual criada pela coletividade (a educação, saúde, habitação, assistência, entre outros). Apesar de terem sido reivindicados pelos trabalhadores ao longo de todo o século XIX, só foram assimilados como direito positivo no século XX. Marshall (1967) definiu três níveis de direitos de cidadania, a partir de seu surgimento no mundo moderno. Esses direitos iniciam-se com a obtenção dos direitos civis, passando pelos direitos políticos e chegando aos direitos sociais, seguindo uma ordem cronológica que não se reproduziu do mesmo modo nos diferentes países.

É um período de avanços e retrocessos, que se refletem nas demandas e nas respostas dadas pela profissão. Em relação às demandas, segundo Guerra, mantêm-se as tradicionais, que se submetem a um processo de atualização, convivendo com as emergentes. Assim, temos: demandas de setores organizados pela rearticulação da sociedade civil, pela ampliação dos direitos sociais e pela construção da cidadania – garantidos na reforma constitucional; participação dos assistentes sociais na organização popular e administração pública; apoio aos sindicatos e aos movimentos sociais; atendimento às necessidades concretas imediatas para intermediar a prestação de serviços básicos; ações socializadoras; ações estimuladoras da interferência popular na democratização da sociedade e de politização das demandas sociais; gestão de serviços sociais; assessoria gerencial; qualidade total.

Em relação às respostas, observam-se os seguintes encaminhamentos: estabelecimento de alianças com as classes populares organizadas, tendo em vista a transformação social e a democratização do país; defesa dos direitos sociais; pesquisas; resgate da assistência social, mas vista como direito social; viabilização do acesso da população às informações; tentativa de rompimento com práticas tuteladoras/clientelistas; atuação profissional com qualificação teórica, técnica e, principalmente ético-política; capacitação e fortalecimento da participação popular, no sentido de fazer face a seus interesses de subsistência.

Contudo, como já assinalamos, essa conjuntura é um campo fértil para a renovação da razão instrumental, com seus princípios e valores conservadores e reacionários, reforçando o individualismo, o egoísmo e o consumismo, em suas mais altas expressões. De acordo com Guerra (2000), esse panorama incide no serviço social, reatualizando um viés não de todo abandonado pela profissão, como os aspectos psicologizantes das relações sociais, a responsabilização do indivíduo por sua vida e a busca por modelos de intervenção. A perspectiva modernizadora parece emergir mais uma vez pela presença de três aspectos: o aguçamento do conservadorismo típico da ordem burguesa, a hipertrofia da perspectiva individualista e a expansão da racionalidade do mercado.

Essa tendência incide diretamente na dimensão ético-política da prática profissional, por fortalecer ações discriminatórias, moralistas, individualistas e pragmáticas. Nega-se uma ética "emancipatória" – utilizando o termo de Barroco (1999) – tão duramente conquistada pela categoria.

2 O DEBATE CONTEMPORÂNEO: A UNIDADE DO DIVERSO

No decorrer deste artigo, procuramos delinear como se desenvolve as dimensões da prática profissional do serviço social a partir de necessidades sócio-históricas, endógenas e exógenas ao serviço social, e como essas dimensões são enfatizadas nos diferentes projetos profissionais construídos ao longo da trajetória histórica dessa profissão. Também procuramos demonstrar que tais dimensões não são independentes umas das outras, apesar de, em determinados momentos, em virtude da conjuntura sócio-político-econômica, que determinava o projeto profissional hegemônico, poder haver destaque de uma dimensão em detrimento das outras.

O que pretendemos enfatizar, aqui, é justamente a concepção de unidade das dimensões da prática profissional. Tal concepção que – não é debatida apenas no serviço social²¹ – começa a assumir visibilidade a partir da direção de “intenção de ruptura” do processo de renovação do serviço social, na década de 1980, só se intensifica na década de 1990, quando a prática profissional ganha destaque na discussão da formação profissional. Os próprios equívocos na apreensão da teoria social de Marx ocasionaram distorções na leitura das dimensões: ora privilegiando a dimensão política em detrimento da dimensão técnica; ora compreendendo a dimensão ética apenas no campo da normatização; ora subestimando a força do referencial teórico-metodológico de cariz positivista, levando a uma ruptura política dissociada de uma ruptura teórica com a herança conservadora.

Rios (2001), chama a atenção para a importância das dimensões técnica e política na competência do educador. Para ela, essas dimensões são estreitamente articuladas por meio da dimensão ética. Esta, por seu teor de responsabilidade e de compromisso, poderia evitar práticas politicistas e tecnicistas. Estando a ética associada a escolhas, no processo de escolher as técnicas a serem utilizadas na ação já haveria um componente ético-político. Segundo essa autora (RIOS, 2001, p. 67): “a ética é mediação, mas também síntese da técnica e da política. Ela está expressa na escolha técnica e política dos conteúdos, dos métodos, do sistema de avaliação, etc. ou ela tem de desvendá-los. O educador enquanto profissional é portador de valoração em sua prática”.

Rios ressalta, ainda, que a dimensão política se distingue (didaticamente) da dimensão técnica, mas esta é indissociável daquela. As regras, as técnicas, não têm fim em si mesmas; a elas são imputados valores determinados pela dimensão ético-política que lhes dá feição.

Os elementos técnicos existem num determinado processo histórico; portanto, para apreender esses elementos, faz-se necessária a apreensão da direção histórica que os produziu. Para Nosella (1983), a técnica também não antecede o político, ao contrário, ao escolhermos uma técnica já estamos exercitando uma certa concepção política. Para esse autor, a técnica contém uma visão de mundo, uma visão política na qual se expressam intenções sociais gerais: “A competência técnica não é jamais um momento prévio para o engajamento político, ela já é um determinado engajamento político” (NOSELLA: 1983, p. 96). Ou seja, é o político que orienta toda técnica e instrumentação (sic), tenha-se ou não consciência disso. Tal concepção supõe a subordinação da competência técnica ao compromisso político, o que vai de encontro à visão tecnicista de origem positivista. Para que ocorresse o rompimento com a abordagem positivista, uma nova competência teórica, comprometida politicamente com as classes trabalhadoras, precisaria emergir:

21 Na década de 1980, há um debate muito intenso de mesmo teor na Educação, haja vista a polêmica causada pelo livro “Magistério de 1º Grau – Da Competência Técnica ao Compromisso Político”, de Guiomar Namó de Mello. Essa obra, bastante questionada, é referência para vários autores. Para maiores detalhes ler, dentre outros: Nosella, Paolo. “Compromisso Político como Horizonte da Competência Técnica”, *Revista Educação e Sociedade*, CEDES. São Paulo Cortez, nº 14, abril de 1983 e Saviani, Dermeval. “Competência Política e Compromisso Técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido)”, *Revista Educação e Cultura*, CEDES. S.P. Cortez, nº 15, agosto de 1983.

"...onde fique evidenciada a necessidade de se substituir o velho arsenal de competências técnicas que implicava num compromisso político reacionário ou conservador, com um novo conjunto de técnicas ou, então, com uma metodologia radicalmente nova, isto é, uma metodologia com uma "raiz" ou ponto de vista substantivamente diferente que possa atuar e concretizar um novo compromisso político" (NOSELLA: 1983, p. 93).

Nesse debate sobre as dimensões da prática profissional, há uma grande preocupação dos autores com a dimensão técnica. Essa dimensão, a meu ver, é bastante polêmica no meio profissional, polarizando dois tipos de preocupações, uma da academia e outra dos profissionais da intervenção. A academia chama a atenção para o perigo de o ensino da prática ser reduzido ao "como fazer", o que pode reforçar a concepção tecnicista e instrumental de nossa herança intelectual e cultural. Propõe-se, então que o referencial técnico-operativo do serviço social se faça a partir de uma compreensão adequada das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas. Kameyama (1989) considera que, só por meio de um bom ensino da teoria, pode-se assegurar que os futuros profissionais terão condições de encontrar os instrumentais técnico-operativos adequados à sua intervenção. Assim, não seria necessária uma disciplina exclusiva que desse conta da dimensão técnica, pois ela já seria trabalhada em todas as outras disciplinas: a apreensão de uma teoria já apontaria para sua materialização "naturalmente" na prática, ou seja, o arcabouço técnico-instrumental surge dos conhecimentos adquiridos no conjunto das disciplinas que formam o currículo.

Cassab (2000, p. 127) considera a dimensão da "reflexividade" a mediadora desse encontro, exemplificando: "...quando o aluno é introduzido ao estudo da questão social no Brasil, ao diálogo com outros campos do conhecimento, ao conhecimento dos fundamentos do serviço social ou ao estudo da formação social brasileira, estamos realizando ensino da prática, desvelando o trabalho do serviço social". Para essa autora esse procedimento eliminaria os riscos de o ensino da prática ser compreendido em universos estanques: entre o conjunto de meios e instrumentos necessários ao trabalho e o arcabouço teórico.

Os profissionais da intervenção, muitas vezes, não conseguem se apropriar dessa relação. Para eles, há uma grande lacuna entre o que aprendem na universidade e a realidade de seus espaços sócio-ocupacionais. Frequentemente queixam-se das dificuldades que sentem no momento de materializar em ações os conteúdos obtidos na academia. Mostram grande preocupação com os "procedimentos corretos" de aplicação do instrumental técnico-operativo, que não consideram explicitados o suficiente. Isso não significa que desejem "modelos" mas que não conseguem apreender em sua formação acadêmica as relações que a teoria pode estabelecer com os momentos singulares de intervenção.

Assim, nota-se que a academia está preocupada em enfatizar a importância de todas as dimensões constitutivas do serviço social, inclusive, salientando a importância para a "competência profissional", da articulação entre elas. Nesse campo, a dimensão teórico-política, porém, tem tido primazia, o que pode redundar na negligência das particularidades de cada dimensão.

A meu ver o "fazer" profissional não pode se reduzir a uma dimensão, sob o risco de comprometer a competência²², uma vez que as solicitações que chegam até ele são de natureza as várias - técnica, teórica, ética e política. O profissional precisa estar amparado numa teoria que lhe sirva de parâmetro para conhecer a realidade. É esse conhecimento que lhe dará condições para criar estratégias e táticas de intervenção profissional comprometidas com um determinado projeto ético-político. O reconhecimento e a compreensão da dimensão ético-política como constitutiva da prática profissional possibilita ao profissional a busca de um referencial teórico-metodológico que lhe dê condições de criação de instrumentos técnico-operativos condizentes com suas finalidades.

Ao compreender a realidade, o profissional deve buscar instrumentos apropriados a ela, e não modelos que deram certo em circunstâncias alheias ao que se está vivendo. Entretanto, é importante que ele conheça, minimamente, algumas técnicas, estratégias e táticas, que historicamente vêm acompanhando a profissão, relacionando-as à conjuntura do momento, a um referencial teórico-metodológico e aos objetivos a serem alcançados. Só assim ele poderá inovar, criando outras técnicas, estratégias e táticas mais condizentes com sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatizar a unidade entre as dimensões parece-nos fundamental para não incorrer nos "ismos" do passado: tecnicismo, academicismo, politicismo. Mas sem confundir unidade com identidade. Reorganizar o trato das disciplinas de teoria, metodologia e história, e possibilitar a construção de uma disciplina que tenha como foco a criação desses instrumentais técnicos operativos, que se detenha nos procedimentos corretos para a aplicação desses a partir das disciplinas de política, teoria e metodologia e que faça análises de intervenções, parece-nos, também, relevante para uma formação profissional mais completa.

A particularidade da dimensão técnica está na sua capacidade de instrumentalizar as ações de maneira adequada à realidade social em que o profissional se encontra, construindo alternativas. Mas, reiteramos que o manejo desses instrumentais técnicos, não se dá de forma descolada de uma fundamentação teórica e ético-política.

A apreensão dessa unidade requer a escolha do profissional por um referencial teórico de sustentação. E essa escolha é expressão da teleologia por parte dos agentes profissionais. Portanto temos que levar em conta as subjetividades presentes na intervenção profissional. Nosella (1983, p. 94) ressalta que as novas

22 Não nos referimos aqui a uma competência a serviço da ordem burguesa, mas à competência crítica que, segundo Yamamoto (1992), é capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos da profissão, que vai à raiz do conhecimento que explica as estratégias de ação. Para Nosella (1983, p. 92) "competência ou incompetência são qualificações atribuídas no interior de uma visão de cultura historicamente determinada [...] Existe, no entanto, outra visão de cultura (assim como de competência) que essencialmente realiza o encontro do sujeito humano com sua específica personalidade histórico-coletiva, ou seja, faz com que o trabalhador compreenda seu valor individual no conjunto de uma determinada classe a qual possui uma história, uma força e uma perspectiva futura."

competências técnicas não surgirão do nada, elas precisam ser construídas. Ele indica o caminho para essa construção:

...passa-se antes pela crítica cerrada às tecnologias historicamente geradas na esfera dos interesses das atuais classes dominantes, e a incorporação de elementos valiosos da cultura passada se dará de forma original e dentro de um espírito divergente e oposto; finalmente, estas novas competências técnicas deverão ser submetidas à prova da prática, pois terão algum valor na medida em que alcançarem o objetivo pretendido que é o de realizar o encontro das massas trabalhadoras deste país consigo mesmas ao reconhecerem seus direitos, seus deveres, sua história, seu futuro.

Resta-nos assim uma indagação: o serviço social vem construindo essas novas competências técnicas?

RESUMÉ

Dans cet article, nous présentons nos réflexions sur les différents aspects de la pratique professionnelle du service social. Cependant, nous y consacrons une attention particulière uniquement à certains de ces aspects, en essayant de montrer le rapport existant entre eux. Ce choix est dû au fait qu'ils nous semblent avoir une plus grande signification et être d'une plus grande importance dans le débat actuel sur la pratique professionnelle, et cela aussi bien dans le milieu universitaire que parmi les professionnels dans l'exercice quotidien de la profession.
Mots: Pratique professionnelle, aspects, service social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBESS: Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. ABESS/CEDEPSS, 1995.
- ABREU, M. Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional*. São Paulo, Cortez, 2002.
- BARROCO, M. Lúcia. Os Fundamentos Sócio-histórico da Ética. In: *CEAD módulo 2*. Brasília, 1999.
- Caderno Abess nº 3 – *A Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CASSAB, Maria Aparecida T. Indicações para uma Agenda de Debates sobre o Ensino da Prática. *Temporalis/ABEPSS* v. 1, nº 2 jul/dez. 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre Cidadania e Modernidade. *Praia Vermelha* – Estudos de Política e Teoria Social – UFRJ, Vol. 1 – 1º semestre de 1997.
- DANTAS, José L. Perspectivas do Funcionalismo e seus Desdobramentos no Serviço Social. *Cadernos Abess* – Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. n. 4, Julho de 1995.
- FALEIROS, J. Vicente. *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1981.
- GENTILLI, Raquel. *Representações e Práticas: Identidade e Processo de Trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Veras, 1998.
- GUERRA, Yolanda D. O Ensino da Prática Profissional no Serviço Social – Subsídios para uma Reflexão In: Revista *Temporalis/ABEPSS* v. 1, nº 2 jul/dez. 2000.
- _____. *As Dimensões da Prática Profissional e sua Reconstrução Crítica em Face das Demandas Contemporâneas*. 1998. Texto inédito.

- _____. *A Instrumentalidade do Serviço Social* São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. (Re) Incidências da Razão Instrumental no Serviço Social. In: *Anais do VII ENPESS*, Brasília, novembro de 2000.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social - Em Questão*. CFESS/2002
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - Ensaio Crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. , Carvalho, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* S. Paulo/Ulma: Cortez/CELATS, 1985.
- KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: Uma Questão em Questão. *Caderno Abess - A Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, nº 3, 1989.
- MELLO, Gulomar Namó de. *Da Competência Técnica ao Compromisso Político* São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise Contemporânea. In: *CEAD* módulo 1. Brasília, 1999.
- _____. *Ditadura e Serviço Social* São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. Notas para a Discussão da Sistematização da Prática e Teoria em Serviço Social. *Caderno Abess - A Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, nº 3, 1989.
- NOSELLA, Paolo. Compromisso Político como Horizonte da Competência Técnica. *Revista Educação e Cultura*, CEDES. São Paulo: Cortez, nº 14, abril de 1983.
- RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e Competência*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SÁ, Jeanete L. Martins. *Conhecimento e currículo em Serviço Social* São Paulo: Cortez, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. Competência Política e compromisso Técnico (O Pomo da Discórdia e o Fruto Proibido) *Revista Educação e Cultura*, CEDES. São Paulo: Cortez, nº 15, agosto de 1983.
- SILVA E SILVA, M. Ozanira da. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- TRINDADE, Rosa L. Prêdes. Desvendando o Significado do Instrumental Técnico-Operativo do Serviço Social. In: *Anais do VII ENPESS*. Brasília, vol. 1, 2000.
- _____. *Desvendando o Significado do Instrumental Técnico-Operativo na Prática Profissional do Serviço Social*. UFRI/FSS. Tese de Doutorado, 1999.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. *A Prática do Serviço Social - Cotidiano, Formação e Metodologia Operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

NOTAS SOBRE O PROTAGONISMO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL, NOS ANOS NOVENTA

Ana Maria Arreguy Mourão*

RESUMO

Pretende-se neste artigo registrar a contribuição dos conselhos de fiscalização da profissão do Serviço Social como um dos atores fundamentais no processo de formação profissional na história da profissão, particularmente das décadas de oitenta e noventa, em seu processo de renovação. Ressalta-se a ultrapassagem da ação fiscalizadora dos conselhos em seu trajeto histórico, de uma dimensão meramente controladora à um espaço de divulgação e publicização da função social da profissão do Serviço Social.

Palavras-chave: Formação Profissional, Conselhos de fiscalização, Categoria profissional.

INTRODUÇÃO

Este artigo traduz algumas reflexões contidas na dissertação de mestrado intitulada: "a particularidade das práticas políticas dos conselhos profissionais do Serviço Social, na década de noventa," fundamentada na produção teórica da profissão, e na historiografia brasileira, nos documentos oficiais dos conselhos de fiscalização e também no dados obtidos através de entrevistas realizadas com profissionais (assistentes sociais e docentes) que se distinguiram pela efetiva participação nas diversas instâncias representativas da categoria profissional.

Busca-se, neste ensaio, percorrer os caminhos profissionais que culminam na concepção da atividade fiscalizadora da profissão do Serviço Social como um mecanismo de publicização e transparência da função social desta profissão, e não apenas mera ação normativa e controladora do exercício profissional.

* Professora Assistente IV da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e conselheira eleita do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nos triênios 93/96 e 96/99.

Nesse sentido, analisa a contribuição dada pelo conjunto dos conselhos Federal e Regionais (CFESS/CRESS) na construção do projeto de formação profissional da categoria dos assistentes sociais.

1 O RESGATE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.

A implantação do Serviço Social como profissão no cenário brasileiro nos anos trinta do século XX esteve associada, segundo Carvalho (1980), a dois fatos constitutivos do processo histórico da ordenação capitalista: o surgimento de novas correlações de força no interior da Estado e o movimento da "Reação Católica", originário na Igreja Católica no sentido de recuperar a influência desta instituição perante o Estado, com a participação dos leigos. Os então agentes sociais eram preparados com formação doutrinária e social compatível com a ideologia católica, visando fortalecer a qualificação de quadros intelectuais laicos, destinados a intervir junto ao proletário da época.

O Serviço Social surgiu como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, inserido num movimento de cunho reformista, conservador, mantendo seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa junto ao proletariado urbano. Articulava na justificativa dessa ação, o discurso humanista calcado na filosofia aristotélico-tomista aos princípios da teoria da modernização das ciências sociais.

O Serviço Social, profissão da área social, destacou-se por ter sido uma das primeiras a adquirir o estatuto de atividade profissional, regulamentada por lei federal, e sujeita a um código de ética. Anteriormente à regulamentação profissional, na década de quarenta, os profissionais já participavam da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), cuja finalidade consistia "na atualização das técnicas do Serviço Social e no aperfeiçoamento cultural dos assistentes sociais" (Estatuto da ABAS, apud VIEIRA, 1978).

A ABAS em suas várias seções estaduais, até a data de criação dos conselhos de fiscalização da profissão, preocupava-se com questões éticas do exercício profissional, o que conseqüentemente lhe assegurou a responsabilidade da elaboração do primeiro código de ética profissional (CEP), tornado legal em 1947.

Essa primeira normatização, embora não consolidada no formato específico do código, teve o mérito de instituir as bases para o desencadeamento do processo de regulação da profissão. Como formulação ética assentava-se em pressupostos teóricos-políticos conservadores, expressando a tradição na qual a profissão emergiu, ou seja, preconizava uma moral profissional referenciada à harmonia social, à estabilidade, à correção de desníveis sociais e à neutralidade do técnico, pertinentes à posição política-profissional dos assistentes sociais à época.

Ainda na década de 1940, foi fundada a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), mantida pelas escolas de Serviço Social com a finalidade inicial de assessorar a formação profissional e capacitar os professores através dos cursos de aperfeiçoamento.

Essas determinações e criação de instituições contribuíram para a inserção da profissão do Serviço Social no processo de desenvolvimento da ordem capitalista

brasileira, que se evidenciou de maneira inequívoca com a criação das grandes instituições assistenciais, estatais e autárquicas – como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1940; a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI); o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Fundação Leão XIII (1946) –, que serviram também para ampliar o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Nos anos cinquenta as conjunturas nacional e latino-americana contribuíram para que a perspectiva da crítica ao Serviço Social tradicional no Brasil começasse a ser esboçada, a partir de segmentos da categoria profissional que, influenciados pelo clima da agitação política, tentavam novas experiências no sentido de questionar e promover mudanças às práticas existentes. Esta perspectiva foi sendo ampliada nos anos sessenta, o que desencadeou o denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que se expressou na busca de novas bases de legitimidade da ação profissional.

O processo de construção dos conselhos de fiscalização profissional neste cenário pode ser identificado por um forte viés autoritário, burocratizante e de controle estatal nos seus primeiros anos e, particularmente, após o golpe militar de 1964. Criados na década de 1960, como decorrência da aprovação da lei de regulamentação (1957), o conselho federal e os conselhos regionais vinculavam-se diretamente à legislação federal, que alinhava a responsabilidade da habilitação profissional ao Ministério do Trabalho, e a do ensino aos dispositivos emanados pelo Ministério da Educação e Cultura, que os reconheciam como instâncias máximas de fiscalização do exercício profissional.

Os conselhos, caracterizados como autarquias federais, dotados de personalidade jurídica de direito público, com jurisdição em todo território nacional, permaneciam sob controle direto do governo que fiscalizavam suas contas através do Tribunal de contas da União (TCU).

Os primeiros anos de existência dos conselhos registraram uma prática dos assistentes sociais que compunham suas diretorias, predominantemente voltadas ao controle, apuração de situações profissionais irregulares e ilegais, acentuando o caráter corporativo, burocrático, legalista, punitivo e "obediente" à ordem oficial que os controlavam.

O movimento de organização política da categoria dos assistentes sociais antes de 1970, através de seus órgãos representativos, caracterizou-se como um reflexo de uma formação profissional comprometida com uma pseudo-neutralidade técnica e científica, cuja intervenção contribuía para manter as relações de dominação, sem quaisquer questionamentos acerca da função social da profissão.

2 A SINTONIA DA PROFISSÃO À SUA DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA.

Cronologicamente, as mudanças significativas ocorridas no percurso político de grupos da categoria profissional coincidiram com o processo da luta pela redemocratização brasileira, iniciada no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, decorrente da intensa mobilização das classes trabalhadoras.

Neste período, término do governo Geisel (1974/1978) e início do governo Figueiredo (1979/1985), assistiu-se à uma explícita e profunda crise do Estado ditatorial, particularmente em suas áreas econômica e política.

Nessa conjuntura, a profissão sofreu tanto a pressão do Estado quanto à dos movimentos populares. O Estado exigia sua modernização técnica para assumir competentemente sua função mediadora entre o aparato assistencial e seus beneficiários, para conquistar o apoio das populações aos seus programas. Os movimentos populares organizados demandavam da prática do Serviço Social repostas capazes de atender suas necessidades materiais (através de repasse de serviços e programas) e apoio à sua organização, no sentido da contribuição para o avanço das lutas populares

Neste cenário de contradições, grupos de assistentes sociais retomaram e aprofundaram a proposta delineada no decorrer da década de sessenta e retomada no final da década de setenta de um amplo debate sobre o caráter político da prática profissional, desmistificando a pseudo-neutralidade da profissão, na busca de uma nova legitimidade identificada com os interesses dos setores populares.

O avanço da organização política dos assistentes sociais transpareceu, efetivamente, quando da realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, em que a comissão organizadora, marcadamente conservadora, foi questionada pelo fato dos convidados especiais serem autoridades da ditadura militar. Grupos representativos da categoria profissional protestaram e substituíram estes convidados por representantes de organização dos trabalhadores. Esse evento conhecido como o "Congresso da Virada" é considerado um dos marcos na historiografia do movimento da organização política dos assistentes sociais.

Datam dessa época o questionamento dos conselhos profissionais sobre sua função meramente burocrática e a necessidade de repensar seu aparato disciplinador para atender as demandas vindas do cotidiano profissional dos assistentes sociais e também da sociedade brasileira.

Em 1979, tomando como referência o III CBAS, iniciou-se um processo de politização das entidades representativas da categoria, que repercutiu inclusive das esferas dos conselhos de fiscalização. Passou-se a questionar o significado da dimensão política do exercício de fiscalização da profissão para além das disposições legais e normativas, ampliando sua perspectiva e redirecionando-o para o fortalecimento de compromisso ético com os usuários dos serviços sociais.

Em sua dimensão sindical, nos anos oitenta, a profissão do Serviço Social, através dos seus agentes, imprimiu um novo rumo político às suas entidades já existentes Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) e Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais (CENEAS), com a criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) em 1983.

A ANAS se filiou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e incorporou a nova concepção de sindicalismo, denominado sindicalismo classista, proposta por esta central, que se caracterizava pelo princípio da autonomia sindical. Isto significava romper com a estrutura verticalizada prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e direcionar o movimento sindical para o comprometimento com a defesa dos interesses imediatos e históricos das classes trabalhadoras.

A ANAS teve um papel fundamental neste processo de politização ao buscar a interlocução necessária com as outras entidades da categoria profissional, CFAS² e ABESS,³ à época, que juntas se organizaram no sentido de promover mudanças no quadro da formação e na prática do exercício profissionais, esboçando a construção de um projeto de profissão parametrado nas dimensões ideo-políticas e teórico-culturais, compromissadas com o projeto societário dos setores populares.

Para Netto, (1996, p. 111):

...é correto afirmar que ao final dos anos de 1980, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ideó-políticas que tensionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, democratizou-se a relação da categoria e legitimou-se o direito à diferença ideó-política. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância.

Esta diversidade de posições presentes no interior da categoria profissional permitiu o debate de idéias, concepções de profissão e projetos profissionais que possibilitaram definir o caminho à consolidação de novos rumos técnicos acadêmicos, e políticos à profissão do Serviço Social.

1. Registra-se neste decênio a instituição de um novo currículo mínimo exigido para formação profissional, fruto de intensas discussões, envolvendo todos os atores deste processo. Aprovado em 1982, o currículo espelhou a ampliação da produção teórica, a difusão e a circulação das produções brasileiras, caracterizando o que Netto (1996) chamou de "uma intelectualidade do Serviço Social no Brasil", decorrente da ascensão de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção do conhecimento.

Na dimensão político-organizativa, assistiu-se a intensos confrontos, divergências e lutas no interior das entidades nacionais que buscavam a hegemonia de seus projetos profissionais, incluindo o movimento dos estudantes de Serviço Social, reativado e com inserção significativa também nas lutas universitárias mais amplas.

Ainda na década de oitenta dois fatos políticos repercutiram favoravelmente no conjunto da categoria profissional: o primeiro diz respeito à realização das primeiras eleições diretas para o conselho federal de serviço social, com voto livre não obrigatório, em que se reconheceu a importância do voto consciente e não imposto, conforme a concepção autoritária original. O segundo se refere à aprovação do código de ética profissional/1986, que simbolizou o compromisso ético-político da profissão com as lutas dos setores populares.

As experiências registradas e as preocupações apontadas no conjunto dos documentos produzidos nessa época retratam uma análise crítica diante dos aspectos estruturais e conjunturais do processo formativo dos assistentes sociais e o

2 Com a aprovação da nova lei de regulamentação da profissão em 1993, os conselhos fiscalizadores CFAS (Conselho federal de Assistentes Sociais) e CRASS (Coelhos Regionais de Assistentes Sociais) passam a se denominar Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS)

3 Com a reformulação da ABESS em dezembro de 1998 a Entidade Nacional incorpora o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social (CEDEPSS) e passa a ser denominada ABEPSS, significando Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

cotidiano de seu exercício profissional, ao mesmo tempo em que se delineiam as bases para a construção de um novo projeto de profissão situado no marco das lutas históricas dos trabalhadores.

Para Iamamoto (1998, p. 50):

...este projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a ditadura, e afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e a aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações – que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque dos acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um de seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontrase aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980.

O Serviço Social na entrada dos anos noventa trouxe em sua bagagem o acúmulo fértil da década anterior, traduzido em inúmeros desafios a serem enfrentados e superados na expectativa da construção e defesa de um novo projeto de profissão.

3 A AGENDA POLÍTICA/ PROFISSIONAL DOS ANOS NOVENTA

Os desafios dos anos noventa, em face das inúmeras mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo novo ordenamento do capitalismo em escala mundial, levaram às indagações sobre as alternativas e caminhos a serem percorridos pelas entidades representativas da profissão, no sentido de sua reorganização e atuação, frente aos projetos sociais em confronto.

Neste cenário de interesses políticos e econômicos conflitantes, a organização política da categoria dos assistentes sociais apresentou mudanças substanciais em diversas dimensões que na visão de Netto (1996, p. 106) é assim sinalizada: "...a entrada dos anos noventa, o Serviço Social se apresenta como uma profissão relativamente consolidada."

Na dimensão acadêmica, destaca-se o desenvolvimento e a consolidação da pós-graduação em sentido estrito; o aumento da produção científica, o intercâmbio dos teóricos brasileiros com outras áreas do conhecimento e também com intelectuais no exterior, a expansão da produção científica através de livros, anais de congressos dissertações de mestrado e doutorado, entre outros.

No plano político-organizativo, o conjunto dos conselhos de fiscalização CFESS/CRESS, cumprindo sua função precípua de fiscalização do exercício profissional, passa a priorizar como eixo fundamental de trabalho a defesa das políticas públicas e a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da garantia dos direitos sociais.

Na dimensão legal procedeu-se à revisão do Código de Ética Profissional de 1986 e da reformulação da lei de regulamentação da profissão de 1957 como

exigência da expressão dos avanços históricos da profissão, em seus aspectos éticos, legais e operacionais.

A proposta de revisão da lei de 57 fundamentou-se na alegação que a mesma já não contemplava o redirecionamento do perfil profissional e suas novas atribuições e competências para a administração e execução de atividades específicas dirigidas ao atendimento das demandas da população usuária dos serviços sociais. O percurso do projeto de revisão nas câmaras legislativas federais foi bastante tumultuado e longo até sua aprovação. Iniciado a partir de intensos debates com a categoria profissional em 1971, somente em 8 de junho de 1993, publicado no Diário Oficial da União, entrou em vigor a nova lei sob o número 8662/93.

Os depoimentos de profissionais ouvidos na pesquisa realizada nesta dissertação, avaliam que:

Há muito tempo era necessária esta conquista. Este é um instrumento imprescindível para a fiscalização profissional, considerando que a lei anterior não regulamentava satisfatoriamente. (Entrevistado 1)

A Lei de Regulamentação Profissional de 1993 soube articular a atuação institucional com a prática junto a movimentos sociais, dentro da negociação exigida pela elaboração de uma lei. Não se conseguiu o piso salarial (o que pode ter um caráter corporativista), mas consolidou novas práticas. (Entrevistado 20)

As críticas realizadas à nova lei se dirigem aos artigos 4 e 5, que tratam das atribuições e competências dos assistentes sociais, registrando imprecisões e ambigüidades nestas questões.⁴

A legislação profissional do Serviço Social constitui uma questão importante e que deve ser permanentemente revista, redimensionada, reavaliada e reformulada, considerando o movimento dinâmico e contraditório da realidade social, buscando o aprimoramento profissional. Nessa linha de raciocínio, as entidades representativas da categoria profissional já apontavam, desde o ano de 1991, a necessidade de revisar o CEP/1986, na perspectiva de formular uma nova ética pois, segundo a ABESS (1996, p. 145): "... a sociedade e o exercício profissional estão a exigir uma nova concepção e um outro acolhimento para a ética".

Num amplo processo de debates realizados em Seminários Nacionais de Ética (São Paulo, 1991 e Paraná, 1992), no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (1992), no VII CBAS (1992) e em dois encontros nacionais do conjunto CFAS/CRAS (1992/1993), legitimou-se a proposta de alteração do CEP/1986.

Naquele cenário realizou-se uma reflexão específica dos assistentes sociais e suas entidades: o trabalho de traduzir o conteúdo ético-político do Serviço Social, com vistas a potencializar o cotidiano do exercício profissional. Este momento coincidiu com a eclosão de uma postura mais lúcida dos segmentos democráticos e progressistas da sociedade brasileira frente às transgressões e impunidades que

4 Estas questões foram tratadas detalhadamente no artigo "O Serviço Social como profissão: uma contribuição ao debate sobre as competências e atribuições previstas na lei 8662/93, elaborado pelas conselheiras do CFESS, Paiva e Mourão, na gestão 96/99, em atendimento à uma solicitação da Comissão de Fiscalização e Ética daquele conselho.

envolviam o Executivo Federal, culminando no impeachment do então presidente Collor, a partir da publicização dos abusos do poder e malversação dos recursos públicos em benefícios particularistas.

A avaliação da comissão formada para revisar o CEP/1986 espelhava o produto dos debates sobre a ética, considerando todos os avanços e conquistas expressos neste código. Contudo, identificava alguns limites e equívocos necessitando ser superados, devido ao seu caráter essencialmente genérico, repetitivo, com postulações imprecisas.

Os fundamentos e perspectivas da proposta de revisão do CEP/1986 assentavam-se em duas dimensões norteadoras da fiscalização do exercício profissional: a primeira, ético-política, delimitando claramente os valores e compromissos ético-profissionais; a segunda, normativa, através do estabelecimento de normas jurídico-legais que tipificassem as atitudes e infrações passíveis de denúncia e apreciação pelas entidades e comissões de ética.

As preocupações que orientaram as análises e a produção de um novo código pautaram-se em torná-lo um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria e um grande aliado na mobilização em torno da real qualificação dos assistentes sociais diante dos enormes desafios e demandas advindas da sociedade brasileira. Esperava torná-lo, também um mecanismo de defesa da qualidade dos serviços profissionais prestador pelos assistentes sociais à população.

A fundamentação filosófica privilegiada compreendia que a reflexão ética, como toda operação teórica, não é neutra nem isenta, na medida em que tematiza o dever de ser sempre compromissada com valores que dizem respeito a determinadas projeções sociais. Sua reflexão deve ter como suporte uma ontologia do ser social, ou seja, uma concepção do modo de ser e reproduzir-se do ser humano.

Uma reflexão ética sobre a profissão implica analisar o seu significado na divisão social e técnica do trabalho e no processo de reprodução das relações sociais na ordem capitalista. Ao se inserir na mediação entre a esfera dos interesses do Estado e das classes dominantes e dos interesses das classes trabalhadoras, o assistente social trabalha no seu cotidiano com a tensão resultante das contradições e divergências que se processam no interior dessa mediação. Isto explica o caráter eminentemente ético-político de sua prática.

A aprovação do CEP em 13 de março de 1993, resultou de um denso trabalho coletivo da categoria profissional, que reconstruiu um instrumento capaz de motivar e despertar um novo sentido no desempenho profissional, com vistas a fortalecer a luta conjunta por um projeto de sociedade justa, igualitária, onde práticas sociais e profissionais possam ser emancipatórias e libertárias.

Alguns depoimentos dos entrevistados conformam estas reflexões:

...o Código de Ética de 1993[...] é o nosso melhor instrumento. Fruto de muito debate, politização e amadurecimento. Fundamental, central para condução da nossa intervenção. Como diz Marilda é o nosso farol. É o Código que permite o traçado do nosso famoso projeto ético político. Dá legitimidade e certamente legalidade da nossa luta por hegemonia do projeto que escolhemos (Entrevistado O1).*

(O CEP constitui um) [...] passo decisivo para se romper com o conservadorismo na profissão e como todo processo teve avanços e recuos. Buscou uma maior

articulação entre as diversas áreas do conhecimento científico que fundamentam a formação profissional visando uma leitura mais contextualizada da questão social (macro política). [...] o grande marco da base filosófica e normativa da profissão, superando os princípios neotomistas que sustentaram os Códigos anteriores. Marca o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, inovando na possibilidade de se ter uma postura crítica frente às instituições. (Entrevistado 07)

...incorporou as conquistas do Código de 1986 e avançou na parte jurídica-operacional, precisando também a formulação ética em termos de direitos e deveres. [...] a sintonia presente no Código de 1993 entre trabalho profissional, ética e políticas sociais, resguardados por uma direção social combativa, insubmissa, mas também propositiva na defesa das classes trabalhadoras e de novas relações sociais, é um dos seus maiores triunfos. E ao fazê-lo, avança no terreno das mediações e da renovação profissional, com grande densidade e qualidade. Requisita o compromisso ético ao lado da competência e criatividade profissional, respaldados pelo sentido profundo da liberdade e da democracia social. (Entrevistado 14)

A reconstrução do projeto de formação profissional dos assistentes sociais, na década de noventa, constituiu-se um outro desafio posto para o processo de desenvolvimento e legitimidade da profissão do Serviço Social.

Repensar o currículo tornou-se um imperativo que a ABESS/CEDEPS assumiu e encaminhou, compreendendo que as transformações conjunturais da realidade social, as intensas mudanças na política educacional do país e a diversidade de demandas postas ao exercício profissional exigiam um novo projeto de formação profissional.

Eis o cerne das razões que levaram às reflexões acerca da dimensão formativa dos assistentes sociais, segundo Iamamoto (1996, p. 93):

... a grande indagação remeteu aos novos desafios apresentados pela sociedade brasileira à formação do assistente social, no sentido de sua requalificação, considerando os avanços acumulados na década anterior.

A revisão e aprovação do CEP em 1993 já apontava claramente, na definição dos seus princípios fundamentais, para um projeto de profissão que requereria do assistente social competência nas dimensões teórica-metodológica, técnica-operativa e ética-política consubstanciadas no processo de formação profissional. Daí a necessidade de rever o currículo mínimo do curso de Serviço Social, atentando para que não se configurasse apenas como uma mera atualização da grade curricular mínima, aprovada em 1982, possibilitando assim pensar o processo de profissionalização nas duas décadas mencionadas, o que foi evidenciado pelos depoimentos.

A formação profissional nos anos 1980 e 1990, contribui de forma significativa para o avanço da trajetória política do SS, principalmente através dos projetos curriculares de 1982 e das diretrizes aprovadas em 1998. O currículo de 82, oportunizou o aprofundamento de dos aportes teóricos críticos, principalmente das principais matrizes do conhecimento, com destaque para a vertente marxista e o rompimento com a herança conservadora. A incorporação de novos referenciais críticos possibilitou uma participação mais qualificada tanto no âmbito acadêmico, quanto na participação em diferentes espaços da sociedade civil. Nos anos 90, o projeto curricular expresso através das diretrizes, tem permitido conectar a formação profissional aos novos tempos, segundo as exigências das

transformações societárias e históricas que marcam o final do século XXI e persistem no século XXI. (Entrevistado 08)

A formação dos assistentes sociais transcende o âmbito stricto da academia. Desta forma a formação profissional "crítica", "instigadora" e "propositiva" define a contribuição dos assistentes sociais no conjunto dos processos de trabalho dos quais incidimos nossas ações. (Entrevistado 09)

As reflexões que embasaram a revisão curricular estabelecendo novas diretrizes para o curso de Serviço Social, envolveram consultores representantes das entidades nacionais como CFESS/CRESS, ENESSO, sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS, que buscaram melhor explicitar e aprofundar os pontos centrais do debate.

A concepção de formação profissional norteadora dessa revisão teve como premissa básica o rompimento com a fragmentação do conhecimento, trabalhando as três dimensões indissociáveis da prática profissional: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa de forma articulada, perpassando todo o ensino, a pesquisa e a extensão que deve caracterizar a formação de nível superior, conforme conclusões do Relatório Final do Seminário Política de Ensino Superior: "A Regulamentação da LDB e sua implicações para o Serviço Social. 1998".

Pode-se inferir que na década de noventa, a aprovação de uma nova formulação ética inscrita do Código de Ética de 1993, a nova lei de regulamentação e as novas diretrizes curriculares, conformaram os traços do novo projeto ético-político da profissão do Serviço Social, sintonizado ao projeto de sociedade comprometido com os interesses das classes trabalhadoras, como referenda o seguinte depoimento.

O (CE/93) juntamente com a Lei de Regulamentação Profissional de 1993 (LRP/93) e as Diretrizes Curriculares de 1993, nesses anos recentes de implementação, cumpriram, ao meu ver, um papel fundamental: o de melhor compor e situar as referências éticas, políticas e teóricas necessárias à expansão do Serviço Social como uma profissão crítica, competente e comprometida com os interesses dos trabalhadores (no cenário da luta de classes) tanto para o deciframento e a explicação das problemáticas sociais para as quais é socialmente demandado, quanto para o adequado processamento interventivo decorrente de sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho. (Entrevistado 6)

4 A CONTRIBUIÇÃO DO CONJUNTO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

Todo este processo de amadurecimento da profissão na década de noventa envolveu aqueles assistentes sociais que conquistaram hegemonia de práticas democráticas e intensa vivência política em diferentes espaços.

Neste cenário assiste-se a um redirecionamento das entidades representativas da categoria profissional que passam a exercer a defesa da profissão, do espaço profissional e dos direitos dos usuários de forma politizada, tendo claro seu compromisso de classe.

Especificamente no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, as linhas políticas de ação buscam atender os compromissos com o aperfeiçoamento e consolidação desta

renovação profissional. As ações e os posicionamentos assumidos e implementados pelos conselhos se pautaram pela postura ética como reciprocidade e do pluralismo, e se respaldaram por uma relação de horizontalidade, tendo como princípio básico a realização concreta da democracia no interior do conjunto dos conselhos.

A função fiscalizadora da profissão, entendida como atribuição principal do conjunto, passa por uma nova leitura, atribuindo-lhe substância política, destinando-lhe um papel para além da questão normativa-punitiva, qual seja, uma função educativa. Assume-se e compreende-se que o papel dos conselhos não é defender o profissional, mas a profissão no sentido de garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Neste contexto, pauta-se o debate sobre o papel social da profissão e sua direção social. A questão da ética profissional assume um lugar central no debate formativo. Ética e política se articulam para desenhar um projeto ético-político profissional. São revisados e readequados todo o conjunto de instrumentos normativos profissionais para o exercício da fiscalização profissional.

Sabedores de que o novo projeto ético político caminha na contramão do projeto neoliberal e dos grupos políticos a ele vinculados, sob a nefasta liderança do ainda presidente Fernando Henrique Cardoso, que reforçam a tradição antidemocrática, antipopular e elitista a frente do poder político e econômico, o conjunto dos Conselhos buscou traduzir suas convicções em realizações e ações que fortalecessem o movimento social em torno da resistência e superação do ideário neoliberal. Para tanto, contaram com a troca e apoio de valiosos parceiros no interior da categoria, como também e particularmente com as organizações da sociedade civil, fóruns de trabalhadores e funcionários públicos, reunidos em torno dos Conselhos de políticas e de defesa de direitos sociais na luta pela universalização destes e da democratização do Estado e da sociedade brasileira.

A priorização das ações do conjunto dos Conselhos na década de noventa assentava-se numa análise da conjuntura política desfavorável à construção de um Estado de proteção social. O descompromisso do governo federal, empenhado em desregulamentar e em flexibilizar direitos, pautando sua ação numa proposta de estabilização econômica a qualquer custo, objetivando ganhar espaço e prestígio no mercado internacional, impôs à categoria profissional comprometida com o seu projeto a necessidade de se engajar numa luta voltada para pensar e propor alternativas para a sociedade brasileira.

Os assistentes sociais, por atuarem cotidianamente com a população excluída dos bens e serviços sociais, sabem que a estabilização e o crescimento econômico não são suficientes para diminuir as disparidades sociais existentes, caso os poderes públicos não priorizem a distribuição de riqueza e renda no país. Desse modo, o conjunto dos Conselhos definiu seu trabalho nos anos noventa, a partir da conjuntura política, econômica e social do país, julgando que as questões suscitadas por ela são inerentes ao exercício profissional dos assistentes sociais. As ações priorizadas devidamente explicitadas no Relatório Final da gestão 96/99 do CFESS referenciavam a:

- defesa das políticas públicas e da democracia;
- articulação com organizações e movimentos da sociedade civil para apoio e encaminhamentos das lutas em favor da democracia e cidadania;
- investimento e qualificação da participação do conjunto nos conselhos

- de políticas e de direitos, com ênfase na Seguridade Social e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- consolidação da Política Nacional de Fiscalização e divulgação e observância do CEP/93;
- consolidação da política de divulgação e comunicação;
- articulação com entidades do Serviço Social para a realização de ações conjuntas, visando ao fortalecimento da profissão;
- investimento na formação e capacitação profissional;
- intensificação das articulações junto as entidades de Serviço Social no âmbito internacional, destacando-se o trabalho de representação no MERCOSUL e a participação na Federação Internacional de Trabalhadores Sociais/FITS;
- adequação do conjunto de instrumentos normativos da profissão, em face do advento da nova legislação;
- gerenciamento administrativo e financeiro a serviço dos objetivos definidos pelo conjunto dos conselhos.

Para além da intenção, as ações, concretamente materializaram-se em debates, publicações, congressos e encontros nacionais, representações efetivas em conselhos de políticas públicas e fóruns independentes da sociedade civil, nas áreas de saúde, assistência social e criança e adolescente.

Nessa direção, ressalta-se o desempenho do conjunto dos Conselhos no debate e elaboração da política de assistência social, que resultou na formulação, aprovação (em 07/12/1993) e no árduo processo de implementação da LOAS, nos estados e municípios brasileiros.

Esta luta mobilizou uma parcela significativa de assistentes sociais no país, com o assessoramento dos conselhos regionais e orientação do conselho federal da profissão, que entenderam o controle social via conselhos de políticas públicas como um espaço privilegiado do exercício democrático e de mobilização social.

Ainda no campo da Seguridade Social, o conjunto dos conselhos priorizou ações voltadas para o reconhecimento dos assistentes sociais como profissionais da área da saúde, proposta efetivada pela resolução n. 218 do Conselho Nacional de Saúde. Assumindo o compromisso com a saúde pública e com o Sistema Único de Saúde (SUS), os conselheiros participaram efetivamente como representantes eleitos do segmento dos trabalhadores nas reuniões do CNS e das plenárias gerais dos conselhos estaduais e municipais de saúde.

A consolidação do novo projeto político da categoria implica em manter-se em constante sintonia com os anseios e necessidades da sociedade civil, aliando-se aos seus setores democráticos e progressistas no sentido de defender as políticas públicas e a democracia. Representa também construir alternativas concretas ao neoliberalismo, responsável que é pelo desmonte das conquistas dos trabalhadores. O Serviço Social, ao posicionar-se em tal contexto, reafirma sua função social como profissão e nega o seu passado de aparente neutralidade e imparcialidade.

Com essa concepção, o protagonismo dos Conselhos de fiscalização da profissão, na década de noventa, destacou a defesa do exercício profissional, aí incluindo a fiscalização, a ética e a formação, como uma de suas ações complementares ao

desenho do projeto mais amplo da profissão. Para tanto, fez-se necessário elaborar, construir e implantar uma política nacional de fiscalização, tendo como eixos articuladores as dimensões política, formativa e normativa da profissão.

O exercício da construção dessa política junto aos Conselhos Regionais contribuiu para a consolidação da democracia interna no âmbito do conjunto dos Conselhos, ao assinalar que a fiscalização profissional deve assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, salvaguardando os interesses desta, e que o ato de fiscalizar deve ser exercido também como um instrumento de capacitação e de organização da categoria profissional, sempre voltado para o aprimoramento do papel social de natureza pública da profissão.

Sua fundamentação assentou-se nas proposições formuladas e debatidas por ocasião dos encontros regionais promovidos pelos CRESS e posteriormente aprovadas no XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em Fortaleza, em setembro de 1996, contemplando os seguintes eixos (CFESS/CRESS, 1996):

- pontecialização da Ação Fiscalizadora para valorizar e publicizar a profissão;
- capacitação técnica e política dos agentes fiscais e comissões de fiscalização para o exercício da fiscalização;
- articulações com Unidades de Ensino e representações locais de ABESS e ENESSO;
- inserção do Conjunto CFESS/CRESS nas lutas a favor das políticas públicas.

Todo o processo de discussão e as experiências dos Conselhos Regionais revelaram que a fiscalização, para além de seu recorte normativo e disciplinador sugerido pelo aparato jurídico institucional, ganhou outro sentido, em consonância com o amadurecimento dos segmentos democráticos da sociedade civil brasileira.

A fiscalização profissional atividade precípua dos Conselhos Regionais, para a qual foram criados, como exigência constitucional, quanto ao estatuto das profissões liberais e condições de sua existência legal, traduzida em Lei específica (nº 8662/93) e parametrada nos princípios e valores do CEP/1993 – teve sua ação redimensionada, agora inscrita num projeto profissional de caráter ético-político e técnico-operativo.

Dessa forma, tenta-se romper com o corporativismo e com o caráter estritamente administrativo da fiscalização, redirecionando o conjunto de esforços e a capacidade interventiva dos conselhos para o aprimoramento do papel social da profissão, logo de sua natureza pública.

Os pressupostos da PNF se explicitaram em três dimensões:

- afirmativa de princípios e compromissos conquistados: contempla o fortalecimento do projeto ético político profissional e de organização da categoria junto à luta pela defesa das políticas públicas e da democracia, e conseqüentemente, a luta por condições de trabalho condignas e qualidade de serviços prestados;
- política-pedagógica: busca conscientizar e politizar os assistentes sociais, a sociedade em geral e sobretudo os usuários do Serviço Social acerca dos princípios éticos da profissão;
- normativa e disciplinadora: congrega ações no sentido de coibir e encaminhar para apuração, as situações que indiquem posturas profissionais

e institucionais inadequadas em relação aos princípios ético, teóricos e operativos do Serviço Social.

A partir daí foram traçadas diretrizes, estratégias e metas sempre voltadas para o entendimento de que a fiscalização profissional e a defesa do exercício da profissão caminham juntas e que o CFESS e os CRESS necessitam compreender o significado da profissão, sua função social, suas demandas, seus limites e possibilidades e, sobretudo, seu projeto: a que e a quem serve a profissão.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

No decorrer deste artigo procuramos evidenciar a contribuição do conjunto dos conselhos de fiscalização profissional, CFESS/CRESS, na construção e implementação de um novo projeto de profissão do Serviço Social na conjuntura brasileira, particularizando a década de noventa, como marco cronológico.

Retomamos o tempo histórico da implantação e regulamentação da profissão para situar as bases de seu surgimento e evolução nas diferentes décadas, de 30 à 90, ainda que de forma sucinta, na dinâmica da sociedade capitalista, responsável por seu surgimento para atender as seqüelas da questão social.

Refletimos sobre seus diversos contextos, incluindo aí o movimento de organização da categoria profissional, em suas entidades nacionais específicas, buscando seu reconhecimento e legitimidade, através de projetos profissionais ainda que diferenciados.

Ao particularizar o conjunto dos conselhos de fiscalização do exercício profissional, quisemos demarcar o caráter político alcançado pela profissão que de uma prática "pseudo neutra" conformista, "obediente à ordem vigente", conservadora, avança através de grupos de profissionais para desmistificação dessa pseudo-neutralidade e constrói bases para a construção de um novo projeto de profissão.

A contribuição e o significado da atuação do conjunto CFESS/CRESS, na década de noventa pode ser dimensionado em duas frentes: na primeira pelo reconhecimento da presença do conjunto em pela defesa dos direitos sociais, especificamente nos fóruns e conselhos de políticas públicas; na segunda pela repercussão dessa estratégia política no debate acadêmico, que contribuiu para trazer à discussão da formação o estudo das bases políticas e históricas de organização das políticas sociais, no âmbito do sistema de direitos sociais, e da atuação dos assistentes sociais nesse campo, evidentes nestes depoimentos:

...o conjunto CFESS/CRESS conferiu cidadania política à profissão mediante o desenvolvimento de projetos coletivos e de articulação da profissão com a realidade social de forma crítica e criativa. Ampliou espaços de participação junto as diferentes esferas da sociedade civil de forma propositiva, competente e comprometida com a defesa dos direitos sociais, da cidadania e da democracia. (Entrevistado B).

...evidente o protagonismo do conjunto CFESS/CRESS no atendimento das demandas profissionais, particularmente na qualificação e na defesa do

exercício profissional e em seu comprometimento com as lutas por direitos sociais. (Entrevistado 13)

Entendemos que a continuidade das ações do conjunto dos conselhos de fiscalização da profissão do Serviço Social deva caminhar no sentido da consolidação da hegemonia do projeto ético-político da profissão, que ajudou a construir. Esta continuidade não pode descuidar de três aspectos que dão visibilidade e competência à categoria profissional: a formação (regular e continuada), a criação de espaços de construção de hegemonias nos diferentes níveis de atuação e uma inserção nos espaços políticos de forma competente, capaz de discutir, política e tecnicamente os aspectos relativos à questão social.

Nesse sentido, precisamos de todos que compactuam com este projeto de profissão, para como escreveu, João Cabral de Melo Neto: "Tece o amanhã".

Um galo sozinho não tece o amanhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem. Os fios do sol de seus gritos de galo. Para que o amanhã, desde uma teia tênue se vá tecendo, entre todos os galos. (Entrevistado 8)

RESUME

Notre dissertation est concentrée à la contribution des conseils chargés d'inspecter la profession exercée par les travailleurs sociaux, comme un des acteurs principaux aux procès de la formation professionnelle, particulièrement aux années quatre-vingt et quatre-vingt-dix, dans les procès de renouveau. De la même façon, il faut ressortir le dépassement de l'action fiscalisatrice des conseils à se chemin historique, d'une dimension simplement controlatrice jusqu'un espace de divulgation e publicisation de la fonction social de la profession du service social.

Mots-clés: Fomation professionnelle, conseils chargés d'inspecter la profession et les travailleurs sociaux.

BIBLIOGRAFIA

- ABEPSS. *Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Reforma do Ensino Superior e Serviço Social*, ano 1, n.º 1 janeiro a junho de 2000.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Curriculares e pesquisa em Serviço Social. *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, n.º 8, 1997
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. *Caderno ABESS. Formação Profissional: Trajetos e Desafios*. São Paulo: Cortez, n.º 7, 1997.
- ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o projeto de Formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.º 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- ABRAMIDES, M. B. C., CABRAL, M. S. R. O novo sindicalismo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANAS do VII^o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, São Paulo/SP, 1992.
- ANAS. O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais, V Congresso brasileiro de Assistentes Sociais. São Paulo: Cortez, 1987.

ANAS. *Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

BARROCO, M.L.S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

CADERNO ABESS. *Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional*. São Paulo: Cortez, nº 4. 1991.

CADERNO DE COMUNICAÇÕES do IXº Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, volumes 1 e 2. Goiânia/GO, 1998.

CARDOSO, P. F. G. *A Hegemonia do Projeto Profissional na década de noventa questionar é preciso, aderir (não) é preciso*, Dissertação mestrado. PLIC/SP 1999. (mimeo)

CARVALHO, R. de. Os Modernos Agentes da Justiça e da Justiça e da Caridade. Notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. nº 2. São Paulo: Cortez, 1980.

CARVALHO, R., IAMAMOTO, Marilda V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 11º. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CEFESS. Código de Ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, 1997.

CEFESS. Relatórios Final das Gestões, 1993/1996 e 1996/1999, Brasília 1999.

CEFESS. O Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CEFESS/CRESS* Revista Serviço Social e Sociedade. nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

CADERNO ABESS Nº 1. *O Processo de Formação Profissional do Assistente Social*. São Paulo: Cortez, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a Ética Profissional. *Serviço Social e Ética: convite à uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - Ensaios Críticos*. São Paulo: Cortez, 1992

NETTO, José Paulo. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *Capacitação em Serviço Social frente à crise contemporânea*, módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social: CEFESS/UNB/CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2º. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Brasil pós-64*. 2º. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e da teoria em Serviço Social. *Caderno ABESS*, nº 3, São Paulo: Cortez, 1989.

NETTO, José Paulo. Teoria, Método e História na Formação Profissional. *Caderno ABESS*. São Paulo: Cortez, nº 1, 1993.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50, São Paulo: Cortez, 1996.

PAIVA, B. *A Assistência Social como política pública*. Uma contribuição ao estudo da Lei orgânica da Assistência Social. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1993. mimeo.

PAIVA, Beatriz A., SALES, Mione A. *A nova Ética Profissional: Práxis e princípios*. *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA e SILVA, M. O. (coord.). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

OS CONFLITOS INTERPESSOAIS E AS PERSPECTIVAS DE CLASSE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Priscila Schettino*
Flávia Albuquerque Costa*

RESUMO

Esse artigo tem o propósito de discutir algumas categorias de análise que entendemos possibilitar uma melhor compreensão acerca dos conflitos interpessoais em sua perspectiva de classe. Dessa forma, busca-se refletir de que maneira o assistente social, especialmente da área sócio-jurídica, pode atuar nos conflitos nos quais é chamado a intervir, e que aparecem como interpessoais, sem perder de vista a referência de classe social.

Palavras-chave: classe social; espaço público; violência.

NOTA INTRODUTÓRIA

As considerações apresentadas nesse artigo constituem uma reflexão inicial sobre a atuação do assistente social nos conflitos interpessoais em sua perspectiva de classe, abordando algumas categorias de análise que julgamos possibilitar o entendimento dos conflitos, principalmente nas situações que envolvem violência. Para tanto, parte-se do conceito mais amplo, classes sociais, realizando mediações que permitam uma apropriação da questão.

No primeiro momento desse texto discute-se a categoria classe social, a fim de entender as particularidades da formação social brasileira e seus rebatimentos nos conflitos de classe, buscando compreender a diluição das questões públicas em questões privadas. A compreensão acerca da privatização dos conflitos de classe exige – considerando-se a especificidade da questão – que se faça mediações entre diferentes vertentes teóricas. Assim, no segundo momento, recorreremos a autores que não localizam suas análises na categoria Classe Social, problematizando outras questões importantes, como o mundo público e o privado, a cultura, e as singularidades dos conflitos que se apresentam como interpessoais. A última discussão do texto compreende a localização social dos trabalhadores do sistema sócio-jurídico, dando ênfase ao Assistente Social.

* Alunas do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

Para Marx a produção social de uma dada sociedade historicamente determinada, e as categorias explicativas, são sempre históricas e transitórias, assim como é uma dada formação social. Diante dessa exposição, constatamos que a estrutura de classe, segundo essa concepção, é um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna. As classes têm, portanto, sua maior expressão e desenvolvimento na sociedade capitalista.

As classes sociais surgem com o fim do modo de produção feudal e a emergência do modo de produção capitalista moderno. Nesse período de transição a burguesia faz de seus interesses, interesses comuns e junto com o proletariado se opõe à nobreza decadente. Somente com o pleno desenvolvimento do capitalismo é que as classes começam a ser reconhecidas como tal. Seus elementos definidores são às condições comuns em que estas surgem, que resultam em condição de classe.

O diferencial entre as classes sociais está no lugar que os indivíduos ocupam na esfera da produção social, o lugar ocupado na divisão sócio-técnica do trabalho. As relações básicas do sistema capitalista são constituídas pelos que possuem os meios de produção, e os que vendem a sua força de trabalho para obter meios de subsistência.

Marx afirma que a "história de todas as sociedades têm sido a história da luta de classes". Constata-se nessa afirmação um grau de anistoricidade, por não se tratar de uma sociedade determinada. O objetivo de Marx com essa citação é demonstrar que são os grupos de opressores e oprimidos que fazem a história das sociedades. No caso da sociedade capitalista, à medida que a classe burguesa se afirma, o proletariado também se desenvolve e, conseqüentemente, a luta de classes. Os membros da burguesia possuem o mesmo interesse, porém as duas classes possuem interesses antagônicos porque na medida em que se produz à riqueza, as forças produtivas geram também a miséria e a opressão.

O capitalista luta pela perpetuação do sistema de trabalho assalariado e o operário luta pela sua abolição. Diante desse contexto, a luta de classes se torna uma luta política que pressupõem a consciência de classe. E esta passa pelo processo de desalienação.

A classe burguesa domina e controla todos os aspectos da vida social, pois "a classe que dispõe dos meios de produção material têm controle sobre os meios de produção intelectual". E para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, a classe dominante deve necessariamente dispor de mecanismos que obscureçam, as relações sociais e as tensões existentes entre as classes antagônicas.

Para tanto, o capitalismo cria mecanismos que mistificam as relações sociais, naturalizando-as. A partir da percepção dessas condições objetivas se tem a possibilidade de mobilização e organização dos indivíduos em torno dos seus interesses comuns, possibilitando a consciência de classe, para se oporem ao grupo dominante. A percepção e a negação das condições objetivas dadas propicia a revolução social. Em outras palavras, o cerne da transformação social é a negação da produção social existente.

CLASSES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - O CONTEXTO BRASILEIRO

Para compreender melhor a dinâmica das classes sociais no Brasil, recorre-se ao pensamento de Fernandes (1977), que analisa as particularidades das classes sociais na América Latina. Para o autor, a dificuldade na interpretação das classes sociais na América Latina não está na coexistência e superposição de diferentes realidades anteriores à consolidação das estruturas de classe. Essas realidades sobreviveram, mas foram absorvidas pelo sistema capitalista, ou seja, as relações que antes existiam foram mercantilizadas. Embora, estas tenham contribuído para criar tensões e conflitos nas relações de classes que não são típicas do capitalismo moderno. A dificuldade está no fato da América Latina não ter tido condições de crescimento e desenvolvimento autônomo, o que resultou na carência de dimensões estruturais e de dinamismo societário nas relações de classe, sendo estes primordiais para a "integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente à sociedade de classes". (FERNANDES, 1977, p. 176).

A não existência de um modelo clássico para o desenvolvimento capitalista (desenvolvimento autônomo), implica em adotar categorias de análise, interpretação e conceitos clássicos tendo em vista as particularidades históricas da América Latina. A questão da ausência de certas dimensões estruturais e dinamismo societário é que levam as contradições de classe a serem "amortecidas", "anuladas" e acarretam na incompreensão da existência de classes. Contudo, não é correto afirmar que os dinamismos de classes sufocados são suprimidos, pois, estruturas de classe em formação e dinamismos de classes insuficientes oferecem mais perigo a ordem social do que uma sociedade de classes plenamente constituída.

A América Latina é marcada por profundas desigualdades sociais, em que coexistem grupos "privilegiados", que usufruem o mercado, e uma massa de despossuídos que vivenciam as exclusões econômicas, culturais e política. A palavra classe acaba sendo usada para designar *status social*, dissimulando os interesses de classe, formas de dominação de classe e conflitos de classe. Mas os conflitos de classe se tornam visíveis ao verificarmos que as classes possuidoras e privilegiadas, por não poderem fazer uso mais do Estado e da Nação e nem de aparelhos ideológicos com tanta segurança, optam por usar a violência como escudo às manifestações da massa despossuída. A violência se dá por meios políticos e através da ação do Estado via armas e superestruturas jurídicas.

Na tentativa de reconstituir as estratégias oligárquicas tradicionais, as classes dominantes fazem uso da participação social das massas na democracia restrita. Essa ilusória participação das massas no poder, não é suficiente para manter o *status quo* da classe dominante, pois não é capaz de universalizar e fortalecer ações que visem à redistribuição de renda, do prestígio social ou a democratização do poder, que consistem o cerne do conflito de classe. Em outras palavras, não é capaz de realizar políticas sociais que reduzam as desigualdades herdadas anteriores e posteriores a implantação do capitalismo, aumentando assim o conflito de classes.

O capitalismo que se desenvolveu na América Latina nasceu da modernização do arcaico, atingindo um elevado nível de industrialização. Porém, a transformação foi apenas superficial, a história social do campo se reproduziu na cidade, o que faz com que a cada novo surto de desenvolvimento aumente as desigualdades

econômicas, sociais e políticas. As classes despossuídas não conseguem participar de mecanismos de controle social como ocorreu na Europa e na América do Norte, porque as classes sociais dominantes têm uma posição unilateral, mantedora dos privilégios de poucos. As classes latino-americanas não podem conceber uma "revolução dentro da ordem", já que as massas despossuídas estão aprendendo a fazer uma "revolução contra a ordem".

Plínio de Arruda Sampaio (1997) afirma que o debate acerca da existência de uma burguesia nacional brasileira perpassa o papel das classes sociais na construção do Brasil como Estado Nacional independente. No Brasil, a revolução burguesa caracteriza-se por uma direção política monopolizada por uma classe burguesa ultra-conservadora e dependente, que impediu a participação da classe operária, selando uma associação estratégica com o imperialismo. A revolução burguesa se desenvolve nos marcos da dependência, impossibilitando a conciliação entre capitalismo e integração social.

Dessa forma, como afirma Arruda, a debilidade do processo de diferenciação do regime de classes e seu caráter elitista, comprometem seriamente a eficácia dos antagonismos de classe como força propulsora da revolução nacional democrática. A questão nacional converteu-se no dilema da preservação da liberdade de ação da burguesia, e a questão democrática transformou-se no desafio da manutenção da ordem social, ambas tendo sido deslocadas do âmbito da política nacional.

ESFERA PÚBLICA E ESFERA PRIVADA

Sempre que existiu Estado existiram classes, mas é no capitalismo – quando elas se apresentam de forma mais definida e como estratégia para apropriação de excedentes – é que se dá a cisão entre econômico e político¹. No capitalismo o Estado surge como ente eminentemente público, tomando para si a função de reprodução em todos os níveis. Ao incorporar as funções públicas e sociais que antes ficavam a cargo do "apropriador", o Estado libera essa classe para apropriação privada do excedente, que significa apropriar-se do que é público, pois o trabalho é coletivo.

O ponto fundamental para compreender a diferenciação entre econômico e político está na relação entre poder político e apropriação privada no capitalismo. O processo histórico que culminou no capitalismo é marcado pela distinção entre poder de classe e poder de Estado, um poder de apropriação de excedentes que não se baseia no aparato coercitivo do Estado. Há uma ausência de força coercitiva política direta, que é excluída do processo de extração de excedentes e deslocada para o Estado, que por sua vez intervém apenas indiretamente nas relações de produção. Entretanto, em nenhum sistema de produção o trabalho é tão disciplinado e organizado como no capitalismo. Isso implica que o apropriador passa a ter menos poder político e mais poder econômico, já que o Estado não intervém na organização do trabalho, apenas tem a possibilidade de o normatizar.

Assim, no capitalismo acontece uma fragmentação entre "econômico" e "político", privado e público, produção e reprodução. A crítica a essa fragmentação se

1 Ver Wood (2001).

concentra na privatização do poder da organização do trabalho, que não é de uma determinada classe, mas sim uma construção coletiva, de pertencimento e decisão pública. A cisão entre econômico e político acarreta um distanciamento cada vez maior entre apropriação privada e desempenho de funções coletivas.

Torna-se necessário assim, entender o lócus da luta de classe no capitalismo, que se dá no interior da unidade individual de produção. Para Wood, os conflitos se gestam em cada centro de produção, demarcados por uma complexa estrutura de organização, sendo neles mesmo domesticados. Quando os conflitos fogem do controle individual do capital, eles passam a ser conduzidos pelo Estado, que é o poder armado do capital. A luta de classe se localiza dessa forma no centro de produção, o que caracteriza a luta como sendo local e particular. O local deve ser visto como o espaço em que acontecem as relações sociais, que permitem a consciência de classe, importante para as lutas domésticas no capitalismo contemporâneo, apesar de não implicar a militância, que implica na generalidade da classe no espaço público.

O espaço público deve ser mais bem detalhado e compreendido, pois é o lugar onde tudo se torna público, podendo ser visto e ouvido por todos. Para visualizar melhor a forma como as demandas e histórias são privatizadas, deve-se compreender a privatização da esfera pública e conseqüente perda do espaço. Marx relata a esfera pública como de sujeitos privados, o lugar da concorrência entre os capitais, que inclui o mercado de força de trabalho, enquanto esfera pública burguesa. Esta esfera, descrita por Marx, é bem visível no contexto neoliberal, por acentuar a privatização do público. A expressão ideológica desse processo é a idéia da não necessidade do público.

A privatização do público é uma falsa consciência de sua não necessidade, nos termos de Oliveira (1999). É através da chamada falência do Estado que a privatização do público se concretiza. A privatização das empresas estatais é apenas a forma mais visível da privatização do público. Na verdade há a perda da barreira entre o que é público e o que é privado, de maneira que tudo se torna privado:

... as pessoas funcionam como persona, não apenas em razão de um trânsito que baralha os papéis, mas porque a racionalidade das decisões é fundamentalmente privada. (OLIVEIRA, 1999, p. 69).

A perda do espaço público é sentida pela destituição da fala, pelo dissenso, pela não possibilidade de reivindicar, pela anulação da política e mais recente pela privatização do público, ou seja, a perda é sentida na falta do espaço que é visto e ouvido por todos. O esforço da democracia, de fazer política, de ter um espaço público em que os homens se reúnam na modalidade do discurso e da ação é enfraquecido. O homem privado é a base do neoliberalismo, não se têm mais a experiência da convivência que extrapola os limites da classe.

DESLOCAMENTO DOS CONFLITOS PÚBLICOS PARA O PRIVADO

Arendt (1997) expõe a relação entre processos que são coletivos e processos que são individuais, ou seja, daquilo que apesar de pertencer à experiência coletiva,

aparece como individual. O mundo coletivo, público, é aquele no qual a vivência privada se publiciza, e a consciência dos homens se torna comum. É nesse âmbito que se pode ver e ouvir, ao mesmo tempo em que se é visto e ouvido, extrapolando o limite do privado compartilhando-se diferentes visões. O espaço público significa assim, o espaço da visibilidade pública. Na definição da autora, a esfera pública é o "espaço da aparência", onde "os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação".

Em contrapartida, o mundo privado corresponde à ausência do outro, é o lugar da privação de relações "objetivas" com os outros. É nessa esfera que os homens permanecem protegidos contra a excessiva publicização daquilo que é privado, onde se obscurece aquilo que deve permanecer oculto. Esse é o espaço da família, em que os indivíduos são continuidade uns dos outros.

A distinção dos dois mundos, encarados sob a perspectiva do que é privado e não do que é político, equivale à diferença entre o que deve ser exposto e o que deve ser segredo. Segundo Arendt há "coisas" que devem ser ocultas e outras que devem ser tornar públicas, pois determinadas "coisas" deixam de existir à medida que se publicizam, enquanto a privatização do que é público o leva a extinção.

Na modernidade, o mundo privado e o mundo público tendem a se extinguir, porque o público se tornou função do privado, da família, e a esfera privada, nos termos de Arendt, se tornaram à única preocupação comum que sobreviveu. Dessa forma o que é da experiência coletiva se apresenta como sendo individual, privado.

A autora recusa a inversão operada na modernidade que faz da esfera privada o lugar da liberdade e da esfera pública o lugar da necessidade, pois essa inversão acaba confundindo as fronteiras entre o público e o privado. A liberdade dos tempos antigos se apresenta em oposição à necessidade da sociedade contemporânea. O processo de acumulação de riqueza e expropriação leva a centralidade do trabalho, em que se reduz a condição homem à condição humana do trabalho. Arendt afirma que o resultado do processo de acumulação é a destruição de toda estabilidade e durabilidade do mundo, que significa a invasão do mundo público por objetos e a obrigatoriedade dos indivíduos em centrar-se nas suas necessidades biológicas. A referência do trabalho exclusivamente ao processo biológico é que elimina a liberdade e o pertencimento ao mundo público e o leva a deteriorização. Desta forma, o homem se restringe à esfera privada e perde a capacidade de falar e de todas as faculdades que fazem parte da esfera pública: o senso comum, o julgamento, a imparcialidade e a memória.

Para Arendt a perda dessas faculdades leva o homem a se confundir com a espécie humana que se configura numa humanidade socializada direcionada ao interesse e que funcionaliza a política. A racionalidade técnica (administração burocrática) sobre a vida política esvazia a idéia de poder político e abre campo à justificação da violência. O espaço da política é desestruturado e substituído pela sociedade de massas que se molda pela não distinção entre público e privado, atingindo não apenas o homem público que perde sua liberdade, mas também o homem privado que não mais se refugia na busca da subjetividade.

O espaço público é onde os indivíduos podem através da fala e do discurso tornar pública sua opinião, seu ponto de vista. Assim, o público "não é nem um lugar individual, nem um espaço fisicamente delimitado; é um campo de relação, de convívio de experiências e, como tal está aberto a qualquer um que resolva deixar o

seu lugar privado e ingressar nele para agir e pensar a cidade" (ALMEIDA, 2000, p. 178). É através da ação pública, da liberdade que se cria o mundo público, o contrário não permite o discurso acarretando na extinção da vida pública, como ocorreu no totalitarismo e até mesmo no Estado Moderno. Essas formas de Estado subtraem dos indivíduos o direito de participar da constituição do mundo público. Sendo assim, Arendt afirma que o poder deve refluir entre os homens e não sobre os homens a fim de possibilitar os homens pensar a política.

CONFLITO E VIOLÊNCIA

Diante das diversas modificações que se processam no cenário mundial (fim do bloco socialista no leste europeu, terrorismo, mundialização da economia, sectarismo político e religioso e etc), se estabelece um novo paradigma de violência.

Wieviorka (1997) indica quatro níveis de análise utilizados para esclarecer os fenômenos da violência, sendo estes: o sistema internacional, os Estados, as mutações sociais e o individualismo societário. O sistema internacional, enquanto primeiro nível de trabalho, presencia duas importantes mudanças que influenciam na expressão da violência. O primeiro é o fim da Guerra Fria, que acarretou o fim da União Soviética e da bipolaridade Leste/Oeste. De certa forma, a Guerra Fria tornava menos provável a guerra entre vários Estados, pois um desequilíbrio, mesmo pequeno, correlacionando às duas potências levaria a uma tensão global. O fim da Guerra Fria significou a abertura para o surgimento de novos conflitos e violências localizadas de baixa intensidade e que dificilmente podem ser controlados.

A segunda mudança é a chamada "globalização da economia", que compreende a noção de que cada vez mais as economias se tornam interdependentes, já que a troca é superior à produção e que a liberalização dos mercados e o avanço tecnológico levam a mundialização dos investimentos e dos fluxos financeiros. A mundialização da economia está relacionada à violência, pois os seus efeitos (como as desigualdades e a exclusão que se ampliam com o mercado generalizado; a troca que se torna mais importante que o mercado, ameaçando o trabalho enquanto sentido da experiência humana e forma de reprodução social) é que alimentam a violência. Além disso, esta pode se expressar na fragmentação cultural que a mundialização da economia incentiva. A difusão de bens culturais não apenas homogeneiza culturalmente o mundo, como também cria processos que reavivam sentimentos de comunitarismo, de nacionalismo voltado para a defesa da nação. Esses processos defensivos levam a violências que se traduzem na afirmação da identidade cultural. Considera-se, então, que a fragmentação cultural é um dos frutos da mundialização da economia, que contribui para a mundialização da violência.

Um segundo nível de análise é o Estado, apontado como causa da violência. A globalização é o ponto de partida para esse entendimento, já que ela ignora as barreiras territoriais, efetuando em escala mundial a circulação de mercadorias, dos homens, das informações e do capital causando o enfraquecimento do Estado nos moldes do "Estado Nação". Sendo cada vez menos capaz de controlar a economia, o Estado passa a não intervir em diversas outras situações como, por exemplo, as atividades informais, o mercado negro e o trabalho clandestino. Assim, a economia

se privatiza da mesma forma que a violência. Torna-se difícil para o Estado assumir suas funções clássicas, entre elas, o monopólio legítimo da violência física.

A fragmentação cultural também é apontada como uma das causas do enfraquecimento do Estado, pois este, não pode mais exigir para si o monopólio da identidade cultural das pessoas que vivem no mesmo território. Outras identidades buscam reconhecimento nesse espaço e essa "disputa" cultural pode gerar uma "guerra civil".

No entanto, deve-se analisar melhor a questão do enfraquecimento do Estado como causa da violência. Atualmente, o Estado é cada vez menos descrito como responsável pela violência, ao contrário do que acontecia nos anos sessenta e setenta, nas lutas de libertação nacional e social ou nos projetos revolucionários. Há vários acontecimentos violentos que significaram uma resposta ao Estado, a um governo ditatorial ou outra forma de opressão. Mas não se pode perder de vista a noção de que as formas mais "espetaculares" de violência que ocorrem na atualidade não correspondem necessariamente à situação de carência, debilidade ou ausência de Estado.

Wieviorka exemplifica essa tese recorrendo à violência urbana de jovens em duas cidades européias: Lyon e Milão. Na região de Lyon a violência é mediática, espetacular, enquanto em Milão ela é mais próxima da delinquência e do crime organizado. Uma das explicações para essa diferença é o Estado. Na França o Estado é mais presente e, curiosamente, é ao mesmo tempo o autor da violência (racismo policial, por exemplo) e o ator chamado a atuar em situações de violência (quando a imprensa divulga uma situação de violência, o Estado é acionado a intervir via recursos). Ao contrário, na Itália a economia clandestina é fonte de importantes recursos para o país. A violência assegura a sobrevivência da delinquência e o controle de territórios, sendo ideal para essa situação um Estado que não intervém e uma imprensa distante.

Uma última consideração nesse nível é a de que a desagregação do Estado implica na desativação da violência caracterizada pela guerra entre Estados. Mas em contraponto, o que se percebe é o aumento das guerras civis, ou seja, diminui um tipo de violência e amplia-se outra.

As mutações societais são o terceiro nível de análise. Os avanços políticos e econômicos não representam necessariamente a regressão da violência, pois nas sociedades avançadas é perfeitamente possível coexistir dificuldades sociais e alto nível de industrialização. A perda da centralidade da indústria clássica no ocidente ocasionou o desemprego e na precarização do trabalho, acirrando a questão social. Nos países do Leste, que vivenciam o fim do modelo soviético, há também uma desestruturação no que concerne à estruturação do trabalho naqueles países. Mas para Wieviorka, não cabe deduzir dessas constatações a idéia de uma violência social ou política diretamente ligada ao esgotamento das relações sociais próprias à indústria clássica. A violência não surge diretamente da queda da mobilidade social. Ela está mais ligada à questão de abuso policial e decisões inadequadas da justiça do que protesto ao desemprego.

A raiva e o ódio dos jovens exprimem-se certamente tendo por trás um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a

sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial. (WIEVIORKA, 1997, p. 22)

O último nível de análise é o individualismo contemporâneo, que apresenta duas situações que se complementam e se opõem. A primeira constata que o indivíduo moderno quer fazer uso, consumir tudo que lhe é colocado pela mídia e pelo mercado de massa, e por isso comete violências com finalidade econômica, como por exemplo, o roubo. Essa violência chama-se instrumental.

A segunda situação demonstra a busca do indivíduo moderno para "ser reconhecido como sujeito" e "constituir sua própria existência". Essa situação remete a condutas direcionadas pela raiva do não reconhecimento e pelo sentimento de injustiça vivida. A violência, neste caso, ocorre pela busca de sentidos, luta do indivíduo para produzir o que antes lhe era dado pela cultura ou por instituições. A violência que ocorre na busca de sentidos é muito percebida no racismo, que se expande na atualidade, em que o sujeitos tendo sua individualidade negada, podem transformar esse sentimento em raiva e, posteriormente, em atitudes violentas.

O individualismo sempre existiu, mas a modernidade o intensifica, tomando-o exacerbado e, assim, a violência encontra condições favoráveis, especialmente, em três ocasiões: na racionalidade estratégica que faz dela um recurso; na necessidade de se identificar com uma identidade coletiva - fanatismo ou pertencimento a um grupo - e na fusão de sentidos, em que não há possibilidade de ser consumidor e produtor de sua própria existência ao mesmo tempo. Sem dúvida, o individualismo faz parte da violência contemporânea; trata-se de mais uma causa da violência entre as outras três que aqui foram analisadas.

Os níveis de análise apresentados possuem grande relevância para compreensão das causas da violência. Entretanto, não se pode perder de vista que a análise separada dessas categorias não representa a violência em sua totalidade e complexidade, gerando uma parcialidade na leitura das causas da violência contemporânea.

O ESPAÇO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA SÓCIO-JURÍDICO

Das mediações feitas partimos para a compreensão de como esta é administrada pelo Estado moderno, através do aparato jurídico-policial o Estado, detentor do monopólio físico da violência, intervém nesses conflitos, tidos como interpessoais.

Para uma mais ampla compreensão acerca deste aparato é necessária uma investigação de como se processa o trabalho do profissional atuante neste sistema, levando em conta suas especificidades e limitações.

Uma das especificidades que atualmente permeiam o sistema judiciário é a chamada "crise do judiciário". Ao se falar do "mal-estar no judiciário" remete-se logo aos magistrados, mas esses não são os únicos profissionais que atuam na sua manutenção. As polícias civis e militares e os agentes penitenciários também passam por uma crise, mas essa é vista como sendo proveniente apenas da má remuneração, da precariedade das condições de trabalho, da falta de representatividade sindical, ou seja, problemas de corporativismo.

Os critérios usados para representar as dificuldades vivenciadas por uma categoria social variam segundo o prestígio e status das profissões. Na divisão do trabalho de manutenção da ordem, a profissionalização das diferentes funções relacionadas com essa atividade e a própria hierarquia criada entre elas, demonstra a origem de classe como fator dessa divisão. Assim, evidencia-se o discurso dos magistrados como vivendo uma "decadência social", enquanto a posição dos policiais civis e militares é o que menos conta. Cria-se a imagem dos magistrados como corruptos ou "sem tino", dos policiais como "grosseiros" e os agentes penitenciários "assimilam-se a si mesmo à população com qual trabalham".

A descrição acima refere-se a hipótese de Lenoir (1997) sobre a "crise da justiça". Para o autor, a identificação dessa crise à dos magistrados, se apóia no fato de que todas as corporações que dominam determinado setor da atividade social acabam impondo a todos a definição de mal-estar. Seus problemas relacionados em parte à sua origem social – independência ou poder – são colocados como problemas gerais, "a crise da lei", ou em problemas de sociedade, o crescimento da insegurança. Essa injunção generalista de problemas particulares acaba acarretando na supressão dos variados atores que compõem o cenário da manutenção da ordem e dos inúmeros fatores que culminam nas dificuldades presenciadas pelo setor.

Bourdieu (1997) acrescenta que os profissionais de escalões inferiores, como: polícias, magistrados subalternos, assistentes sociais e outros profissionais que exerçam funções ditas sociais – no meio jurídico ou não –, vivam a sensação de abandono. Esses não têm os meios necessários para realizar seu trabalho e passam a desacreditar nos esforços para "enfrentar a miséria material e moral que é a única consequência certa da *Realpolitik* economicamente legitimada". (Bourdieu, 1997, p. 219)

O ASSISTENTE SOCIAL COMO DIFUSOR DE IDEOLOGIA – AS ESPECIFICIDADES DO SISTEMA SÓCIO-JURÍDICO

A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. (CHAUI, 1981, p. 37)

A ideologia burguesa naturaliza a divisão social entre classe dominante e classe subalterna, estratificando as relações sociais. Essa ideologia expressa em diversas correntes de pensamento sociológico, reitera a crença de que os homens são desiguais por natureza, e que através do trabalho é possível ascender econômica e socialmente. Porém tal desigualdade seria compensada pela igualdade perante as leis e ao Estado, já que todos possuem os mesmo direitos e o mesmo acesso aos aparelhos estatais. Essa ideologia oculta o caráter classista do Estado, já que este acaba funcionando como o instrumento de dominação de uma classe pela outra.

Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a natureza, os deuses, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam.

No capitalismo o Estado funciona como aparelho repressor e coercitivo da classe dominante que, através de alguma legitimidade e o mínimo de consenso possibilita a manutenção da ordem social. Para tanto ele utiliza o Direito, estabelecendo as leis que regulamentam as relações sociais. A partir daí a dominação não pode mais ser vista como forma de violência, passa a ser mais facilmente aceita, pois é Legal. O Legal aparece para os homens, através dessa ideologia, como legítimo, justo, bom e válido para todos. As ações que contradizem as leis são tidas como desordens, anormalidades, um perigo para a sociedade.

No pensamento Gramsciano, a hegemonia de uma classe esta condicionada a capacidade que esta possui em fazer de seu projeto coletivo, o projeto societário. Ou seja, de transformar seu conjunto de idéias e valores em senso comum. Essa hegemonia garante sua dominação não só no plano econômico, como no político e social.

Nas palavras de Chauí (1981) "uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial), mas ela é hegemônica sobre tudo porque suas idéias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação".

Sendo o assistente social um profissional - que como afirma Iamamoto (1985) - está inscrito na divisão sócio-técnica do trabalho, inserido nos processos de trabalho e atuando na produção e reprodução da vida material e social da classe trabalhadora, é fundamental compreender seu trabalho com partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as exigências econômicas e sócio-políticas do processo de acumulação.

A esfera pública é a maior empregadora destes profissionais, especialmente nas áreas da saúde, da assistência social e da justiça. É nela também que se percebe mais claramente as expressões de conflitos de classe no enfrentamento da questão social. Observa-se nessa esfera a utilização de sistemas direcionados à manutenção da ordem, e ao controle social, assegurando a reprodução social.

É é nessa perspectiva que se dá a inserção do Assistente Social na esfera pública. O Estado demanda desse profissional a elaboração, gestão e implementação de políticas públicas voltadas para a garantia de mínimos sociais que possibilitem a manutenção e reprodução da classe subalterna. Nesse processo a reprodução não é somente econômica, mas também social, na medida que o espaço de atuação possibilita a reprodução de valores, conceitos e atitudes por parte do assistente social, sendo esse um espaço de difusão e reprodução ideológica. Ao mesmo tempo por ser o assistente social um profissional cujo principal instrumento de trabalho é a linguagem, e dado o seu projeto ético-político comprometido com seus usuários, ele pode direcionar o seu trabalho para outros objetivos que não os de seu empregador, mas àqueles expressos no código de ética da categoria.

Pensando a partir disto entende-se que o Assistente Social pode redirecionar o produto de seu trabalho para os interesses da classe dominante (produção e reprodução da vida material e cultural) ou da classe subalterna (justiça social e efetivação da democracia).

Deve-se considerar esse profissional como um indivíduo, dotado de suas particularidades, de uma história, de uma herança cultural, de valores e de conhecimentos que também influenciam na sua leitura das relações e dos conflitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico apresentado aponta minimamente a passagem do plano coletivo para o plano individual. Buscou-se com este texto demonstrar que os conflitos interpessoais nem sempre se reduzem as questões meramente individuais e que muita das vezes são reflexos da dinâmica societária.

Acreditamos que a dificuldade em visualizar as demandas colocadas no cotidiano profissional, como sendo de caráter coletivo, esteja na forma que a questão social é administrada na sociedade capitalista. A questão social é fragmentada em problemáticas diferenciadas que são atendidas por instituições e serviços que se organizam em torno das mesmas. Dessa forma, a disposição da política pública auxilia na incompreensão da população que se faz usuária não só dos serviços de segurança pública, mas de todos os serviços da política pública.

A fragmentação da questão social leva a parcialização das causas da violência e dos conflitos interpessoais. Ocorre assim, uma tendência a culpabilizar o indivíduo pela situação que ele vivencia, sem refletir sobre as questões mais amplas que envolvem a situação, como a própria questão de classe.

Conclui-se por tanto, que dada a complexidade e o dinamismo da realidade social, e na falta de categorias analíticas explicativas dessa realidade, os trabalhadores da política não visualizam os conflitos interpessoais em que eles intervêm circunscritos em uma perspectiva de classe. Sendo assim, o profissional passa a creditar a sua intervenção resultados imediatos, de "modificar" o indivíduo ou de elevar sua "auto-estima", não visualizando o caráter eminentemente político-ideológico de sua atuação.

ABSTRACT

This article has the purpose to discuss some categories of analysis that we understand as a possibility for a better comprehension about the interpersonal conflicts in its perspective of class. This way, we search for some thinking on how the social worker, especially in the social-juridical area, can act in the conflicts in which the professional is claimed to intervene and that seem to be interpersonal ones without losing the reference of the social class.

Key words: social class, public space; violence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Helena Tenório. *Hannah Arendt os Caminhos de Um Pensamento Inquieto na Busca de uma Vida Pública*. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.
- ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. Tradução: André Duarte.
- _____. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia da Letras, 1982. Tradução: Denise Bottmann.
- _____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relumê-Damará, 1994. Tradução: Roberto Raposo.
- BOLJARDIEU, Pierre. *A Demissão do Estado*. In: _____ (Org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia?* Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *As Classes Sociais na América Latina - Problemas de Conceituação*, 1977.
- LENOIR, Reni. *Desordem Entre os Agentes da Ordem*. In: Bourdieu (Org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Cecília (Org.) *Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *A Natureza da Burguesia Brasileira em Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Cortez, 1997.
- YAMAMOTO, Marilda Vilela. (et al). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica*. Editora Cortez, São Paulo, 1985.
- WIEVORKA, Michel. O Novo Paradigma da Violência. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, FFLCH. São Paulo. V. 9, nº 1, 1997.
- WOOD, Ellen Meiksens. *Democracia Contra Capitalismo: A Revolução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2001.

A DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM JUIZ DE FORA

Clara Vaz Pereira*

RESUMO

Este artigo procura pensar como o trabalho do assistente social tem se configurado na política sócio-assistencial do município de Juiz de Fora. Todavia, esta inserção não deve ser compreendida isoladamente. Ela deve referenciar-se em alguns parâmetros postos pela atualidade. A prática profissional deve ser analisada a partir de sua relação com o Estado que a emprega, as demandas sociais, o mercado de trabalho e o projeto político que fundamenta sua ação. Palavras-chave: trabalho do Serviço Social, assistência, descentralização.

INTRODUÇÃO¹

A assistência social tem sido a estratégia mais utilizada pelo Estado brasileiro para enfrentar a questão social, na tentativa de diminuir a pobreza. A esfera pública municipal, seguindo as diretrizes constitucionais de descentralização, passa a ser responsável pelo atendimento das demandas ligadas à infância e adolescência, família, maternidade, pessoas portadoras de deficiência, velhice e promoção da integração no mercado de trabalho. Na busca por concretizar direitos, o assistente social é chamado a compor o corpo de profissionais que elabora e executa as políticas de assistência.

Considerada uma possibilidade de atuação do Serviço Social, a assistência apresenta-se ao debate profissional permeada por contradições. Seu estabelecimento enquanto política pública é fruto de uma longa trajetória que emerge da filantropia

* Residente do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UEP. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UERJ.

¹ Este artigo discute brevemente alguns aspectos tratados de maneira mais ampla pela pesquisa integrada. O trabalho do assistente social na esfera pública: natureza, atribuições e particularidades. O estudo, apoiado pelo CNPq, e coordenado pela Prof. Dr Maria Aparecida Tardin Cassab, teve duração de dois anos, integrando esforços da FSS/UFJF e da FSS/PUC-SP. Posteriormente, a iniciativa se desdobrou em mais alguns trabalhos na UFJF, UFAL, PUC-SP e um projeto de estudo no Mestrado da UERJ, dados que reforçam a pertinência do tema e a necessidade de aprofundamentos.

e da caridade, se desenvolvendo até o presente. O assunto em questão se situa numa discussão mais ampla que visa remeter a assistência à política, retirando-a do campo assistencial. Neste artigo serão abordados alguns aspectos desta discussão, relacionando-os com a trajetória da própria profissão.

No primeiro tópico será debatida a assistência social como política pública, os contornos que ela adquire na realidade brasileira. Em um segundo momento, a análise busca o aprofundamento do tema, tendo como pano de fundo a política de assistência social de Juiz de Fora. O texto enuncia aspectos considerados fundamentais para a discussão da singularidade da assistência em Juiz de Fora. Finalizando, serão discutidas algumas nuances captadas pela pesquisa de campo. Neste ponto destacase o espaço conquistado pelo Serviço Social no município, tendência parametrada pelas diretrizes constitucionais de autonomia e descentralização da política.

I A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Pensar a prática profissional do assistente social é uma ação que não pode se restringir a instrumentos e técnicas. É necessário pensar o contexto político no qual o trabalho se realiza. No que tange à assistência, a profissão se apresenta fortemente vinculada ao Estado e, a partir da constituição de 1988, à esfera pública municipal. Antes de penetrar nas especificidades deste contexto, este item buscará abordar, brevemente, algumas questões que envolvem a assistência social, o papel do Estado e as possibilidades da profissão neste campo.

As políticas sociais são uma forma do Estado incorporar as demandas socialmente postas. Consideradas como um aparato de legitimação do Estado burguês, as políticas sociais se definem enquanto formas de administrar a miséria, atendendo simultaneamente ao capital e ao trabalho, desconstruindo seu caráter de luta de classes. O Estado, campo estratégico do conflito de classes, mascara essa relação de dominação à medida que implementa políticas sem a participação das classes populares (SPOSATI *et alli*, 1985). Essa forma de atendimento reforça o assistencialismo, acolhendo "carências", criando "beneficiários" e mantendo-os afastados do cenário de decisão.

A presença do assistencial no Estado brasileiro permite fornecer à classe trabalhadora os mínimos para sua sobrevivência sem que a hegemonia do capital seja abalada. Mas a condição de beneficiário não é a única alternativa de gestão dos recursos assistenciais. O conteúdo ideológico definido pelas instituições assistenciais enfatiza ou disfarça a carga política destas ações, fazendo pesar a ajuda ou a participação e o direito. O aspecto assistencial não se trata, portanto, do serviço que é oferecido, mas sim da conotação que lhe é conferida – como explica Sposati *et alli* (1985):

...é o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito. (SPOSATI, 1985, p. 29)

Segundo esta análise, a assistência social sempre foi questionada pelos profissionais, especialmente durante o movimento de reconceitualização do Serviço Social. No transcorrer das décadas de 1960, 70 e 80 as ações assistenciais foram negligenciadas enquanto campo de atuação da profissão. Acreditava-se que desta forma o assistencialismo seria superado e suprimido das práticas sociais. No entanto, a cultura do Estado brasileiro parece reiterar, políticas públicas que enfatizam o assistencial, e não a consolidação de direitos.

O assistencialismo traz a marca de uma gestão excludente, balizada por algumas características recorrentes. Uma delas se funda na triagem dos usuários. Ao atestar carências e definir critérios de seleção, o profissional que realiza a política justifica esta exclusão no fato da política ser compensatória de carências e na escassez de recursos. Com isto é possível traçar uma escala na qual apenas os muito carentes devem ser assistidos pelo benefício – que não é um direito, mas uma compensação. Neste processo o assistente social aparece como profissional especializado no manuseio da triagem. A seleção sócio-econômica, atribuição privativa do assistente social, passa a ser sua marca profissional, algo que ajuda a justificar sua inserção no mercado e, discretamente, contribui para a solidificação de práticas assistencialistas discriminatórias.

Outra característica assistencial comum aos serviços públicos é o caráter emergencial, visando atender exclusivamente a situações precárias. No discurso da emergência não se manifesta a preocupação com a qualidade, e os programas sociais são reduzidos a atendimentos parcializados. As políticas sociais são resumidas à diminuição de conflitos e, pautando-se em ações humanizadas, agravam a condição de miséria e desinformação da população. Estas ações podem, esporadicamente, reduzir a pobreza, mas não incidem sobre as desigualdades. As políticas sociais acabam por encenar o atendimento, simulando a prestação de serviços. Mas na verdade, elas respondem à necessidade estatal de legitimar suas ações, remontando a política enquanto emergencial, alicerçada na tutela, favor e humanização do Estado.

O caminho aberto por esta discussão permite questionar como a ação do assistente social pode ser difusora de ideologia no reconhecimento das demandas sociais, como demandas de classe. Movimento que se concretiza especialmente no campo das políticas sociais.

Apesar das lutas dos movimentos societários e reivindicações assistidas nas décadas de 1970 e 1980, que culminaram com a Constituição de 1988, o esforço político não foi capaz de alterar a situação dos trabalhadores urbanos, que permaneceram enfrentando salários baixos, desemprego e precarização das condições de vida. O resultado deste quadro social, político e econômico não pode ser outro se não o crescente *apartheid* social. Mediante a conjuntura atual o assistente social tem sua prática questionada, à medida que é impelido a trabalhar com políticas discriminatórias e precarizadas, desafiando seu compromisso ético-profissional.

O contexto histórico dos últimos vinte anos aponta para mudanças tanto na forma de produzir e organizar as relações econômicas quanto na forma de identificação dos sujeitos enquanto classe e agir social. Atualmente, a lógica flexível interfere na formação da consciência social coletiva, à medida que elege o individualismo e o consumo como práticas sociais principais. A heterogeneidade das condições de trabalho e de vida fragmenta a base dos interesses coletivos, interesses

estes que são o fundamento do trabalho do assistente social: a implantação e condução das políticas sociais.

O trabalho do assistente social na esfera pública é atravessado pelos parâmetros de seletividade e disponibilidade de recursos – ainda que seus objetivos profissionais expressem padrões universais de atendimento. Essa tendência neoliberal pode ser sentida através da ação profissional diária. A cada triagem ou seleção sócio-econômica, a universalidade das políticas passa a ser um objetivo que se distancia gradativamente de sua efetivação e, nesse distanciamento, se dilui a probabilidade do enguimento de políticas consistentes no Brasil.

A contradição universalidade/seletividade encontra-se não apenas na prática do assistente social, mas na própria LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) que assume o combate à pobreza como foco do trabalho, ao mesmo tempo em que se refere à universalização dos direitos sociais. Entende-se aqui que ambas diretrizes são inconciliáveis, pois a dimensão dos direitos extrapola a garantia dos mínimos sociais. Uma política fundada no provimento dos mínimos contribui para a reiteração de desigualdades, clientelismo e assistencialismo.

Na esteira destas contradições procura-se pensar a reprodução social, prática que pode estar ligada às escolhas pessoais do assistente social, mas também é contingenciada pelas imposições institucionais e expectativas que as entidades estabelecem com relação ao profissional. Sendo este um aspecto a ser identificado e aprofundado para clarificar a inserção do assistente social nos processos de trabalho coletivo, reconhecendo este trabalhador a partir de suas demandas sociais e de sua inserção institucional localizada na esfera pública.

O assistente social deve ser um profissional capaz de compreender os processos da sociedade burguesa; seu conflito de interesses, sua forma de dominação e as possibilidades de enfrentamento e resistência à exploração. Dotado dessa visão e fundamentado pelos instrumentos profissionais – código de ética, lei de regulamentação da profissão e reflexividade – o assistente social adquire clareza para atuar em favor da classe trabalhadora, junto ao Estado, através das políticas sociais.

A questão social, desta forma, não se restringe às carências e à ação do Estado. Sua outra face remonta às pressões da sociedade civil, dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, como meio de resistência e busca pela cidadania. A questão social é um espaço de manifestação das contradições da sociedade. O campo das políticas sociais, como correlato da questão social, pode significar conservadorismo, clientelismo e dominação, mas também pode ampliar as formas autênticas de participação política e democrática. Esta análise é importante à medida que amplia a concepção do que é a questão social, considerando-a não apenas sob o aspecto da exclusão, mas como espaço de reivindicações e conquistas. O trabalho do assistente social deve se erguer sobre a compreensão destes determinantes, para que sua atuação produza respostas coerentes com o contexto histórico no qual ela se produz.

Na sociedade burguesa o fluxo do capital influencia profundamente a compreensão de seus próprios mecanismos, empenhando-se para mascarar as relações de dominação existentes. O assistente social no desempenho de suas funções precisa ser capaz de decifrar o aparente caos, dando-lhe sentido e apreendendo seus elementos constitutivos. Somente municiado de uma leitura aprofundada da socie-

dade, o profissional será capaz de empreender ações conscientes do caráter político que perpassa seu cotidiano profissional, incluindo em sua ação junto à política assistencial, a compreensão adequada das contradições sociais.

2 A AMAC COMO ESTRATÉGIA DE MUNICIPALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

A constituição da política sócio-assistencial em Juiz de Fora tem algumas especificidades que requerem análise mais detalhada. Desta forma, a inserção do assistente social na esfera pública municipal será abordada em relação aos elementos externos que a influenciam.

Em Juiz de Fora a Amac (Associação Municipal de Apoio Comunitário) é o órgão responsável pelo atendimento às demandas da assistência social. Por não contar com uma secretaria específica da assistência, a Amac implementa os projetos federais e estaduais, além de responder pela rede local de atendimento. Apesar de não ser enquadrada como uma entidade estatal, a instituição é encarregada de coordenar e executar planos, projetos e programas assistenciais.

A instituição foi fundada em 1985, e atualmente, sua proposta de atendimento conta com programas de aleitamento materno e atendimento à infância e à adolescência, desenvolvendo ações na área da cultura, recreação, profissionalização, política de abrigo, bolsas assistenciais e assistência nutricional. O atendimento à pessoa adulta conta com programas voltados para atenção alimentar, cidadão de rua, portador de deficiência, mulheres vítimas de violência doméstica e terceira idade. Através da oferta desses programas e das tentativas de complementar ações, a Amac conforma sua política de assistência social.

A Amac apresenta uma característica muito interessante com relação à sua personalidade jurídica. A instituição é regulamentada como uma sociedade civil com objetivos assistenciais. Sua condição, portanto, não integra o rol de entes da administração direta ou indireta, ainda que seu financiamento e subordinação sejam radicalmente vinculados à gestão municipal. Ainda que a Amac não figure entre as organizações da administração direta, a instituição se materializa como responsabilidade do poder executivo municipal. Com isto, suas atividades de compra e contratação de serviços se submetem à Lei de Licitações nº 8666/93.

Parágrafo único - subordinam-se ao regime desta lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

Outra característica da instituição se refere à conduta esperada de seus agentes e gestores. Apesar da Amac estar isenta de apresentar-se ao Tribunal de Contas da União, sua administração é regulada pela Lei de Improbidade Administrativa nº 8429, como expressa o trecho a seguir:

Art. 1º - os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal, dos Municípios,

de Territórios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Além disso, a natureza jurídica da Amac imprime características peculiares à sua gestão, uma vez que a instituição é isenta da realização de concursos públicos para admissão dos empregados que compõem seus quadros. O Superintendente da Amac – cargo máximo no organograma – é, necessariamente indicado pelo prefeito e seus subordinados não podem ser enquadrados, em qualquer categoria, como servidores públicos. Este panorama, no entanto, não compromete o sólido perfil da rede de prestação de serviços. Através da Amac, a cidade conta com uma política sócio-assistencial bem definida, estruturada em programas especializados que permitem a construção de uma carreira profissional – especialmente para os assistentes sociais.

Na perspectiva da complementaridade e do atendimento às necessidades da população, compreende-se que o aproveitamento de recursos e soluções não estatais pode ser uma maneira inteligente de gerenciar a questão social. O cerne do debate desloca-se para a intenção impressa à administração da política, ou seja: com que intuito as esferas governamentais aproximam-se da sociedade civil.

A expansão de ações não diretamente estatais coloca uma indagação sobre a efetividade destas ações, questionando de que maneira o estabelecimento de convênios e parcerias pode contribuir para a provisão de demandas e a ampliação de direitos da população. Nesse sentido, cabe ao Estado afiançar a qualidade dos serviços prestados, organizando as intervenções, evitando o desperdício e a superposição de programas, isto é, garantindo qualidade.

Marco Aurélio Nogueira aponta o Estado como o espaço da cidadania, de maneira que não se pode pensar em proteção social fora dele. As diretrizes de descentralização e participação da sociedade civil propõem o debate de idéias e o partilhamento do poder face às ações auto-centradas e particularistas. O autor entende que a política pública não é simplesmente aquela financiada pelo Estado, mas uma ação que priorize a construção de uma rede democrática.

A dialética Estado/Sociedade (NOGUEIRA, 2001) não pode ser confundida com omissão ou desresponsabilização, a interação entre as duas esferas não significa retraimento dos direitos previstos pela constituição. O apelo à sociedade civil deve ser encarado como um chamado à participação política na gestão, definindo a direção dos programas e democratizando o Estado “que redistribua e promova a equalização das regiões e dos grupos sociais, corrigindo as desigualdades” (NOGUEIRA, 2001, p. 30). Diante dos contornos atuais, acredita-se que a omissão desta diretriz pode conferir à administração pública características de privilégio do mercado e da economia em detrimento das políticas sociais.

O papel do Estado na construção de um país menos desigual passa, obrigatoriamente, pela ampliação e universalização das políticas oferecidas – ainda que ele não seja o executor *full time* destas ações, sua participação é essencial na proposição, supervisão e execução destas iniciativas. A gestão social, portanto, deve prever a interação entre os setores da sociedade, na busca da construção de políticas públicas abrangentes

e universalistas, sem que se perca a centralidade do Estado neste processo, ou mesmo, sem que o discurso do solidarismo seja acionado e incentivado.

O debate acerca da regressão do Estado frente às demandas sociais ganha outro sentido quando a realidade de Juiz de Fora é analisada com mais profundidade. Isto significa dizer que a esfera pública municipal reconhece seu papel no atendimento das demandas sociais, oferecendo uma série de serviços e constituindo uma política concreta de assistência social.

Tabela nº 1
Evolução das contratações no Município de Juiz de Fora

Ano	1984/85	1997	2004
Assistentes Sociais	13	23	51
Programas	9	9	20

Fonte: Pesquisa de Campo.

Como pode ser visto na tabela, o crescimento e desenvolvimento do Serviço Social acompanhou o avanço das políticas sociais, de maneira que hoje elas são consideradas a área fundamental de atuação profissional na cidade. Este movimento está de acordo com as análises de Yazbek (2000). A autora aponta o fortalecimento do Serviço Social como profissão exatamente no momento em que o Estado passa a atender às demandas da população por meio das políticas sociais. As ações de cunho caritativo ou filantrópico sempre fizeram parte do contexto capitalista, mas a profissionalização ganha força apenas mediante a intervenção estatal na formulação e implementação de políticas.

Desta forma, o trabalho do assistente social enquanto planejador e executor das ações assistenciais do município é considerado um indicador que permite conhecer a fundo a estrutura da rede assistencial. Ao apreender e decompor a atuação do Serviço Social na política da cidade, busca-se traçar mais do que as possibilidades profissionais; espera-se com isso organizar os subsídios necessários à avaliação global do plano de assistência social, discutindo sua efetividade, sua fundamentação ética e ideológica.

3 O ESPAÇO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA

A execução, elaboração, e avaliação das políticas públicas de assistência são atribuições conferidas aos assistentes sociais. O atendimento dessas demandas, no entanto, varia constantemente, modificando-se de acordo com as configurações da sociedade e acompanhando o modelo governamental. Ao tentar acompanhar as necessidades e reivindicações sócio-históricas, a esfera pública submete-se à orientação da política local, regional e nacional. Ergue-se neste ponto um dilema vivenciado pelos profissionais envolvidos: executar um trabalho consistente superando a fluidez do setor público. A partir do exposto revela-se outra questão mais específica ao Serviço Social: compreender como a constituição do poder municipal atribui formato e valores à prática profissional.

As informações coletadas tanto pelas entrevistas, quanto por meio de documentos, permitiram construir uma imagem muito interessante do espaço de trabalho do assistente social na política sócio-assistencial de Juiz de Fora. O vínculo estabelecido para realização do trabalho exige do profissional a maior parte de seu tempo, praticamente inviabilizando um segundo emprego. Em contrapartida, a instituição absorve parte da mão-de-obra disponível garantindo-lhe direitos trabalhistas e valorizando a experiência adquirida. Os assistentes sociais que atuam neste campo constroem seu trabalho sobre bases institucionais bem consolidadas. Desta forma, sua rotatividade é baixa e sua experiência e dedicação são indicadores importantes na busca por ascensão profissional.

Estes dados se contrapõem às tendências mais correntes do mercado de trabalho do assistente social hoje, que indicam crescente terceirização e precarização dos vínculos de emprego, com transferência de responsabilidade na execução da política assistencial para o terceiro setor. Sobre esta tendência Iamamoto destaca:

Nesses novos tempos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidade para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais. Esta vem se traduzindo, por um lado, em um crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não-Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais (...) Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos. (IAMAMOTO, 2003, p. 126)

A autora destaca a importância das mudanças trazidas pela Constituição de 1988. A partir da publicação deste documento, os municípios assumiram a execução das políticas a nível local, interiorizando o atendimento às demandas. Neste espaço, um dos campos de maior expansão tem sido a inserção profissional nos conselhos municipais, seja na implantação, capacitação de conselheiros, mobilização popular, entre outros. Esta tendência à participação da sociedade civil junto às decisões do Estado revela-se a moderna gestão social.

No entanto estas atividades podem ser consideradas acessórias, à medida que subsidiam o funcionamento das políticas públicas. No município de Juiz de Fora o trabalho do assistente social se materializa sob outro enfoque, com mais presença na elaboração e execução das políticas sociais junto ao poder local. Pode-se dizer que a municipalidade ainda assegura a ação do assistente social nos moldes tradicionais – sem que isso impeça a inserção destes profissionais nos novos espaços locais.

A ênfase na inserção do assistente social na esfera pública é bastante peculiar no mercado de trabalho atualmente. Em pesquisa realizada no município de São Paulo² percebe-se que as atuais configurações deste mercado indicam a precarização dos vínculos e do atendimento à política assistencial. Alguns dados demonstram essa condição tais como o fato de que PMSP não contrata assistentes

2 Dados extraídos do Projeto Integrado O trabalho do assistente social na esfera pública: natureza, atribuições e particularidades, que investiga a realidade profissional dos municípios de São Paulo e Juiz de Fora em um estudo comparativo.

sociais desde 1988, tendo ocorrido um encolhimento e envelhecimento deste quadro profissional, que vem sendo gradativamente substituído em suas funções por aqueles contratados temporariamente pelas organizações da sociedade civil. Observa-se que a própria política de assistência encontra-se pulverizada em iniciativas da sociedade civil, financiadas pelo recurso público em sua maioria.

Na contraposição entre as duas realidades constata-se que a forma de organização do poder municipal direciona o tipo de trabalho realizado pelos profissionais da política. O assistente social, portanto, tem seus objetivos profissionais atravessados pelas diretrizes municipais de elegibilidade e administração das demandas urbanas. Com isto, a lógica da política municipal, sua forma de gestão e financiamento definem a estruturação do trabalho do Serviço Social. O estudo indica que a Constituição de 88, com suas características de descentralização e municipalização, permite a construção de formas específicas de enfrentamento da questão social. Em consequência, o trabalho do assistente social é profundamente marcado pelos objetivos estabelecidos pela municipalidade. A profissão é colocada entre o poder local e os segmentos populacionais passíveis de serem incluídos nesta política, atuando na gestão do espaço da cidade. Esses elementos parecem tecer as possibilidades de financiamento, empregabilidade e atuação do assistente social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados são fruto de um estudo maior que transita pela formação profissional, mercado de trabalho, conteúdos ideológicos e questões políticas que envolvem a prática. Todavia, dadas as possibilidades desta comunicação, foi necessário estabelecer recortes, priorizando um determinado percurso. A análise destes dados, que não pode ser considerada concluída, revelou que a cidade possui uma rede de atendimento sócio-assistencial bastante organizada, uma estrutura que valoriza o trabalho do Serviço Social e oferece possibilidades de profissionalização da política.

Não se propõe aqui uma interpretação inocente dos processos políticos que envolvem a permanência da profissão nos quadros de atendimento e elaboração da política. Em nenhum momento foi descartada a compreensão do trabalho profissional enquanto difusor de ideologia e produtor de consensos, características elementares da própria emergência do Serviço Social. Todavia, não se pode ignorar as proporções da política implementada em Juiz de Fora e a participação do trabalho do assistente social neste espaço.

O conjunto de dados e depoimentos obtidos na pesquisa permite perceber que o movimento de descentralização e municipalização da política promove um contingenciamento do fazer profissional. Este contingenciamento não significa cerceamento da ação, mas a constituição de um campo, um espaço de atuação com parâmetros e objetivos que precedem as intenções profissionais.

Pode-se, inclusive, destacar a forma como a profissão é incorporada pela esfera pública, sendo chamada a compor cargos de chefia e planejamento da política na cidade. Na Amac o assistente social conquistou um espaço raramente visto na profissão. Basta considerar que em meio ao discurso da despoliticização da

assistência, apelo ao solidarismo e ao voluntarismo, a instituição prioriza a contratação e o estabelecimento de vínculos fixos com os assistentes sociais. Além disso, pode-se observar que o corpo de assistentes sociais mantido pela Amac amplia-se a cada ano.

A especialização do atendimento retroage sobre a construção dos profissionais, imprimindo-lhes características singulares deste espaço de atuação. Neste sentido, deve-se observar a autonomia do poder municipal na construção das políticas sociais e no estabelecimento dos objetivos desta política, face às características urbanas. Desta forma, as ações desenvolvidas são parametradas pelos objetivos institucionais, que às vezes não se combinam inteiramente com os objetivos da profissão - mais abrangentes e menos atados à resolução de questões imediatas.

A profissão não tem seus determinantes claramente expostos, cabendo ao trabalhador da política decifrar e atribuir significados aos vetores que se apresentam em sua prática. Neste aspecto, o assistente social não está sozinho, o meio acadêmico e científico tem uma vasta gama contribuições possíveis ao aprimoramento profissional.

Esta indicação não isenta os esforços individuais na busca pelas respostas, mas afirma a interação entre teoria e prática na direção do aprimoramento intelectual como instrumento fundamental para uma atuação consistente.

É premente nesta perspectiva pensar o trabalho do assistente social não em sua generalidade, mas de acordo com as particularidades que condicionam a ação. Compreende-se que explicações genéricas não dão conta de aprofundar a diversidade de questões que cercam as diferentes dinâmicas de trabalho postas ao Serviço Social. Observa-se, portanto, que o trabalho do assistente social - incorporado ou não, pela esfera pública - precisa ser visualizado em sua singularidade, evitando generalizações que mais obscurecem do que explicam o real.

ABSTRACT

This article is an attempt to think how Social Work is structured in the social assistance in Juiz de Fora. However, this insertion must not be comprehended by an isolated way. It must be realized in according to external parameters. The Social Workers doing must be interpreted in its relations with State, social claims, job market and the political project that bases its action.

Keywords: Social Worker's doing, assistance, descentralization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, Aijaz. Problemas de classes e cultura. In: Wood, E. *Em defesa da história*. Zahar, 1999.
- BRASIL. Lei Orgânica do Assistente Social, 1993.
- CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*, 1993.
- Diagnóstico e Plano Municipal de Assistência Social*. Juiz de Fora, 1998.
- EDER, Klaus. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais*. São Paulo: UNICAMP, 2002.
- IAMAMOTO, Mariilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARKET, Werner. Trabalho e consciência, mudanças na sociedade do trabalho e a reconstrução da teoria de classes. *Revista Tempo Social*, vol. 11, nº 2, out 2002.

MCNALLY, David. *Linguagem, história e luta de classes*. In: WOOD, Elen Melskins. *Em defesa da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MOURÃO, Ana Maria Arreguy et alli. Notas sobre a Formação Profissional do Assistente Social: Algumas Considerações sobre a Realidade Profissional de Juiz de Fora. In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Fortaleza, 2004.

NETO, Benedito Moraes. O século XX e a teoria marxista do processo de trabalho. *Crítica Marxista* nº 15, São Paulo: Boitempo, Outubro 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *A dialética Estado/Sociedade e a construção da Seguridade Social pública*. Cadernos ABONG, São Paulo: ABONG: CFESS: CNTSS/CUT, nº 30, p. 13-38, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA et PAOLI (org.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*, Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. *Passagem na neblina*. In: *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

RIDENTTI, Marcelo. *Professores e ativistas na esfera pública*. Cortez, 1995.

SANTOS, José Alcides Figueiredo dos. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Record, 2003.

SPOSATI, A. et alli. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luis. (Org.) *Estados e moedas no reino das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WOOD, Ellen Melskins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. *O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo*. Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social, Brasília: LINB: ABEPSS: CFESS, 2000.

_____. *Assistência social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio*. Cadernos ABONG São Paulo: ABONG CFESS CNTSS/CUT, nº 30, p. 39-54, 2001.

RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: POTENCIALIDADES DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA

Danielle Lobão Sachetto*
Heloisa Helena da Silva*
Regina Sá dos Reis*
Auta Stephan-Souza**

RESUMO

O artigo descreve a Residência em Serviço Social, no Hospital Universitário da UFJF, enquanto uma das faces da educação continuada e aborda as potencialidades deste trabalho, a partir de uma intervenção pautada nos princípios e diretrizes do SUS e na busca pela integralidade do cuidado em saúde.

Palavras-chave: Serviço Social; educação continuada; Residência; trabalho em saúde; integralidade.

INTRODUÇÃO

O Programa de Residência em Serviço Social – modalidade de pós-graduação – é uma das faces da educação continuada na formação de recursos humanos que contribui para fortalecer o processo de trabalho em saúde.

A motivação para que a Residência em Serviço Social, no Hospital Universitário da UFJF, fosse implantada surgiu do interesse em ativar programas multiprofissionais, entendendo que esse projeto viria ampliar o trabalho do Serviço Social no HU, até então bastante acanhado, restrito ao ambulatório e porta de entrada do hospital. A política de saúde, nos anos 80/90, suscitou a reavaliação da prática do Serviço Social, exigindo um posicionamento mais ativo de todas as profissões para afirmar a saúde junto aos princípios de cidadania, como está posto pela Constituição de 1988. Assim, nasceu o programa de Residência em Serviço Social, com o propósito de favorecer de forma igualitária o Ensino e a Assistência, além de privilegiar o trabalho nas enfermarias, ambulatórios e estabelecer uma ligação efetiva com o trabalho das unidades básicas de saúde.

* Residentes do Programa de Residência em Serviço Social do Hospital Universitário/UFJF. Pós-graduandas em Política e Pesquisa em Saúde Coletiva UFJF.

** Professora Visitante da FSS e Coordenadora do Programa de Residência em Serviço Social do HU/UFJF. Doutora em Saúde Pública ENSP/RJ.

Outro objetivo da Residência era mudar o perfil do atendimento e estimular a formação continuada, para fortalecer o compromisso com o direito à saúde e ampliar o conhecimento sobre a política de saúde.

A Residência em Serviço Social foi criada, em 1997, com o objetivo de ser mais um elemento da formação do Trabalho Coletivo, vista como espaço privilegiado de realização da complementaridade entre conhecimentos, além de aprimorar o processo de trabalho do Serviço Social, destacando as relações mútuas entre as profissões e buscando, essencialmente, a interação com outras Residências em Saúde. A essa iniciativa, somaram-se outras, formalizadas via projetos de Residência em Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia, esta última em processo de elaboração de projeto. Um dos desafios foi o de construir a Residência em Serviço Social com total isonomia em relação à Residência Médica, isto é, com idênticas carga horária, remuneração e responsabilidade, partindo dos moldes preconizados pelo MEC (que reconhece apenas a Residência Médica).

Pretendia-se que a Residência conjugasse, de modo igualitário, o *aprendizado* e a *assistência*, em um mesmo profissional para que esse, ao *aprender fazendo*, assegurasse o desenvolvimento do processo de trabalho. Esse processo deveria ser orientado por preceptores, visando tanto à qualificação profissional quanto à especialização em saúde. Durante a graduação, a ênfase na formação generalista gera lacunas que podem ser preenchidas com as discussões importantes do processo saúde e doença, facilitado no processo de formação proporcionado pela Residência.

Podemos, então, enumerar algumas das razões históricas que motivaram o Serviço Social a acreditar nessa forma de educação continuada:

- i) o campo da saúde é aquele que mais demanda o trabalho dos assistentes sociais;
- ii) a formação do assistente social é fundamentalmente generalista, devendo ser complementada por conhecimentos específicos que respondam aos desdobramentos da questão social, manifesta de diferentes modos nos campos de intervenção;
- iii) a formação generalista no Serviço Social abrange um leque de conhecimentos centrados nas ciências sociais e apartado das ciências biológicas, o que demanda, durante a prática em saúde, a necessidade de incorporar conhecimentos teóricos que diretamente interliguem as discussões do processo saúde/ doença relacionadas com as condições sociais.

A formação do Serviço Social precisa ampliar o conhecimento graduado, reforçando-o com aspectos peculiares da saúde, incorporando o conhecimento sobre a política de saúde, a Epidemiologia, os modelos tecno-assistenciais e o planejamento e gestão dos serviços de saúde. A concepção proposta no projeto de Residência em Serviço Social contempla todos esses elementos teóricos e apresenta-se como uma expressiva metodologia de formação continuada, sustentando de maneira equitativa a valorização do *aprendizado* e da *assistência*.

A Residência em Serviço Social nasce, portanto, atrelada à concepção do SUS, dando ênfase aos seus princípios: controle social, integralidade, universalidade, equidade e descentralização. Além disso, assume como condição apoiar-se nas diretrizes que buscam a mudança na organização dos serviços de saúde, tendo como base o *acolhimento*, a *humanização* e o *vínculo* como núcleos a definir os caminhos

do trabalho realizado no interior do Hospital Universitário, o que encontra-se em consonância com o projeto ético-político da profissão.

A INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS

Constitui-se esta experiência em campo de pesquisa da prática do Serviço Social, com *Curso de Especialização* – realizado de forma conjunta por todos os residentes do Hospital Universitário e aberto à inclusão de outras profissões do âmbito da saúde – direcionado a consolidar o projeto de formação disciplinar e interdisciplinar, além de assegurar a relação da formação generalista e especialista, preservadas por sua relevância junto ao trabalho em saúde.

O projeto de Residência em Serviço Social constitui-se num rico campo de formação graduada, oferecendo um espaço fecundo para estágio de futuros profissionais de Serviço Social. Cada Residente e de primeiro ano (denominado R1) fica responsável por um estagiário na enfermaria, proporcionando-lhe supervisão e orientação para o cuidado em saúde. O estágio tem o sentido de articular, de forma natural, as conexões entre os conhecimentos biológicos e sociais, sabendo de antemão que isso não acontece de forma mecânica, mas precisa ser construído no cotidiano do processo de trabalho, transitando entre liames difíceis que unem disciplinas, conceitos e poderes.

A Residência em Serviço Social é aqui tratada como uma estratégia de formação continuada e descrita como experiência de uma profissão. Apesar de haver um movimento de interação entre as Residências de Medicina, Análises Clínicas e Enfermagem, não consolidamos ainda um projeto integrado. Pretendemos evoluir no processo de integração e o atual Curso de Especialização deverá ser um dos catalisadores desse processo. A evolução potencial seria reunir os diferentes programas de Residência a partir de projetos terapêuticos que os comporiam. As bases processuais seriam a formação de trabalho em equipes e desenvolvimento de pesquisas e discussões teóricas pertinentes às necessidades de saúde que devem ser a origem dos projetos terapêuticos focalizados.

O projeto mais avançado de criação de Residência em Saúde deveria ser a Residência Integrada, composta por tantos quanto forem os cursos de saúde que desenvolvem a prática no Hospital e nas Unidades de Saúde, articulados através das necessidades e demandas trazidas pelos usuários. O conjunto dos Residentes trabalharia em equipe, desenvolvendo pesquisas coletivas, enfrentando juntos a complexidade dos problemas de saúde.

RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: DA TEORIA À PRÁTICA

A interação entre as Residências do Hospital Universitário ainda está em fase embrionária. A relação se dá na confluência dos trabalhos cotidianos sem existir um programa de integração formal que as una.

Nucleando o trabalho das diferentes profissões como equipe de saúde, estamos incrementando a formação interdisciplinar, integrando conceitos, metodologias de pesquisa e formas de trabalho que são assimiladas pelo conjunto das profissões que

passam a reproduzir de um modo novo aquilo que vivenciam na prática cotidiana. A articulação visa os campos e núcleos de conhecimento, conjugando o trabalho específico de cada profissão com o trabalho ampliado entre as profissões que interagem no campo da saúde.

Para a operacionalidade das ações que este Programa de Residência em Serviço Social preconiza, os assistentes sociais residentes são direcionados para atividades determinadas, dando cobertura a setores-chave do HU/UFJF. No primeiro ano, cada Residente vivencia a rotina de uma Enfermaria – com atendimento aos usuários das enfermarias de Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria e UTI, a nível individual e/ou coletivo – acompanhado por assistente social que supervisiona seu trabalho. O RI deve responder por todos os usuários internados na Enfermaria da qual toma-se referência, conhecendo a história, o contexto social e suas necessidades de saúde, orientando-os, a partir das indicações terapêuticas realizadas pelos diferentes profissionais de saúde, e oferecendo condições para ampliar o conhecimento sobre seus direitos.

Paralelamente, os residentes realizam e coordenam um projeto interdisciplinar nas Enfermarias, pautado na Educação em Saúde, de acordo com o perfil de cada uma delas. Esse trabalho de educação e informação em saúde constitui-se em um dos principais objetivos da Residência em Serviço Social, dada a importância deste na prevenção e promoção da saúde, na divulgação e criação de uma cultura de direitos junto aos usuários do SUS, na reflexão sobre o conceito ampliado de saúde a partir das condições de vida. Tais projetos serão descritos posteriormente, neste artigo.

É, também no primeiro ano, que os Residentes realizam plantões diários, pela manhã e noite, nos quais interpretam normas e rotinas e preparam o processo de internação dos usuários. Esse processo consiste em acolhê-los, orientá-los sobre todos os serviços oferecidos pelo hospital e dos quais pode-se fazer uso, e estabelecer um primeiro contato com a realidade social do usuário para levantar as possíveis demandas ao Serviço Social. Enfim, cabe aos residentes receber o paciente, situando-o sobre seus direitos de cidadania e os relativos ao hospital, e acolher suas dúvidas, questionamentos, apreensões e sentimentos relativos à internação (momento de fragilidade e quebra da rotina normal), para buscar respostas às demandas levantadas, proporcionando melhora significativa do atendimento e, conseqüentemente, do processo de recuperação e cura. Nos finais de semana, os residentes do primeiro ano se responsabilizam pela assistência às Enfermarias, através de um revezamento que se dá também em forma de plantão.

No segundo ano, durante seis meses, os Residentes (denominados R2) são direcionados às Unidades Básicas de Saúde, para vivenciar o processo de trabalho em saúde na atenção primária, com o objetivo de apreender as particularidades presentes neste nível de atenção: o processo de territorialização e as condições epidemiológicas da população, o potencial de realização de pesquisas e o processo de trabalho dos diversos profissionais, tendo em vista a viabilidade da aproximação interdisciplinar e formação do trabalho coletivo. Outra atividade proposta aos R2 é a participação nos projetos existentes nos Ambulatórios do hospital. Cada Residente fica responsável por dois ou três projetos, compoando suas equipes e trabalhando, junto com os profissionais de outras áreas da saúde, as demandas de cada público específico, além, é claro, do atendimento realizado em demanda espontânea. É também no segundo ano que os Residentes realizam o Curso de

Especialização, como forma de conjugar a prática profissional à teoria, em busca de uma intervenção qualitativa e crítica.

Todas essas atividades desenvolvidas pelos residentes são acompanhadas de supervisão realizada pelo preceptor, docente que acompanha as ações dos mesmos durante seu processo de formação. Compete ao preceptor proceder às amarras teórico-práticas, orientar as pesquisas e elaboração de artigos, discutir os casos sociais e as atividades grupais, articular as discussões sobre as doenças prevalentes, enfim, contribuir para dar organicidade ao processo da Residência. O trabalho da Preceptoria se completa com a expressiva parceria dos Coordenadores e assistentes sociais per-tencentes ao corpo de profissionais do Hospital que contribuem efetivamente com sua experiência sobre a dinâmica do processo de trabalho, reforçando o apoio e via-bilizando a intervenção dos Residentes no interior do Hospital Universitário.

OS PROJETOS EM CURSO

Para uma melhor compreensão dos projetos que compõem o Programa de Residência em Serviço Social, julgamos importante relatar como se dão os mesmos, abordando seus objetivos, público alvo e metodologia. Todos os projetos são registrados em órgão competente da UFJF, sendo alocados, em sua maioria, na Extensão e, também, em Treinamento Profissional.

Destacamos que os projetos desenvolvidos nas Enfermarias contam com a participação dos residentes do primeiro ano e os dos Ambulatórios são compostos pelos residentes de segundo ano, que se dividem em duplas. Somente o projeto Humanizar é desenvolvido por todo o grupo de residentes do primeiro ano.

PROJETOS DESENVOLVIDOS POR R1 EM ENFERMARIAS

- ATENÇÃO INTEGRADA ÀS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS INTERNADAS NA PEDIATRIA DO HU

A equipe multiprofissional formada por profissionais e estagiários de Serviço Social, Enfermagem, Psicologia, Medicina, Odontologia e Artes desenvolve um projeto dedicado aos acompanhantes das crianças internadas, trabalhando os elementos próprios do processo saúde-doença, uma vez que estes ficam em tempo integral no hospital, vivenciando todo o processo de internação, sendo fundamentais para o sucesso do tratamento e para evitar recidivas. São realizados grupos educativos, grupo de acolhimento, atividades individuais - específicas de cada área, como oficina de artes, atendimento psicológico e assistencial, educação em saúde bucal, etc - além de uma supervisão semanal, na qual são estudados os temas relativos à saúde.

- DST/AIDS - NA MIRA DA PREVENÇÃO

Projeto desenvolvido na Enfermaria Medicina de Homens, trabalhando temas como Sexualidade, Relação de Gênero, DST/AIDS e privilegiando a Metodologia de Educação em Saúde, através de Oficinas de Vivência. Esse projeto busca facilitar

a integração entre pacientes internados em leitos DIP (Doenças Infecto-parasitárias) e envolve, também, a participação de todos os acompanhantes, conjugando saber popular e científico. Os encontros são realizados semanalmente, desenvolvidos por uma equipe interdisciplinar composta por Serviço Social, Enfermagem e Psicologia.

- **FALA MULHER**

Esse projeto acontece na Enfermaria Medicina de Mulheres como um espaço de socialização de informações sobre o processo de saúde da mulher internada e acompanhantes. Tem como objetivo criar um espaço de troca entre usuárias e profissionais de Enfermagem, Serviço Social e Psicologia. São realizados grupos educativos semanais onde são abordados temas de interesse das mulheres, referentes ao estado saúde e doença e período de internação tais como: contracepção, relação familiar, auto-cuidado, direitos do trabalho e seguridade social entre outros temas cotidianos que afetam o universo feminino.

- **MOMENTO CIRÚRGICO**

Projeto desenvolvido na Enfermaria Cirúrgica feminina e masculina. Tem por objetivo desenvolver o processo de Educação em Saúde, propondo garantir aos usuários e acompanhantes o acesso à informação, de modo que eles possam contribuir como sujeitos no processo saúde-doença e como multiplicadores dos conteúdos trabalhados. A metodologia de trabalho é realizada por meio de encontros semanais com grupos, visando à garantia do direito à informação e esclarecimento sobre as causas e seqüelas do processo saúde-doença, na tentativa de amenizar ansiedades características do momento pré e pós-cirúrgico. O projeto inclui também práticas voltadas para a promoção da saúde.

- **PROJETO HUMANIZAR: O RESGATE DA CULTURA NO ESPAÇO HOSPITALAR**

Esse projeto, desenvolvido por todas os RI, consiste em propiciar um maior contato dos pacientes internados no HU/UFJF e acompanhantes com os bens culturais produzidos pela sociedade. Surgiu da constatação de que os pacientes do HU deixam de ter acesso a bens e equipamentos culturais, e a facilitação desses contribui para o processo de recuperação, autocuidado e promoção da saúde, colaborando, inclusive, para a humanização do atendimento no ambiente hospitalar.

O projeto Humanizar é realizado quinzenalmente, aos sábados, tendo por atrações grupos de dança, teatro, música, dentre outros, que se apresentam resgatando as múltiplas faces das manifestações culturais, tendo em vista favorecer o restabelecimento do cuidado e o incentivo à promoção da saúde.

PROJETOS DESENVOLVIDOS POR R2 EM AMBULATÓRIOS:

- **ATENÇÃO INTERDISCIPLINAR AOS PACIENTES EM CONTROLE DA HANSENÍASE: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE**

Esse projeto justifica-se pela exigência de medidas de controle, que são compartilhadas por uma equipe de profissionais, que possam contribuir de forma eficaz para o controle da doença nesta região do Sudeste Mineiro, através do processo

de esclarecimento biopsicosocial sobre as várias dimensões da doença, considerando que esta carga, historicamente, estigmas que atingem tanto os usuários quanto seus familiares.

Em reuniões grupais, os usuários e profissionais discutem questões relacionadas ao processo saúde-doença, de modo a proporcionar a troca de experiências e promover a interação entre usuários, familiares e equipe, buscando facilitar a adesão e o sucesso no tratamento.

- PROJETO "PREVENÇÃO, TRATAMENTO E CONTROLE DO TABAGISMO NO HU - UFJF: ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR - PROGRAMA "VIVA SEM TABACO"

Esse projeto visa propiciar discussões sobre a dependência do tabaco (malefícios e comprometimento da saúde) junto à população que utiliza os serviços do Hospital universitário. Para tanto, dispõe de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Enfermagem, Medicina, Psicologia e Serviço Social.

Um dos principais objetivos do projeto é a construção no HU de um " Núcleo de Apoio ao Tabaco-dependente" que seja referência para a cidade e região no que tange ao tratamento de tal dependência.

- PROJETO: ACOMPANHAMENTO, EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO EM DIABETES MELLITUS

O projeto visa à prática da prevenção, promoção e multiplicação das informações sobre Diabetes, através da criação de um espaço para o debate que propicie, aos pacientes portadores do Diabetes Mellitus e familiares, a reflexão sobre as condições e repercussões desse quadro de saúde em seu meio social.

- DE PEITO ABERTO - PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO INTEGRADO DO CÂNCER DE MAMA

Trata-se de uma proposta de caráter interdisciplinar, envolvendo profissionais de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Psicologia e Serviço Social. No desenvolvimento do trabalho, a equipe atua na assistência junto às mulheres e suas famílias nos momentos de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama. As mulheres público-alvo do projeto chegam ao HU encaminhadas pelo Serviço de Ginecologia do próprio Hospital ou de outros serviços médicos. O projeto propõe grupos educativos e acompanhamento individualizado às usuárias e familiares destas, no sentido de informar, esclarecer dúvidas e orientar sobre questões relativas à doença, tratamento e cirurgia indicadas.

- PROGRAMA FLORESCE

Esse é um Programa formado por uma equipe multiprofissional (Medicina, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia), que presta assistência a crianças prematuras ou que tiveram alguma complicação durante o parto, tendo passado por UTI neonatal. Devido a tais intercorrências, essas crianças apresentam ou poderão apresentar alguma seqüela no desenvolvimento neuropsicomotor, necessitando de um acompanhamento integral que vise amenizar tais

seqüelas, desenvolvendo as potencialidades de cada criança. O Programa Florescer acompanha a criança até os cinco anos de vida.

- **VIVER MELHOR – ASSISTÊNCIA INTEGRAL ÀS MULHERES NO CLIMATÉRIO**

O projeto tem como objetivo prestar assistência integrada às mulheres que se encontram na fase do Climatério, sendo estas atendidas por uma equipe multiprofissional composta por profissionais de Serviço Social, Medicina, Educação Física e Psicologia. Um dos principais objetivos do projeto é a criação de espaços coletivos de troca de experiências e de informações entre usuários e profissionais, através de grupos semanais, onde são desmistificadas várias questões sobre o climatério e saúde da mulher. O projeto busca propiciar às mulheres informações que lhes possibilitem melhorar sua qualidade de vida, resgatando sua auto-estima e sua condição de sujeito portador de direitos.

- **AMBULATÓRIOS DE NEFROPEDIATRIA E PNEUMOPEDIATRIA (FIBROSE CÍSTICA)**

Nesses ambulatórios, os residentes trabalham conhecendo a realidade sócio-econômica das crianças atendidas e suas famílias, para inseri-las nas políticas públicas a que têm direito, através de encaminhamentos, orientações e providências.

Concebemos como fundamental elencarmos esses projetos com o sentido de torná-los públicos e abrir discussões sobre o trabalho empreendido pelo Serviço Social – através do Projeto de Residência – que começa a alcançar um patamar significativo ao se aproximar do trabalho coletivo e interdisciplinar. Expor este trabalho, e assim estabelecer um balanço crítico a partir das críticas e observações oferecidas pelos interlocutores que realizam ou estão por realizar trabalho nos hospitais públicos, é um dos principais objetivos do Serviço Social, enquanto mais uma profissão da saúde.

A RESIDÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: A INTEGRALIDADE E O CUIDADO EM SAÚDE

Contemplar as dimensões assistenciais e preventivas é a direção inculcada pela Residência em Serviço Social, quando oferece seu trabalho junto aos usuários que já desenvolveram a doença nas enfermarias e ambulatórios e na prevenção de processos mórbidos, orientando todos os aspectos já conhecidos para evitar-se a instalação das doenças. As discussões evoluem das condições de trabalho e moradia e passam pelo conjunto de situações estruturais e conjunturais que cercam os problemas que levam à instalação dos agravos e doenças potencialmente evitáveis.

Os estudos sobre a Integralidade realizados por Teixeira (2003) afirmam que entre as várias possibilidades de tratamento da integralidade, na prática dos serviços, prevalecem aquelas que contemplam uma “ocupação da esfera pública por uma ética da diferença”, a “necessidade da integração trabalhador-usuário” e a “necessária integração de múltiplos saberes”.

A integralidade instiga o processo da Residência em Serviço Social. Isso porque é através da ação de sujeitos sociais interagindo no espaço que é comum a todos, que “a esfera pública surge como o *locus* em que uma comunidade pode desenvolver

e sustentar saberes sobre si, ou seja, as representações sociais" (JOVCHELOVITCH, 1994 apud STEPHAN-SOUZA, 2001, p. 19). A esfera pública é aquela onde o princípio da transparência e prestação de contas se desenvolve, privilegiando a dimensão do acesso a todos de forma integral e igualitária. Nem sempre a população usuária dos serviços de saúde possui dimensão de todos os aspectos que envolvem e causam seus quadros de saúde. Da mesma forma, os profissionais da área não são/estão formados/preparados para trabalhar de acordo com os princípios do SUS, prestando uma atenção a quem do almejado pelas particularidades exigidas pelas ações de acolhimento, humanização e direitos. No cotidiano da assistência, nota-se, ao contrário do que apregoa o conceito de esfera pública, ao sinalizar que as questões em discussão devem ser preocupação comum e interesses privados não são admissíveis, uma tendência voltada para a mercantilização do processo saúde/doença, configurando-se num entrave à consolidação do SUS enquanto política que enfatiza o direito ao acesso. A Residência vem, portanto, potencializar a esfera pública ao reforçar os princípios de cidadania, democracia, equidade e participação social.

A urgência de integração entre trabalhador-usuário revela-se quando percebe-se que a ação e a recepção do serviço prestado não caminha com o mesmo objetivo. Não raro, as representações que os profissionais possuem sobre os usuários estão carregadas de valores e interpretações simbólico/ideológicas influenciadas por formação cultural que pode diferir da cultura desse usuário (STEPHAN-SOUZA, 2001). Por vezes, percebe-se o usuário apenas como "consumidor de conhecimento e serviços" e não como produtor e sujeito de seu processo saúde/doença. Estreitar a relação trabalhador-usuário é valorizar os aportes da cultura e da identificação das demandas construídas coletivamente no que se refere ao cuidado em saúde, enquanto direito.

Quando se fala que a integralidade instiga o Projeto de Residência em Serviço Social, está-se apontando para o reforço de uma discussão que busca na interdisciplinaridade uma das formas de concretizar a esfera pública como lugar de troca de experiência e saberes. Contribuir para fortalecer o processo de construção da interdisciplinaridade é permitir a transposição de conhecimentos e a discussão, entre os diversos profissionais, dos dados essenciais à compreensão do binômio saúde-doença na relação com os serviços de saúde. (STEPHAN-SOUZA, 2001).

A ação profissional, enfocada na interdisciplinaridade, traz consigo uma consequência muito clara com relação ao cuidado e à integralidade, ou seja, o olhar o usuário enquanto ser integral, que aglutina aspectos biopsicossociais e culturais, sujeito e não objeto. Não apreender o usuário enquanto a doença que precisa ser curada, mas como ser de potencialidades, abrirá um vasto campo de possibilidades de ação ao profissional de saúde, na medida em que a assistência prestada privilegiará princípios como qualidade de vida, direito, acesso, dentre outros, contribuindo para a visibilidade de uma consciência política crítica por parte desses usuários para com as questões que envolvem o contexto da saúde. A busca dessa consciência crítica é relevante, na medida mesma em que vê-se que o processo de *descentralização* – sendo o princípio do SUS que mais respostas obteve – precisa ser ainda integralizado, assim como o *controle social* que está longe de ser observado pelo conjunto da população. Por estarem apartados dos efeitos do processo de educação em saúde, precisam ser removidos desse estágio inicial, passando a fiscalizar efetivamente os rumos da política de saúde em todos os níveis, garantindo o direito à saúde e à cidadania.

A participação popular configura-se em força política capaz de discutir ações públicas a serem implementadas, viabilizando uma forma alternativa de gestão, legitimando-se através de instâncias participativas como os conselhos de direito. A população, ao aproximar-se da discussão em saúde, faz com que a premissa do controle social ganhe centralidade, tornando-se estratégia fundamental para que os diferentes atores sociais compreendam a política de saúde, a rede de cuidados e encaminhem suas demandas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Residência em Serviço Social representa uma conquista para a profissão, uma vez que possibilita um aprimoramento do profissional na área da saúde, através da conjugação teoria e prática, habilitando o assistente social a trabalhar neste setor que é o seu maior empregador.

O diferencial da Residência está em que esta, por não se tratar de um emprego e, sim, de uma modalidade de pós-graduação, proporciona ao profissional uma capacitação pautada no treinamento em serviço, oportunizando o crescimento profissional através da reflexão das ações, discussão de práticas e recebimento de orientações.

A Residência em Serviço Social trabalha numa perspectiva ampliada de saúde, conjugando os aspectos biopsicossociais e culturais de forma a perceber o usuário como ser integral, portador de direitos e múltiplas demandas. Desenvolve uma intervenção em saúde pautada nos preceitos da Reforma Sanitária, preconizando o processo de democratização das relações e a universalização do direito à saúde, reforçando os princípios e diretrizes do SUS.

Privilegiando a metodologia de Educação em Saúde, o profissional aprende a lidar com o universo cultural do usuário e a compartilhar os conteúdos de seus saberes, estabelecendo relações de vínculo e responsabilização, promovendo a humanização da atenção prestada à população demandante.

A Residência em Serviço Social significou para o Hospital Universitário uma ampliação importante do espaço de atuação da profissão, uma vez que, com a presença de oito residentes (quatro de 1º ano e quatro de 2º), aumentaram as frentes de trabalho: a intervenção nas enfermarias foi sistematizada, ampliaram-se os projetos de educação em saúde, foram criados projetos novos.

Desta forma, a Residência significa não só uma oportunidade ímpar para os profissionais que abarca – ao possibilitar a conjugação teoria/prática – como é, também, um caminho para que cada vez mais cidadãos sejam atendidos, o que representa um grande potencial para a efetivação de direitos e conquista da cidadania.

O trabalho do assistente social está estritamente vinculado à conjuntura política, econômica e social do país. Desta forma, por atuar no âmbito das políticas públicas, o profissional encontra limites no que se refere à execução das mesmas, uma vez que vem ocorrendo uma diminuição sistemática da intervenção do Estado no âmbito social, fazendo com que as políticas públicas tornem-se cada vez mais focalizadas, fragmentadas, despolitizadas.

A Residência em Serviço Social preconiza o trabalho interdisciplinar, por entender que esta forma de intervenção é a que mais se aproxima do preceito da

integralidade. Entretanto, a interdisciplinaridade ainda configura-se num entrave no cotidiano do assistente social em suas relações com outros profissionais, pois o trabalho muitas vezes desenvolve-se de forma individualizada, conservando as características inerentes a cada profissão, ocasionando uma intervenção fragmentada, levando, muitas vezes, o assistente social a "bater de frente" com outros profissionais, para que o direito do usuário em receber um atendimento integral seja respeitado.

Segundo a Constituição de 1988, a saúde está diretamente ligada às condições de vida, necessitando de intervenção ampliada condizente com seu conceito. A resolução 218 de 6/3/97 do Conselho Nacional de Saúde situa as treze profissões componentes desta área – dentre elas o Serviço Social – na perspectiva de um cuidado integrado, e desconsiderar a contribuição de qualquer uma delas constitui-se em um grande entrave na efetivação do trabalho coletivo em saúde.

O que se pode observar, a partir da experiência da Residência em Serviço Social no Hospital Universitário da UFJF, é que a profissão vem conquistando espaços e legitimidade na instituição e perante os demais profissionais da saúde, na medida em que estes passam a conhecer e entender o papel do profissional e os impactos do seu trabalho na saúde dos cidadãos.

ABSTRACT

This article describes the Residency program in Social Service at the UFJF University Hospital, as one of the aspects of continuing education. It examines the potential this work presents, based on an intervention based on the principles and guidelines of the SUS (Unified Health System) and the search for wholeness in health care.

Key-words: Social Service, continuing education, Residency, health care work, wholeness.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECÍLIO, I. C. O., MERHY, E.E. A Integralidade do Cuidado como eixo da gestão hospitalar. In: *A construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2003.

MATTOS, A. R. Integralidade e a formulação de políticas específicas de Saúde. In: *A construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2003.

STEPHAN-SOUZA, A. A interdisciplinaridade e o trabalho coletivo em Saúde. *Revista APS*. Ano 2, nº. 2, março a junho/99. IF/MG, 1999.

_____. O Acesso na Dimensão da Universalidade e Excludência: um estudo das demandas dos usuários do Hospital Universitário HU/UFJF. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: UFJF, Vol. 1, nº 2, p. 09-28, Julho/dezembro 2001.

TEIXEIRA, R. R. "O acolhimento num serviço de Saúde entendido como rede de conversações". In: *A construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2003.

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: CRISE E CONSERVADORISMO

Érica Terezinha Vieira de Almeida*

*O Iluminismo está morto, o Marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto... e o autor também não se sente muito bem**(Neil Smith)¹.

RESUMO

As últimas décadas do século passado foram fortemente marcadas pelas críticas à Modernidade, bem como aos "paradigmas" das Ciências Sociais, considerados obsoletos e incapazes de decifrar e interpretar os fenômenos contemporâneos. Críticos de diferentes matrizes e perfis ídeo-políticos, autodenominados de pós-modernos, se revezaram na tarefa de anunciar o colapso da racionalidade moderna e de valores como universalidade, totalidade e humanismo, assim como o fim das grandes narrativas modernas, da causalidade, da história e das identidades tradicionais como classe e nação, numa demonstração inequívoca da ascensão de um novo tipo de conservadorismo. A emergência do multiculturalismo e sua reivindicação em torno de uma política de identidade, desafiando as conquistas da cidadania universal, é mais uma demonstração dos excessos da fragmentação social e do descentramento do sujeito promovidos pelos pós-modernos. Embora legítimo, o reconhecimento das diferenças multiétnicas e multiculturais não pode prescindir de uma análise da desigualdade de classe, bem como do seu entrelaçamento com as demais formas de injustiça. Ao negar vínculo orgânico e dialético ente objetividade e subjetividade, diferença e igualdade, os multiculturalistas de feição pós-moderna não fazem senão rejeitarem as determinações sócio-históricas presentes na configuração das diferenças.

Palavras-chave: Modernidade, Pós-modernidade, Multiculturalismo.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por um conjunto de críticas à modernidade. Dentre elas, destacam-se aquelas endereçadas aos paradigmas das

* Assistente Social, Professora Assistente do ESR-Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da UFF-Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, RJ. Doutoranda em Serviço Social, pela UFRJ.

1 HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 7ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola. 1998. p. 291.

Ciências Sociais, considerados obsoletos e, portanto, incapazes de decifrar e interpretar os fenômenos sociais da contemporaneidade. Críticos de diferentes matrizes e perfis ídeo-políticos se revezam na tarefa de anunciar o colapso da modernidade enquanto projeto que emerge com o movimento de Ilustração no século XVIII².

Pensada enquanto o programa sócio-cultural da Ilustração, a modernidade caracteriza-se pela ruptura com as velhas formas de organização e representação da vida em sociedade. Além do mais, não podemos nos esquecer que a modernidade expressa a emergência e a consolidação de um novo modelo de relações sociais de produção – o capitalismo –, que transformou radicalmente a produção e a reprodução da vida social.

Alçado à condição de marco inaugural da modernidade, o movimento da Ilustração tem como fundamento da sua proposta a idéia de que a razão é o instrumento indispensável para a autodeterminação do homem. Só mediante a razão, o pensamento crítico, o homem pode romper com as representações místicas que o impedem de ser livre e de criar uma sociedade que permita a toda a humanidade o exercício da emancipação e do bem-estar.

De maneira sintética, podemos afirmar que a modernidade resultou da articulação ambiciosa de dois projetos revolucionários: o desencantamento do mundo e a sua dessacralização e, por conseguinte, a secularização das instituições sociais, e o compromisso com a eliminação da miséria e de todas as formas de opressão e de subalternidade existentes³.

Embora não exista uma unidade total por parte daqueles que integram o grupo dos intelectuais pós-modernos, a aposta na crise da razão moderna e, conseqüentemente, na crise da civilização moderna, e a crença no fim da história, com a morte do sujeito moderno e o fim de qualquer possibilidade de revolução social, expressam a essência desse movimento⁴.

- 2 Para os intelectuais da Escola de Frankfurt, o movimento da Ilustração foi a forma que o Iluminismo assumiu no século XVIII, no mundo ocidental. Para eles, o Iluminismo é um processo trans-histórico, um projeto de largo prazo que teve início na Grécia clássica, berço de concepções como universalismo, humanismo, cidadania, democracia, filosofia, política, dentre outras. Nessa perspectiva, o movimento da Ilustração deve ser pensado também como um legado do Renascimento do século XV, um movimento que criou as condições necessárias para a sua emergência.
- 3 Embora a modernidade se confunda com a emergência e expansão do capitalismo ocidental, seus fenômenos e instituições, tais como a propriedade privada e a divisão social do trabalho, o Estado-nação, a cidadania nacional, a industrialização e a urbanização, dentre outros, ela não pode ser reduzida ao processo de modernização capitalista ocidental. Na verdade, o que ocorreu é que as potencialidades emancipatórias da modernidade foram completamente inibidas e cerceadas pela expansão da lógica da produção da mais-valia. Para usar as palavras de Habermas, o capitalismo tardio não só reduziu a ciência a técnica, como transformou a razão emancipatória em instrumento, submetendo-a aos interesses sistêmicos.
- 4 É preciso ressaltar que nem todas as críticas relativas à crise da civilização ocidental capitalista têm como referência o quadro analítico pós-moderno. Ao contrário desse movimento, diversos pensadores contemporâneos (marxistas e não-marxistas), herdeiros da tradição iluminista, vêm tecendo duras críticas às sociedades ocidentais em virtude do crescente processo de instrumentalização da Ciência e sua subordinação à lógica da produtividade (redução à técnica), da destruição ambiental, da minimização da concepção de democracia e, sobretudo, das recentes mudanças estruturais sob orientação conservadora e que tem no desemprego estrutural, na financeirização e na destruição da noção de direitos sociais, os seus efeitos mais perversos.

Descendente do movimento de maio de 68⁵ e herdeiro do pessimismo que se espalhou em todo o mundo e, principalmente, numa parte da esquerda mundial com a derrota do movimento dos estudantes nos anos 60, o pós-modernismo nas Ciências Sociais recebeu influências não só de pensadores pós-estruturalistas do século XIX e XX, mas também do ceticismo da Escola de Frankfurt com relação à possibilidade de transformação social, expresso nas obras de Adorno, Horkheimer e Marcuse⁶.

A crítica dos pós-modernos à razão moderna e à civilização ocidental inteiramente subordinada aos interesses do mercado justifica a sua descrença na modernidade.

A subjugação [...] define a ordem no Iluminismo: subjugação da natureza pelo intelecto humano; controle colonial através da dominação física e cultural; e superioridade econômica através do domínio das leis do mercado. (David Golberg apud MALIK, 1999, p. 137).

Embora esse posicionamento crítico tenha conferido ao movimento pós-moderno uma identidade com o projeto da esquerda, o que vem fazendo com que eles consigam adeptos em todo o mundo e nas diferentes áreas do conhecimento, a presença de uma forte resignação e da descrença na capacidade política dos sujeitos contemporâneos de promoverem mudanças, o afasta completamente daqueles movimentos que acreditam na ação política dos atores coletivos e, sobretudo, na possibilidade da transformação social.

Ao anunciar a crise da modernidade⁷, os pós-estruturalistas vêm dando um novo fôlego à tese dos neoconservadores de que, com o colapso da experiência

Cabe ressaltar, ainda, que embora o português Boaventura de Souza Santos também reivindique o conceito de pós-modernidade para expressar o momento de transição em que estamos vivendo, sua crítica aos paradigmas hegemônicos nas ciências sociais e aos padrões de sociabilidade construídos a partir do século XVIII, não segue a mesma direção dos pós-estruturalistas. Ao contrário, Boa Ventura não só não rejeita os valores universais, como também não recusa concepções caras à modernidade como a noção de história e de sujeito. Mesmo acatando o processo de fragmentação no interior da classe trabalhadora e o aparecimento de novas identidades sócio-políticas, o autor não faz coro com os pós-estruturalistas que apostam na morte do sujeito moderno, e nem compartilha o sentimento de derrotismo político daqueles que perderam a esperança na transformação social e no enfrentamento do capitalismo.

- 5 Essa tese não é compartilhada só entre os marxistas. O inglês Anthony Giddens também caracteriza os "novos filósofos franceses" como os sobreviventes desiludidos dos acontecimentos de maio de 1968, que se descobriram não no mundo da libertação da humanidade, mas, ao contrário, em uma era de barbárie. (*Política, Sociologia e Teoria Social - encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998).
- 6 Em meio aos horrores da Segunda Guerra Mundial e do nazismo, Adorno e Horkheimer chegam a afirmar que o Iluminismo é totalitário (ver: *A Dialética do Esclarecimento*). Além disso, os frankfurtianos cunham a expressão *indústria cultural* para designar o fenômeno do consumismo, bem como a forma pela qual a *indústria cultural* e a propaganda ajudam a reproduzir essa sociedade de consumo, a vender mercadorias e a propagar valores coerentes com esse tipo de sociedade. A hegemonia capitalista no pós-guerra com a integração da classe operária à sociedade de consumo, levou os frankfurtianos a duvidarem da tese marxista que apresenta a classe operária como sujeito revolucionário, adotando, por conseguinte, um sentimento de ceticismo com relação à transformação social.
- 7 Essa redução da modernidade ao projeto capitalista é, do nosso ponto de vista, o grande equívoco dos pós-modernos. Diferentes autores vêm criticando esta posição e chamando a atenção para o fato de que se a modernidade gestou o capitalismo e sua lógica que subordina tudo e

"socialista", a história também chegou ao seu fim, numa referência não só à hegemonia mundial do capitalismo, mas, sobretudo, à derrota e ao fracasso das alternativas ao capitalismo liberal.

Ora, se por um lado, a proposta pós-moderna é sedutora na sua crítica feroz à civilização moderna e aquilo que ela produziu - as guerras, a destruição do meio-ambiente com riscos à própria sobrevivência da espécie humana, a exploração, a opressão, o colonialismo, o holocausto, a escravidão, a subalternidade, a miséria, o desemprego, a fome, a periferização, a migração, dentre outros -, por outro, ela tem desprezado a análise dos processos políticos e econômicos na elaboração da sua crítica à modernidade. Nas palavras de Ellen Woods (1999)⁸, a análise dos pós-modernos vem "desconceitualizando o capitalismo" e provocando fechamentos radicais na medida em que vem impedindo a construção de um pensamento crítico ao capitalismo contemporâneo, fundado na análise das suas determinações sócio-históricas.

Além disso, os equívocos e as confusões referentes à proposta pós-moderna de superação das meta-narrativas, da perspectiva de totalidade e da noção de história e, ainda, a louvação da diferença e o descentramento do sujeito, demonstram menos a fragilidade teórica e os limites da proposta pós-moderna do que os seus vínculos com os rumos do capitalismo contemporâneo mundializado, ou como diria Jameson (1991) com a lógica cultural do capitalismo tardio⁹.

O COLAPSO DA RAZÃO MODERNA, A CRISE DAS GRANDES NARRATIVAS E O FIM DA HISTÓRIA: O MITO DA PÓS-MODERNIDADE

O final dos anos 60 e início dos anos 70 foi um período marcado por um conjunto de mudanças estruturais que alteraram significativamente o padrão de acumulação mundial. O fim do ciclo de expansão e de crescimento das economias capitalistas centrais, iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial e, por sua vez, a mundialização do capital¹⁰ e, respectivamente, o crescimento vertiginoso do fenômeno

7 todos ao mercado e ao lucro, ela também produziu a críticas e a contestação a essa mesma ordem e à sua lógica perversa. Ver: ROUANET, P. S. *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

8 Na introdução do livro *Em defesa da História - marxismo e pós-modernismo*. WOOD, FOSTER (orgs.) Rio de Janeiro: Zahar, 1999, em resposta às críticas de que o marxismo é essencialista, reducionista e que provoca fechamentos irrecuperáveis na análise social, Ellen Meiksins Wood demonstra que os fechamentos operados pelos pós-modernos são muito mais graves, porque impedem a elaboração de um pensamento crítico com relação ao capitalismo no seu padrão atual, ao recusar as mediações econômicas e políticas na explicação dos fenômenos contemporâneos.

9 Para Fredric Jameson, um dos maiores críticos literários marxistas do mundo, é quem primeiro estabelece um vínculo entre a pós-modernidade e a hegemonia do capitalismo financeiro. Influenciado por Mandel, ele vai afirmar que o pós-modernismo está intimamente vinculado à dinâmica do capitalismo tardio enquanto a forma mais pura do capital, haja vista a sua prodigiosa expansão para áreas até então não sujeitas à lógica da lucratividade e à mercantilização, tais como os direitos sociais e as diferentes formas de arte e cultura, reduzidas à mercadoria. (Ver: JAMESON, F. *Pós-modernismo - a lógica cultural do capitalismo tardio*).

10 Ver CHESNAIS, Francois. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

da financeirização, exigiu uma completa reestruturação do mundo da produção, centrada, principalmente, na substituição da força de trabalho (trabalho vivo) por máquinas (trabalho morto) patrocinada pelos avanços significativos da robótica, da microeletrônica e da engenharia genética. A Revolução Tecnológica associada às demais medidas de ajuste estrutural constituirão, assim, a principal resposta do capital à crise de acumulação e à queda das taxas de lucro a partir dos anos 70.

Agravada pela crise do petróleo e pelos crescentes déficits públicos, a recessão mundial passou a ocupar lugar de destaque na agenda internacional, aglutinando governos, agências multilaterais representantes do capital financeiro e também as grandes corporações mundiais em torno de medidas que pudessem garantir a reprodução ampliada do capitalismo em seu novo padrão de acumulação. Tais medidas, sintetizadas no Consenso de Washington, em 1989, impuseram uma série de restrições às economias centrais e periféricas, visando, segundo os dogmas neoliberais, o controle da inflação e a adoção de uma política monetária austera e atraente aos grandes investimentos internacionais.

O crescente déficit público é acusado como o principal responsável pela inflação, segundo os economistas e políticos neoliberais, que não poupam críticas ao Estado de Bem-Estar Social e a sua rede de proteção universal e de direitos sociais que, segundo os mesmos, sobrecarrega os orçamentos públicos, produzindo endividamento e inflação. O corte nos gastos sociais passa, desse modo, a ser adotado como uma estratégia fundamental de controle inflacionário e de retomada do crescimento e o padrão de Seguridade Social construído no pós-Guerra se transforma no principal alvo das reformas neo-liberais em curso em todo o mundo ocidental.

Em poucas palavras, podemos afirmar que as recentes mudanças societárias que vêm alterando radicalmente a sociabilidade construída nos anos 40 do século XX nos países de capitalismo central e que também contribuíram para pôr fim à experiência conhecida como socialismo real, não deixam dúvidas quanto à sua natureza e significado. Além de mudanças ultraconservadoras que reivindicam a mercantilização de esferas da vida social ainda não transformadas em mercadorias e de um mercado livre para o capital, sem nenhum tipo de limite político ou regulação pública, o projeto de globalização neoliberal em curso quer nos fazer crer que o capitalismo é um estágio insuperável da história.

Do nosso ponto de vista, o "fim" da história anunciado pelos conservadores e pós-modernos não é senão o retorno à naturalização da história; os deslocamentos efetuados pelas novas teorias sociais, antes focadas na produção, para a reprodução da totalidade social, não são senão a des-economização da vida social e, por conseguinte, a capitulação a um modelo imperialista imposto pelos "donos do mundo" e, por fim, a morte do sujeito moderno e o seu descentramento, não são senão a resignação e a descrença na capacidade de articulação política dos múltiplos sujeitos coletivos pertencentes às classes subalternas.

Essa mesma "crise", entretanto, tem sido compreendida de forma diferenciada pelos pensadores pós-modernos e pós-estruturalistas. Segundo eles, esses processos de mudanças representam um processo de transformação tão fundamental e tão abrangente, que os têm levado a afirmar que é a própria modernidade que está sendo transformada e mais, que os princípios da racionalidade moderna, amplamente utilizados na cruzada contra o misticismo e o dogmatismo estão obsoletos, pois

não têm mais nenhuma validade diante dos fenômenos da pós-modernidade. Se ainda não há uma unidade em torno deste conceito, é bom ressaltar que para os que se autodenominam pós-modernos, a pós-modernidade não só constitui uma etapa posterior à modernidade, como a ela se opõe.

De acordo com os pós-modernos estamos vivendo o fim de uma era – a modernidade –, construída sobre os pilares da razão moderna e dos princípios da universalidade, da totalidade e do humanismo. Além de anunciarem a falência da racionalidade moderna no processo de compreensão e explicação do mundo contemporâneo e dos seus fenômenos, os pós-modernos colocam em cheque a própria existência de um mundo objetivo fora dos discursos, da linguagem e das representações.

Para Lyotard¹¹, é considerada moderna “qualquer ciência que faz um apelo explícito a alguma grande narrativa, tal como a dialética do Espírito, a hermenêutica do significado, a emancipação do sujeito racional ou que trabalha, ou a criação da riqueza” (*apud* TASCHNER, 1999, p. 14).

Nesta perspectiva, a ciência pós-moderna é definida como aquela que não apenas desconfia, mas, também rejeita a grande narrativa, seja ela uma meta-narrativa de especulação ou de emancipação, na medida em que todas elas afirmavam atingir a verdade e se propunham a oferecer um relato universal e totalizante da história das sociedades.

Além das críticas às grandes narrativas do Iluminismo, consideradas como teleologias¹², os pós-modernos denunciam toda e qualquer explicação baseada numa relação de causalidade. Para eles, as formas modernas de compreensão do mundo, assentadas no princípio da causalidade, mesmo que na multicausalidade, são consideradas obsoletas e, portanto, incapazes de explicar as mudanças operadas na vida social contemporânea e o novo comportamento dos fenômenos sociais, fugidios, provisórios e circunstanciais.

A recusa da causalidade implica, necessariamente, na negação de uma outra categoria muito cara aos modernos – a noção de história. Todo o pensamento social moderno, independente das suas divergências teórico-epistemológicas, foi elaborado tendo como fio condutor, a noção de processo, de história. Desde Hegel, no fim do século XVIII, início do século XIX, que as sociedades modernas são pensadas a partir do seu processo sócio-histórico, isto é, das mudanças, rupturas

11 “A Condição Pós-Moderna”, publicada em 1979 em Paris, é considerada o marco recente da idéia de pós-modernidade. Trata-se de uma encomenda do Governo de Quebec a respeito do estado do conhecimento contemporâneo e é o primeiro livro a tratar a pós-modernidade como mudança na condição humana. Para Lyotard, o conhecimento se tornou a principal força econômica de produção e a sociedade não é mais concebida nem como um sistema orgânico (funcionalismo), nem como um campo de conflitos dualistas (marxismo), mas como uma rede de comunicações lingüísticas. Nesta perspectiva, a ciência tornou-se apenas um jogo de linguagem dentre outros. (Ver ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999)

12 Para os pós-estruturalistas, as grandes narrativas da modernidade estavam repletas de sentidos, de finalidades, de teleologias, confundindo, na maioria das vezes, análise com intencionalidade. Na verdade, como para os pós-modernos não há uma externalidade para ser conhecida, pelo menos na mesma concepção de conhecimento para os modernos (sistemático e com uma certa objetividade), tudo se resume ao discurso e às interpretações. Daí, as metas-narrativas modernas não passarem de teleologias, sejam elas vinculadas à emancipação do trabalhador, do sujeito racional ou meramente especulativa.

e continuidades operadas pelos sujeitos, ainda que em condições historicamente determinadas e herdadas.

O fim da história comemorado pelos pós-modernos não se refere apenas à ausência de alternativas ao capitalismo, mas, também à recusa da história enquanto referência para pensarmos a dinâmica da vida social e, por conseguinte, as suas tensões e perspectivas. A aversão a qualquer concepção de história objetiva, material, concreta, de homens e mulheres num mundo real, movido pelos processos econômicos, sociais, políticos, culturais, dentre outros, com objetividade e materialidade próprias, tem levado os pós-modernos e, principalmente, os pós-estruturalistas a recusarem a noção de história dos modernos, considerada teleologia ou pré-determinação.

Ao recusarem qualquer perspectiva de causalidade, os pós-modernos "postulam uma contemporaneidade quase desencarnada e fragmentada como ambiente da história, como acontecendo aparentemente divorciada da causalidade - uma série de presentes perpétuos" (PALMER, 1999, p. 74).

Compreendida, portanto, como uma série de eventos perdidos e circunstancialidades, a história é despida dos seus vínculos e processos, para ser compreendida pelos pós-estruturalistas como uma disciplina "dependente do presente, sem integridade própria [...] o produto do momento da subjetividade" (Jameson *apud* PALMER, 1999, p. 74), o que os levam a desconfiarem não só do passado, mas também do futuro, considerados, ambos, ilusórios e perigosos.

Céticos com relação à existência de uma estrutura causal subjacente à realidade, os pós-estruturalistas, recuperam a crítica de Nietzsche ao cartesianismo, reafirmando que a sucessão de acontecimentos numa seqüência espaço-temporal nada tem de necessário. O princípio da causalidade não é mais do que uma arbitrariedade, um produto das conveniências e interesses do pesquisador. A narrativa histórica não é mais do que episódios que ganham relevância ou interesse na medida da ação de forças que a eles doam relevância ou interesse, afirmam os pós-modernos. Se o discurso é o único elemento constitutivo das relações sociais, ou seja, se não existe realidade fora do texto e da narrativa, a linguagem é tudo o que podemos conhecer.

Em defesa da concepção de história, E.P. Thompson (*apud* FOSTER, 1999, p. 201) escreveu o seguinte:

...irrita profundamente algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, uma vez que a explicação histórica não pode ser Tudo, ela por conseguinte, é Nada: não passa de uma conseqüente narração fenomenológica. Mas isso é um erro tolo, pois a explicação histórica revela não como a histórica poderia ter se concretizado, mas por que se concretizou dessa maneira e não de outra, como certos tipos de eventos (políticos, econômicos, culturais) estiveram relacionados, não da maneira como gostaríamos, mas de maneiras particulares em campos específicos de possibilidades...

Ainda, segundo E.P. Thompson (*apud* FOSTER, 1999, p. 203),

...a negação, na teoria pós-modernista, da validade da crítica histórica esconde o que realmente está em jogo: a negação da crítica histórica ao capitalismo, levando a uma convergência do pensamento esquerdista contaminado por Nietzsche com a concepção liberal dominante de 'fim da História'.

Para Ellen Woods (1999), ao criticarem os fechamentos produzidos pelo marxismo, acusado de ser reducionista, essencialista, totalitário e determinista, os pós-modernos com as suas convicções anti-históricas, impedem a construção de qualquer pensamento mais crítico ao capitalismo, o que na sua perspectiva, produz fechamentos muito mais sérios e perversos.

Interessa-nos, ressaltar, ainda, que não é só a possibilidade de conhecer o social, nos moldes colocados pela modernidade que está sendo questionado, mas a própria idéia de social. Em seu livro¹³, o filósofo francês Baudrillard anuncia que "todo o confuso amontoado do social se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada: as massas" (*apud* TASCHNER, 1999, p. 11). Para ele, o que caracteriza as "maiorias silenciosas" não é apenas o fato delas serem objetos de manipulação, mas, principalmente, a sua indiferença diante das questões realmente relevantes, dos dramas políticos e humanos. Essa indiferença das "massas" leva Baudrillard a afirmar que, na pós-modernidade, o social desapareceu, tornou-se anônimo na medida em que a sua especificidade se perdeu, ou seja, o social não é senão um amontoado confuso que se move em torno das "massas".

Ao perder a sua especificidade, o social deixa de ser também arena de representação, o que por sua vez, faz abortar qualquer projeto ou esperança de uma revolução social. Essa identificação do social com as "maiorias silenciosas", ou melhor, essa ausência de representação expõe o pessimismo dos pensadores pós-modernos com relação à transformação social, haja vista a ausência do sujeito ou dos sujeitos responsáveis por essa transformação. Aliás, a morte do sujeito moderno e, conseqüentemente, o seu descentramento na pós-modernidade, é uma outra dimensão importante do debate colocado pelos pós-modernos, na medida em que ele reivindica um pluralismo radical, incapaz de promover qualquer tipo de aglutinação e de projeto coletivo.

IDENTIDADE E SUJEITO NA PÓS-MODERNIDADE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE DESCENTRAMENTO E MULTICULTURALISMO

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2002, p. 07).

Do nosso ponto de vista, esta assertiva do inglês Stuart Hall antecipa a concepção dos pós-modernistas sobre identidade e sujeito na pós-modernidade, ao anunciarem

¹³ Ver nota n. 13.

assumindo novas características e configurações para além dos obsoletos referenciais sobre o sujeito moderno.

Segundo Hall e demais intelectuais adeptos do multiculturalismo radical, as mudanças contemporâneas estão alterando significativamente não apenas a economia, a sociedade, a política, mas, também, a cultura e os processos de identificação, destruindo algumas identidades tradicionais, como classe e nação e construindo outras formas de identificação ancoradas não tanto em demandas materiais, mas, principalmente, no compartilhamento de perspectivas e referência culturais, como por exemplo, os movimentos étnicos, feministas, homossexuais, negros, etc, e que caracterizam os chamados "novos" movimentos sociais.

Não há mais lugar para as identidades estáveis nas sociedades pós-industriais ou pós-modernas. Segundo Hall (2002), as identidades tradicionais estão sofrendo um processo de descentramento que inviabiliza qualquer idéia de identidade fixa, uma construção típica da modernidade. Esse processo de fragmentação, ou se preferirmos, de flexibilização, para usarmos um termo bastante caro aos pós-modernos, vem fazendo com que os sujeitos pós-modernos sejam concebidos como sujeitos com identidades múltiplas e até mesmo contraditórias, sujeitos que não possuem identidade fixa, essencial ou permanente. Nesta perspectiva, perdem eficácia, também, as referências essencialistas e universalistas elaboradas a partir da noção de indivíduo moderno¹⁴.

Os autores que defendem a existência de um sujeito pós-moderno argumentam que o conjunto de mudanças estruturais, em curso desde as últimas décadas do século XX, promoveu um processo radical de diferenciação social, bem mais complexo e plural que o da modernidade.

Como já dissemos anteriormente, a idéia de descentramento está assentada na recusa de uma identidade única, singular e abrangente. De acordo com os autores que compartilham essa idéia, as sociedades contemporâneas, altamente diferenciadas, não possibilitam mais aquelas formas de identificação tradicional, como por exemplo, a identidade de classe, que motivou os movimentos sociais e políticos do século XIX e início do século XX a favor da expansão da cidadania.

Com a erosão da identidade de classe, enquanto identidade unificadora e abrangente, as identidades foram se fragmentando e se reestruturando a partir de novos e múltiplos referenciais e interesses, sempre parciais, e não mais universais e abrangentes como antes. Tal processo é o que alguns autores multiculturalistas têm definido como "política de diferença", uma vez que "a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida" (HALL, 1002, p. 21).

14 Raymond Williams (*apud* HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, pp. 28, 29), apresenta uma síntese bastante interessante sobre a noção de sujeito que emerge na modernidade: "a emergência de noções de individualidade, no sentido moderno, pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval. No movimento geral contra o feudalismo houve uma nova ênfase na existência pessoal do homem, acima e além de seu lugar e sua função numa rígida sociedade hierárquica. Houve uma ênfase similar, no Protestantismo, na relação direta e individual do homem com Deus, em oposição a esta relação mediada pela Igreja. Mas foi só ao final do século XVII e no século XVIII que um novo modo de análise, na lógica e na Matemática, postulou o indivíduo como a entidade maior (cf. as "mônadas" de Leibniz), a partir da qual outras categorias (especialmente categorias coletivas) eram derivadas.

Este descentramento do sujeito moderno, cartesiano, segundo Hall, é produto de um conjunto de deslocamentos realizados ao longo da segunda metade do século XX. Para ele, autores como Althusser, Lacan, Saussure, Foucault, além de uma parcela de intelectuais ligadas ao movimento feminista foram essenciais para criar as condições necessárias à emergência da noção de sujeito pós-moderno, um sujeito pensado a partir de identidades abertas, inacabadas, múltiplas, contraditórias e fragmentadas.

Além disso, o fenômeno da globalização vem enfraquecendo também as identidades nacionais, identidades responsáveis pelo processo de integração nacional e suporte da idéia de Estado-nação, ao promover o reforço de outros vínculos e lealdades, "acima" e "abaixo" do nível dos estados nacionais. Assim, estariam representados no cenário pós-moderno tanto aqueles movimentos orientados por sentimentos e valores locais e sub-nacionais quanto os chamados movimentos globais e regionais.

A afirmação acerca da erosão das identidades tradicionais, fixas e imutáveis, e do processo de descentramento do sujeito moderno, no entanto, está longe de tornar-se consenso entre sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e demais intelectuais. Embora o multiculturalismo, enquanto reconhecimento da diversidade cultural¹⁵, seja uma idéia bem recebida pela grande maioria dos intelectuais, sobretudo, aqueles de esquerda, a forma pela qual esta concepção vem sendo incorporada recentemente, vem provocando polêmicas e desencontros.

Para alguns autores, a novidade com relação à recente noção de multiculturalismo, está no fato de que, diferente do multiculturalismo moderno, que consiste na afirmação de que "todos são iguais" e, portanto, devem ser tratados de maneira igualitária pela Lei e pelo Estado e suas políticas, o chamado multiculturalismo "pós-moderno" se origina no reconhecimento da pluralidade étnica, racial e sexual, o que por sua vez, demandaria um tratamento diferenciado para os diferentes.

Esse debate não só se disseminou pelo mundo, como também, teve uma série de desdobramentos teóricos e práticos, com as chamadas políticas afirmativas, políticas de reconhecimento e, também, com as políticas de cotas. Entretanto, ainda há uma série de divergências com relação à utilização do termo multiculturalismo. Assim como cidadania, democracia, sociedade civil, o termo multiculturalismo também tem o seu significado disputado por conservadores, liberais, marxistas e outros, o que segundo Henry Giroux, demonstra que

15 Embora conhecida de todos, a afirmação de Boaventura de Souza Santos de que "temos direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza" (palestra proferida na Abertura do VII Congresso Brasileiro de Sociologia em São Paulo) parece-nos bastante adequada para definir a relação entre igualdade e diferença. Ainda nessa perspectiva, a contribuição de Bhabha e Parekh (apud SILVÉRIO, Valter Roberto. O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora. In: *Revista USP: Pós-modernidade e Multiculturalismo*. n. 42. São Paulo: USP-CCS. Jun/ago. 1999. pp. 44-55), também é bastante interessante para evitar a captura do termo multiculturalismo pelos liberais e sua associação a um pluralismo superficial e orientado por escolhas meramente individuais. Para ambos, o multiculturalismo "significa a criação de um espaço público no qual essas comunidades são capazes de interagir, enriquecendo a vivência cultural e criando um novo consenso cultural no qual possam reconhecer os reflexos de suas próprias identidades" (1999, p. 46).

...o multiculturalismo pode ser definido a partir de uma variedade de constructos ideológicos e de significados como um terreno de luta em torno da reformulação da memória histórica, da identidade nacional, da representação individual e social e da política da diferença. (apud SILVÉRIO, 1999, p. 46).

Nesse sentido, estamos de acordo com Aljaz Ahmad (2002), quando ele afirma que a crítica não deve ser ao multiculturalismo como tal, ou seja, ao processo de reconhecimento da multiplicidade de culturas e formas de pensar e se organizar, mas à forma como ele vem sendo apresentado, sobretudo, nos EUA depois e contra a insurreição negra e o movimento de libertação das mulheres e, é claro, depois do incipiente e frustrado potencial antiimperialista do movimento contra a guerra. Para ele, o multiculturalismo americano dos anos 80 tem servido para derrubar a idéia de que império, gênero e raça são fundamentais para entender a estrutura das diferenças na sociedade americana.

Nesta mesma perspectiva, Henry Giroux afirma que os liberais contemporâneos vêm reduzindo o termo multiculturalismo a um pluralismo superficial, desprovido de qualquer contextualização histórica. Contrário às perspectivas conservadora e liberal, ele propõe "um multiculturalismo insurgente ou rebelde que deve focalizar as diferenças grupais, a maneira pela qual as relações de poder funcionam na estruturação das identidades étnicas e raciais" (apud SILVÉRIO, 1999, p. 46).

A compreensão do fenômeno do multiculturalismo contemporâneo como produto das relações sociais e, portanto das relações de poder, é imprescindível, para superarmos a crença de que é possível enfrentar os problemas relativos à opressão e à subalternidade da mulher, dos imigrantes, dos índios e negros, dos camponeses e, também, da população mais pobre, sem alterar as relações de poder vigentes. Do nosso ponto de vista, só a contextualização sócio-histórica das diferenças pode apresentá-las como frutos das desigualdades, dominações e opressões e, ainda, pode evitar que tais diferenças sejam naturalizadas ou que sejam concebidas como preferências pessoais.

Chega a ser risível o desprezo, por parte de certos autores, das determinações econômicas e sociais na compreensão de fenômenos históricos como o racismo e a discriminação das mulheres e populações indígenas, bem como de fenômenos recentes como o processo de subalternidade a que estão submetidos os camponeses e imigrantes, por exemplo. Ao mesmo tempo, considerar todas as diferenças como política de identidade, como produtos apenas do compartilhamento de referências e pontos de vista, é, sem dúvida alguma, tratar de modo equivalente fenômenos de natureza distinta.

Esse tratamento expressa os equívocos presentes no debate sobre multiculturalismo e, ao mesmo tempo, os desafios a serem enfrentados na defesa de um projeto político no qual as diferenças culturais possam ser reconhecidas e valorizadas, sem que isso implique a recusa dos valores universalistas e a negação das determinações sócio-históricas.

A louvação da diferença e, conseqüentemente, a crítica aos valores universalistas, considerados totalitários e opressores, tem sido uma constante nos discursos dos pós-modernistas. Além disso, a crítica à idéia de universalidade e aos valores universais anula qualquer possibilidade de sentido normativo e de construção

de uma sociabilidade referenciada em valores compartilhados coletivamente e, mesmo universalmente. Aliás, a tese de Baudrillard sobre as suas "maiorias silenciosas" expressa a sua descrença em qualquer forma de laços sociais e políticos e em formas de representação de interesses e projetos no mundo contemporâneo.

Um aspecto que merece ser ressaltado é que ao recusar os valores e princípios universalistas os pós-estruturalistas acabam jogando fora as referências necessárias à defesa do respeito à diferença. Em nome de quê as diferenças precisam ser respeitadas? Quais diferenças merecem ser respeitadas e quais devem ser eliminadas? Não há como responder tais questões sem apelar para princípios universalistas como igualdade, justiça social, democracia, solidariedade, soberania, dentre outros. Diferente do que anunciaram os anti-essencialistas e anti-universalistas, essa situação nos coloca diante da necessidade dos princípios e valores universais no processo de reconhecimento e legitimidade da diferença.

Como afirma Céli Regina Pinto (2000, p. 46),

...os entusiastas da diferença e de um multiculturalismo de extração ingênua tendem a ver toda construção de diferença e toda a manutenção de diferença como conquistas. Entretanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que um considerável número de identidades se constituiu não pelos sujeitos que através delas foram enunciados, mas pelo seu contrário, pelo dominador. Negros, mulheres, índios, imigrantes, minorias étnicas das mais diversas, todos, foram nomeados pelos brancos, homens etc. Características associadas à cor da pele, ou ao sexo, à condição social ou à localização espacial têm-se constituídos historicamente como formas de dominação.

Alguns autores têm defendido o princípio da tolerância com relação às diferenças. No entanto, se a tolerância permite a aceitação e a convivência com as diferenças, ela não avança no que se refere às alterações econômicas e políticas necessárias à eliminação de algumas diferenças e à incorporação de outras. A relação entre diferença e igualdade não pode ficar submetida a uma relação entre aqueles que toleram (e aquilo que eles acham que deve tolerar) e os tolerados. É preciso que se avance democraticamente nessa relação, de modo que as diferenças que não traduzam desigualdades, possam ser incorporadas, incluídas no conjunto da sociedade, sem nenhum tipo de restrição ou prejuízo dos seus direitos, já que a tolerância não implica em reconhecimento de direitos.

Para Céli Regina Pinto, a relação entre o universal e o particular é fundamental para a discussão da política da diferença de modo a superar a complicada noção de tolerância. Para ela,

o comum é construído não pelo apagar das diferenças, mas pela exclusão das diferenças inadmissíveis. Quando se estabelece quais são as inadmissíveis, rompe-se com as diferenças fechadas e acabadas, pois para acordar sobre a exclusão, deve-se ter no mínimo uma identidade com todas as outras diferenças (2000, p. 49).

Nesse sentido, um projeto que se pretenda radicalmente democrático deve não só garantir o reconhecimento e a presença das diferenças, na medida em que estas não expressem nenhum tipo de discriminação e de dominação, mas também promover

as alterações necessárias à eliminação das formas contemporâneas de opressão e de dominação, sobretudo, aquelas vinculadas às novas expressões da "questão social".

Um último problema decorrente da essencialização da fragmentação refere-se à descrença dos multiculturalistas radicais quanto à possibilidade de articulação e reciprocidade entre identidades diferentes. Para eles, a morte do sujeito moderno em função do seu descentramento impede qualquer nível de articulação sócio-política por parte dos sujeitos fragmentados. Ora, tal concepção tem conseqüências drásticas no que diz respeito à construção dos novos sujeitos coletivos e ao projeto de transformação social. Não existe utopia revolucionária sem os sujeitos revolucionários e nem projeto democrático sem os sujeitos responsáveis pelo processo de democratização.

Do nosso ponto de vista, a demanda de intelectuais, bem como dos chamados "novos" movimentos sociais pelo reconhecimento das diversidades culturais não só é compreensível, como também é legítima. Todavia, preocupa-nos, como já deixamos claro neste texto, a forma como esse debate vem sendo conduzido pelos pós-estruturalistas ou pós-modernos. A recusa da história e da causalidade, a negação das grandes narrativas, bem como da perspectiva de totalidade, a desconceitualização do capitalismo, o processo de descentramento do sujeito moderno e a completa fragmentação das identidades tradicionais, substituídas na pós-modernidade por identidades múltiplas, descentradas, provisórias e parciais, expressam, para além da crítica e recusa dos padrões da modernidade, a ascendência de um novo tipo de conservadorismo.

Segundo Pierucci¹⁶, esse novo tipo de conservantismo, para utilizarmos a denominação do autor, traduz uma nova proposta de sociabilidade fundada na reação contra toda e qualquer forma de universalização de direitos e aprofundamento da democracia, sobretudo, da sua dimensão social e econômica. Para o autor, esse movimento ganha um fôlego novo com a adesão tanto dos intelectuais de esquerda quanto dos novos movimentos sociais às teses contra a universalidade dos direitos e o princípio da igualdade, historicamente, uma bandeira das esquerdas.

Não é sem sentido a preocupação de Pierucci, sobretudo, se considerarmos que ao defender o direito dos diferentes, os multiculturalistas radicais desprezam toda uma sociabilidade fundamentada na igualdade e na universalidade, considerada como desigual exatamente pela sua forma igualitária de tratar a todos, inclusive os diferentes.

Alvo das feministas¹⁷, o padrão de cidadania conquistado pelos movimentos operários e pelos partidos socialistas nos países europeus de capitalismo central é

16 Ver: PIERUCCI, Flávio. *Ciladas da diferença. Tempo social. Revista da USP*. São Paulo, 2 (2):7-33, 2º. sem. 1990.

17 O núcleo da tese das feministas acerca da diferença reside na sua duríssima crítica ao padrão de cidadania universal construído no pós-guerra, nos países de capitalismo central. Para elas, esse padrão de cidadania é falacioso, na medida em que ele concebe a sociedade como um todo indiferenciado e homogêneo. Segundo as mesmas, há uma sobreposição da identidade nacional sobre as demais identidades construídas a partir do compartilhamento de pontos de vistas e de referências, como por exemplo, a identidade étnica, racial, sexual, dentre outras. Além disso, ao estar referenciada numa perspectiva dominante (a do homem branco) a cidadania universal não reconhece as diferentes perspectivas e os múltiplos interesses presentes na sociedade, que por sua vez, as levam a reivindicar um tratamento diferenciado para os diferentes.

responsabilizado em virtude da sua incapacidade para enfrentar os problemas decorrentes das diferenças étnicas, de gênero, raciais, dentre outras. Desafiada pelos multiculturalistas, a democracia e a cidadania social não constituem mais "bandeiras" de grande parte da esquerda atual que agora, passa a questionar o seu conteúdo universalizador, um pecado mortal para os pós-modernos e o que, na concepção de Pierucci vem promovendo o embaçamento das diferenças entre direita e esquerda nas sociedades contemporâneas.

Na nossa perspectiva, essa forma dualista pela qual a relação entre igualdade e diferença vem sendo tratada é a grande responsável pelos equívocos presentes neste debate. Para Evelina Dagnino (1994), uma nova noção de cidadania deve ser capaz de incorporar tanto a noção de igualdade como a de diferença. Continuando, Evelina Dagnino (1994, p. 114) ressalta que

no campo da direita, a diferença sempre emerge como afirmação do privilégio e, portanto como defesa da desigualdade. No campo da esquerda, no campo da cidadania, a diferença emerge enquanto reivindicação precisamente na medida em que ela determina desigualdade [...] Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação à diferença, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nesta perspectiva, me parece que o direito à diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade.

Desse modo, reconhecemos como falso esse dilema que opõe os direitos das minorias aos direitos universais. Na nossa perspectiva, o reconhecimento dos diferentes e, por conseguinte, a defesa dos seus direitos e a efetivação de políticas públicas voltadas para as suas necessidades particulares, não deve implicar em ruptura com a universalidade, ao contrário, ele representa a necessidade da incorporação de direitos diferenciados para grupos diferenciados, produzindo uma universalidade muito mais complexa e democrática. Essa louvação da diferença e, conseqüentemente, a sua oposição ao processo de igualdade expressa os avanços de uma agenda conservadora nos planos nacional e transnacional, na medida em que faz ressurgir concepções despolitizadas e des-economicizadas que descontextualizam o fenômeno da diferença retirando-o completamente do terreno das relações sociais, onde esses fenômenos são produzidos e reproduzidos.

CONCLUINDO

Acreditamos poder afirmar que, embora legítimas as reivindicações sobre o reconhecimento das diferenças, as soluções pós-modernas não parecem estar contribuindo para o aprofundamento desse debate tão complexo quanto necessário. Suas críticas com relação às referências da modernidade, com destaque para a recusa da história e da causalidade, a negação das grandes narrativas, bem como da perspectiva da totalidade, suas afirmações acerca da fragmentação e do desaparecimento de todas as identidades tradicionais e, finalmente, o anúncio da morte do sujeito moderno e, por conseguinte, a descrença na possibilidade da articulação política entre os novos sujeitos coletivos com vistas à superação da sociedade atual, tudo isso, expressa não apenas a desconfiança dos pós-modernos

com relação ao quadro de referência da modernidade, mas, principalmente, o seu ponto de vista com relação ao capitalismo contemporâneo e ao "fim da história".

Além do mais, ao confundirem a modernidade, entendida aqui como o programa sócio-cultural da Ilustração, com o projeto de modernização capitalista, os pós-modernos abdicam de um conjunto de referências que representa a modernidade e que inclui valores como a emancipação, a liberdade, a igualdade, a cidadania¹⁸, dentre outros, necessários à crítica e superação do capitalismo e, conseqüentemente, à construção de uma outra sociabilidade.

É bem verdade que as críticas pós-modernas vêm seduzindo cada vez mais intelectuais desencantados com os rumos da modernidade e com a sua capitulação em face da lógica do mercado. Zygmunt Bauman (*apud* MALIK, 1999, p. 141) chega a firmar que "a pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade: uma modernidade auto-monitorada, que conscientemente abandona o que outrora fizera inconscientemente".

Ainda que a modernidade não tenha realizado o seu projeto de emancipação, isto não significa que o seu projeto se reduza unicamente ao projeto do capitalismo ocidental. Este entendimento nos levaria a compartilhar a tese dos pós-modernos de que a modernidade se constituiu num projeto homogêneo despido dos seus conflitos e de suas contradições com relação a valores e concepções.

Diferente dos pós-modernos, um conjunto distinto de pensadores marxistas e não-marxistas, mantendo o espírito crítico e contestador ao capitalismo, sobretudo a sua forma contemporânea – a dos monopólios das grandes corporações – vêm desenvolvendo uma verdadeira cruzada em defesa da modernidade e de algumas de suas referências e valores, numa demonstração de que a crise da civilização capitalista ocidental não pode ser compreendida enquanto uma crise da modernidade. Como diria Habermas, essa capitulação à razão instrumental mercantilista não expressa a modernidade enquanto programática da Ilustração, mas apenas a exacerbação de um dos seus elementos contra os demais, promovendo, o que ele mesmo denomina de um processo de colonização do mundo da vida pela lógica sistêmica.

Traduzido por Lyotard como algo que não tem necessidade de legitimação, o capital está presente em toda parte, mas como necessidade e não como finalidade. Na pós-modernidade, afirma Lyotard, o capitalismo deixa de ser visto como um fenômeno sócio-econômico para ser compreendido como uma representação, cuja força é decorrente do desejo por dinheiro, por poder e novidade. Associada à noção do capitalismo como uma necessidade, Lyotard ratifica a idéia de fim da história ao afirmar também que as democracias liberais constituem um horizonte insuperável, na medida em que elas saíram vitoriosas das disputas com os demais modelos de sociabilidade no último século, coroado, ainda com a *débâcle* do comunismo.

Do nosso ponto de vista, o pessimismo e o derrotismo pós-modernos, bem como a sua fragilidade analítica, decorrem da sua direção ídeo-política, ou

18 Embora a cidadania nacional seja um produto do liberalismo do século XVIII e, conseqüentemente, da forma de organização do Estado-nação, enquanto fenômeno histórico e, portanto, como produto do enfrentamento entre as classes e frações de classe, o movimento de ampliação da cidadania, expressando uma lógica distinta da lógica da mais-valia, representa um instrumento político importante na transformação da correlação de forças entre as classes, bem como na edificação de um projeto contra-hegemônico à lógica da mercantilização.

seja, são conseqüências da ausência de uma análise assentada na crítica da Economia Política. Em outras palavras, a ausência de uma análise que tenha como foco as mudanças estruturais operadas no capitalismo tardio tendo em vista a superação da sua mais recente crise de acumulação, faz com que os pós-modernos fiquem reféns dos sintomas do capitalismo contemporâneo e não lhes resta, senão, propor o fim da história e a morte do sujeito moderno.

Para Foster (2002, p. 204),

...a ironia do pós-moderno é que enquanto alega ter transcendido a modernidade, abandona a esperança de transcender o Capitalismo e ingressar numa era pós-capitalista. Facilmente absorvida na estrutura cultural dominante, o pós-modernismo vem sendo absorvido pela imensa máquina de marketing da economia capitalista.

Na nossa opinião, a forma indiferenciada e superficial de tratar as diferenças, como se todas elas compartilhassem da mesma natureza e significado sócio-político, assemelha-se às estratégias conservadoras que desqualificam as determinações sócio-históricas, fazendo-as parecer meras opções individuais. Daí a preocupação de Ellen M. Woods com relação ao que ela denomina de desconceitualização do capitalismo.

Desse modo, parece-nos que não é o reconhecimento das diversidades que deva ser questionado, mas a forma como ele vem sendo tratado pelos pós-modernos que, além de des-historicizarem as diferenças, insistem numa análise despolitizada das mesmas.

Não tem sido diferente com relação ao descentramento do sujeito moderno. Ao ser concebido como um sujeito aberto às diferentes possibilidades de identidades (concebida enquanto compartilhamento de perspectivas e interesses) e completamente fragmentado, os pós-modernos recusam as identidades tradicionais, como por exemplo, a identidade de classe.

Ora, é bem verdade que as recentes mudanças societárias, em curso desde o pós-guerra, provocaram conseqüências drásticas no que se refere à fragmentação da classe trabalhadora. Não é mais possível pensar a classe como uma identidade completa e fechada, aliás, nem a classe, nem nenhuma outra identidade. O contrário, entretanto, não significa concordar com a tese de que as classes desapareceram como referência e representação social. Nesse sentido, o desafio deve ser em direção ao aprofundamento das pesquisas referentes aos novos sujeitos coletivos e suas formas de identificação e representação política, num mundo diferenciado e plural, mas que ainda conserva princípios e práticas voltados para a legitimação e expansão da lógica da mais-valia.

Diferente do que pensam os pós-modernos, acreditamos que estamos vivendo uma fase de transição (uma modernidade tardia como querem alguns ou alta modernidade como querem outros), mas, não para uma pós-modernidade e, nem, tampouco, para uma sociedade pós-industrial que aponte para a superação do projeto capitalista assentado na exploração do trabalho e na concentração das riquezas socialmente produzidas. As recentes alterações no padrão de acumulação mundial demonstram que estamos vivendo uma nova fase do capitalismo, inédita

quanto aos seus efeitos perversos e a sua des-regulamentação. O início da era Bush, representando os conservadores americanos e os interesses das grandes corporações transnacionais, já deu provas suficientes do projeto mundial que eles pretendem defender e implementar. Nesta perspectiva, pode ser que a pós-modernidade, tão alardeada, se confunda com a barbárie.

ABSTRACT

Modernity and the paradigms of Social Sciences have been submitted to thorough criticism, particularly in the late decades of the past century, regarding their efficiency in explaining contemporary phenomena. Critiques of many political-ideological profiles, so-called postmodern, endeavor their efforts in announcing the collapse of modern reason, and values such as universality, totality and humanism, as much as they declare the ending of the great modern narratives, causality, history and traditional identities, like class and nation. Such behavior is a sign that a new type of conservatism is taking place. The emergency of multiculturalism and its claim for policies of identity, challenging the conquests of universal citizenship, is just a further demonstration of the exceeding social fragmentation, promoted by the so-called postmodern. By denying organic and dialectical links between objectivity and subjectivity, difference and equality, multiculturalists of a postmodern profile actually reject the social-historical determinations of differences.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1994.
- EAGLETON, T. De onde vêm os pós-modernistas? In: WOOD, FOSTER (orgs.) *Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- FOSTER, John B. Em defesa da história. In: WOOD, FOSTER (orgs.) *Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 7ª. ed. São Paulo: Loyola. 1992.
- JAMESON, F. Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente. In: WOOD, FOSTER (orgs.) *Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- MALIK, K. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença? In: WOOD, FOSTER (orgs.) *Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- PALMER, B. Velhas posições/ novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista? In: WOOD, FOSTER (orgs.) *Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- PHILLIPS, Anne. *Deben las feministas abandonar la democracia liberal?* Mimeo.
- PIERLUCCI, A. F. Ciladas da diferença. In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 2(2), p. 7-33, 2º sem. 1990.
- PIMENTA NETO, Olímpio J. *Razão e conhecimento em Descartes e Nietzsche*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PINTO, Céli Regina. A democracia desafiada: presença dos direitos multiculturais. *Revista USP - Pós-modernidade e multiculturalismo*. São Paulo. nº 42, p. 56-69, jun./ago. 1999.

- _____. Para além da tolerância. In: CASTRO, Mary G. (coord.). *Caderno CRH: Identidades, Alteridades e Latinidades*. Salvador. nº 32, p. 31-54, jan./jun. 2000.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora. *Revista USP-Pós-+-modernidade e multiculturalismo*. São Paulo. nº 42, p. 44-55, jun./ago. 1999.
- TASCHNER, Gisela B. A pós-modernidade e a sociologia. *Revista USP-Pós-modernidade e multiculturalismo*. São Paulo. nº 42, p. 6-19, jun./ago. 1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda pós-moderna? In: WOOD, FOSTER (orgs.) *Em defesa da história - marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1999.
- YOUNG, Iris Marion. *Vida política y diferencia de grupo: una crítica del ideal de ciudadanía universal*. Mimeo.

APONTAMENTOS SOBRE O MATERIALISMO DIALÉTICO

Rodrigo de Souza Filho*

RESUMO

Este artigo apresenta um roteiro de questões que considero fundamentais para aqueles que desejam percorrer com a dialética materialista o árduo caminho do conhecimento da realidade. A partir dos tópicos sobre o conhecimento, a verdade, o materialismo histórico, a relação sujeito-objeto e a construção de categorias, procuro expor o método dialético em Marx, através de seus elementos essenciais. Simultaneamente, procuro mostrar que esse método, além de ser o melhor caminho para conhecer o real, é, por isso mesmo, um método totalmente avesso a dogmatismos e extremamente aberto à interlocução com as chamadas ciências sociais. Palavras-chave: Materialismo dialético, método, conhecimento, teoria social, categorias.

1 - APRESENTAÇÃO

O presente artigo não tem como propósito um estudo detalhado e profundo – nem tampouco polemizador – acerca do método marxiano. Configura-se, primordialmente, como o resultado de um estudo de apropriação e apreensão da abordagem marxiana da dialética.

Neste sentido, apresenta um roteiro com as principais questões relativas ao materialismo dialético.

Lateralmente, este trabalho tem também como objetivo situar, de forma coerente e precisa, os iniciantes dos estudos científicos sobre o lugar da abordagem marxista no debate acerca da chamada crise dos paradigmas das ciências sociais, pois conforme destaca Mézáros:

...o aumento da preocupação das principais forças antagonicas com questões metodológicas aparentemente abstratas é prova da intensificação das determinações ideológicas que influenciam – intelectual e politicamente – a modelagem da orientação estratégica das forças em questão, quer elas estejam, quer não, conscientes de ser movidas por tais fatores (MÉZÁROS, 1996, p. 339).

* Doutorando em Serviço Social/UFRJ - Professor da Faculdade de Serviço Social/UJFJ - Professor da Escola de Serviço Social/UFRJ.

Portanto, longe de uma reflexão asséptica sobre método, estamos mergulhados num pântano político e ideológico de luta sobre a melhor forma de conhecer a realidade - não numa perspectiva filosófica contemplativa e subjetivista, mas totalmente comprometidos com a transformação desta mesma realidade. Conforme observa-se no enfático posicionamento de Marx em sua décima primeira tese sobre Feurbach

...os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (MARX, 1977, p. 14).

II - A QUESTÃO DO CONHECIMENTO

O primeiro aspecto a destacar diz respeito ao problema da "verdade". Diferentemente das posições pós-modernas e relativistas, para Marx, é possível conhecer verdadeiramente um objeto. Ou seja, a realidade é passível de ser conhecida objetivamente. Desta forma conhecer um objeto é apreender, através da razão, seu movimento real. Portanto, o conhecimento é a reprodução mental do movimento real¹.

Em outras palavras, para Marx o objeto (ou matéria) existe e tem uma dinâmica própria independentemente do sujeito que quer conhecê-lo, apesar do conhecimento do objeto processado pelo sujeito sofrer as influências desse sujeito. Por outro lado, o objeto é fruto da ação dos sujeitos ao longo do processo histórico de sua (do objeto) constituição. Dessa forma, apesar do objeto em si existir independentemente do sujeito no processo de conhecimento, ele está articulado ao sujeito pela história de sua constituição e pela razão que procurará reproduzi-lo mentalmente para que ele se torne conhecido. Portanto, a relação entre sujeito-objeto no processo de conhecimento é uma relação dialética onde há uma unidade entre as partes que são efetivamente distintas, ou seja, a interação existente entre sujeito-objeto não os identifica, mas, antes de tudo, preserva suas distinções.

Como decorrência imediata destas primeiras indicações temos dois desdobramentos que se fazem necessários esclarecer para que não paire dúvidas sobre essa questão. O primeiro se refere ao primado do objeto (ou matéria) na reflexão marxiana e o segundo diz respeito ao caráter ontológico do conhecimento. Vejamos cada um deles.

A questão relativa ao primado da matéria em Marx é muito bem exposta por Tonet. Segundo o autor, o objeto tem papel fundante por dois motivos: devido a poder subsistir sem a consciência, o que é impossível o contrário - pois a consciência não pode existir sem a matéria -; e porque as operações da consciência encontram na matéria, na realidade objetiva, no objeto do conhecimento, as possibilidades e os limites para o processo de conhecimento (TONET, 1993). Vale registrar que esta consideração não se aproxima, em hipótese alguma, de uma abordagem materialista da tradição metafísica, pois como muito bem demarca Lefebvre, a metafísica, tanto em sua versão idealista quanto em sua versão materialista, se define por ser "aquele pensamento que separa o que é ligado" (LÉFÈVRE, 1983, p. 53), no caso a relação entre sujeito e objeto.

¹ Desta forma, como veremos no decorrer do trabalho, o conhecimento é sempre aproximativo, nunca definitivo, pois a realidade é mais complexa e rica do que sua reprodução mental.

Neste caso, o primado da matéria/objeto sem estabelecer uma separação com o sujeito conforma um materialismo não metafísico, pois o metafísico nega a subjetividade, acredita que o "objeto em si" pode se mostrar independentemente da consciência como coisa conhecida, como se fosse possível estabelecermos o conhecimento sobre algo sem a existência e a interferência do sujeito. Em outras palavras, o fato de o "objeto em si" existir independente do sujeito, não significa dizer que seja possível conhecê-lo sem a interferência da consciência, do sujeito. Conforme destaca Marx na sua primeira tese sobre Feuerbach,

...o principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluindo o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente (MARX, 1977, p. 1).

Por outro lado, convém enfatizar que não há em Marx nenhum deslize idealista ao recorrer ao sujeito e à consciência, pois o pensador alemão faz esse procedimento ligando a consciência/sujeito ao objeto, evitando absolutizar o conhecimento numa idéia existente antes da natureza e do homem real, conforme procedem os idealistas².

Marx, portanto, critica tanto o materialismo metafísico quanto o idealismo, mostrando que a negação da dimensão subjetiva efetivada pelos materialistas metafísicos levaram os idealistas a desenvolverem esse aspecto, contudo de forma abstrata, sem correlação com a atividade real. Nas palavras do autor, ainda em sua primeira tese sobre Feuerbach:

...eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal (MARX, 1977, p. 11).

O segundo aspecto, como indicamos anteriormente, que decorre de nossas primeiras observações sobre a questão do conhecimento, refere-se à abordagem ontológica do mesmo. Ou seja, conhecer é revelar as conexões internas, as contradições e o movimento do objeto; é reproduzir mentalmente a dinâmica real. Sendo assim, conhecer significa "se apropriar do concreto para reproduzi-lo como concreto pensado" (MARX, 1996a, p. 40). Portanto, "conhecimento teórico é um resgate aproximado de tendências que operam no movimento do real" (NETTO, 1989, p. 112).

Neste sentido, o conhecimento não é estruturado através de um modelo elaborado pelo pensamento, no qual a realidade deverá ser encaixada, mas sim o resultado de um procedimento que procura captar o movimento real e adequar as formulações intelectivas a ele. De acordo com Netto, a primeira perspectiva se enquadra numa abordagem epistemológica – pois, confere ao objeto uma legalidade produzida pela razão –, enquanto a segunda, numa abordagem ontológica – pois, voltada para a apreensão da essência intrínseca ao objeto (NETTO, 1989b, p. 144).

Sendo assim, "é preciso refletir obstinadamente, insistentemente, para chegar a verdadeira natureza do objeto, ou seja, a sua essência, a sua universalidade a sua

2 Para um maior detalhamento sobre metafísica, idealismo e materialismo, ver Léfèbvre (1983).

totalidade" (IANNI, 1986, p. 5). A postura ontológica leva o sujeito a um processo contínuo de investigação para se apropriar do real em seus elementos mais complexos, entretanto, o sujeito nunca se apropriará do real enquanto tal, apenas conseguirá reproduzir idealmente o objeto tratado, pois a realidade está sempre em movimento e é sempre mais rica de que nossa capacidade de apreendê-la, pois o sujeito e os instrumentos utilizados para o conhecimento são limitados historicamente. Por isso o conhecimento será sempre aproximativo, nunca definitivo.

Retomando a discussão inicial sobre a verdade, é importante sinalizar que na abordagem ontológica marxiana a prática será o critério da verdade. Ou seja, o conhecimento adquirido sobre um objeto será verdadeiro ou não dependendo de sua adequação à realidade, portanto, não existe melhor teoria em si. A boa teoria é aquela que consegue extrair da realidade seus elementos essenciais, tendo na prática, a possibilidade de sua verificação efetiva. Conforme explicita Marx, em sua segunda tese sobre Feuerbach:

...a questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa da realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis - é uma questão puramente escolástica (1977, p. 12).

Em outras palavras, a prática é o critério de verdade, mas não de forma direta e imediata, o conhecimento em sua relação com a prática é que determina a verdade.

Podemos, para resumir o apresentado até o momento reproduzir a precisa elaboração de Tonet:

...em síntese, numa perspectiva ontológica, o saber tem como fundamento o ser; a verdade está no ser, ela não é uma construção autônoma da subjetividade, do mesmo modo como os critérios de verdade e, portanto, de cientificidade, não são um produto subjetivo, mas uma imposição do objeto. Deste ponto de vista, é absurdo que possam existir várias verdades a respeito do mesmo objeto. 'A verdade é o todo', já dizia Hegel, com todo acerto. A verdade do objeto é a sua reprodução integral, processo sempre aproximativo, dada a infinitude do objeto (1995, p. 50).

Portanto, se "a verdade está no ser" e se é "absurdo existir várias verdades", como devemos nos posicionar para melhor apreender a realidade, nos aproximarmos ao máximo dela e, portanto chegarmos a um conhecimento verdadeiro? A primeira dimensão da resposta a essa questão é dada por Marx no Posfácio à 2ª edição de *O Capital*, de 1873.

Neste Posfácio o pensador alemão, ao comentar o desenvolvimento histórico do capitalismo na Alemanha, mostra a impossibilidade de naquela sociedade existir um desenvolvimento original da economia burguesa, devido a sua maturidade ter aflorado num período onde os antagonismos de classe já tinham se revelado acintosamente (pensemos nas revoluções de 1848 e na Comuna de Paris) e, por isso mesmo, "o proletariado alemão já possuía uma consciência teórica de classe muito mais decidida do que a burguesia alemã" (MARX, 1996b, p. 136). Por consequência dessa situação, como afirma nosso autor, a crítica à economia burguesa pôde ser desenvolvida a partir

do ponto de vista do proletariado. Portanto, a crítica representa uma classe que tem como objetivo a superação da ordem capitalista. Nas palavras de Marx:

...à medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes - o proletariado (1996b, p. 137).

Em outras palavras, isso significa dizer, como muito bem interpreta Lowy, que a crítica, no sentido filosófico da expressão (ou seja, trazer à consciência social as raízes e os fundamentos da realidade social), só pode ser desenvolvida do ponto de vista da classe revolucionária - a burguesia na transição do feudalismo para o capitalismo e o proletariado³ no marco da sociedade burguesa -, pois só essa classe é capaz de reconhecer a necessidade e exigir mudanças na sociedade. Indubitavelmente, não serão as classes dominantes que assumirão este posicionamento (LOWY, 1989, p. 29 e 30). Lukács respalda essa interpretação quando afirma:

...somente com a entrada do proletariado em cena o conhecimento da realidade social encontra seu cumprimento: com o ponto de vista da classe do proletariado emerge uma perspectiva a partir da qual a totalidade da sociedade torna-se visível (1981, p. 81)

No entanto, essa resposta a nossa questão nos leva a um outro problema. Qual seja: se advogamos o ponto de vista de uma classe social para melhor conhecer a realidade, não estaríamos ideologizando a ciência e, neste sentido, nos afastando da verdade?

A resposta a essa nova questão nos leva a reflexão sobre a relação entre ideologia e neutralidade metodológica (MÉSZÁROS, 1996). Apesar de não ser aqui o espaço adequado para aprofundar um tema de tamanha relevância na discussão sobre o conhecimento, pois fugiríamos de nosso objetivo, vejamos, rapidamente, como István Mészáros encaminha essa questão.

De acordo com o filósofo húngaro, a neutralidade metodológica é um mito, pois:

...ao contrário do ilusório pressuposto de uma comunicabilidade racional colocada fora do tempo e socialmente inespecífica, a condição elementar de um discurso realmente racional estaria em reconhecer a legitimidade de contestar, quanto a sua própria substância, a ordem estabelecida da sociedade. Isto implicaria a articulação dos problemas pertinentes, não no plano da teoria auto-referencial e da metodologia, mas como questões essencialmente práticas cujas condições de solução apontam para necessidade de mudanças estruturais

3 Cabe registrar que, obviamente, estamos cientes que não podemos tratar do "proletariado" como classe revolucionária tal qual Marx fez no século XIX. Certamente, deveríamos precisar melhor a composição da classe revolucionária na atual conjuntura. No entanto, este não é o espaço adequado para desenvolvermos esta polêmica sem nos desviarmos muito de nosso propósito, por isso indicamos ao leitor interessado as obras de Antunes (1995 e 1999) que tratam da questão da classe trabalhadora no contexto atual. Sendo assim, continuaremos utilizar, para efeito de exposição, o termo proletário/proletariado como forma de indicar a classe trabalhadora como sendo a classe revolucionária, independentemente do debate sobre sua composição, na conjuntura contemporânea.

radicais. Em outras palavras, exigiria a rejeição explícita de toda a ficção da neutralidade metodológica e metateórica (MÉSZÁROS, 1996, p. 313).

Portanto, a indicação de que o ponto de vista do proletariado é a melhor perspectiva para conhecer a realidade está vinculada à falta de possibilidade de fazer ciência social sem sofrer injunções ideológicas. Neste sentido, o ponto de vista do proletariado, devido a sua posição na sociedade burguesa, é o que oferece menos impedimento para a compreensão da totalidade social, pois, como vimos, o proletário está numa posição que precisa identificar as contradições da sociedade burguesa para possibilitar sua superação.

Por outro lado, como reforça Lowy, não há ciência social que não seja, consciente ou não, direta ou indiretamente, vinculada à visão de mundo de uma classe social; “[...] a posição social do cientista, do observador, condiciona sua perspectiva, quer objeto, a maneira pela qual ele olha o seu objeto, o que ele percebe nesse objeto e como o interpreta” (LOWY, 1989, p. 17).

Fica nítido, portanto, que o ponto de vista do proletariado, na medida da impossibilidade da neutralidade metodológica e da necessidade de transformação da realidade, é a perspectiva que garante maiores possibilidades de conhecer objetivamente a realidade.

No entanto, essa perspectiva possibilita uma aproximação maior da verdade objetiva, o que não significa dizer que quem se coloca nesta perspectiva conseguirá apreender a realidade em toda a sua complexidade. Sem dúvida é o melhor ponto de observação para um investigador, mas este fato não garante a efetividade (o conhecimento objetivo) de seu objetivo. Ou seja, o ponto de vista do proletariado é necessário para melhor apreender o real, mas não é suficiente. Conforme nos esclarece Lukács:

...o fato do materialismo histórico emergir do princípio “imediate, natural” do proletariado, o fato de que o conhecimento totalizador da realidade se torne possível a partir do seu ponto de vista de classe, não significa, todavia, que este conhecimento ou esta atitude metodológica frente ao conhecimento seja dada imediata ou naturalmente ao proletário enquanto classe (e ainda menos ao proletário individual) (1981, p. 83).

A outra dimensão da resposta a nossa questão sobre o melhor posicionamento para conhecermos objetivamente a realidade, nos é dado por Tonet. O professor mostra que o ponto de vista ontológico do conhecimento (do que já tratamos anteriormente, por isso aqui não nos alongaremos em nossa argumentação) – na medida em que promove uma apreensão da totalidade da realidade, passando pela universalidade e ligando-a com a singularidade do objeto, através da mediação da particularidade – leva o sujeito a capturar a lógica própria do objeto, reproduzindo integralmente, no pensamento, o mesmo. Portanto, o sujeito que estiver na perspectiva ontológica terá melhores condições para produzir um conhecimento verdadeiro (TONET, 1995, p. 50).

Então, o sujeito posicionado na perspectiva do proletariado e numa abordagem ontológica do conhecimento, possuirão, como vimos, maiores possibilidade para conhecer verdadeiramente o objeto. No entanto, como também frisamos, esta

possibilidade não se configura em efetividade independentemente dos procedimentos adotados pelo sujeito durante o processo do conhecimento. Ou seja, o conhecimento verdadeiro não se revela apenas devido ao posicionamento do sujeito frente ao objeto. Como veremos na próxima seção, o método materialista dialético exige o posicionamento acima destacado, mas não se limita a essa dimensão.

Sendo assim, cabe aqui, antes de concluirmos, uma pequena digressão provocativa em relação a interlocução dos marxistas com pensadores e produções não-marxistas⁴. Ou seja, na medida em que é necessário, mas não é suficiente para aprender o real em toda sua complexidade estar posicionado na perspectiva do proletariado e da abordagem ontológica, podemos inferir que quem não está nesta posição, apesar de não poder aprender a realidade objetiva em toda a sua complexidade, pode nos fornecer (a nós marxistas) elementos fundamentais, apesar de parciais, para uma compreensão totalizadora dessa mesma realidade.

Neste sentido, é essencial para o pesquisador marxista se colocar aberto para a interlocução com as produções de intelectuais não-marxistas. Como afirma Garaudy:

...a dialética é um esforço para racionalizar aspectos complexos do real: o movimento, a contradição, a totalidade.

Assim, por sua origem mesma, a dialética, longe de limitar o pensamento, é essencialmente uma abertura aos aspectos novos do real (1967, p. 100).

Dessa forma, esse movimento de abertura pode e deve ser entendido como o processo de interlocução com as demais ciências sociais, não para relativizar métodos e verdade, nem tampouco para cair no ecletismo, mas para apreender com mais determinações a realidade. Ou seja, a interlocução pode nos levar a identificar aspectos da realidade que não são tratados por pesquisadores situados na perspectiva ontológica e proletária e que, portanto, ao ser tratado pode saturar a realidade com novas determinações, favorecendo, assim, uma aproximação maior com a essência do objeto.

Coutinho explicita essa posição enfaticamente:

Fundamental, vejam bem, parece-me ser, também aqui, a necessidade do debate de idéias. É através da troca de idéias, da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real. Não há ciência que esgote o real, pois a ciência é sempre aproximativa. Então, é absolutamente necessário o debate de idéias, no sentido de esclarecer nossas posições em relação a aproximação a uma verdade cada vez mais abrangente. (COUTINHO, 1991, p. 13)

Corroborando essa perspectiva, Tonet ao discorrer sobre o fato do conhecimento verdadeiro (a reprodução mental do objeto) ser sempre um processo

4 Ao longo do trabalho procurarei mostrar a possibilidade e a necessidade de, através do método materialista dialético, efetivarmos uma interlocução permanente e profícua com as ciências sociais particulares para um efetivo conhecimento da realidade, sem com isso deixar de estar vinculado à tradição marxista e, desta forma, evitando qualquer postura relativista ou eclética.

aproximativo, de erros e acertos e de diferentes contribuições, destaca a necessidade do debate de idéias, não por uma imposição do sujeito, mas devido a uma exigência da própria realidade a ser conhecida. Nas palavras do autor:

este caráter essencial de abertura e crítica deriva do fato de que, sendo o objeto o pólo regente do conhecimento e tendo ele (objeto) um caráter processual e complexo e ainda sendo a reprodução intelectual dele (objeto) sempre mais pobre que o próprio objeto, o sujeito terá que estar numa atitude permanente de abertura para revisão dos resultados obtidos (TONET, 1995, p. 51).

Da maneira como estamos enfocando a questão, fica notório a possibilidade de determinados elementos da realidade social identificados, explorados e desenvolvidos por pensadores não-marxistas, serem tratados por pesquisadores marxistas. No entanto, este processo exige um movimento crítico, a partir do ponto de vista ontológico e situado na perspectiva do proletariado, para tratar os elementos levantados dentro de abordagens parciais da realidade. Desta forma, evita-se qualquer deslize relativista ou eclético no procedimento metodológico.

Sendo assim, entendemos que deve haver um esforço dos pesquisadores marxistas em conhecer mais profundamente, além da própria tradição marxista, os trabalhos produzidos pelas ciências sociais, buscando identificar elementos que possam enriquecer nossas leituras sobre a complexa realidade social. Qualquer atitude apriorística da infalibilidade das produções elaboradas a partir da abordagem ontológica e da perspectiva do proletariado sofre de dogmatismo e reducionismo que devemos rechaçar a todo o custo para o bem do desenvolvimento da tradição marxista. Pois, conforme assinala Lowy:

...a ciência do proletariado demonstra sua superioridade precisamente por sua capacidade em incorporar essas verdades parciais produzidas pelas ciências "burguesas" ultrapassando-as dialeticamente (Aufhebung), criticando/negando suas limitações de classe. A atitude contrária, que proclama a infalibilidade a priori de toda ciência situada na perspectiva proletária, e o erro absoluto e necessário de toda a pesquisa fundamentada sobre um outro ponto de vista, é na realidade dogmática e reducionista, porque ignora a autonomia relativa da produção científica com relação às classes sociais (1989, p. 34. Grifos do autor).

Finalmente, para concluir esta parte do trabalho podemos considerar que, a partir do exposto, tornou-se límpido o lugar do materialismo dialético no campo da produção do conhecimento. E para resgatar sinteticamente os elementos essenciais de nossa argumentação, faço minha as palavras de Garaudy ao tratar da concepção marxiana:

...assim, somente sua concepção de mundo religará o 'começo e o fim', sem abstrair, com os antigos materialistas, a natureza em sua existência nua, como se a pudessemos conhecer de outro modo que por intermédio de nosso conhecimento, nossa prática, nossas técnicas e nossos conceitos, sempre historicamente provisórios e relativos; e sem abstrair, como os idealistas, o momento subjetivo do conhecimento ou da 'práxis', o sujeito em sua pura subjetividade, desdobrando ininteligivelmente no vazio uma atividade que engendraria o mundo e de que não

se saberia dizer nem sobre o que ela se exerce, nem porque encontra resistências, nem através do que se verifica (GARAUDY, 1967, p. 89/90)

III - TOTALIDADE E A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS

Conforme chamamos a atenção na seção anterior, não basta o sujeito estar posicionado na perspectiva do proletariado e numa abordagem ontológica para conhecer verdadeiramente o objeto.

O método materialista dialético, por possuir uma abordagem ontológica, exige um exercício permanente de reflexão para que possamos captar a complexidade do movimento efetivo da realidade, suas contradições e tensões, para reproduzi-lo intelectualmente e torná-lo conhecido. No entanto, é importante ressaltar que o objetivo do conhecimento não é meramente realizar a interpretação do mundo, mas efetivar sua transformação (11ª Tese sobre Feuerbach).

Marx, no Posfácio à 2ª edição d'O Capital, reitera o caráter revolucionário da dialética em sua versão racional (contrária à perspectiva clássica alemã). De acordo com o pensador alemão:

...em sua forma mistificada, a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento de sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1996b, p. 141).

Assim, para o método dialético, a transformação da realidade constitui o problema central (LUKÁCS, 1981, p. 63).

Portanto, se a transformação do mundo é o problema central para o método dialético, então se coloca como necessário conhecer a realidade em sua totalidade, não apenas em suas dimensões parciais, deslocadas de uma lógica totalizante. Isso não significa dizer que o método dialético não permite estudos particulares da realidade social, mas sim que os estudos particulares devem ter como perspectiva a totalidade. Ou seja, a relação do particular com a totalidade social deve ser desvelada, suas conexões explicitadas e seu significado esclarecido para além de sua imediatividade fenomênica. Dessa forma, os estudos e as intervenções nos campos particulares da infância, saúde, assistência social, gênero, entre outros (campos próprios de intervenção e pesquisa do assistente social), se não perdem a visão de totalidade, ou seja, se se trabalha numa abordagem materialista dialética, tornam-se contribuições fundamentais para o conhecimento e a transformação da realidade.

O problema, portanto, não está em estudar as micro-situações (conforme pensam alguns marxistas), mas sim em não apreendê-las como totalidade.

Sendo assim, os teóricos não marxistas podem, ao estudar micro-situações, nos oferecer categorias desses fenômenos que poderão ser trabalhados marxianamente, relacionando-as com a totalidade para melhor e mais amplamente analisarmos o fenômeno em sua particularidade, como um complexo de complexos.

Para melhor compreendermos a assertiva acima é necessário nos debruçarmos um pouco sobre o significado de "categoria" e de "totalidade" na perspectiva materialista dialética.

Conforme Marx assinala, "as categorias exprimem modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados dessa sociedade determinada" (MARX, 1996a, p. 44).

As categorias, então, expressam determinações constitutivas do real. Elas não são as determinações efetivas da realidade, são construções lógicas para reproduzir no pensamento essas determinações. Entretanto, a categoria, apesar de não ser o real, não pode perder o contato com ele, sob pena de não expressar com precisão o objeto analisado.

Convém, desta forma, explicitar que a categoria na perspectiva que estamos abordando não se configura como um modelo abstrato, teórico que deve ser aplicado à realidade, mas, pelo contrário, é uma construção racional do movimento imanente do objeto, que sua adequação à realidade deve ser verificada pela práxis. Conforme nos lembra Lukács:

...as categorias que vêm em primeiro plano (portanto, para nós, novamente a particularidade) não são formas lógicas que se "aplicam" à realidade, mas sim os reflexos de situações objetivas na natureza e na sociedade que devem ser confirmadas na praxis humana a fim de se tornarem - a partir de um posterior processo de abstração, que todavia jamais deve perder o contato com a realidade e com a praxis objetiva - categorias lógicas (1978, p. 75).

Outra dimensão importante a destacar da categoria é que ela, frequentemente, expressa aspectos isolados da realidade. Sendo assim, há a necessidade de se trabalhar com um conjunto de categorias para ir reproduzindo idealmente a realidade em sua totalidade e, desta forma, produzindo teoria⁵.

Se a categoria exprime determinações de existência de um objeto, o primeiro movimento necessário para construir a categoria é se debruçar frente ao objeto, interpelar o objeto profundamente e sistematicamente (IANNI, 1986).

O movimento de interpeção do objeto inicia-se com o contato do sujeito com o dado, o fato objetivamente e sensivelmente presente. Desta forma, o primeiro contato do sujeito com o objeto se dá pela aparência do objeto. Portanto, a aparência do fenômeno é a primeira instância sobre a qual o sujeito deve interrogar o objeto para que se atinja a sua essência⁶.

Neste sentido, o dado, a aparência, o fato em si não é um elemento menor da reflexão dialética⁷. Ela (aparência) se constitui como a dimensão a partir da qual o sujeito procurará apreender a essência do objeto em questão, seu movimento

5 Conforme explicita Netto, "...o conhecimento teórico é um resgate aproximado de tendências que operam no movimento do real", ou seja, a teoria é a reprodução ideal de um movimento real (NETTO, 1989a, p. 112)

6 Cabe sinalizar que a importância do dado, do empírico, não resvala em nenhum posicionamento empirista. Para uma crítica ao empirismo, ver Lukács (1981, p. 65, 66, 67)

7 De acordo com Tonet, "...para uma perspectiva ontológica, as aparências não são meros epifenômenos, coisas sem importância, trivialidades. Elas constituem um momento do ser social de igual consistência ontológica que a essência" (TONET, 1995, p. 42).

interno, suas conexões, estruturas e contradições, para que seja possível captar as determinações do fenômeno e, dessa forma, através da razão, via processo de abstração, expressá-las como categoria lógica, para, posteriormente, retornar ao objeto, visando verificar a adequação da reprodução ideal (categoria construída) com o movimento real do fenômeno e reiniciar todo o processo de novo, a fim de realizar abstrações cada vez mais sutis e, sendo assim, apreender o objeto em sua totalidade⁸.

Este movimento descrito é o processo de "reprodução do concreto por meio do pensamento" (MARX, 1996a, p. 40).

Cabe, neste momento, esclarecermos o que é o "concreto", para tornar mais límpido o processo descrito anteriormente.

Conforme Marx assinala:

...o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como o resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 1996a, p. 40).

Vejamos essa definição cuidadosamente. O concreto, a realidade em si, é formado por várias determinações. No entanto, ele (concreto) aparece para o sujeito como uma única dimensão, pois, ele aparece em sua forma sintetizada. Entretanto, o fato do concreto, da realidade, do objeto, aparecer para o sujeito como um bloco (uma única dimensão), não significa que seja efetivamente um bloco, pois na verdade ele é uma síntese de vários aspectos e dimensões, ou seja, uma síntese de várias determinações. Portanto, para se conhecer o concreto é necessário captar essas determinações que o compõe, captar todos os elementos que constituem a sua essência.

No entanto, o concreto não se identifica com as suas determinações isoladas, o concreto é a forma como essas determinações se articulam entre si, como elas expressam o desenvolvimento interno do concreto. O concreto, então, é a síntese dessas determinações, a unidade de aparência e essência. Sendo assim, só a partir da razão, através de um processo de abstração⁹, é que temos condições, a partir de uma síntese (no caso o concreto), de desvendar suas partes constitutivas (determinações) em suas relações internas e depois reconstruir a síntese como concreto pensado. Por isso, Marx diz que o concreto aparece no pensamento como resultado e não como ponto de partida, apesar de ser o ponto de partida efetivo. Esse movimento assinalado é a essência do método dialético¹⁰.

8 Lukács destaca, de forma enfática, a relação dialética existente entre aparência e essência, ressaltando sua unidade e distinção, necessárias para um estudo científico. Nas palavras do autor: "Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, de outra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária [...] Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta ultrapassagem simultâneos do ser imediato é precisamente a relação dialética. (LUKÁCS, 1981, p. 68)

9 O processo de abstração, neste sentido, é o processo mental necessário para buscar captar as determinações do real.

10 Para Garaudy, os três momentos constitutivos do método são: I. O momento da abstração, pelo qual deixando de lado o acessório e o contingente, o pensamento depreende, por uma hipótese

Aqui merece mais uma vez destacar que o conhecimento, ou seja, o concreto pensado, não se identifica com a realidade, ou seja, com o próprio concreto. Então, apesar do conhecimento partir da aparência do concreto e procurar, através da abstração¹⁰, desvelar a sua essência, esse processo nunca esgota a realidade, ou seja, o próprio concreto. Conforme sinaliza Marx:

...o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo em concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. (1996a, p. 39-40).

Sintetizando, podemos dizer que o concreto pensado é o concreto mediado pela abstração. Portanto, o concreto não se identifica com a abstração nem com o concreto pensado, apesar de todos estarem presente no processo de conhecimento.

Retomando o nosso aspecto provocativo do trabalho, se entendemos dialeticamente o significado da aparência (o fato em si) para o processo de conhecimento, estudos não ontológicos podem apresentar elementos particulares (fatos) da realidade, através de categorias parciais, mas que "expressam modos de ser", e que, portanto, podem contribuir muitíssimo com o processo de saturação de determinações necessário a um conhecimento ontológico do ser social. Pois, ao se apropriar de uma categoria não-marxista, mas que expressa uma dimensão constitutiva do objeto, efetivamente estamos nos apropriando do movimento real e não da perspectiva teórica utilizada para tal descoberta; e se, além disso, processarmos dialeticamente a categoria, afastamos qualquer hipótese de ecletismo em tal procedimento.

Por isso, a postura de abertura frente as ciências sociais pode se tornar um movimento fecundo para a produção ontológica do conhecimento. Basta que para isso o pesquisador marxista compreenda as limitações da produção categorial não-marxista e proceda um tratamento dialético a ela, introduzindo-a numa perspectiva de totalidade, evitando com isso qualquer possibilidade relativista ou eclética. Coutinho explicita isso de forma contundente ao destacar o trabalho realizado por Weber sobre as formas de legitimidade. De acordo com o autor:

...qualquer marxista pode aceitar essa classificação weberiana, indo porém além de Weber no exame da gênese dessas formas, de dominação legítima, na discussão da origem dessas formas, o que Weber não faz, pois nesse, como em muitos outros pontos, Weber é apenas descritivo. Então temos aqui outro exemplo de assimilação, por um ponto de vista diferente, de respostas tópicos dadas por outra posição. Tampouco aqui há ecletismo (COUTINHO, 1991, p. 14).

10 simplificador, a lei do fenômeno em sua pureza ideal [ex: lei do valor-trabalho] (...) 2. A passagem do abstrato ao concreto pelo qual são reintroduzidas as mediações e cada vez mais concretamente a realidade é reconstruída para dar conta das aparências [ex: a concepção de taxa de lucro após ter conhecido as leis da mais-valia] (...) terceiro momento do método: a verificação, isto é a comparação entre os resultados obtidos pela passagem do abstrato ao concreto e à realidade. (GARAUDY, 1967, p. 149 e 150)

11 Vale registrar, conforme muito bem ressalta Garaudy, que o concreto é sempre o fim a ser perseguido pelo pensamento e a abstração, apenas um meio, um recurso a ser utilizado para tal fim (GARAUDY, 1967, p. 148).

Chegamos assim, num estágio de exposição tal que podemos, para finalizar a seção, explicitar, de forma precisa, o que se entende por "totalidade" numa abordagem materialista dialética.

Para Marx a realidade concreta é uma totalidade. Portanto, conhecer significa apreender a totalidade de uma dada realidade. Neste sentido, a totalidade concreta é a síntese, parafraseando Marx, de múltiplas totalidades de menor complexidade.

Sendo assim, o concreto constituído de várias determinações só pode ser conhecido como realidade, após o conhecimento dos fatos serem integrados numa totalidade. De acordo com Lukács:

...é somente neste contexto, que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do devir histórico) numa totalidade, que o conhecimento dos fatos torna-se possível como conhecimento da realidade. Este conhecimento parte das determinações simples, puras, imediatas e naturais (no mundo capitalista) que já caracterizamos, para avançar sobre elas no sentido do conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução, no pensamento, da realidade. Esta totalidade concreta nunca é dada imediatamente no pensamento. (1981, p. 68)

Os fatos, os momentos parciais, as várias determinações que constituem a realidade não desaparecem devido a perspectiva da totalidade. Muito pelo contrário, é a perspectiva da totalidade que permite aprender essas dimensões parciais e compreendê-las tanto em sua dinâmica interna – por isso, cada dimensão é também uma totalidade em si – quanto em sua interação, no processo tenso e contraditório de constituição da realidade concreta.

Desta forma, "a categoria da totalidade não dissolve [...] seus momentos constitutivos numa unidade indiferenciada, numa identidade." (LUKÁCS, 1981, p. 73). O universal, particular e o singular estão presentes na totalidade e não se anulam devido a ela, apenas ganham novos significados frente a realidade.

Neste sentido, o movimento contraditório das múltiplas determinações que constituem o real compõe a totalidade. Como nos alerta Garaudy, "para Marx, a totalidade é um momento da contradição" (GARAUDY, 1967, p. 100). Portanto, a contradição na perspectiva marxiana é a base/estrutura da totalidade da realidade social.

O ponto de vista da totalidade não faz sucumbir as particularidades e as singularidades da realidade. Para conhecer uma realidade concreta, como vimos, exige-se captar seus elementos constitutivos, ou seja, as particularidades e singularidades do fenômeno social. No entanto, o conhecimento da realidade só se efetiva quando articulamos essas expressões particulares e singulares numa perspectiva de totalidade, para reproduzimos no pensamento a realidade concreta.

Sendo assim, todo o movimento de, hegelianamente, entender a totalidade em si e não como momento da contradição da realidade, leva a um procedimento de encaixar os elementos particulares e singulares da realidade a um universal previamente estabelecido, portanto, idealizado. Nesse caso, a sociedade burguesa não pode ser tratada abstratamente, ou seja, a teoria marxiana sobre a gênese, desenvolvimento e funcionamento do capital não pode ser aplicada como um modelo onde a realidade deve ser encaixada. As categorias marxianas sobre o capital devem

ser permanentemente interpeladas pela prática e, dialeticamente, as particularidades da sociedade burguesa contemporânea devem ser interpeladas pelo sistema categorial do capital. Desta forma, não se perde as contradições constitutivas da realidade concreta, preservando suas particularidades e contradições, e, também, se mantém a perspectiva de totalidade. Nas palavras de Garaudy:

...em Hegel, a totalidade se limita a si própria e é isto que engendra a contradição. Para Marx, ao contrário, é do desenvolvimento da contradição, da superação da negação em negação da negação que nascem as totalidades novas: não é o universal que é primeiro e que se limita a si mesmo, mas o particular que se supera necessariamente porque não traz em si suas condições de existência. (1967, p. 108).

Com essa explicitação do que vem a ser a "totalidade" no pensamento materialista dialético, consideramos que estamos aptos a recomençar o percurso desenvolvido e construir uma síntese de nossos apontamentos.

IV - A PROPÓSITO DE UMA SÍNTESE

A partir da colocação de que a realidade é passível de ser conhecida objetivamente através da razão e que, portanto, existe uma verdade sobre o objeto, fomos percorrendo um árduo caminho de explicitação do método materialista dialético de conhecimento.

O primeiro aspecto apontado foi o entendimento de que o conhecimento é a reprodução mental do movimento real. Para fundamentarmos essa assertiva, apresentamos a concepção sobre o primado da matéria/objeto, em relação ao sujeito. Ou seja, o objeto (ou matéria) existe e tem uma dinâmica própria independentemente do sujeito que quer conhecê-lo. No entanto, era necessário colocar, simultaneamente, que esta concepção não despreza a subjetividade, pois o objeto está articulado ao sujeito pela história de sua constituição e pela razão que procurará reproduzi-lo mentalmente para que ele se torne conhecido. Desta forma, procedemos uma crítica tanto ao materialismo metafísico quanto ao idealismo.

As colocações anteriores nos levaram a determinar o caráter ontológico do conhecimento, ou seja, conhecer é revelar as conexões internas, as contradições e o movimento do objeto é reproduzir mentalmente a dinâmica real. Vimos, então, que a postura ontológica leva o sujeito a um processo contínuo de investigação para se apropriar do real em seus elementos mais complexos, e que o sujeito nunca se apropriará do real enquanto tal, apenas conseguirá reproduzir idealmente o objeto tratado, pois a realidade é sempre mais rica de que nossa capacidade de apreendê-la. Sendo assim, o critério de verdade é a prática.

Em decorrência do fato da verdade se encontrar na realidade e não existir várias verdades, problematizamos sobre o posicionamento do sujeito para melhor conhecer a realidade. Neste sentido, identificamos que a perspectiva do proletariado e a abordagem ontológica são os melhores posicionamentos

para viabilizar a apreensão do real em sua totalidade. Simultaneamente, mostramos através de uma reflexão sobre ciência e ideologia, que a vinculação do conhecimento a uma perspectiva de classe é inerente ao conhecimento, portanto, não existe neutralidade metodológica.

A partir desse momento, começamos a desenvolver a reflexão sobre os procedimentos necessários para o sujeito se apropriar do movimento real, captando suas contradições e tensões, para reproduzi-lo intelectualmente e torná-lo conhecido em sua totalidade. Porém, antes ressaltamos que o objetivo do conhecimento não é meramente realizar a interpretação do mundo, mas efetivar sua transformação.

Para expor tais procedimentos, partimos da discussão sobre "categoria", discutimos a relação "aparência-essência" abordamos o movimento "abstrato-concreto" e chegamos a questão da "totalidade".

Em primeiro lugar vimos que as categorias são construções lógicas para reproduzir no pensamento as determinações efetivas do real.

Em seguida, identificamos que movimento de interpelação do objeto inicia-se com o contato do sujeito com o dado, o fato objetivamente e sensivelmente presente. Vimos assim, que a aparência se constitui como a dimensão a partir da qual o sujeito procurará apreender a essência do objeto em questão. Por outro lado, a essência do objeto é determinada pelo seu movimento interno, suas conexões, estruturas e contradições.

Em continuidade a reflexão sobre a relação aparência-essência iniciamos a discussão sobre a relação entre o concreto e o abstrato. Verificamos que o concreto, a realidade em si, é formado por várias determinações e que a abstração é um recurso da razão para apreender essas determinações e traduzí-las em categorias, para que a totalidade possa ser desvelada a partir de suas (das categorias) dinâmicas internas e interações.

Como consequência, finalizamos os nossos apontamentos identificando que a totalidade é constituída pelo movimento contraditório das múltiplas determinações que constituem o real, portanto, a totalidade não sucumbe com as particularidades do objeto.

Esperamos que desta forma tenhamos cumprido nosso objetivo de, a partir do estudo de apropriação e apreensão da abordagem marxiana da dialética, apresentar, como um roteiro de estudo, as questões fundamentais do materialismo dialético.

ABSTRACT

This article presents a route of subjects that I consider fundamental for those that want travel with the dialectical materialistic the arduous road of the knowledge of the reality. Starting from the topics on the knowledge, the truth, the historical materialism, the relationship subject-object and the construction of categories, I try to expose the dialectical method in Marx, through your essential elements. Simultaneously, I try to show that that method, besides being the best road to know the Real, is, for that reason, a method totally contrary to dogmatism and extremely open to the dialogue with the calls social sciences. Simultaneously, I try to show that that method, besides being the best road to know the Real, is, for that reason, a method totally contrary to dogmatism and extremely open to the dialogue with the calls social sciences.

Key-words: Dialectical materialism, method, knowledge, social theory, categories.

V - BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?*: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- COUTINHO, C.N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, n. 4. 1991.
- GARAUDY, R. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- IANNI, O. *Construção da categoria*. Transcrição de aula do Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da PLUCSP - 1º sem. 1986. Mimeo.
- LÉFÈBVRE, H. Teoria do Conhecimento. In: Lefebvre, H. *Lógica Formal. Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LOWY, M. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LUCKÁCS, G. O marxismo ortodoxo. In: Netto, J.P. (org). *Lukács*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. O Particular à Luz do Materialismo Dialético. In: Lukács, G. *Introdução a uma Estética Marxista*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: Marx, K e Engels, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- _____. *Introdução (à Crítica da Economia Política)*. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- _____. Posfácio da Segunda Edição. In: *O Capital*. Vol I. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- MÉSZÁROS, I. Metodologia e Ideologia. In: *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- NETTO, J. P. "Debate sobre a intervenção de Nobuco Kameyama". In: *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, n. 3. 1989a.
- _____. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *Cadernos Abess*. São Paulo: Cortez, n. 3. 1989b.
- TONET, I. A crise das ciências sociais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 41. 1993.
- _____. O pluralismo metodológico: um falso caminho. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 48. 1995.

NOTAS PARA UM DEBATE ACERCA DA CATEGORIA MOVIMENTO SOCIAL

Clarice Cassab*

RESUMO

O presente artigo pretende iluminar alguns dos desafios atuais na análise do movimento social. Para tanto se recuperou parte do debate travado em torno dessa categoria na produção nacional dos anos 70 e 80 enquanto caminho para elucidar os atuais desafios. Nesse sentido, a parte final desse artigo pretende apresentar, ainda de forma inicial, alguns aspectos que contribuam enquanto instrumentos analíticos para a leitura dos movimentos hoje.

Palavras-chave: Movimento Social, Abordagem teórica.

APRESENTAÇÃO

Movimento social é, ainda hoje, uma categoria em disputa, cuja definição não constitui um consenso entre os diversos autores que discutem sobre a existência ou não de formas de organizações que poderiam ser denominadas de movimentos sociais. Nesse sentido, o presente artigo pretende realizar uma breve síntese do debate travado em torno dessa categoria durante as décadas de 70 e 80, em parte da produção nacional.

A discussão da definição mesma da categoria movimento social, através da recuperação desse debate tem como objetivo tornar possível entender o caráter multidimensional e conflitivo dessa forma específica de ação social. Parte-se, contudo, da perspectiva de que *"todo conceito além de seus aspectos abstratos, gerais, atemporais, é o produto de um momento preciso do conhecimento, o qual reflete por sua vez, um momento preciso do desenvolvimento dos fatos"* (SÉVE, 1980, p. 72).

Sendo assim a intenção será a de recuperar essa produção procurando contextualizá-la de acordo com o momento vivido e buscando elementos que possam contribuir enquanto instrumentos analíticos para o entendimento dessa ação hoje.

Ao recolocar em cena esse debate, propondo instrumentos que auxiliem na compreensão dos movimentos hoje, parte-se fundamentalmente de duas observações:

* Geógrafa. Mestre em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ. - claricecassab@yahoo.com.br

a constatação da ampliação e complexificação dos tecidos associativos e o fato desse trabalho partir da preocupação explícita de valorização dessa forma de organização. Isso porque, embora se defenda a necessidade de rever algumas das categorias no que tange a compreensão do movimento urbano (com o objetivo de identificar os desafios presentes na atualidade), rejeita-se as leituras que negam a existência de movimentos sociais enquanto possibilidade de organização dos trabalhadores e expressão de sua resistência. No entanto, a valorização desse ator não deve ser desacompanhada de uma leitura crítica das suas ações atuais. Por essa razão, compartilha-se da idéia de que tanto as análises que enfatizam de forma vazia o potencial transformador dos movimentos urbanos como as abordagens opostas são insuficientes para compreender a ação desses agentes hoje.

Nesse sentido parece ter razão a leitura de Jacobi (1989) e Sader (1988), que através do estudo dos movimentos urbanos da década de 1970, alertavam para a necessidade de pensar os movimentos a partir de seus momentos e dinâmicas específicas, procurando entendê-los como processos abertos que potencializam diferentes formas de ação coletiva e de interação e/ou negação frente ao modelo vigente.

CONSTRUINDO NOVOS ATORES?

O DEBATE NAS DÉCADAS DE 70 E 80

Até a década de 1970, os estudos sobre os movimentos sociais tinham nas matrizes do populismo e do desenvolvimento suas âncoras principais de análise. De acordo com Silva (1993), na teoria do populismo a sociedade era lida enquanto um conjunto heterogêneo de indivíduos cujo principal objetivo era o de sustentar os pactos políticos existentes – para isso deveria estar intimamente ligado ao Estado. Desse conjunto apenas a função do líder, condutor da massa, era interpretada, sendo desconsiderada a existência de organização coletiva e autônoma. Embora apreciada enquanto ator político, as massas tinham um papel secundário, sendo dominadas por artifícios ideológicos e institucionais de dominação (SILVA, 1993).

A teoria do desenvolvimento irá propor uma outra forma de pensar a sociedade brasileira centrando seu foco nos estudos dos *"desequilíbrios, disfunções e dificuldades de expansão das estruturas produtivas latino-americanas em condições internacionais adversas"* (SILVA, 1993, p. 40).

Sader e Paoli (1986) destacam que a partir dessa perspectiva tornou-se necessário pensar o papel de cada agente social na nova sociedade que emergia. Dentre esses agentes os trabalhadores urbanos são compreendidos a partir de uma imagem de classe social, cujo traço marcante seria seu aspecto de negatividade. Isto é, na leitura da teoria do desenvolvimento, o trabalhador urbano era definido enquanto a representação de um sujeito ausente de identidade social, de política coletiva, desprovido de consciência de classe e sem autonomia de movimentação coletiva.

Quando na década de 1960 essa perspectiva se transfigura em uma teoria da marginalidade torna-se evidente sua impossibilidade em incorporar analiticamente os estudos de grupos populares específicos. Isso se explica, segundo Andréa Martins, pela preocupação exclusiva em sublinhar o plano estrutural de dependência que

estes grupos ocupam em relação aos que dominam a sociedade. Nesse caso, os setores marginais não eram percebidos enquanto atores políticos, mas sim analisados em termos do "lugar que ocupam no processo produtivo" (SILVA, 1993). Contudo, isso não significava que houvesse uma desconsideração quanto à presença social e política dos trabalhadores. Ao contrário, embora fossem percebidos de forma atrasada, despreparada e tradicionalista, sua presença como classe social não era anulada.

Os anos 70 iriam promover uma ruptura com as interpretações acima referidas. A partir dessa década, a reflexão específica sobre a organização das massas urbanas ganhou importância e os movimentos sociais são estudados enquanto atores políticos de destaque na sociedade.

Luis A. Machado Silva afirma que essa análise significou uma ruptura na medida em que "não se tratava mais da falta de lugares definidos nem de massas amorfas: o novo campo temático se construía no reconhecimento de coletividades afirmativas, as camadas populares" (SILVA, 1993, p. 42)

Em alguma medida pode-se afirmar que essa ruptura em relação às teorias acima tratadas se explica pelos acontecimentos deflagrados a partir de 1964 quando, segundo ponderações de Eder Sader e Maria Célia Paoli a derrota dos projetos de democratização através do Estado e, conseqüentemente o reconhecimento dos equívocos quanto à interpretação do caráter progressivamente democrático da modernização, teriam aberto uma fissura no pensamento até então dominante sobre os trabalhadores brasileiros enquanto classe. Na prática, afirmam os autores, "diante do Estado repressor e único intérprete da sociedade, os pesquisadores entenderam que não podiam mais adiar uma concepção política sobre a sociedade, até então reduzida aos parâmetros do espaço do Estado" (SADER e PAOLI, 1986, p. 53).

Para isso muito contribuiu a observação das inúmeras manifestações coletivas que ocorreriam em algumas das cidades brasileiras e em especial Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, ao longo da década de 70. Nesse momento, a literatura rompe com as interpretações que atrelavam o movimento social obrigatoriamente a partidos e/ou sindicatos e os movimentos passam a ser analisados enquanto "novos" sujeitos, de identidade própria, e com potencial organizativo. Mas o que era realmente novo nesses movimentos?

Para os estudos dessa época a novidade dos movimentos estaria na sua suposta autonomia e independência frente às formas tradicionais de organização. Isto é, na constituição de uma outra maneira de organização e de fazer política.

É possível perceber nesse tipo de interpretação uma forte influência dos estudos europeus, e de Touraine em particular no que toca ao aspecto de novo dos movimentos. A novidade dos movimentos que emergiam na Europa de 70, segundo Touraine, consistia no fato de que essas "novas manifestações coletivas" não se configuravam e se organizavam nem como partido e nem como sindicato, até então a forma dominante de organização dos trabalhadores europeus. Sendo assim, o novo estava na contra-posição da forma de organização e luta desses movimentos em relação aos sindicatos operários e partidos que, em alguns dos países europeus como França e Itália, foram uma das formas mais expressivas de organização dos trabalhadores ao longo do século XX e, sobretudo, no pós-guerra. Desse ponto de vista, é possível entender o que Touraine afirmava como novo, já que a novidade estava relacionada ao surgimento de lutas e movimentos diferentes das por ele denominadas "formas tradicionais".

Essa postura é compreendida quando contextualizada frente à produção sociológica da época. Nesse momento, na Europa, a posição dominante dos intelectuais era de negação das explicações marxistas. Por este motivo, salienta Moncayo (2003) "a principal novidade residia em uma mudança de paradigma no discurso habitual da intelectualidade progressista". A construção dessa novidade na literatura europeia se constitui como uma reação às interpretações estruturalistas do marxismo dominante até o final da década de 60. Ou como também afirma Moncayo,

ou mais claramente frente à dogmática stalinista e inclusive leninista. Tratava-se de superar a definição de classes sociais estreitamente ligada à posição nas relações de produção definidas como 'econômicas', para dar lugar a uma interpretação muito mais dinâmica e menos teleológica que considerava porém, em um campo não da necessidade senão da contingência, atores sociais responsáveis por ações coletivas (movimentos) produtoras da sociedade (2003).

Essa ruptura em relação ao discurso sociológico anteriormente dominante se processou a partir da observação do esgotamento das antigas formas de manifestações sociais, cujos principais atores eram os partidos e sindicatos operários, somada a emergência de outras formas de "ações coletivas", aparentemente desvinculada das antigas. Essas manifestações de resistência popular organizada e independente de sindicato e partido, interpretadas como velhas e tradicionais formas de organização social, foram identificadas como *novos movimentos sociais*. Quanto aos países latinos americanos Moncayo (2003) afirma que "a ruptura não teve em princípio o mesmo significado, e chegou tardiamente para reinterpretar movimentos sociais e/ou políticos que desde antes tinham em crise o velho paradigma."

Silva (1993) argumenta que o surgimento dos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil se deu através do casamento de três elementos: o teórico já existente, produzido pelo populismo e pela teoria da marginalidade; a conjuntura política vivenciada (o início do processo de abertura) e o "fragmento da teoria do capitalismo de Estado (que entroniza um novo conceito-chave, os meios de consumo coletivo)". Combinados, esses elementos atestariam a novidade trazida pelos movimentos.

Tendo, portanto, como substrato as reflexões sobre o capitalismo monopolista de Estado e sobre as noções de contradição urbana e de formas tradicionais de organização e luta produzidas na Europa, inúmeros autores brasileiros desenvolveram seus estudos sobre o movimento social, inaugurando uma ampla produção nacional a respeito desse tema.

Elemento chave para a compreensão da produção nacional nesse período, Cardoso (1987) aponta para o fato de que nos estudos europeus, a contradição capital-trabalho é expandida no sentido de abarcar a questão das reivindicações urbanas bem como para acolher os movimentos sociais. Nesse contexto, o conceito de contradição urbana ganha centralidade nas análises produzidas a partir dessa "releitura" do marxismo. A elaboração dessa categoria visava, segundo Doriguetto (2001, p. 70) "caracterizar a ordem social e sua configuração espacial extremamente segregada pela distribuição desigual dos serviços urbanos".

Será esse o conceito fundante das análises que tinham como tese central à idéia de que os movimentos sociais surgiam das demandas por melhorias nas condições de vida (o que refletia em melhorias no acesso aos bens de consumo coletivo).

Sendo assim, "os movimentos, tomados em conjunto, tendiam a transcenderem-se, transformando-se em forças políticas capazes de funcionar como uma espécie de vanguarda da democratização do Estado" (SILVA, 1993, p. 41).

A tese central estaria, portanto, na constituição de um processo político concebido em dois campos distintos: o primeiro seria o próprio movimento social (lugar da liberdade e da autonomia) e o segundo o Estado (local da repressão e do controle e dominação). Nesse caso o processo político era visto enquanto o embate entre esses dois campos cuja consequência seria a destruição de um pelo outro. Ou movimento é engolido pelo Estado e desaparece ou o Estado é destruído pelo movimento social (destino desejado pela grande maioria dos analistas).

Diante dessa análise, o associativismo das classes populares teria fundamental importância, pois ao criarem movimentos sociais urbanos, teriam papel decisivo nos confrontos políticos. Uma vez que a questão do antagonismo de classes é reinterpretada através das classes populares, que incorporava um extenso e variado segmento da população excluída das vantagens de uma sociedade industrial. O resultado desse processo seria a concentração de uma enorme gama de trabalhadores em bairros pobres e carentes de infra-estrutura e serviços e cujo principal inimigo era o Estado (KOWARICK, 1987).

A chave estava, portanto, na identificação das classes populares como uma nova força social em formação que trazia novas formas de participação, no que toca à questão urbana - resultante das contradições criadas pelo capitalismo diante das necessidades de reprodução da força de trabalho. Os movimentos eram pensados através da noção de classe em formação e situados num quadro global de transformação da própria sociedade. Nesses *novos movimentos* estavam depositadas as esperanças de uma promessa de futuro.

Essa leitura da oposição dos movimentos ao Estado pode ser entendida no contexto político em que surgiram essas manifestações populares. É possível pensar que por terem aparecido num Brasil marcado pela repressão e pelo totalitarismo, os movimentos ganharam, por parte de alguns autores, um papel de radicalidade capaz de colocar em xeque o próprio modelo capitalista. Nesse caso, o movimento social se constituiria como "mais uma força social capaz de canalizar transformações que levariam as mudanças na sociedade como um todo". (MARTINS, s.d: 20). Daí a crença no papel revolucionário daqueles movimentos.

Essa leitura foi reforçada quando autores diversos deslocaram seu olhar para os bairros carentes de serviços urbanos e viram aí as possibilidades de alcançarem às transformações pretendidas. Nesse momento, esses autores se voltam para as manifestações populares que ocorriam nos bairros buscando ler nessas manifestações a imagem de uma classe em formação e fundamentalmente antagônica ao Estado, uma classe capaz de romper com o Estado e, em última instância, com o próprio capitalismo.

O resultado dessa leitura foi à atribuição de um papel político revolucionário para os movimentos de bairro. Por essa razão os trabalhos dessa época tinham uma tônica exageradamente otimista, tendo como extremo a dificuldade de perceberem esses movimentos enquanto formas de manifestações próprias da conjuntura de então e que, de alguma forma contribuíram para a constituição de uma nova prática coletiva. Partiam de uma leitura que, segundo Kowarick (1984) "moldava as classes sociais em função de um porvir pré-estabelecido".

É clara a influência das obras de Castells e Lojkin na elaboração nacional acerca dos movimentos. Suas teorias sobre o Estado monopolista europeu, que resultaram no conceito de contradição urbana, foram transplantadas para a realidade brasileira de modo que servissem para a explicação das manifestações coletivas e populares que aconteciam. Como entendê-las, como interpretá-las, como explicá-las? Para isso era preciso recorrer às teorias já existentes que, no entanto, destinavam-se a uma outra realidade histórica e social.

Assim, ao beberem daquela fonte nossos analistas deixaram de lado a preocupação quanto ao estudo do Estado brasileiro, transplantando o conceito de contradição urbana desconsiderando que o mesmo *"foi elaborado a partir da constatação de que o Estado tem um corpo novo nos países avançados, e que suas peculiares relações com a sociedade geram processos políticos específicos"* (CARDOSO, s.d: 5). O resultado foi que o processo das decisões estatais, revelados por Castells e Lojkin como consequência da oligopolização, foi, no Brasil, encarado como centralismo repressivo e autoritário.

Ou seja, o Estado monopolista de Castells e Lojkin se transfigura em Estado autoritário, que, no caso brasileiro era quase sinônimo de governo militar. Ou de acordo com Silva e Ribeiro (1985):

...a questão do papel do Estado frente à acumulação (monopolista) e às novas contradições transformou-se na análise de demandas fundadas nas carências de meios de consumo coletivo; o problema da mudança do sistema de dominação passou a ser olhado sob a ótica da democratização do regime autoritário (e, diga-se de passagem, é neste contexto que aparecem as recorrentes menções à questão da cidadania, não obstante certos esforços isolados [...] de recolocá-la em termos mais amplos) (SILVA e RIBEIRO, 1985, p. 324).

Sabe-se, no entanto que, embora nos dois casos representem Estados fortes, os processos econômicos e os efeitos sobre as políticas públicas são distintos.

A interpretação dos movimentos através do antagonismo com o Estado e enfatizando o seu papel revolucionário gerou, em realidade, análises genéricas que desconsideraram as relações dos movimentos com as estruturas intermediárias do Estado (tais como secretarias, órgão públicos etc). Por outro lado a grande ênfase conferida à autonomia dos movimentos, em relação a outras formas de organização ou forças políticas, desconsiderou a existência e a importância do papel dos mediadores¹. Este tipo de postura analítica irá resultar numa leitura simplista no que tange a cooptação dos movimentos enquanto forma de explicação do "refluxo" vivido após a abertura democrática.

Buscando avançar na interpretação dos movimentos, emergiu na produção nacional, uma segunda corrente de análise, que surgiu fundamentalmente entre meados da década de 1980 e inícios de 90. Nessa vertente, a noção de organização e força social perde centralidade e os movimentos são vistos a partir da interpretação da prática de vários atores.

Procurando romper com uma leitura dos movimentos baseada no estudo das macro-relações, essa nova vertente de interpretação buscou na microesfera de

1 Quanto ao papel dos mediadores ver Jacobi (1989), Nunes (1989) e texto de Ribeiro (1991).

relação o sentido dos movimentos sociais. O foco se desloca das relações econômicas para a criação de identidades em torno da esfera do cotidiano.

Essa abordagem centrava sua crítica na não incorporação, por parte da abordagem anteriormente dominante, da dimensão subjetiva e cultural dos movimentos. Nesse sentido, buscava resgatar o papel do sujeito enquanto protagonista de sua história e com capacidade de intervenção. Para os autores dessa corrente, na abordagem anterior caberia "as classes populares apenas a reação a uma situação, reação à qual é constrangida. Mesmo o sentido dessa reação não se encontra nela mesma, lhe é 'objetivado' e estranho" (NUNES, 1989, p. 71-72).

A tentativa era de mostrar a necessidade de se construir um outro referencial para se entender os movimentos sociais, já que, de acordo com essa interpretação, os conceitos de contradição urbana e reprodução da força de trabalho seriam limitados para compreendê-los. Nesse momento a relação entre organização popular e transformação social deixa de ser analisada enquanto sinônimos e se reconhece à necessidade de explicações que sejam capazes de dar conta da fluidez e das variações que caracterizam os movimentos.

Seria, portanto, no reconhecimento de uma identidade comum entre os indivíduos que os movimentos se organizariam e se manifestariam. A dimensão fundante é a subjetiva e as mudanças profundas geradas por esses movimentos estariam na constituição de uma nova cultura política, a partir do cotidiano. Seu potencial transformador passa a residir na capacidade política de seus atores e nas possibilidades de mudança que podem causar, sendo a dimensão sócio-cultural reveladora desse potencial.

A ênfase no potencial político dos movimentos – como potencialmente revolucionários – se desloca para sua capacidade em "*criar e experimentar formas diferentes de relações cotidianas*" (EVERS, 1984). Ou, como afirma Scheren-Warren (1993), "*em lugar da tomada revolucionária do poder poder-se-ia pensar em transformações culturais substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos*". Para esses autores, os movimentos seriam produtores de uma nova cultura onde se manifestariam práticas democráticas e participativas, com ênfase na comunidade, solidariedade e companheirismo. Todavia, prosseguem, essa "revolução" não seria explícita e imediata. Estaria ocorrendo, como afirma Tilman Evers, nos "*subterrâneos das estruturas de poder*", sendo que jamais se desenvolveria de forma autônoma, vindo a se constituir numa ameaça revolucionária à sociedade.

A valorização da cultura e das relações cotidianas dos movimentos pode ser entendida a partir do momento vivido pelos movimentos. Como salientado anteriormente, esse tipo de interpretação esteve em voga a partir dos anos 80 quando novos processos sociais e políticos se manifestaram no cenário nacional. Nesse momento de democratização outras questões emergiam, exigindo novas respostas, não encontradas nas análises anteriores sobre os movimentos sociais. Assim, as discussões em torno das novas práticas que se abriam entre os movimentos e o Estado, da questão da cidadania e da relação público/privado passaram a ter importância política.

Doimo, Doxsey e Neto (1986) destacam que a democratização, a construção de nova institucionalidade política e a restauração das mediações clássicas do regime democrático puseram em novos termos a relação entre Estado e movimentos.

Os movimentos, portanto, não podem ser compreendidos apenas como a negação do Estado. Foi preciso ampliar a eixo da análise no sentido de dar conta desse novo elemento. Daí o fato desses autores lerem os movimentos a partir *"da renovação dos padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano, penetrando a micro-estrutura da sociedade"* (EVERS, 1984, p. 12). Nesse contexto, as transformações se dão no interior da sociedade, de forma gradual, onde as lutas sociais representam o direito de ser cidadão.

Por essa razão, grande parte da produção nacional que focava os movimentos a partir dessa dimensão acabou por incorporar a discussão sobre cidadania. Dessa concepção resulta uma leitura de sociedade civil, formada por movimentos cujas reivindicações seriam por conquista de direitos e ampliação do espaço de participação política.

Ao considerarem os movimentos sociais através, quase que exclusivamente, dos elementos da subjetividade dos indivíduos, essa interpretação não dá conta de perceber as mobilizações populares a partir da existência de uma concepção classista e de um projeto global de sociedade.

Por essa razão, parecem ter razão àqueles autores que, embora não neguem ou subestimem a relevância e o papel do indivíduo nas manifestações e ações coletivas, vêm nessa concepção de movimento social – voltada para a subjetividade em si como forma de manifestar uma preocupação com o indivíduo, uma visão descolada das condições objetivas que produzem essa subjetividade e os próprios indivíduos.

Tal leitura subestima a presença de contradições e das relações de exploração, que constituem elementos fundamentais na construção do indivíduo e das ações coletivas. Ou seja, sua preocupação em particularizar e individualizar os movimentos não considera que *"a própria subjetividade e individualidade apresentam-se contextualizadas numa teia de relações sociais, em que a grande maioria dos indivíduos encontra-se explorados pela lógica do capital"* (SIQUEIRA, 2003).

Assim é preciso reconhecer que os movimentos podem agir como mediadores na busca de respostas às perguntas do cotidiano, e por essa razão constroem um novo fazer político. No entanto, acredita-se que também é preciso defender a necessidade de se ter objetivos mais amplos que permitam promover uma ruptura com a exploração (importância da organização, de uma visão estratégica, bem como das articulações).

Daí, segundo Jacobi (1988), a necessidade de se historicizarem os movimentos sociais. Isto é, a teoria sobre as contradições traria a contribuição de clarear o terreno objetivo onde emergem os movimentos, enquanto a teoria da ação buscaria elucidar suas trajetórias organizativas e seus impactos sobre os planos sócio-políticos e culturais. Sob essa ótica os movimentos seriam a mediação entre cultura e política.

EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

Ana Clara Torres Ribeiro em trabalho de 1980, afirmava que *"aparentemente, e de forma contraditória, o conceito Movimentos Sociais Urbanos guarda um caráter descritivo acentuado que reduz seu potencial explicativo"*. Sua crítica estava direcionada aos trabalhos das décadas de 70 e 80 cujo caráter excessivamente empírico pouco contribuiu para a constituição de um conceito e uma teoria dos movimentos sociais.

Isso porque, de acordo com Silva e Ziccardi (1979), dentro do conceito movimento social se alojariam *“as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos”*. (SILVA, 1979).

De alguma forma essa fragilidade se estendeu até os dias atuais, uma vez que ainda há pouco consenso entre os autores quanto à legitimidade teórica do conceito movimento social. Sendo assim, embora se rejeite a necessidade de se escolher entre uma ou outra corrente de interpretação, acredita-se ser possível reunir alguns instrumentos analíticos que permitam auxiliar no entendimento dos movimentos sociais.

Propõe-se, ainda de forma inicial e a partir de reflexões recentes, alguns aspectos que contribuiriam no reconhecimento dos elementos que conferem a uma ação coletiva um dinamismo e um caráter próprios e que permitissem compreendê-la a partir da categoria de movimento social.

Dessa forma, parte-se da identidade enquanto um dos elementos para abordagem dos movimentos. O movimento deve se anunciar enquanto tal. Reconhecer esse aspecto permite entender o movimento enquanto uma ação expressa num campo social próprio e imerso em uma rede de relações composta por diferentes outros atores. Por essa razão, ao se propor observar a questão da identidade é no sentido de entender de que forma o movimento se reconhece, (seja a partir de seu discurso ou prática), reconhece os outros atores aos quais se relacionam e de que forma é percebido por esses outros sujeitos.

Desse modo, é possível investigar o movimento através dos elementos que constituem sua cultura política. A noção de cultura política aqui apresentada pretende designar o conjunto de práticas e de valores que, junto a outras dimensões, também compõem o movimento. Sendo assim, essa noção permitiria construir uma grade analítica que procura incorporar alguns daqueles princípios que seriam próprios de cada movimento; tais como: objetivos, estratégias de luta, formas de aliança e de organização, relação base e liderança dentre outros, se configurando enquanto um instrumento de análise.

Reconhecer o movimento enquanto construtor de uma cultura política própria significa entendê-lo enquanto portador de uma prática real que transforma o tecido social. O caráter dessa transformação pode ser questionado enquanto destinada à transformação ou a preservação dos aspectos que organizam a política, a economia, o cotidiano e a cultura. Tal questionamento, no entanto, deve ser entendido a partir da posição que assume o analista e não a partir de leituras que pretendem ver nesse aspecto os supostos limites ou potencialidades do movimento. O esforço analítico, portanto, deve estar em reconhecer o movimento a partir dos elementos de insatisfação que carregam.

Essas insatisfações devem contribuir na articulação de suas bandeiras a outras questões que, permitam pressionar os limites da política formal, bem como disseminar valores novos e humanitários – tais como os de solidariedade, ética, trabalho. Tais valores, presentes ao menos no discurso do movimento, são capazes de transformarem, política e culturalmente, a vida coletiva. Além disso, ao articularem seus objetivos, manifestam de forma pública a existência de contradições no interior do espaço social. Expressam, dessa forma que o problema não se resume à resolução de uma das dimensões dessas contradições.

Todo esse processo apenas é possível a partir da capacidade de organização dos desejos e reivindicações dos indivíduos de forma coletiva. Isto é, através da competência de ordenar um coletivo em torno de uma questão, ou bandeira, comum a todos os membros. Essa bandeira, embora possa ser a mais diversa – terra, moradia, reforma urbana, reforma agrária, emprego etc – é depositária dos anseios de cada membro, construindo um coletivo comum e portador de uma unidade (na medida que todos os seus membros dividem a mesma bandeira), mas heterogêneo (na medida em que é composto por indivíduos particulares com desejos, anseios e projetos distintos). Nesse sentido, se expressa, necessariamente, enquanto uma ação coletiva e não homogênea, que se manifesta no espaço social.

Por fim, é preciso reconhecer essa ação coletiva enquanto portadora de um projeto próprio para o campo social ao qual está absorto (isso independente do juízo que se possa fazer desse projeto). Isto é, em alguma medida e em diferentes graus, essa ação coletiva específica elabora um projeto contendo elementos que configurariam um campo social distinto daquele em que se encontra.²

Os elementos aqui tratados não devem ser compreendidos como uma camisa de força ou um modelo que pretende enquadrar a ação social e retirar do conjunto das manifestações sociais àquelas que seriam “verdadeiros” movimentos. Tão pouco, pretende-se nesse trabalho elaborar ou afirmar a necessidade ou mesmo possibilidade de se produzir uma teoria dos movimentos sociais.

Ao contrário, esse artigo teve o objetivo de desconstruir as leituras que procuram transformar o conceito movimento social num certificado de qualidade capaz de rotular aquelas manifestações que seriam “boas” e, por esse motivo, verdadeiros movimentos.

A intenção não foi a de valorizar uma ou outra manifestação social, apenas se procurou, a partir do resgate do tratamento do tema na produção nacional, produzir algumas reflexões iniciais que contribuam na leitura dos movimentos hoje. E, nesse sentido, enfatizar uma abordagem que procura reconhecer os movimentos enquanto portadores de seus elementos constituintes, imerso nas condições materiais, culturais e políticas próprias à realidade atual e constituído de sujeitos que, na sua prática, reformulam os sentidos e valores do campo social.

Ao recuperar o debate nacional sobre o tema e enumerar alguns instrumentos analíticos que permitiriam reconhecer e compreender esse tipo de manifestação foi com o intuito de recolocar em debate esse tipo específico de organização social, reconhecendo nele uma das muitas formas de resistência, e com isso rejeitando as interpretações que vêm nas atuais transformações do mundo social a sentença do fim dos movimentos enquanto formas organizativas próprias dos trabalhadores.

Reconhece-se, no entanto, a necessidade de se reconstruir os instrumentos de análise na medida em que o mundo social, econômico, político e cultural se transforma e se reorganiza. Por esse motivo, torna-se necessário avançar em relação às leituras dicotômicas que dividiam os movimentos em dois campos distintos. Acredita-

2 Na construção desses instrumentos analíticos foi de fundamental importância o trabalho de Ribeiro (2002) que tem como intuito reconhecer e valorizar algumas das formas espontâneas de manifestações sociais. No entanto, acredita-se ser possível identificar nas propostas da autora alguns instrumentos analíticos que também permitiriam ler o movimento social.

se que hoje o desafio está em, ainda reconhecendo a existência e importância dos movimentos, criar formas de análise e interpretação que sejam capazes de identificarem a existência de uma "dupla natureza" dos movimentos.

Trata-se de formular uma leitura que busca concretizar a união das condições objetivas às condições subjetivas da ação social e com isso reconhecer, de fato, o aspecto relacional entre a dominação política e a construção de sistemas de valores presentes na sociedade. Espera-se ter contribuído nesse sentido.

ABSTRACT

The present article intends to illuminate some of the current challenges in the analysis of the social movement. For in such a way part of the debate stopped in late of this category in the national production of years 70 and 80 recovered while way to elucidate the current challenges. In this direction, the final part of this article intends to present, still of initial form, some aspects that contribute while analytical instruments for the reading of the movements today.

Key-words: Social Movement, theoretical Approach.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Elide Rugai. Para a análise dos movimentos sociais. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1983. n. 13, ano IV.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite, Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 3, p. 27-37, fev. 1987, vol. I.
- _____. Movimentos sociais urbanos; balanço crítico. Sem data. Mimeo.
- DOIMO, Ana Maria, DOXSEY, Jaime R. e NETO, Roberto A. Beling. Os novos movimentos sociais – teoria e prática. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 8-35, 1986.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais; a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 10, p. 24-30, out. 1984.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A teoria dos movimentos sociais em debate. *Libertas*. Juiz de Fora, n. 1, p. 67-84, 2001. Vol. 1.
- EVERS, Tilman. Reprodução da força de trabalho e movimento popular: o caso dos loteamentos clandestinos em São Paulo. In: KOWARICK, Lucio (org). *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. Identidade; a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, n. 4, p. 11-23, 1984. Vol. 2.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas* (demandas por saneamento e saúde). São Paulo: Cortez, 1989.
- KOWARICK, Lucio (org). *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984.
- KOWARICK, Lucio e BONDUKI, Nabil. "Espaço urbano e espaço político." In: KOWARIC, Lucio (org). *São Paulo Passado e Presente*; Lutas sociais e as cidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo; uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 3, p. 38-50, vol. I, fev. 1987.
- MARTINS, Andréa Damacena. *Movimentos sociais: uma discussão acerca da literatura sociológica* (1984-1992). Rio de Janeiro, s.d. 50 p. Dissertação (Mestrado em sociologia) – IUPERJ.
- MOCANYO, Hector León. Los Movimientos sociales entre la condicionalidad y la globalización. <http://club.telepolis.com/movimientos/art>. Consultado em 24 de julho de 2003.

PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais; conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E. et al. *Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara T. Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder. *Revista Temporalis*, Ano II, n. 4, jun-dez2001.

_____. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje* São Paulo, p. 95-121, 1991.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org). *A Aventura antropológica*. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SÈVE, Luvien. *Une introduction à la philosophie marxiste*. Paris: Editions Sociales, 1980.

SILVA, Luis Antonio Machado da. Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais. *Caderno CEAS*, Salvador, n.º 144, p. 39-51, 1993.

SILVA, Luis Antonio Machado da e RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias? *Ciências Sociais Hoje* São Paulo, p. 318-35, 1985.

SILVA, L. A. M. da. e ZICCARDI, A. Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. In: *Anais do III Encontro da ANPOCS*. Belo Horizonte, 1979.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho Siqueira. O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade. www.anped.org.br/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf. Consultado em 24 de julho de 2003.

QUESTÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL: TERMOS INDISSOCIÁVEIS DA CRISE DO MODELO DE URBANIZAÇÃO OCIDENTAL¹

Elizete Menegat*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a face urbana da crise social contemporânea. Neste quadro, consideramos a gênese e o desenvolvimento do modo de urbanização do Ocidente como um todo estruturado entre centro e periferia. Assim, buscamos compreender os processos de urbanização do Brasil e da América Latina como partes indissociáveis da história da urbanização do mundo ocidental. Consideramos, portanto, que a crise social atual alcança a totalidade do Ocidente, muito embora, é na sua periferia que a face mais perversa se apresenta. Aqui, nas fronteiras do Ocidente, interpretamos a segregação crescente dos sem-propriedade em áreas clandestinamente ocupadas do território das metrópoles e grandes cidades como expressão dos limites desta forma e deste conteúdo civilizatório.

Palavras-chave: Civilização ocidental, colonização, urbanização, questão social, território, segregação sócio-espacial, ocupações clandestinas.

Em 1919, em meio à desordem pós-guerra, Paul Valéry escrevia: "Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais". O autor referia-se à finalização dos processos de expansão e apropriação da superfície da Terra, acrescentando,

...toda a terra habitável foi nos dias de hoje reconhecida, demarcada, partilhada entre as nações. A era dos terrenos vagos, dos territórios livres, dos lugares que são de ninguém, portanto, a era da livre expansão, está encerrada (...). O tempo do mundo finito começa (VALÉRY, apud LEFORT, 1996, p. 40).

Este autor referia-se à face, raramente exposta, da crise diretamente relacionada às guerras pela apropriação da superfície da Terra, cujos contornos a cartografia dos

¹ Uma versão deste artigo foi publicada na revista "Cadernos Metrópole".

* Doutora em Planejamento Urbano e Regional, professora visitante da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

séculos XVIII e XIX havia acabado de detalhar, na totalidade. O Ocidente moderno completava, naqueles séculos, o conhecimento sobre a configuração terrestre concreta, bem como alcançava domínio sobre as técnicas de representação planimétrica da superfície global o que lhe conferia um poder inigualável para definir estratégias também globais de dominação. O mapa *mundi* representava, pela primeira vez, a realidade da superfície terrestre como totalidade concretamente finita, como continente definitivamente limitado. Com isso, encerrava-se o tempo das imaginações mitológicas fecundas sobre a natureza da forma da Terra. Estava definitivamente encerrada a jornada histórica de dispersão do homem sobre regiões desconhecidas da superfície da Terra, cuja extensão algumas vezes pareceu-lhe ilimitada para acomodar, indefinidamente, todos os seus descendentes.

Chateaubriand, que escreveu em 1841, portanto antes de Valéry, já expressava sentimentos de finitude do *tempo* e do *mundo* que contrastavam profundamente com a crença iluminista assentada nas possibilidades ilimitadas do progresso material e na reversibilidade permanente do espaço. Neste trecho, que parece tão atual, este autor refere-se àqueles que, uma vez desenraizados, já não têm lugar em *um globo por toda parte esquadrihado*,

...como achar lugar numa terra ampliada pela potência de ubiqüidade e reduzida às proporções de um globo por toda parte esquadrihado? Não restaria senão pedir à ciência o meio de mudar de planeta (CHATEAUBRIAND, apud LEFORT, 1996, p. 36).

À aparência de desordem presenciada no nível da superfície, corresponde uma ordem poderosa de apropriação dos recursos existentes sobre a face da terra que não deixa dúvidas quanto à sua perversidade. O *esquadrihamento* do globo produz legiões de *sem-lugar*. Diante da impotência, o autor ironicamente propôs – há 160 anos atrás – a evasão do planeta!

Interessa recordar que, à época em que Chateaubriand escreve, o Ocidente ainda está sob o efeito recente, não apenas da revolução industrial, mas, também, e de maneira indissociável, da revolução urbana que, paulatina e impiedosamente, instituiu uma nova ordem jurídico-política baseada na propriedade pública e privada, nos campos e nas cidades. O *esquadrihamento* das terras pela propriedade privada – e não a industrialização – é causa imediata do desenraizamento de milhões de camponeses europeus que, no século XVIII ainda viviam sob formas comunais de apropriação. Robert Castel (1998) assinala com eloqüência que, após serem violentamente arrancados do lugar que habitavam, as marchas de famintos eram vistas pelas estradas a caminho das cidades. Uma vez destituídos dos meios de vida, buscavam ingresso no meio urbano onde eram condenados a vender sua força de trabalho em troca da sobrevivência em condições miseráveis. Amontoados em bairros segregados, habitando espaços mínimos e insalubres, foram interpretados como o *outro*, o inculto e incivilizado cuja presença representava uma ameaça, sem precedentes, à ordem: “É preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo” (BURET, apud CASTEL, 1998, p. 30).

Como relatou Marx no capítulo XXIV de *O Capital*, os remédios aplicados variaram desde a imposição de uma regulamentação rígida do comportamento visando

a ordem pública, até o extermínio físico e a deportação do excedente populacional em grandes levas para as Américas. As emigrações em massa de europeus em direção ao continente americano, iniciadas no século XVIII e intensificadas ao longo de todo o XIX, ilustram bem uma dada face da articulação centro-periferia na resolução de tensões sociais motivadas pelo excedente populacional no período em que a regulamentação da propriedade privada estendia-se nos países centrais.

Como sabemos, o ingresso de imigrantes ocorria ao custo do desenraizamento e extermínio da população americana nativa e mestiça. No Brasil, o massacre dos camponeses pobres de Canudos em 1889, coincidiu, praticamente, com o programa de assentamento, em pequenas propriedades rurais, de milhares de imigrantes europeus no Sul do Brasil. O crescimento interno dos *destituídos de propriedade*, dos *sem-lugar num mundo esquadrihado* pela propriedade privada é um fenômeno que se estende do centro para a periferia e ganha permanência nas entranhas do Ocidente moderno.

No prefácio de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito em 1845, Engels sugere a utilização dos seguintes termos como sinônimos: *classe não proprietária*, classe operária, trabalhadores e proletários. Engels refere-se a dificuldades reais de classificação da novidade representada pelo fenômeno de ingresso em massa dos camponeses pobres e livres nas cidades do Ocidente. O autor sugere defini-los como *classe operária* sempre que se refere à posição que ocupam na divisão social do trabalho; e os denomina *classe não-proprietária*, quando seu olhar dirige-se à posição que ocupam na divisão do espaço social (ENGELS, 1985).

Ao recriar a propriedade privada, o proprietário moderno criou o seu *outro*, o *sem-propriedade*. Este fato, poucas vezes lembrado, encontra-se instalado no coração da noção moderna de ordem e desordem. Na antiguidade clássica prevaleceu a situação em que o *outro*, o bárbaro, encontrava-se fora dos limites territoriais da civilização. Fora, portanto, dos limites do Ocidente, o que queria dizer, fora do espaço social estruturado em propriedades públicas e privadas, urbanas e rurais. O bárbaro capturado tornava-se escravo e, nesta condição jurídica era-lhe assegurada a sua reprodução - mesmo que indignadamente - na propriedade do senhor. Eternamente removido de terras privadas e públicas, no campo e na cidade, o *sem-propriedade* moderno não encontra lugar definitivo no espaço do Ocidente.

Berman (1986) considera que, na modernidade, inauguraram-se formas novas de viver e experimentar o espaço e o tempo. Podemos acrescentar que esta experiência alcança de maneira muito diferente a *classe dos proprietários* e a *classe dos sem-propriedade*. A modernidade impõe, para a maioria, a experiência terrível de desenraizamento permanente - ou de remoção, para empregar um termo técnico oriundo do campo do planejamento urbano.

QUESTÃO SOCIAL E CRISE NAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS

A expansão do fenômeno da segregação sócio-espacial, observado nas metrópoles e grandes centros urbanos, deve ser analisada como face indissociável da crise econômica, política, cultural e religiosa que atravessa a sociedade ocidental como um todo. Certamente, esta crise geral adquiriu grande visibilidade nas cidades,

onde, em média, 80% da população dos países ocidentais está concentrada. No entanto, a crise não é específica da ordem urbana, não está inscrita apenas nos limites das cidades. Pelo contrário, a crise atual diz respeito ao esgotamento do modelo de relações historicamente estabelecidas no Ocidente entre homem e natureza, entre propriedade pública e privada, entre campo e cidade, entre civilização e barbárie. É apenas para fins analíticos que podemos separar a crise urbana atual da crise geral da civilização. A natureza da crise alcança os conteúdos estruturados da atividade social – as atividades econômicas, políticas, culturais e religiosas – e, indissociavelmente, as formas estruturadas de apropriação territorial – o público e o privado, o urbano e o rural. Trata-se de uma crise do sujeito social e da sua objetividade: desordem e instabilidade, então, que se estendem à totalidade dos *domínios da vida*.

Conforme vimos, os processos de segregação sócio-espacial encontram-se estruturados desde a aurora da modernidade e, de tempos em tempos, vemos emergir movimentos que indicam o seu agravamento. Pode-se dizer que a origem deste sintoma da crise urbana encontra-se na própria origem da modernidade. O fenômeno da segregação sócio-espacial é intrínseco à modernidade, desenvolve-se com a modernidade e agrava-se nos anos 70.

Conforme Harvey (1989) a crise do *nosso tempo* tem origens imediatas na inflexão do capitalismo ocorrida nos meados dos anos 70. A partir de então, segundo o autor, toda experiência social deve ser interpretada como experiência de viver em crise. Por um lado este ápice encontra-se associado a mudanças nos conteúdos político, econômico, cultural e religioso e, por outro, coincide com mudanças nas representações do espaço e do tempo motivadas, sobretudo, pelo movimento vertiginoso e irreversível de "urbanização completa da sociedade ocidental" (LÉFÈBVRE, 1983).

Já no final dos anos 60, a tendência à urbanização completa da sociedade, então em curso, foi reconhecida como fato absolutamente novo na história da civilização ocidental. Conforme Lefebvre (1983), desde então, o futuro da cidade e, portanto, da civilização ocidental, pode ser considerado *uma caixa preta*: não podemos mais imaginar o seu vir-a-ser. É nesse sentido, também, que se pode falar de um "esgotamento das energias utópicas" (HABERMAS, 1987).

Nos anos 70 entram em cena: o neo-liberalismo (ideário que busca combinar o máximo de liberalismo econômico com o mínimo de democracia política), a flexibilização do modelo de produção industrial, o aprofundamento das tecnologias de informação e comunicação, mudanças na forma da família tradicional e o declínio irreversível do catolicismo e de valores morais e éticos.

Indissociavelmente, no período assinalado, ocorreram mudanças na estrutura do espaço social do Ocidente moderno como um todo: ao crescimento demográfico correspondeu a aceleração da tendência de urbanização completa da sociedade. Ocorreu um processo de deslocamento das fronteiras tradicionalmente existentes entre o urbano e o rural e entre o público e o privado.

No meio acadêmico bem como nos *mass media*, tornou-se comum, a partir dos anos 60 e, principalmente, dos 70, o uso de expressões tais como "crise urbana", "desordem urbana", "caos urbano" e "problemática urbana" para expressar sintomas da nova fase do desordenamento de objetos, atividades e homens verificado na extensão urbana do espaço social.

Na década de 70, o jornalismo iniciou a inclusão de encartes especiais destinados à publicidade da face cotidiana da crise urbana assimilada à desordem, instabilidade, insegurança, miséria e violência sangrenta a que encontravam-se submetidos os moradores das grandes cidades². Desde então, matérias diárias passaram a veicular imagens e dados quantitativos sobre a escalada crescente da degradação da vida em todas as metrópoles e grandes cidades, sobretudo nas áreas de moradia dos mais pobres, nos países ocidentais periféricos.

Nesses tempos, tornou-se comum o emprego das palavras bárbaro e barbárie para expressar sintomas da gravidade desta crise irremediavelmente instalada na estrutura do espaço urbano como um todo.

As crônicas desses tempos necessitam do recurso destes vocábulos para explicar a qualidade dos fatos que estão sendo descritos. Na medida que a violência, por exemplo, tem se tornado endêmica em tempos de paz [...] ela acaba trazendo à tona a natureza cruel das relações sociais, deixando a todos desarmados diante da constatação de que um tal mundo esteve sendo, este tempo todo, cuidadosamente incubado, não mais em suas margens, mas nos próprios porões da civilização (Menegat, 2003, p. 10).

O crescimento constante da violência urbana ao longo dos últimos 30 anos é, sem dúvida, um indicador eloqüente da gravidade das circunstâncias nas quais estamos mergulhados. Desde a última década, nas grandes e médias cidades brasileiras, nos "habitamos" a estancar o ouvido para os estampidos de armas potentes usadas na guerra incessantemente travada, logo ali, não distante das nossas janelas. Tratam-se de tiros de armas reais que, quase sempre, partem de regiões bem delimitadas do território da cidade: as favelas, ou outro nome que se queira dar às regiões clandestinamente ocupadas do território da cidade, onde se concentram os desprovidos da propriedade privada da terra e de meios indispensáveis à reprodução da vida urbana; onde concentram-se, podemos dizer assim, os *sem-propriedade*³. São tiros disparados ora por agentes do Estado, ora por garotos negros – ou quase brancos, como disse o poeta – com idade aproximada de 20 anos para os quais a venda de drogas traficadas tornou-se, tragicamente, sua única garantia de sobrevivência e, portanto, de permanência nos territórios das favelas. Sobrevivência em termos pois, raramente estes jovens alcançam 30 anos!⁴

Na verdade, boa parte desta geração de jovens pobres é descendente direta – filhos e netos – dos milhões de brasileiros que, entre as décadas de 70 e 80, penetraram nas metrópoles e grandes cidades depois de perderem o lugar que

2 Odon Pereira, jornalista da Folha de São Paulo durante os anos 1969-1983, é considerado o criador do enfoque de reportagens sobre problemas urbanos na mídia brasileira. Inicialmente denominada *Cidades*, esta editoria circula atualmente, neste jornal, sob o nome *Cotidiano*. Questões urbanas foram sua inclinação. *Jornal Folha de São Paulo*, 16 nov. 2001.

3 Na escolha do termo *sem-propriedade*, encontramos possibilidades de vincular a sua origem à própria origem da forma privada de propriedade da terra e dos meios de vida. Assim, pode-se comparar os *sem-propriedade* em qualquer época da sua longa trajetória no Ocidente.

4 Nos últimos 20 anos, no Brasil, ocorrem, em média 30 mil homicídios por ano. Estima-se que 70% deste total de mortes corresponda a jovens urbanos com idade entre 15 e 25 anos (PAIXÃO, 2003).

ocupavam no campo. Tratam-se de milhões de migrantes que, em geral, deixaram o campo, onde viviam na condição de posseiros - *sem-propriedade* - e vieram estabelecer-se na condição de *sem-propriedade* na cidade. Aqui, obrigaram-se a ocupar clandestinamente a terra urbana, a produzir coletivamente o espaço de moradia e a resistir às remoções implícitas ou explícitas.

A favela é a forma de viver do *outro* na grande cidade. A partir de formas coletivas de apropriação da terra, os *sem-propriedade* geraram uma forma-conteúdo própria de viver. Sua trama espacial interna resultou necessariamente distinta da tradicional representação geométrica das cidades ocidentais. A forma de apropriação que estabelecem resulta de acordos que os moradores realizam entre si e não de acordos realizados com o Estado.

As regiões clandestinamente ocupadas do território da cidade têm uma ordem interna claramente distinta da ordem urbana tradicional. Tanto na criação do plano da ocupação da superfície quanto do volume gerado, a forma espacial da favela difere essencialmente da forma urbana historicamente hegemônica da cidade ocidental.

A violência urbana indica que a geração atual de jovens pobres já não encontra mais lugar para morar nas metrópoles, nem dentro e nem fora das favelas. A problemática não se restringe ao conteúdo econômico dado pela recessão, pela reestruturação produtiva e pela falta de empregos. É a configuração hegemônica ordenada pelo tradicional modo público-privado de propriedade que não pode conter o novo conteúdo social: *o vaso quebrou*.

Em outras palavras, nas metrópoles, a reprodução dos *sem-propriedade* vem sendo inviabilizada. Este parece ser o elemento essencial da crise: o futuro é absolutamente negado para uma parcela cada vez maior de jovens pobres das cidades. Na medida em que a reprodução da vida encontra-se ameaçada em determinadas porções de seu território, o futuro da metrópole torna-se incerto para todos. As tensões sociais são crescentemente mais amplas e radicais.

As recentes mobilizações dos *sem-propriedade* - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra -, em várias capitais do país, trazem à tona elementos para a análise desta face pouco explorada da crise atual: a face associada às formas históricas de apropriação do território e, portanto, do modelo de estruturação do espaço que foi adotado ao longo do processo de colonização do Brasil.

Ao contrário dos seus antepassados que, até a década de 70, concentravam-se predominantemente no campo, os *sem-propriedade* de hoje encontram-se concentrados no interior das metrópoles e grandes centros urbanos. Como foi divulgado recentemente nos jornais, a organização dos *sem-teto* é formada pelo excedente populacional de densas favelas⁵.

As favelas que se fixaram em lugares próximos de fontes de emprego e renda e que, nos últimos 20 anos, conquistaram certos serviços e equipamentos urbanos prestados pela rede pública, vivem uma situação limite de adensamento⁶. O destino

5 "Lema do grupo é ocupar, resistir e construir", *Jornal Folha de São Paulo*, 27, jul, 2003.

6 A elevada densidade das favelas pode ser observadas, por exemplo, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. A Maré reúne 132.000 habitantes. Enquanto o município do Rio de Janeiro apresenta, em média, 328 hab/Km², a Maré apresenta uma densidade de 21.400 hab/Km²! Censo Maré 2000, Centro de Educação e Ações Solidárias da Maré (CEASM), 2000.

do excedente populacional gerado pelo crescimento demográfico nestas favelas tem sido novas favelas, formadas a partir da ocupação clandestina de regiões periféricas cada vez mais distantes. No entanto, o afastamento dos centros geradores de renda condena este excedente à imobilidade espacial, pelo elevado custo do transporte e o elevado tempo necessário para o deslocamento habitação-trabalho⁷. Por outro lado, a situação jurídica irregular das regiões clandestinamente ocupadas impede o acesso direto à rede pública de atendimento de serviços urbanos.

Neste caso, observam-se novas e extensas regiões relativamente homogêneas, onde a renda familiar oscila entre zero e um salário mínimo: "aqui você anda e anda e não é capaz de juntar um real. Têm muita criança que não é registrada e quando morre é enterrada no quintal mesmo. O vizinho faz de conta que não viu porque ele já viveu a mesma situação"⁸. Sem acesso aos meios necessários à vida urbana, os moradores das novas periferias metropolitanas aguardam a sorte de serem incluídos em programas de assistência social do Estado ou das Igrejas Evangélicas.

Na cidade de São Paulo, 5,5 milhões de pessoas vivem, atualmente, em territórios clandestina ou irregularmente ocupados. Isto é, os *sem-propriedade* constituem, hoje, 50% dos habitantes e ocupam apenas 17% da totalidade do território desta cidade. Dito de outra maneira, a outra metade dos habitantes ocupa 83% do território urbano⁹.

O número dos *sem-propriedade* que vivem segregados em territórios clandestinamente ocupados, cresceu, na última década, não apenas em São Paulo mas, em todas as metrópoles, e em todas as grandes e médias cidades brasileiras. Trata-se de um fenômeno generalizado, que alcança, tendencial e irreversivelmente, a totalidade do espaço urbano brasileiro.

Este dado ilustra que as reflexões sobre a questão social contemporânea, se desejam alcançar concreticidade, devem considerar o significado profundo, para a sociedade como um todo, das mudanças, em curso, nas formas de apropriação do território.

Por outro lado, o fenômeno não se restringe às metrópoles e grandes centros urbanos brasileiros. Cidades como Buenos Aires, La Paz, Lima, Bogotá e México, por exemplo, igualmente enfrentam a problemática do crescimento interno dos *sem-propriedade* concentrados em terrenos clandestinamente ocupados. Conforme dados da ONU-Habitat, em média, 31,9% dos habitantes da América Latina e Caribe vivem em "bairros marginais". Este percentual cresceu por 6,2% na Europa, nos últimos anos¹⁰.

Não só as favelas brasileiras mas, também, os guetos negros das cidades americanas e os conjuntos habitacionais na *banlieue* francesa são exemplos da tendência ao crescimento dos *sem-propriedade* nas cidades ocidentais. Nos países centrais, os *sem-propriedade* ocupam edifícios velhos e degradados (WACQUANT, 1995). Na América Latina, formam favelas em áreas novas da periferia. É, todavia, aqui, nas metrópoles da periferia do mundo ocidental que esta crise adquire sua

7 Ver a matéria "Tarifa alta cria os excluídos do transporte", *Jornal Folha de São Paulo*, 5 de out., 2003.

8 Depoimento, dado à autora, em julho de 2002, por um morador de uma área clandestinamente ocupada na periferia do município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

9 Ver, "Metade de São Paulo mora irregularmente". *Jornal Folha de São Paulo*, 4 de jul., 2000.

10 "Número de faveladas dobra em sete anos e chega a 1 bilhão". *Jornal do Brasil*, 7 de out., 2003. "Uma bomba relógio: Relatório da ONU prevê que dois bilhões de pessoas viverão em favelas em 2030". *Jornal O Globo*, 7 de out., 2003.

face mais perversa, submetendo gigantescas massas de pobres e miseráveis à incerteza, à aleatoriedade e à possibilidade de extermínio.

O dilema dos *sem-propriedade* tem raízes profundas não apenas na gênese e estruturação do modelo hegemônico de produção da riqueza social mas, indissociavelmente, na gênese e estruturação do modelo correlato de apropriação que se tornou hegemônico no mundo ocidental. Medidas voltadas à retomada do crescimento econômico e à diminuição do desemprego não representam, necessariamente, o enfrentamento da questão social pois, impõe o enfrentamento simultâneo da questão da segregação sócio-espacial.

A partir dos anos 70 e até os dias de hoje, vivemos o aprofundamento continuado das desigualdades sócio-espaciais, isto é, do crescimento dos *sem-propriedade* em territórios clandestinamente ocupados da cidade, da consolidação de descontinuidades na malha urbana tradicional e da produção de um novo tecido nas periferias.

Observando, no presente, a estrutura espacial de megalópoles do ocidente periférico, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, indagamos: como a segregação sócio-espacial chegou a esse ponto? Onde buscar fios condutores para compreender a criação deste modo desigual de apropriação dos recursos urbanos que impõe, tendencialmente, para a maioria, formas ilegais e clandestinas de sobrevivência na cidade?

A COLONIZAÇÃO PERMANENTE: VELHAS E NOVAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

A reificação, esta face da alienação, obstaculiza a leitura da gênese estruturada da cidade. As formas fenomênicas das metrópoles brasileiras – mais do que as demais cidades – escondem/revelam a essência do aparentemente enigmático processo de apropriação do território nacional historicamente estruturado pelo colonizador europeu. A emergência da questão social encontra-se associada ao modo de colonização do território brasileiro.

Ao modo privado de apropriação da terra, o colonizador ocidental associou o modo escravista de produção de excedentes regionais voltados para o mercado externo. O processo de acumulação tendeu realizar-se de forma desigualmente repartida entre o território colonizado e a metrópole colonizadora.

Das nove cidades que durante os anos 70 foram instituídas como metrópoles, oito foram criadas no período colonial¹¹: Belém (1616: cidade), Fortaleza (1726: vila; 1823: cidade), Recife (1709: vila; 1823: cidade), Salvador (1549: cidade), Rio de Janeiro (1565: cidade), São Paulo (1558: vila; 1711: cidade), Curitiba (1693: vila) e Porto Alegre (1808: vila; 1822: cidade)¹².

Das 17 novas Regiões Metropolitanas, criadas nos anos 90¹³, os seguintes núcleos foram fundados no período colonial: São Luís (1612:cidade); Natal (1599:vila);

11 Apenas Belo Horizonte foi criada no final do séc. XIX.

12 Azevedo, 1992.

13 As novas regiões metropolitanas instituídas por decreto federal, no período entre 1995 e 2002, são: Maceió (AL), Brasília (DF), Vitória (ES), Goiânia (GO), São Luís (MA), Ipatinga (MG), Londrina (PR), Maringá (PR), Natal (RN), Florianópolis (SC), Blumenau (SC), Joinville (SC), Itajaí (SC), Criciúma (SC), Tubarão (SC), Santos (SP) e Campinas (SP).

Maceió (1815: vila); Vitória (1551: vila); Campinas (1727: vila); Santos (1545: vila); Florianópolis (1726: vila). Tratam-se de vilas e cidades esquadrihadas, à época, pelo colonizador europeu sobre o terreno da tribo indígena, agora – e para sempre – desmantelada. Esta é a gênese da cidade brasileira, o seu princípio, o marco zero. Beneficiando-se da base riquíssima de conhecimentos sobre o território acumulados pelos índios ao longo de alguns milhares de anos, o colonizador estampou a cidade e estruturou o seu modelo civilizatório.

As cidades criadas no período colonial sediaram o sujeito político concreto (o conjunto de famílias, de fidalgos e de congregações religiosas) que iniciou, em nome do rei, a colonização do território brasileiro, isto é, a apropriação particular da terra (com caráter hereditário) indissociavelmente ligada ao projeto de produção – com o uso da força de trabalho escravizada – de excedentes econômicos voltados para atender demandas de acumulação do centro (o açúcar, o ouro, o café)¹⁴. Estas cidades são capitais regionais – cabeças – que reuniram as condições necessárias para sediar o sujeito político que comandou o processo de apropriação territorial bem como, de produção e repartição do excedente. Ao final do período colonial estas “capitais” já estruturavam, em redes regionais, articulações complexas entre o urbano e o rural e entre o centro e a periferia do mundo ocidental.

A consolidação das velhas metrópoles encontra-se associada ao processo de incorporação, ao sistema produtivo do mundo ocidental, de terras e capitais da faixa litorânea (Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e muito parcialmente a Norte).

A institucionalização das novas metrópoles a partir de meados dos anos 90 encontra-se, muito provavelmente, associada ao processo de incorporação, ao mercado, do estoque de terras das regiões Norte e Centro-Oeste, ocorrido ao longo dos últimos 30 anos. É importante lembrar que a produção das condições necessárias para incorporar esta enorme extensão territorial (que podemos denominar de a última fronteira) constituiu parte importante do projeto da ditadura militar na década de 70.

Neste período, ocorreu um notável crescimento econômico acompanhado de uma igualmente notável concentração da renda e da propriedade privada. Ao longo dos anos 70 e 80, observamos o aprofundamento do processo de apropriação privada de terras devolutas e de reservas indígenas em nome da produção agrícola e agro-industrial (*agribusiness*) predominantemente destinada ao mercado internacional (Ianni, 1981). Este processo inviabilizou a permanência, no campo, de milhões que viviam na condição de *sem-propriedade*, como posseiros e meeiros. Foram violentamente expulsos pelo sistema de grilagem e outros mecanismos como a abertura de estradas que rasgavam os eixos pelos quais a apropriação privada da nova fronteira ganhava terreno.

Sob o signo da integração territorial, vastas estradas abriam o acesso para a grilagem de terras por poderosos grupos econômicos oriundos das regiões sul, sudeste e nordeste provocando expulsão e morte (IANNI, 1981). Também foram absorvidas vastas áreas de reserva florestal com danos irreversíveis ao meio ambiente, ao clima e a biodiversidade.

Nas últimas duas décadas, os frutos da “integração nacional” começaram a ser colhidos. Nos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, nos novos “latifúndios produtivos”

14 FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil.

do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Tocantins, do noroeste de São Paulo e do Paraná, do norte do Espírito Santo, despontam fazendas de gado e a moderna agroindústria da soja, do algodão, da cana-de-açúcar, da celulose. Na região do minifúndio do oeste de Santa Catarina ganham dinamismo a agroindústria vinculada à criação de aves e suínos e, no litoral deste estado, o desenvolvimento da mineração de carvão. Na Região Norte do país, avançam as áreas de criação de gado e a mineração. Estes são basicamente, os novos setores produtivos responsáveis pelo *superavit* da balança comercial do país. Trata-se, portanto, de uma produção intensiva, altamente lucrativa e voltada para a exportação. O *agrobusiness* desenvolvido nas duas últimas décadas vem situando o Brasil entre os maiores produtores e exportadores mundiais de carne, soja, celulose, açúcar e café, por exemplo.

A incorporação ao sistema produtivo das terras adormecidas da última fronteira - o Cerrado e a Amazônia - vem se realizando através de uma verdadeira reedição atualizada da tradição de colonização. A apropriação privada de imensas glebas por grupos empresariais do sul, sudeste, nordeste e do exterior do país, encontra-se indissociavelmente ligada ao projeto de produção agroindustrial em escala intensiva alcançada com o uso das mais modernas técnicas de cultivo e transformação do produto. Contudo, em unidades produtivas no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Pará e no Espírito Santo observa-se (vergonhosamente) o uso de trabalho escravo e de mão-de-obra infantil em proporções significativas.

É preciso relembrar que essas terras não se encontravam "vazias" mas, ocupadas por uma numerosa população de posseiros que, foram expulsos perdendo, assim, seus tradicionais meios de vida. Ao processo recente de colonização das fronteiras norte e centro-oeste do território encontra-se indissociavelmente ligado o processo de intensa urbanização.

Atualmente, 70% da população amazônica vivem em núcleos urbanos. Em 1970, esse número representava 35% do total. Passou a 44% na década de 80 e a 58% em 1991. A professora Bertha Becker, da UFPA, acredita que esse aumento considerável foi impulsionado, na década de 70, pela mobilidade populacional da mão-de-obra para a abertura de fazendas e, depois, complementada pelo forte processo de municipalização¹⁵.

Definitivamente, não podemos dissociar a decisão política de instituição das novas regiões metropolitanas do intenso processo de municipalização em curso, não apenas nas terras da Amazônia mas, igualmente, em Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.¹⁶ Está em curso um novo movimento de colonização. É o movimento atual de municipalização encontra-se, muito possivelmente, associado a este movimento contraditório de desconcentração dos capitais do sul, do sudeste e do nordeste em direção ao norte e ao centro-oeste.

Neste sentido, acreditamos na hipótese de que, em sua maioria, as novas metrópoles indicam a região de origem do sujeito, isto é, do proprietário dos investimentos que estão sendo aplicados no processo de colonização recente das

¹⁵ <http://www.unb.br/acs/acsw eb/>

¹⁶ Em 1950, haviam 1890 municípios no Brasil. Em 2000, 5.400 municípios. Em meio século o número de municípios quase triplicou.

fronteiras norte e oeste do território nacional. Indicam, portanto, indissociavelmente, o lugar prioritário para onde deverão retornar os resultados altamente lucrativos obtidos com as novas atividades. Indicam então, o lugar onde deverá ocorrer o novo processo de acumulação, de concentração de população, de serviços, de riqueza e de pobreza. O leste catarinense, o norte do Paraná, Campinas, Goiás, Distrito Federal, a região do Vale do Aço e Vitória são as regiões do território nacional onde estão as novas metrópoles aptas a absorver a maior parte do retorno dos investimentos do agronegócio.

Na sua maioria, as novas metrópoles constituem-se como novas capitais aptas a comandar os negócios públicos e privados necessários à realização do excedente da agroindústria do centro-oeste. São os novos centros de serviços e negócios, acalentados pela cultura dos rodeios e da música sertaneja interiorana.

O fenômeno que deflagrou a questão urbana, foi o ingresso em massa dos *sem-propriedade* expulsos do campo e que, sem outra alternativa, passaram a viver e a se reproduzir sob a condição de *sem-propriedade* nas metrópoles e nas grandes e médias cidades. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, em 1951 os *sem-propriedade* constituíam 3,9% do total da população da cidade. Em 1979, esta proporção cresceu para 13,6%. No final da década de 90, alcançou cerca de 28%.

Nas três últimas décadas, as metrópoles brasileiras receberam grandes legiões de *sem-propriedade*. É importante recordar que, ao longo das décadas de 70 e 80, 27 milhões de brasileiros migraram do campo em direção às cidades¹⁷. Este foi considerado o maior fluxo migratório do planeta, no período. Segundo dados do IBGE, em 1950, o percentual de urbanização da população brasileira era 36,2%; em 1980, alcançava 67,6% e, em 2000, chegou a 81,3%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MODELO OCIDENTAL DE URBANIZAÇÃO PRODUZ OS SEM-PROPRIEDADE

A propriedade privada nasceu no oriente, na antiguidade, mas, lá, jamais alcançou predomínio sobre formas coletivas de apropriação do espaço social. É apenas no ocidente, que se tornou forma dominante de apropriação do território e lugar da acumulação da riqueza socialmente produzida. No antigo ocidente greco-romano foi inventada a forma geométrica, precisa, de delimitação do terreno e a definição jurídica e social correspondente da propriedade privada, legitimando, também, a escravidão.

A nova ordem urbana que gradativamente se consolida e ganha unidade, emerge do empreendimento de colonização que, para se fazer, destrói a territorialidade do *outro*.

Onde era a aldeia, o território de propriedade coletiva de pastores e agricultores que viviam, no litoral mediterrâneo, o colonizador grego comandou a implantação do *logos* da propriedade pública e privada, unidades de formação da pólis.¹⁸ A diversidade das formas de aldeias neolíticas, de modos de vida, de

¹⁷ Em 1970, o Brasil possuía 90 milhões de habitantes.

¹⁸ Na antiguidade, a obra de colonização do Ocidente iniciada, pelos gregos, no litoral, foi continuada pelos romanos que, entre os séc. III aC e II dC a estenderam para o interior do continente europeu até os rios Danúbio e Elba.

línguas encontradas foi arrasada em nome da isotopia, da homogeneização espacial e social trazidas pela polis.

É com a violência das armas que os cidadãos gregos da antiguidade separam em propriedades privadas o território de propriedade coletiva das tribos do Mediterrâneo.¹⁹ Este ato cria, indissociavelmente, as figuras sociais do proprietário e do *sem-propriedade*. A partir de então, cada um irá ocupar um lugar distinto no espaço social ao qual corresponde um lugar igualmente distinto na produção da vida social. Os proprietários reservam para si a atividade de comando (*arché*), e, para os *sem-propriedade*, reservam o trabalho de produção direta de todo o excedente social, na cidade e no campo.

De agora em diante, contraditoriamente, a reprodução da civilização dependerá de ambos, do escravo e do cidadão. Ao cidadão caberá a esfera da práxis que cria o projeto (que reúne o passado e o futuro) e, ao escravo, caberá o trabalho comandado no sentido da edificação e da produção direta do objeto (a pura presentificação). O cidadão destina para si a atividade intelectual e a desenvolve como uma força produtiva.

Embora a materialização do projeto seja parte indissociável da obra criada, o escravo jamais será reconhecido como criador. O escravo jamais será reconhecido como sujeito, mas, considerado objeto: um *instrumentum vocale* - um instrumento com voz - como o denominaram os romanos. Objeto entre os demais objetos produzidos pela civilização ocidental

Os cantos de Homero e os hinos de Rigveda datam da época da dominação territorial e dos lugares fortificados, quando uma belicosa nação de senhores se estabeleceu sobre a massa dos autóctones vencidos. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 27).

Essa configuração sócio-espacial contraditória que singularizou a civilização ocidental apresenta enraizamento profundo: sua estrutura essencial adquiriu permanência, apesar da descontinuidade representada pela ruína do Império Romano. Mesmo depois da experiência do modo feudal de propriedade que sucedeu o mundo urbanizado da antiguidade greco-romana, tal qual um esqueleto do qual o ocidente parece não se desvencilhar, o público e o privado, o urbano e o rural, a civilização e a barbárie emergem na Idade Moderna, atualizam-se reestruturando reciprocamente o sujeito e a práxis, o espaço e o tempo da civilização ocidental.

A cidade erguida na modernidade, cuja materialidade e cujo sistema de necessidades sociais parecem ser tão radicalmente distintos da cidade antiga, constitui apenas o momento mais recente da longa trajetória espaço-temporal da urbanização do ocidente. Apesar de drásticas, as descontinuidades que marcaram, por um lado, o fim do público e do privado na antiguidade e, por outro, a transição para formas

¹⁹ "Até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro. (...) E na realidade, desde a primeira até a última dessas chamadas revoluções políticas, todas elas se fizeram em defesa da propriedade, de um tipo de propriedade, e se realizaram por meio do confisco dos bens (dito de outro modo: do roubo) por outro tipo de propriedade. Tanto é assim que há dois mil e quinhentos anos não se tem podido manter a propriedade privada senão com a violação dos direitos de propriedade". (ENGELS, 1980, p. 127).

comuns de produção dos meios de vida e de apropriação da terra no período medieval, não foram suficientes para apagar o registro dos fios lógico-dialéticos que podem nos conduzir à compreensão do modo de criação do ocidente moderno.

Na longa transição entre o declínio do modo de produção feudal e a consolidação do modo de produção capitalista, a base territorial da Europa Ocidental foi reconfigurada, redesenhada pelas formas de apropriação pública e privada, urbana e rural, bem como, pela idéia de oposição entre civilização e barbárie.

Na Europa, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, quando os processos de industrialização e de definição jurídica da propriedade privada se combinaram, os *sem-propriedade* da terra – os destituídos dos meios de vida que contavam unicamente com a venda da força de trabalho para sobreviver – iniciaram sua saga de penetração, em grande número, na cidade, onde ganharam permanência, reproduzindo, por gerações, a sua condição²⁰.

No Brasil, a saga de penetração dos *sem-propriedade* na cidade iniciou-se a partir da promulgação da Lei de Terras em 1850, a Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889.

Na tradição do Ocidente, desde a antiguidade, a urbanização é um modo específico de colonização que se implanta mediante a lógica da desterritorialização do *outro*. E a forma de propriedade pública/privada é a unidade que coesiona lógica e dialeticamente o domínio territorial, em toda sua extensão. No século XVI, quando os ocidentais estenderam seu território anexando o Novo Mundo, fizeram-no segundo este mesmo modo de colonização. É nesse sentido que se pode falar que o continente americano é parte indissociável do Ocidente. Assim, propomos inscrever a experiência urbana brasileira e latino-americana num roteiro reflexivo que a considere como parte indissociável da totalidade da experiência urbana do mundo ocidental. À época em que *descobriu* o continente americano, a Europa ocidental experimentava um processo interno de reordenamento sócio-espacial. Nesse sentido, o novo estoque de terras e de recursos naturais encontrados na América reorientou o *dever* (vir a ser) do ocidente.

Neste quadro, consideramos a gênese e o desenvolvimento do modo de urbanização do Ocidente como um todo estruturado entre centro e periferia. Assim, buscamos compreender o processo de colonização do Brasil e da América Latina como partes indissociáveis da história da urbanização do mundo ocidental. Consideramos, portanto, que a crise social atual alcança a totalidade do Ocidente, muito embora, é na sua periferia que a face mais perversa se apresenta. Aqui, nas fronteiras do Ocidente, interpretamos a segregação crescente dos *sem-propriedade* em áreas clandestinamente ocupadas do território das grandes cidades como expressão dos limites desta forma e deste conteúdo civilizatório.

ABSTRACT

The objective of this paper is to reflect on the urban face of the contemporary social crisis. In this scenario, we consider the genesis and development of the mode of urbanization in the West as a whole, structured with a centre and periphery. Thus, we endeavoured to seek understanding of the urbanization processes in Brazil and Latin America in general as indissociable parts of the

20 Hoje, na aurora do século XXI, este movimento está em vias de completar-se: a quase totalidade dos *sem-propriedade* vive nas cidades.

history urbanization in the western world. We consider, therefore, that the current social crisis affects the West as a whole, even though it is on its periphery that the most perverse facets are presented. Here, on the frontier of the West, we interpret the increasing segregation of the propertyless in squatters settlements in the major cities as an expression of the limits of this civilizing form and content.

Key-words: Western civilization, colonization, urbanization, social question, territory, socio-spatial segregation, clandestine occupations.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALFONSIN, Betânia e FERNANDES, Edésio. *A lei e a legalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 2000.
- AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Terra Livre*, São Paulo, n. 10. 1958.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense 1987 (Obras escolhidas, Vol. I).
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1999.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras: 1999.
- BOGUS, L. M. *Urbanização: por que e para quem?* Tese (Doutorado), FAU/USP, São Paulo, 1987.
- CARDOSO, A. L. e RIBEIRO, L. C. Q. *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 1996.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FRIEDMAN, Fânia. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Garamond, 1999.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7ª. ed. São Paulo: Loyola. 1992.
- HEGEL, F. *Filosofia da história*. Brasília: UNB, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1974.
- IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAGO, Luciana C. Do. *Desigualdades e segregação na metrópole*. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.
- LEFEBVRE, H. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- _____. *La revolución urbana*. 4 ed., Madrid, Alianza Editorial, 1983.
- LEFORT, C. O Imaginário da crise. In: Novaes, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MARX, K. & Engels F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MENEGAT, Elizete. *Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo de formas e conteúdos estruturais*. Tese (Doutorado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- MENEGAT, Marildo. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2003.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes: UNB, 1982.
- PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; Lourenço, Alice. Discurso tentativo sobre o anonimato. *Revista Sociedade e Estado* v. XVI, n. 12, 2001.
- _____. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro, Vol. XXIV, n. 1. 2000.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, C. N. F. dos. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. Rio de Janeiro: In: *Anais do Simpósio de estudos de planejamento Urbano e Habitacional*, Rio de Janeiro, PUC, NEURB, 1978.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SMOLKA, M. O. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação à segregação residencial no espaço! In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. v. III, 1992.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- VERNANT, J. P. *Origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- VILLACA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel: Lincoln Institute, 1998.
- WACQUANT, L. J. D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 43, 1995.
- WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*. Belo Horizonte, UFMG. 2000.

PARA PENSAR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Celia Torres*
Joana Garcia**
Rosana Morgado***

RESUMO

O presente artigo analisa a política de abrigo como uma das medidas de proteção à infância e juventude. Para isso não adota uma crítica condenatória acerca dos abrigos, nem tão pouco os apresenta como uma medida necessariamente aplicável a todos os casos de vulnerabilidade e esgarçamento dos vínculos familiares. Para apresentá-lo como uma alternativa a ser aprimorada, as autoras desenvolvem algumas discussões que afetam diretamente a qualidade do serviço prestado por esta instituição social, a saber: a estrutura do programa, o trabalho pedagógico, os recursos pedagógicos, os expedientes práticos e as temáticas emergentes.
Palavras-chave: abrigo, risco social, política de infância e juventude.

I- A ORDEM É DESINSTITUCIONALIZAR

As análises que apresentamos a seguir são resultado da sistematização das atividades realizadas no decorrer de um trabalho de assessoria junto a abrigos e casas de acolhida, localizadas no Rio de Janeiro e em Petrópolis. Ainda que sejam resultados de uma experiência específica, julgamos que podem ser tomadas como indicações gerais para se pensar uma política de atendimento voltada para este tipo de realidade institucional. É importante ressaltar que nosso objetivo, ao propor tais indicações, não é o de apresentar fórmulas ou modelos a serem reproduzidos em diferentes programas, mas, ressaltar as principais relações que esta dimensão da política de atenção à infância deve priorizar e, com isso, aperfeiçoar a política de atendimento.

A discussão acerca da desinstitucionalização é hoje bastante disseminada tanto na produção acadêmica, como nos espaços de atuação profissional. Os efeitos perversos de processos de insulamento em instituições de diferentes tipos foram largamente estudados e são aceitos como razões suficientes de recusa à

* Professora da Faculdade de Psicologia da UFFJ, doutoranda em Ciências da Religião.

** Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em Serviço Social.

*** Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em Ciências Sociais.

institucionalização como saída ou solução definitiva. Entre as críticas mais expressivas a tais processos, destaca-se a tendência à despersonalização, o atendimento massificado e em série, com objetivos de resultado pré-estabelecidos, uma leitura segmentada da realidade, tomando o espaço institucional como autônomo e neutro em relação à sociedade. Nesta medida, a lógica de atendimento que vigora sob estes pressupostos tende a formar indivíduos alheios ao convívio social, disciplinando seus corpos e mentes. A instituição aparece como uma espécie de equivalente funcional às relações sociais que, nesta perspectiva, ocorrem "extra-muros". A reação teórico-política a estes efeitos derivou em uma verdadeira brigada pela "desinstitucionalização", ou em casos extremos pela "anti-institucionalização".

No Brasil, como em países europeus, os efeitos do movimento pela desinstitucionalização incidiram fortemente sobre a área de saúde mental. Os manicômios representaram, de forma emblemática, todo um conjunto de medidas estigmatizantes e favorecedoras de processos de segregação. Outra área bastante implicada por esta leitura crítica foi a política voltada para o chamado menor. O termo menor, embora ultrapassado na linguagem "politicamente correta" dos dias atuais, foi a designação oficial para indicar crianças e jovens pobres sob os "cuidados" ou a atenção/temor da sociedade e do Poder Público. Quando institucionalizados, foram - assim como os "loucos" - submetidos a diferentes processos de despersonalização e estigmatização social.

Menores institucionalizados deveriam ser preparados para o retorno à vida saudável e moralizada, o que implicava em uma intervenção corretiva/adaptadora à ordem, amparada por leis de caráter punitivo. Em meados da década de 30, o Juízo de Menores criou o Laboratório de Biologia Infantil, com o intuito de subsidiá-lo, com laudos técnicos, no atendimento aos tipos clássicos de abandono, delinquência, vadiagem, ou outra decorrência da condição de pobreza (ADORNO, 1991). Este laboratório empreendia uma complexa tarefa de classificar as crianças pobres segundo os mesmos moldes da Lei dos Pobres da Inglaterra do século XIX: os "aptos" ou não, os "normais" ou "patológicos" e, por fim, os "merecedores" ou não da ajuda. Para este propósito uma Ficha Médico-Psicológica era utilizada por um médico, com o fim de investigar os antecedentes hereditários, família, escola, profissão, antecedentes pessoais e caráter/perversões do menor. Todo este esforço de "classificação científica" apresentase entrecortado por de uma intervenção reiterativa, baseada no padrão clássico de tipificação: abandono/delinquência/periculosidade. E este padrão permaneceu como orientador das políticas subsequentes, viabilizadas pelos órgãos federais - SAM, FUNABEM¹. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é, do ponto de vista jurídico-formal, um divisor de águas no paradigma da política de assistência à infância, embora ainda enfrente sérios obstáculos, sobretudo de natureza político-cultural, para superar a perspectiva da menorização da infância pobre.

A população atendida em instituições de abrigo têm sido nomeada de diferentes modos: população de rua (ou mais corretamente em situação de rua), segmentos

1 Como não pretendemos rastrear a história institucional da assistência à infância, mas procurar os conteúdos essenciais que informaram suas ações, não descreveremos as inúmeras instituições criadas, ao longo das décadas. Para um estudo exaustivo da história institucional da assistência à infância, consultar: Valladares, Licia e Alvim, Rosilene (1988); Junior, Almir Pereira (1992); Rizzini, Irma (1993); Altoé, Sonia (1993).

em situação de risco pessoal e social, excluídos, desassistidos, entre outros. Para efeitos da análise que aqui apresentamos, optamos por nomeá-los de desafiados, seguindo a análise feita por Robert Castel (1998) acerca das metamorfoses que a questão social assumiu na contemporaneidade, impondo processos de esgarçamento dos vínculos sociais e de segregação social cada vez mais intensa e perversa. Para Castel, a idéia de desafiado é mais adequada que a de exclusão pois não contém a antítese "dentro e fora". Os desafiados são assim definidos não por estarem alheios à sociedade, mas por reunirem um conjunto de atributos que os tornam, segundo Elimar Nascimento (1984): "economicamente desnecessários, politicamente incômodos e socialmente ameaçadores".

Se para cada concepção de pobre existente ao longo dos séculos podemos localizar uma forma de enfrentamento equivalente, reconhecemos um certo padrão de permanência no período que corresponde à consolidação da sociedade burguesa. Mesmo podendo ser tomados como atores desnecessários na conjuntura econômica atual, os pobres ainda são tratados pela lógica do merecimento aferido nos seus comportamentos e disposição para contribuir produtiva e pacificamente à ordem social.

A prática de assistência em instituições que dominou o século XX foi marcada por uma forte tendência higienista. Os aspectos mais importantes desta tendência repousam na associação entre pobreza e criminalidade, insalubridade, corrosão de valores e comportamentos. A estratégia de intervenção – sob a orientação predominante da ciência médica – consistia em retirar do pobre o que o tornava inapto a viver em sociedade, impondo hábitos de higiene, organização do espaço privado, controle de natalidade, doutrinação moral. Recusando este método pela forma estratégica e pelos pressupostos conceituais que os sustentam, descartamos a prática higienista da proposta de análise que aqui apresentamos, recolocando no seu lugar uma abordagem cujos fundamentos associam cultura, sociabilidade, trabalho e acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, como forma de entender e intervir nas expressões diferenciadas da pobreza contemporânea.

Com base nestes argumentos brevemente desenvolvidos: a reposição do debate da função social das instituições, da análise crítica acerca de uma caracterização dos segmentos que nos compete trabalhar, bem como dos métodos para tal – tendo em vista um confronto direto com a cultura higienista – apresentamos, a seguir, indicações de análise que embora se centrem no trabalho sócio-educativo realizado em abrigos/casas de acolhida no Rio de Janeiro, pretendem oferecer elementos para problematizar suas conexões com a política de atenção à infância de forma mais ampla. A partir das propostas de trabalho acompanhadas, indicamos os seguintes problemas como pontos de partida para o aperfeiçoamento deste setor da política:

- a) fragilidade da "proposta pedagógica" desenvolvida, no sentido de consolidar uma proposta pedagógica detalhada, com objetivos claros e com indicação de uma metodologia adequada aos propósitos definidos;
- b) necessidade de uma formação mais consistente das equipes, incluindo aí os coordenadores;
- c) ausência de aprofundamento de temáticas recorrentes no interior do cotidiano dos programas;
- d) falta de definição de papéis dos diferentes membros da equipe, de modo

- a permitir que a execução de suas tarefas fossem facilitadas e desenvolvidas com maior eficiência;
- e) inadequação da estrutura do programa (infra-estrutura, composição da equipe, relações trabalhistas, dentre outros);
- f) escassez de recursos pedagógicos.

Tais problemas – entendidos como desafios a serem enfrentados com competência técnica, habilidade política e suporte material – serão, ao longo deste artigo, melhor discutidos. Os segmentos que apresentaremos a seguir foram constituídos de tal modo que os cinco principais eixos da problemática da institucionalização fossem devidamente explorados: a estrutura do programa das instalações de abrigos e casas de acolhida, o trabalho sócio-pedagógico, os recursos pedagógicos, que já são temas recorrentes na análise desta problemática, acrescidos do que denominamos de “expedientes práticos” e “temáticas emergentes”.

2- ABRIGOS E CASAS DE ACOLHIDA – A ESTRUTURA DO PROGRAMA

Legalmente, o Abrigo é uma das oito medidas de proteção à criança e ao adolescente previstas no ECA, em casos de ameaça ou violação dos direitos destes. Portanto, é uma medida provisória, excepcional, que só deve ser usada enquanto não for encontrada uma família substituta. O Abrigo não implica, pois, em privação de liberdade, ou seja, não é uma prisão. De acordo com o Art. 92 do ECA, o dirigente do Abrigo é equiparado ao guardião (dever legal de cuidar, assistir e educar).

Ainda segundo o ECA,

...as entidades que desenvolvam programas de Abrigo, deverão adotar os seguintes princípios: a) preservação dos vínculos familiares; b) integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; c) atendimento personalizado e em pequenos grupos; d) desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; e) não desmembramento de grupos de irmãos; f) evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; g) participação na vida da comunidade local; h) preparação gradativa para o desligamento; i) participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Portanto, a instalação Abrigo – além de prevista no ECA como uma das medidas de proteção – possui um conjunto de princípios (também previstos no ECA) cujos indicativos deverão ser elementos constitutivos da proposta sócio-pedagógica mais ampla do programa. É com base nestes princípios que a proposta deverá se pautar, e é com base nesta proposta que a estruturação do programa deve se orientar.

A caracterização de ‘casa de acolhida’, tal como prevê a mesma referência legal, compreende um segmento de entidades de atendimento que deve funcionar como um lar provisório para atender crianças/adolescentes que perderam, provisória ou definitivamente, a relação com suas famílias ou cujas famílias não apresentam condições de recebê-los.

Na realidade, os abrigos/as casas de acolhida raramente encontram uma uniformidade no formato em que se apresentam. As instalações podem variar segundo o tamanho, a quantidade de cômodos, as áreas livres, o mobiliário e, como determinante externo, a própria localização geográfica. Todos estes elementos têm uma relação direta com o tipo de trabalho, o perfil da clientela atendida e os resultados obtidos. Não é difícil pensar que melhores condições propiciam melhores resultados, se bem que esta equação nem sempre se aplica ao inverso: em alguns casos a experiência dribla as adversidades e surpreende com respostas não esperadas. Parece-nos que, por confiar nesta habilidade de transformar recursos precários em estratégias criativas, o Poder Público nem sempre se preocupa com a qualidade das instalações dos equipamentos sócio-educativos. Indicar as diferenças de estrutura e as implicações para a qualidade do trabalho não implica em defender a homogeneidade das estruturas de atendimento, mas a busca de uma infra-estrutura básica (em termos de recursos pedagógicos) adequada a cada equipamento, sem a qual o trabalho sofre prejuízos. A falta de padronização das casas de acolhida não é um problema, é, ao contrário, uma forma de aproveitamento das instalações disponíveis nas diferentes localidades urbanas e, em muitos casos, uma busca de contraste com os modelos de instituição anteriores, que utilizavam estruturas inteiramente destituídas de "personalidade", para atendimento em grande escala. Assim eram os grandes internatos, verdadeiras fábricas de menores.

A definição da estrutura do programa está estreitamente vinculada à definição do que é a instituição: sua função social e sua proposta sócio-pedagógica. Isto significa dizer que as atividades específicas, referentes a cada fase do atendimento, deverão ser fundamentadas em uma proposta estruturada de trabalho.

Um dos principais aspectos para o desenvolvimento pleno e eficaz de uma proposta de atendimento refere-se ao espaço a ele destinado. Por espaço entendese não apenas a localização geográfica, o tamanho do terreno (ou das instalações), mas sobretudo, a forma de utilização deste espaço. Importa saber, por exemplo, onde (e porquê) é o local ideal para o funcionamento de determinado equipamento, para a realização de determinadas atividades. Isto implica pensar, refletir, planejar - de maneira adequada e eficaz - a utilização de todo o espaço disponível para o desenvolvimento do programa.

Neste sentido, sugerimos atenção especial para a definição do uso dos equipamentos relacionados tanto à infra-estrutura formal disponível, quanto àquela possível de ser criada através de 'redes' que possibilitem a ampliação operacional da estrutura do programa. Isto significa atentar, inclusive, para uma definição mais precisa (e mais adequada) do uso do tempo: horários de reuniões de equipe, das atividades (internas e externas) sob sua responsabilidade, além das atividades direcionadas aos meninos/as (permanência na casa, atividades de rotina, oficinas, assembléias, escola, cursos, passeios, estada com a família nos fins-de-semana, etc.).

Vale destacar ainda a importância de definir a participação (e o papel) dos meninos/as no que se refere ao uso (e não abuso) dessa estrutura no seu conjunto. Isto implica, por exemplo, rediscutir, em alguns casos, em que medida e com que objetivos haveria a assunção de responsabilidades quanto, por exemplo, à realização de 'serviços gerais'.

Outro fator que merece destaque é a discussão sobre a possibilidade de assegurar a participação de toda a equipe em reuniões mensais (visando a formação em serviço) de maneira que as horas dedicadas a essa tarefa possam ser devidamente reconhecidas como momentos de construção e consolidação de um projeto de intervenção.

Os aspectos acima referidos podem ser trabalhados, por exemplo, em reuniões de equipe e em assembléias com os jovens, visando a reflexão sobre a adequação dos equipamentos a uma nova lógica de utilização dos mesmos. É importante destacar a utilização de dinâmicas específicas que favoreçam a realização do trabalho, além de estudos sobre a temática em questão.

3- TRABALHO SÓCIO-PEDAGÓGICO

Este é o aspecto norteador dos demais segmentos discutidos neste artigo. Por trabalho sócio-pedagógico, referimo-nos ao conteúdo e à manifestação cotidiana de um conjunto de relações, de natureza institucional - que envolvem cenário, atores, propostas, acordos e regras - que são promovidas pela equipe técnica, junto aos jovens atendidos pelo projeto. Aqui interessa menos relacionar as diferentes atividades exercidas nas casas, e mais refletir acerca de seu '*modus operandi*' ou, mais explicitamente, nem tanto "o que fazer", mas "como fazer".

Para analisar, de forma genérica, o conteúdo do trabalho desenvolvido com crianças e jovens "em situação de risco", pretendemos em primeiro lugar, discutir a questão da capacitação técnica - entendida em sentido largo. Isto implica em analisar desde o processo de constituição das instituições e do seu projeto de ação, até a habilitação dos técnicos para a intervenção. A grande maioria das instituições, não especificamente as que são objeto de nossa análise, carece de um plano de ação que oriente os seus objetivos e agrupe as diferentes frentes de trabalho a partir de uma vocação específica da instituição. Na verdade, o que se observa é uma forma de planejamento para intervenção realizada de forma *ad hoc*, frequentemente construído para atender demandas específicas e captar recursos imediatos.

Este modelo pragmático tem reflexo em todo o conjunto de técnicos envolvidos, mas destacamos que os efeitos mais perversos recaem, em geral, sobre os da "linha de frente", que são os que mantêm contato direto com as crianças e jovens atendidos. O corpo de profissionais envolvidos diretamente com a intervenção - denominados genericamente de educadores - são recrutados a partir de critérios predominantemente pessoais: carisma, facilidade no trato com crianças e/ou jovens, linguagem e expressão identificados com o desta população usuária, conhecimento do universo sócio-cultural dos mesmos. Se as virtudes pessoais são favoráveis a uma aproximação com a população usuária, a inexistência de um preparo técnico especializado contribui para atuações pouco qualificadas, desconectadas de uma referência que norteie conceitualmente a intervenção e que redunde frequentemente em ações assistencialistas. Considerando estas, as ações que indicam respostas imediatistas, geralmente empreendidas por "homens de boa-vontade", movidos sobretudo pela disposição para atender necessidades/demandas pontuais dos demandantes.

O Assistente Social ocupa, de um modo geral, postos na linha de frente, ou seja, na execução dos programas sociais e sua capacitação permite - mesmo estando

restrito a esta etapa do trabalho – contribuir para redimensionar a elaboração dos princípios norteadores do trabalho. É certo que também este profissional pode reproduzir o modelo imediatista de atendimento e funcionar, como ele próprio denomina, como “apagador de incêndios”. Quando admite tal condição, pouco acrescenta no redimensionamento do atendimento e da natureza do trabalho, apenas reitera o modelo em uso.

Para exemplificar este problema, apontamos a inversão do aspecto pedagógico da disciplina em pura sanção, ou seja, educadores no papel de seguranças. Esta condição se verifica particularmente no seguinte aspecto: comunicação verbal pouco adequada à orientação, sobretudo em situações de conflito – voz alterada, linguagem vulgar – o que não oportuniza nenhum contraste com as experiências de violência que a maior parte das crianças e dos jovens vivenciaram antes do processo de acolhimento.

Usando máximas consensuais, sem procurar localizar suas fragilidades, como: “lugar de criança é na família e na escola”, o objetivo último se torna uma meta a se alcançar, sem reconhecer custos e problemas de percurso. Retorno à família sem a devida preparação dos familiares e das crianças envolvidas, não raro redonda em devolução e em acúmulo de frustração e revolta. Já se pode afirmar, com fortes evidências empíricas, estas conseqüências perversas do fenômeno caracterizado por Claudia Fonseca (1995) como “circulação de crianças”. No que se refere às escolas, também se confirma a pressa em fixar as crianças, sem examinar as condições mais adequadas para este ingresso. Conseqüência: evasão escolar, desinteresse e alfabetização deficiente. Para os jovens – de 12 a 18 anos – os maiores problemas de uma proposta de trabalho descolada de um projeto de intervenção mais elaborado, giram em torno da profissionalização e do ingresso no mercado de trabalho. Aqui também a falta de um estudo rigoroso acerca das condições do mercado, de suas reestruturações e das demandas que requisita, torna qualquer tentativa de inserção deste jovem, circunscrita a tarefas pouco elaboradas, mal remuneradas e sem qualquer segurança ou estabilidade.

Por trabalho sócio-pedagógico, referimo-nos assim, ao conteúdo e à manifestação cotidiana de um conjunto de relações, de natureza institucional, que são promovidas pela equipe técnica, junto aos jovens atendidos pelo projeto. Para um maior aproveitamento da reflexão a respeito desta complexidade de relações, consideramos importante abordá-la a partir de alguns aspectos estruturadores, a saber:

- a) a discussão acerca da distância/proximidade entre os sujeitos e as relações envolvidas no processo pedagógico. Para representar esta questão, utilizamos a referência da discussão antropológica sobre o familiar e o exótico, procurando focar as dificuldades de valorização, por parte dos profissionais, de elementos ricos que o cotidiano propicia, em termos de recursos pedagógicos, bem como a necessidade de relativizar o que parece ‘fora do comum’ e, por isso, dificultador do trabalho. Para subsidiar a discussão com a equipe, as seguintes indagações parecem importantes: quais são, na sua experiência, as características básicas de um adolescente difícil? e, qual é a melhor forma de conhecer os jovens?
- b) outra ênfase na relação entre os sujeitos envolvidos, está diretamente associada à dimensão relacional entre educador x educando. Como se opera a via de transmissão de mensagens entre estes dois vetores? Relações verticais, unidirecionais, pré-definidas, baseadas em que valores

e conhecimentos específicos são alguns dos alvos que este tópico pretende enfatizar. Para isto são propostas as seguintes questões: De que forma eu me relaciono com o outro? e Os conhecimentos específicos têm interferência no trabalho pedagógico?

- c) o trabalho pedagógico em abrigos/casas de acolhida é necessariamente um trabalho que envolve múltiplos atores que, de uma forma mais ou menos intensa, participam da tarefa de educação e socialização dos jovens. É importante, pois, uma reflexão acerca da participação de cada profissional nas diferentes etapas de permanência dos jovens nas casas de acolhida. Indicamos as seguintes questões para reflexão: A quem compete a tarefa de "educar" no programa? e de que forma o conjunto da equipe interfere no trabalho específico do educador?
- d) a discussão da cidadania implica em posicionar, no campo dos direitos, toda a concepção de assistência social. As consequências diretas desta reordenação conceitual no trabalho em casas de acolhida estão relacionadas à postura profissional no que diz respeito à prestação de serviços e a concepção do 'cliente'. Expectativa, gratuidade, favor, reciprocidade são elementos centrais desta discussão, que pode ser provocada a partir das seguintes indagações: O que eu recebo dos jovens/as? e o que eu espero dos jovens/as?
- e) o valor do discurso é central para o trabalho pedagógico. Por mais diversificados que sejam os recursos pedagógicos, o discurso expresso ou implícito serve como referência privilegiada para a definição de regras e condutas e, é certo, a palavra é a forma mais direta de transmissão do discurso, por isso sua importância para as seguintes questões: O que representa a palavra no processo educativo? e de que modo uma mesma palavra pode servir para educar ou deseducar?
- f) finalmente, ainda no âmbito das relações que estruturam o trabalho pedagógico, a discussão acerca da autoridade é fundamental, inclusive como aporte para os itens já apresentados. Em se tratando de uma faixa etária que necessita de uma referência de alteridade que ajude a estruturar seus parâmetros de entendimento do mundo, a autoridade, que de resto, também é uma referência importante para todas as relações entre homens, no caso desta faixa etária é ainda potencializada. Para discuti-la sugerimos como questões: Qual a importância da autoridade no trabalho com os jovens? E quem é o responsável pela definição das regras da casa?

4- RECURSOS PEDAGÓGICOS

Para se estruturar a rotina institucional a partir de atividades propostas, há que se fazer uso de um instrumental operativo adequado a cada proposta de trabalho. A elaboração de uma proposta de intervenção em tais equipamentos não é tarefa simples. Por isso, a observação de alguns aspectos é fundamental:

- definição das atribuições de cada profissional da equipe;
- percepção da auto-representação de cada profissional em relação às suas atribuições;

- a relação entre atribuições/expectativas de atendimento de cada profissional dentro do fluxo de atendimento previsto;
- a definição das fases do atendimento e das atividades referidas a cada fase:
 - chegada/ambientação - o conhecimento das 'regras do jogo';
 - o processo de institucionalização (conexões para fora e para dentro) - a manutenção dos contratos;
 - o desligamento.

É necessário, pois, caracterizar as diferentes atribuições e responsabilidades de cada profissional com relação a todas as fases do atendimento em consonância com a proposta sócio-pedagógica da instituição.

Esta prática, de certo modo pragmática, de "aplicar" uma proposta pedagógica, através de dinâmicas específicas, deve ser tomada com muita cautela e de acordo com a estruturação de lógicas de atendimento/ participação/ agregação/ dinamização.

Os recursos pedagógicos são, assim, elementos indispensáveis à estruturação e desenvolvimento das atividades a serem realizadas no programa. Exatamente por serem tão importantes - pode-se dizer, imprescindíveis - para a implementação de uma proposta pedagógica com maior êxito, merecem ser cuidadosamente analisados (na definição de quais utilizar), e devidamente preparados (no caso de sua utilização). A aplicação de uma técnica, enquanto um artifício mediador, pode ser reeditada em diferentes momentos, e com diferentes objetivos, porém, o fundamental é que estejam submetidas a um propósito orientador.

Isto implica dizer que não vale 'a técnica pela técnica', ou seja, a escolha do instrumento não é aleatória. Deve-se observar, por exemplo, a distribuição das tarefas pelos profissionais - considerando suas aptidões e capacitações; a duração e a intensidade do investimento do trabalho; a importância de um trabalho mais contínuo, sistemático, de acordo com a complexidade do público e da proposta a ser implementada. Outra medida importante é a escolha dos instrumentos mais adequados e úteis ao melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico: a entrevista; os registros; a dinâmicas de grupo; a oficina de leitura; as reuniões; os estudos dirigidos; a expressão artística. O fundamental, na utilização de quaisquer destes instrumentos, é a clareza de que deverão, impreterivelmente, manter compatibilidade com: o propósito do projeto; a urgência dos temas; a importância de fomentar acesso e participação; a demanda dos usuários.

A entrevista é um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais, ou de outros setores de atividades e tem como objetivo principal a obtenção de informações dos sujeitos envolvidos nesta técnica, sobre determinado tema. Há diferentes tipos de entrevista, de acordo com o objetivo que se propõe e a situação existente: estruturada, livre (informal), semi-estruturada. Em qualquer um dos casos importa, fundamentalmente, a correta utilização da técnica, e o necessário domínio na sua aplicação - além da escolha do tipo mais adequado à situação e ao objetivo ao qual se propõe. Nos programas de atendimento, este instrumento pode ser utilizado em várias situações tais como: o momento de chegada do jovem na Casa, o acompanhamento à situações específicas (escola, trabalho, família, etc.) o contato com familiares, etc.

Os registros (escritos e visuais) são fundamentais para garantir a memória institucional. Trata-se de instrumento de fundamental importância para a sistematização

de conhecimentos. Além disso, servem para avaliar processos já vivenciados, cujos resultados/ conteúdos poderão subsidiar e viabilizar novos processos de planejamento, execução e avaliação.

No caso específico das casas de acolhida, os relatórios (de reuniões, de atividades pedagógicas, de Assembléias, etc.) possibilitam o resgate de excelentes observações e podem indicar importantes encaminhamentos. Os chamados diários de campo - espécie de sistematização e análise das principais ocorrências do cotidiano dos educadores, dos técnicos, da coordenação - poderão fornecer ricas reflexões e importantes subsídios, além de favorecer a criação do "hábito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho" (PINTO, J. Bosco).

Os recursos audio-visuais (cartilhas, vídeos, cartazes, etc.) facilitam a comunicação: a fotografia, o vídeo e o gravador poderão funcionar como grandes aliados na tarefa - e na arte - de registrar.

A dinâmica de grupo é um dos instrumentos largamente utilizados em programas desta natureza. É necessário uma certa cautela para não interpretá-las como a razão de ser do trabalho. Embora freqüentemente contribuam para resultados produtivos e criativos, são meios e, como tal, não devem encerrar a finalidade do trabalho sócio-educativo. Neste caso, é importante utilizá-las no sentido de favorecer a mobilização, a interação, a reflexão - além do importante exercício da fala.

A oficina de leitura é um recurso de grande valor em programas de atendimento cujos usuários são 'pessoas em desenvolvimento', portanto, seres em formação. Compreendendo a leitura como parte integrante e permanente deste processo, a oficina pode ser concebida e constituída como um espaço capaz de desenvolver nos jovens o interesse e o hábito da leitura.

A reunião pode ser considerada como um momento de estabelecimento de uma dinâmica grupal, onde emergem 'correlações de força' capazes de fazer surgir diferentes concepções acerca do trabalho, diferentes propostas de encaminhamentos, diferentes percepções sobre os vínculos estabelecidos (ou não estabelecidos) com o programa. É um momento bastante adequado - e oportuno - à avaliação e planejamento das ações, ao redimensionamento e reestruturação de planos e programas, às discussões/ encaminhamentos de questões internas referentes à equipe.

Um dos recursos que pode ser utilizado em diferentes modalidades de trabalho é o estudo dirigido: nas reuniões de equipe, nos grupos específicos com os jovens, etc., podendo ser realizado na forma de aulas, debates, vídeos, oficinas, propiciando o amadurecimento coletivo de diferentes temáticas.

A expressão artística pode se dar através de múltiplos meios: trabalhos manuais, atividades corporais, teatro, canto, dança, poesia, etc. Pode ser utilizada também nas reuniões, assembléias e oficinas.

5- EXPEDIENTES PRÁTICOS

O acolhimento de jovens pelas casas implica, para ambos, em um processo de conhecimento. Apesar de cada jovem representar uma história de vida particular, os traços mais comuns referem-se a problemas vivenciados junto à família de

origem e, por serem jovens oriundos de camadas de baixa renda, a problemas de inserção nos espaços públicos de nossa sociedade. Os expedientes práticos, embora possam parecer apenas uma etapa burocrática de formalização de documentação, podem ser trabalhados pela equipe como momento de conhecimento do jovem e de reflexão com ele, do significado de sua obtenção/ uso, como forma de sua relação com a sociedade.

O preenchimento de fichas, a verificação de documentação, a apresentação das normas da casa e os encaminhamentos médicos, escolares e profissionalizantes, ao serem imperativos ao "bom funcionamento" do atendimento, são incorporados pelos profissionais sem uma reflexão mais substantiva de seus significados e de suas possibilidades, para o trabalho pedagógico. Estes expedientes acabam por perder no dia-a-dia o potencial de desencadear reflexões e propiciar discussões coletivas acerca de seus objetivos. Do mesmo modo, quando tratados de forma burocrática, não propiciam a equipe avaliações sistemáticas sobre o porquê, o como e quem deve realizar cada uma das atividades. Conceber os expedientes práticos como um dos momentos pedagógicos do trabalho, possibilita utilizar-se o cotidiano como espaço de construção e reconstrução do projeto político de atendimento.

O vínculo estabelecido com os adolescentes implica em discussões individuais sistemáticas devendo estar pautadas sobre um contrato de respeito e sigilo sobre as informações dadas, garantindo-se ao adolescente que todos os encaminhamentos realizados serão com ele discutidos.

6- TEMÁTICAS EMERGENTES

Os profissionais que intervêm em programas sociais voltados para a criança e o jovem são convocados permanentemente a uma atualização em relação às demandas apresentadas por estes segmentos. Ao mesmo tempo, os profissionais devem estar atentos para a diversidade de proposições existentes, em torno de cada uma das temáticas, para que possam se antecipar a elas. As demandas trazidas pelos jovens variam na intensidade de sua manifestação, cabendo ao profissional analisar quais devem ser priorizadas e como devem ser trabalhadas. Para isto há que se criar/ desenvolver uma rotina de reflexão coletiva, com a participação integral da equipe, aprofundando o domínio sobre as temáticas e planejando as formas de abordagem com os jovens. Entende-se que este deve ser um princípio orientador do trabalho, dando suporte às atividades propostas e mantendo-se em permanente processo de avaliação.

As reuniões temáticas têm por objetivo principal desencadear e/ ou aprofundar o conhecimento sobre temas recorrentes no atendimento de crianças e jovens. Os temas elencados a seguir - drogas, família, sexualidade, escolaridade, disciplina/ normas e vínculo profissional - apresentaram-se como as prioridades enunciadas pelas equipes por nós acompanhadas.

A atualização nas temáticas demanda um investimento diferenciado face aos demais aspectos abordados ao longo do trabalho. Cada um dos temas, bem como outros que possam vir a ser trabalhados, implica em aproximações a diferentes correntes do pensamento. Apropriar-se destas correntes, relacionando-as ao cotidiano, requer adotar a perspectiva de que as abordagens, chamadas teóricas, trazem conseqüências

diretas para o enfrentamento dos problemas vivenciados pelas crianças e pelos jovens. Neste sentido, o maior conhecimento sobre cada um dos temas poderá propiciar um atendimento mais qualificado, bem como a diversificação dos encaminhamentos.

Para empreender tal tarefa, parece produtivo a utilização de metodologias que se desdobrem em momentos diferenciados, visando o amadurecimento das propostas ao longo do tempo. Em um primeiro momento a apresentação do tema em reuniões de equipes propicia evidenciar as diferentes perspectivas que envolvem cada temática e a troca de reflexões entre a equipe. Em um segundo momento, a continuidade da discussão em reuniões sistemáticas visa o aprofundamento sobre as temáticas na relação com as especificidades de cada proposta de trabalho.

Os recursos – dinâmicas, vídeos, questionários, etc – têm por objetivo, propiciar momentos onde todos possam expressar suas opiniões e enfatizar a necessidade de sistematizar as reflexões, amadurecendo-as na sua dimensão individual e coletiva, relacionando-as às situações do cotidiano.

A temática – **disciplinas e normas** – discute os diferentes significados de instituição na sua relação com as concepções sobre Estado, o papel da disciplina no espaço institucional e suas implicações para o atendimento em casas de acolhida. Os jovens atendidos pelas casas vivenciam processos de socialização que envolvem a formação de rotinas e hábitos, por vezes, conflitantes com as normas das casas de acolhida. Compreender a instituição como um espaço contraditório, onde as normas podem contribuir para um processo de amadurecimento e de consciência de cidadania, estabelece os parâmetros para a compreensão de quem, por que e para que determinam-se as regras da instituição.

A temática – **família – restabelecendo vínculos** – revela-se central no trabalho com este segmento da população. Objetivo sempre presente nos trabalhos com a juventude, a reinserção na família deve ser constantemente problematizada. Debater sobre a diversidade de concepções presentes no imaginário dos profissionais e que dão suporte para o desenvolvimento de sua prática, contribui para elucidar a família como instituição social. Instituição atravessada por relações de poder, que se estrutura para a reprodução biológica e social. É com base nesta discussão que devem se assentar as análises sobre cada uma das famílias atendidas, quando da realização de visitas domiciliares, grupos com responsáveis, dentre outros.

A temática – **sexualidade** – o exercício responsável – aborda um dos aspectos mais delicados no atendimento aos jovens. Nossa estrutura de sociedade continua privilegiando a reprodução biológica como se fosse a única dimensão da sexualidade. Se isto é verdadeiro quando se pensa no mundo adulto, quando se trata da juventude prefere-se negar a sexualidade em sua dimensão mais ampla. Adota-se uma postura de ênfase aos interditos, seja pelos aspectos de saúde, para não contrair doenças sexualmente transmissíveis, seja pelos aspectos culturais, para que não hajam comportamentos considerados promíscuos. Com isto não se trabalha satisfatoriamente nem a dimensão biológica nem a dimensão comportamental, de modo que possam vir a favorecer escolhas calcadas em conhecimento e processos individuais e coletivos de amadurecimento.

Drogas – uso e abstinência apresenta-se, também, como uma temática de extrema relevância para os jovens. Ao se privilegiar a discussão dos malefícios orgânicos do uso de drogas, incorre-se no equívoco de tratar o uso ou não de drogas

como uma escolha, meramente, racional, tomada a partir de informações científicas sobre seus prejuízos. Centrar o trabalho com base, unicamente, nesta perspectiva faz com que a prática profissional não abranja o significado do uso de drogas nas relações sociais dos jovens em nossa sociedade, quais as implicações para o pertencimento a grupos, a afirmação de poder e influência, as implicações do lucro com o tráfico, e uma série de outros aspectos.

Ao se problematizar as escolas públicas, locais onde nossos jovens estudam, o tema *Escolaridade* - a escola na formação do jovem ganha destaque. Escolas públicas com múltiplas deficiências parecem já ter se tornado sinônimos, entretanto, continua a vigorar a máxima de que "lugar de criança é na escola". Repetência, desinteresse, discriminação e evasão, expõem a necessidade de se abandonar uma postura profissional de pretensa resolução do problema ao se realizar a matrícula no sistema de educação.

Localizar os atores responsáveis pelo desenvolvimento de projetos profissionais, contextualizando os diferentes períodos históricos serve de sustentação para o tema: *Vínculo profissional - a relação profissional/jovem*. Problematizar o cotidiano profissional à luz da trajetória da assistência em nosso país, visa oferecer subsídios para compreender quais nossas possibilidades e limites na construção de um projeto político/pedagógico baseado nos preceitos da cidadania.

7- INDICAÇÕES FINAIS

Embora incorporando a densidade crítica deste debate, nosso esforço, neste artigo, foi procurar resgatar a função social das instituições sob a ótica de proteção e reconstrução de laços de pertencimento, de confiança e de identidade que facultam, a seus usuários, a possibilidade da construção de projetos singulares e coletivos.

Esta perspectiva não implica em reeditar, sob qualquer aspecto, a idéia funcionalista de reintegração de indivíduos ou grupos desajustados à ordem social, tida como um todo coeso, estruturado, harmônico. Ao contrário, partimos do reconhecimento das instituições como espaços porosos, infiltrados por todos os quadrantes de contradições, valores e práticas sociais, inconciliável, nesta medida, com a idéia naturalizadora de espaços cristalizados situados fora da sociedade.

Em tempos de busca de um consenso acrílico em torno da idéia de que "lugar de criança é na família", julgamos útil para o debate, re-introduzir a validade destes equipamentos como parte de um sistema de proteção social que cabe ao Estado e à Sociedade prover às crianças e jovens em situação de risco.

Independente das concepções adotadas acerca da problemática das crianças em situação de rua, já há um consenso em torno da importância dos vínculos familiares e, portanto, da necessidade de diminuir o tempo de institucionalização de crianças em abrigos.

O abrigo deve ser tomado, portanto, como uma "medida provisória", orientada por uma proposta sócio-educativa, que tem como fim a busca de estabelecer patamares básicos de proteção e de recuperação de laços afetivos extremamente esgarçados, bem como de princípios de convivência grupal e social. A permanência da criança

ou do jovem em programas de abrigo deve ser a menor possível até que os vínculos familiares possam ser retomados nos aspectos mais fundamentais para a permanência da criança e do jovem em seu ambiente familiar.

Quando a família de origem, por razões consideradas excepcionais e alheias à condição de pobreza, não assegura uma convivência protetiva, outra possibilidade prevista pelo ECA é a colocação em família substituta. A prática da adoção no Brasil também é antiga e, em muitos casos reproduz modelos marcados pela cultura do favor e da gratidão. As motivações que fazem com que casais procurem crianças para adoção estão, em geral, associadas a expectativas frustradas em relação a filhos biológicos, a projeções típico-ideais no campo estético e comportamental, a posturas assistencialistas movidas pela piedade aos pobres. Não é raro casos de devolução de crianças tomadas para adoção por pais frustrados pela experiência: "a criança apresentou muitas doenças", "a criança fazia muito xixi na cama", argumentos prosaicos, mas reveladores da concepção de adoção que ainda tem lugar na nossa cultura. Estas dificuldades são ainda mais acentuadas quando se trata de crianças maiores, com experiências em instituições de abrigo.

Reinserir não deveria indicar uma ação externa a um sujeito que seria submetido à devolução ao núcleo familiar. As implicações deste tipo de intervenção social vão ser tanto mais favoráveis à consolidação do direito da criança e do adolescente quanto mais considerarem as razões de saída e as condições de reingresso. Para que não seja uma ação unilateral exercida pelo Poder Público em nome do direito destes segmentos, há que haver um pacto de retomada dos vínculos familiares entre os envolvidos. Assim o retorno da criança e do jovem poderá ser elaborado de forma produtiva para todos os envolvidos.

ABSTRACT

The present paper analyses the residential care policy as a way of protecting the children rights. Nevertheless the authors don't assume neither a blaming judgement about their capacity of protection, nor a passionate defense of the institution as an alternative for all situations of serious families conflicts. As the authors intend to contribute to the development of this policy, they present some topics in order to improve not only the discussion about the institutionalization, but also the practice with children and adolescents under residential care, such as: the structure of the social programme, the pedagogic work, the pedagogic resources, the practical arrangements and the updated themes concerning to this policies.

Key-words: Institutionalization, social risk, children and adolescent policies.

8- REFERÊNCIAS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ADORNO, Sérgio. "A experiência precoce de punição". In: *Massacre dos Inocentes*. São Paulo: Hucitec. 1991.
- ADORNO, Sérgio. "Criança: a Lei e a Cidadania". In: *A Criança no Brasil Hoje*. desafio para o 3º milênio. 1993
- ALTOÉ, Sônia Elisabete. *Infâncias perdidas: o cotidiano dos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.
- ALTOÉ, Sônia Elisabete. *Internato de menores: educar para (de)formar?* Fórum Educacional. Rio de Janeiro. v. 14, n. 2, 1990.

- ALTOÉ, Sonia Elisabete. *Menores em tempo de maioridade*. do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula, 1993.
- ALVIN, Rosilene e VALLADARES, Licia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. nº 26, 2º Semestre de 1988.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Lei Federal de 13 de julho de 1990.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Anais do XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, Minas Gerais, 1984.
- PEREIRA Jr. Almir, Um país que mascara seu rosto. In: *Os Impasses da Cidadania*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño. Editora Universitária Santa Ursula, 1995.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A Institucionalização de Crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, CESPI/USU, AMAIS Livraria e Editora, 1997.
- RIZZINI, Irene (org.) *A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1993.
- RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula. Série Estudos e Pesquisas, nº. 4. CESPI/USU, 1993.
- RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. "Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1991.
- RIZZINI, Irene; WIK, Flávio B. *O que o Rio tem feito por suas crianças? Um estudo sobre a ação dirigida à infância pobre no Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A 4 Mãos, 1990.
- WEBER, Lidia Natalia Dobrienskyj. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. *Conjuntura Social*. São Paulo. jul/2000.

ENVELHECIMENTO: UM FENÔMENO INDIVIDUAL, SOCIAL E POPULACIONAL

Luiz Cláudio Ribeiro*
Luiz Bertolucci Júnior**

RESUMO

Este artigo aborda o processo de envelhecimento em seus aspectos de fenômeno individual, social e populacional. São apresentados alguns indicadores referentes à população idosa do Brasil. Por fim, são apresentadas algumas conseqüências do envelhecimento populacional.

Palavras-chave: Envelhecimento, envelhecimento populacional, conseqüências do envelhecimento populacional.

1- INTRODUÇÃO

Durante muito tempo da sua história o homem se ocupou freneticamente com dois grandes mitos que dominaram seus desejos: o primeiro deles era transformar chumbo em ouro; e o segundo seria descobrir o elixir da juventude. Dessa maneira o homem teria o controle de duas fontes importantes de prazer e poder: a riqueza material e a vida eterna. O que talvez, há algum tempo não se pudesse vislumbrar é o fato de, ao se conseguir vitórias parciais e relativas sobre a morte, isso se tornaria um problema para a própria população.

Desde o final do século XIX (nos países desenvolvidos) e durante o século XX (nos países em desenvolvimento) o mundo tem presenciado grandes saltos de progresso em diversos setores. Na área médica surgiram vacinas, desenvolveram-se medicamentos, surgiram a anestesia e antibióticos. No setor de saneamento básico, aprimoraram-se e ampliaram-se os serviços de coleta de esgoto e tratamento da água. Consegue-se um controle da mortalidade infantil. Educação e cuidados com a higiene passaram a estar ao alcance da maioria da população. Também se passou a dedicar maior atenção com a qualidade (e mesmo com a quantidade) dos alimentos.

* Professor do Departamento de Estatística da UFFJ e do Curso de Mestrado em Serviço Social da UFFJ, Doutor em Demografia.

** Economista da UFU, Mestre em Demografia.

A consequência desse conjunto de fatores é que cada vez mais se observa um número crescente de pessoas atingindo idades mais avançadas.

Após a queda da mortalidade, e influenciada pelo processo de industrialização e urbanização grande parte dos países do mundo vivenciaram (ou estão vivenciando) um processo de queda da fecundidade. Esse fenômeno, essencial no estudo demográfico, provoca uma desestabilização na estrutura etária populacional e tem como uma de suas principais consequências o aumento da proporção de pessoas idosas na população.

O envelhecimento populacional tem ocorrido com tal magnitude e velocidade nos países em desenvolvimento e em especial no Brasil, que o que sempre foi visto como um desejo, uma meta, é colocado nas agendas de discussão como um dos grandes problemas sociais do século XXI.

Pedro Sanchez Vera faz uma citação de Bazo, M.T., que escreve a respeito do crescimento da população de idosos:

...o certo e verdade é que os idosos têm alcançado uma proporção e um volume total nas sociedades que têm se constituído em um problema social. Pela primeira vez os velhos e velhas se tornaram visíveis no mundo e suas necessidades e problemas começam a ser necessidades e problemas da sociedade (SÁNCHEZ VERA, 1993).

A melhora nas condições de vida e de saúde das pessoas que se encontram na chamada terceira idade tem provocado modificações de comportamento, sociais e econômicas. Os papéis e estereótipos dos velhos têm se alterado fazendo surgir um novo filão de mercado, não ocultando, contudo, as diferenças entre as diversas populações de idosos que são frutos das distintas realidades em que se fizeram.

2- ENVELHECIMENTO: UM FENÔMENO INDIVIDUAL E SOCIAL

É interessante refletirmos sobre algumas questões que serão abordadas no decorrer deste trabalho:

- i) o que é ser velho?
- ii) quem é o velho?
- iii) qual o "rito de passagem" de um indivíduo para a condição de velho?
- iv) seria politicamente mais correto chamar as pessoas de mais idade de velhos, de idosos ou de pessoas da terceira idade?

2.1 ENVELHECIMENTO INDIVIDUAL

Em sua tese de doutoramento, Morvan Moreira define que "o envelhecimento individual pode ser visualizado como um processo biológico de declínio e deterioração que ocorre com a passagem do tempo." Ou seja, "o indivíduo envelhece à medida que sua idade aumenta." E ainda que "o envelhecimento individual tem um significado biológico, psíquico e social." (MOREIRA, 1997). Não obstante, apesar da condição de inevitabilidade do envelhecimento, os indivíduos tendem a não aceitar este fato. Mais do que isso, as pesquisas mostram que quando pessoas de mais idade falam de velhos elas estão se referindo a terceiros e atribuem a essa expressão o sentido

de acabado, inútil. A expressão velho traz consigo a idéia de muito uso, estragado, de decadência e inatividade. Na tentativa de distinção entre envelhecimento e velhice, Anna Collado cita Bravo que conceitua:

...quando se fala de envelhecimento dever-se-ia diferenciar os termos 'envelhecimento' e 'velhice'. O envelhecimento leva implícita a idéia de continuidade. É a ação de envelhecer, é um processo contínuo que se materializa no transcurso da vida. Em contrapartida, velhice contém a idéia de temporalidade, é um conceito estático, é um estado vivido em um tempo determinado (COLLADO, 1993).

Apesar da tentativa de negação da velhice por parte dos indivíduos, existe um objeto "mágico" que se torna implacável para a percepção do processo de envelhecimento: o espelho. Esse objeto, geralmente muito festejado nos tempos de juventude e beleza se transforma em algo quase detestável na velhice e sobre isso escreve Pedro Vera "Os idosos em geral têm pouco amor pelos espelhos (...)". E mais à frente: "Os sujeitos são o que seu aspecto denota" (SÁNCHEZ VERA, 1993). Entretanto, a idéia compartilhada pela maioria dos pensadores do envelhecimento é que mais do que um fenômeno fisiológico e individual ele é um fenômeno social.

2.2 O RITO DE PASSAGEM

Em uma sociedade na qual o prestígio dos indivíduos está diretamente relacionado com sua atividade profissional e condição financeira, existe um momento da vida que merece ser destacado: a aposentadoria. A passagem do indivíduo do meio ativo de produção para o grupo dos "inativos" se constitui em um momento chave do aumento da percepção da condição de pessoa idosa. A respeito desse rito de passagem escreve Vásquez:

...em uma sociedade que considera a produção como uma de suas metas fundamentais, é lógico que o trabalho seja o melhor meio para ganhar o respeito dos demais e a própria estima. É dizer que o sentido de valia pessoal e o prestígio social se baseiam em grande medida no desempenho ocupacional. Ao aposentar-se o indivíduo se enfrenta com o problema de chegar ao vazio criado pela perda das realizações do trabalho que constituem, em nossa atual sociedade, numa parte importante dentro do conjunto de relações sociais que exerce um indivíduo (VÁSQUEZ, 1993).

A respeito das pesquisas sobre aposentadoria ela conclui:

...a conclusão geral que podemos tirar das pesquisas sobre aposentadoria é que ela não tem, para os idosos, o sentido que se quer dar através dos meios oficiais. Para eles, a aposentadoria não tem nenhuma relação com esse final feliz de prêmios merecidos de que nos falam os ideólogos da velhice: "El jubilado se queda sin júbilo cuando le llega su hora. (VÁSQUEZ, 1993).

E enfatiza ao falar sobre o problema do envelhecimento populacional,

...caberia perguntar se o problema real do envelhecimento da população é o aumento de idosos em números absolutos e relativos, ou a desvalorização social que sofre este grupo da população que é mantido alijado e marginalizado do circuito de onde se dão as atuais relações de produção (VÁSQUEZ, 1993).

Opiniões como as de Emília Vazquez, porém, não são únicas e absolutas, da mesma forma como também são muitas e diversas as populações de idosos. Os mitos que envolvem essas populações estão repletos de contradições. Atenta para esse fato bem como procurando despertar a atenção dos pesquisadores para a busca da imparcialidade escreve Guita Debert:

...o pressuposto é de que o abandono do trabalho leva a uma situação traumática que envolve a perda da auto-identidade e do equilíbrio psicológico. É um pressuposto tão fortemente sedimentado na Gerontologia que, quando os dados contradizem os efeitos negativos esperados na aposentadoria, a tendência é apontar para erros na metodologia empregada na pesquisa, antes de discutir se a teoria é ou não é correta (DEBERT, 1997).

2.3 O ENVELHECIMENTO SOCIAL

Indubitavelmente, a idade, tal como o sexo e a classe social, é um dos importantes aspectos do constructo social no que diz respeito ao status. A imagem social dos idosos, contudo não é única. Ela é produto da própria sociedade e pode ser considerada como o somatório de muitos fatores, dentre os quais poderíamos destacar: i) o aspecto físico; ii) a personalidade individual; iii) os conhecimentos adquiridos; iv) informações a que a pessoa tem acesso; v) as redes de interação social; vi) riquezas materiais acumuladas; vii) a família ou origem social; viii) o espaço territorial; ix) o sexo, dentre outros. Estes fatores poderiam ser sintetizados em um único, que é a história que o indivíduo carrega consigo. A respeito desse tema escreve Pedro Vera:

...assim, na sociedade há quem possui e quem não possui uma história. ... As diferenças entre as pessoas vêm dadas, dentre outras coisas, por ter ou não uma história. Quem tem história é ou existe socialmente diferentemente de quem não a possui (SÁNCHEZ VERA, 1993).

Pensamento semelhante a esse é o de Vazquez sobre a realidade dos idosos: "... sua realidade será muito diferente segundo seu entorno social". A citada autora escreve ainda sobre as diversas "idades" dos indivíduos: "... com frequência a idade social do indivíduo nada tem a ver com sua idade cronológica. ... No nível individual, junto com a idade cronológica e a idade social existe a idade mental e a idade vital (estado de conservação física) que nem sempre são coincidentes." (VÁSQUEZ, 1993).

Um aspecto importante que merece ser destacado é o do papel social dos idosos em nossa sociedade. Os papéis - bem como os estereótipos - têm mudado com o tempo e diversas são as correntes de pensamento sobre esse assunto, mas constantemente os idosos são vistos de forma contraditória. Emília Vazquez, por exemplo, defende que "em nossa sociedade atual a velhice é alijada no sentido de

não aceita-la, sob nenhum pretexto". E escreve sobre o que se espera dos idosos: "... de um indivíduo do qual se espera que moleste o mínimo possível". Essa visão não é única e absoluta. Também é verdadeiro o fato de que uma das conquistas da área médica é a melhoria das condições de saúde das pessoas que atingem idades mais avançadas. Os ganhos qualitativos associados aos ganhos quantitativos da idade fizeram surgir nas populações uma nova categoria etária: a "terceira idade". Apesar da visão pessimista de Vazquez, ela distingue com muita clareza a terceira idade e velhice: "A velhice é um estado patológico das pessoas idosas. Quando o idoso perde alguma das faculdades fisiológicas básicas para realizar sua vida independente, não pode valer-se de si mesmo para as higiênes fundamentais, então terá começado a velhice". A terceira idade seria definida então como sendo o período de vida "desde que a pessoa cessa em seu trabalho até que se perde autonomia". A partir do momento da perda de autonomia o indivíduo passaria a ser classificado como de "quarta idade" (VÁSQUEZ, 1993).

A identificação da categorização dos velhos em terceira e quarta idade conduz a duas visões sobre a velhice: uma delas é a de que os idosos são "grandes consumidores de serviços e de salários indiretos (saúde, transporte, lazer etc.), transmitindo a idéia de que os anciãos custam muito caro" (SÁNCHEZ VERA, 1993). Outra visão é nominada de "reprivatização da velhice", que envolve sua transformação em uma responsabilidade individual. Ou seja, a população idosa é, por um lado, considerada como um problema para o Estado e por outro como uma importante fatia a ser explorada pelo mercado. Os meios de comunicação vendem a idéia de que a juventude é um bem que pode ser adquirido nos supermercados, nas farmácias de manipulação, nas academias. Não há mais lugar para a velhice, ou se há, ela é considerada como sendo resultado de descuidos pessoais, de estilos de vidas inadequados (DEBERT, 1997). Alda Brito da Motta (1993) escreve com muita propriedade sobre esse aspecto da terceira idade:

...instaura-se a ideologia da terceira idade [...] que instiga novos padrões de consumo e necessidades, ao mesmo tempo que incorpora a seus sentidos esta resposta de mão dupla da população de mais idade: atende-se às novas demandas criadas pelo mercado, mas também constrói-se uma nova imagem que simboliza a liberdade e o lazer, ou mesmo o ser jovem em toda idade.

Debert escreve a esse respeito:

...no contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados (DEBERT, 1997).

Outro fato que surge com os grupos da terceira idade são os programas sociais para essa nova categoria. Esses programas tentam reencontrar o papel social dos idosos, ou talvez apagar as fronteiras que os separam da juventude. Porém esses programas geralmente expressam uma sociabilidade dirigida e não espontânea, além de normalmente corresponderem às vivências de classe média e das mulheres,

que são suas principais participantes. Essas mulheres, em grande parte viúvas, estão, às vezes, vivendo um tempo de maior liberdade, e podem pensar um pouco mais em si. Não obstante o fato dos programas para a terceira idade terem uma importância relativa, visto que possibilitam e ampliam a sociabilidade geracional, eles também são guetificantes. Resta, contudo, buscar o necessário convívio e solidariedade entre as gerações.

3- ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Morvan Moreira, ao definir envelhecimento populacional escreve: "... a população envelhece à medida em que a idade média da população que a compõe aumenta. Em essência, pode-se considerar que a idade média da população aumenta, ou seja, a população envelhece quando aumenta a proporção dos idosos da mesma". Com o objetivo de medir o envelhecimento das populações, diversos índices têm sido propostos. Contudo citaremos três medidas que parecem ser as mais eficientes e utilizadas para este fim:

- i) proporção da população com 65 anos e mais;
- ii) razão entre a população com 65 anos e mais e população entre 15 e 64 anos (taxa de dependência de idosos);
- iii) razão entre a população com 65 anos e mais e população com menos de 15 anos (índice de idosos).

Conforme podemos notar, essas medidas representam valores relativos, proporcionais. No entanto é importante ficar atento para os números absolutos das populações, principalmente no caso dos países em desenvolvimento. A esse respeito escreve Morvan Moreira: "... dada a dimensão dos volumes populacionais absolutos envolvidos no caso dos países subdesenvolvidos e a sua característica de pobreza, o processo de envelhecimento dos países pobres assume contornos preocupantes." (MOREIRA, 1997).

Analisando as características de envelhecimento, alguns autores têm chamado os países desenvolvidos de "Mundo dos Números Relativos" e os países em desenvolvimento de "Mundo dos Números Absolutos". Segundo estimativas da "United Nations" de 1994, constantes da tese de Morvan Moreira, os países desenvolvidos terão em 2050 em torno de 1.207.504.000 habitantes (12,3% da população mundial). A população de 65 anos e mais representará algo em torno de 23,7% do total desses países e 19,9% da população idosa do mundo. O índice de idosos médio será de aproximadamente 135,3%. Em contrapartida, a população dos países em desenvolvimento será de aproximadamente 8.625.703.000 habitantes (87,3% da população mundial). Desse total 13,4% terão 65 anos ou mais, o que representará 80,1% da população idosa do mundo. O índice de idosos médio desses países será de 63,2%. Essa mesma entidade estima os seguintes índices de idosos em 2050 para alguns países selecionados: Espanha: 265,0%; Itália: 248,4%; Alemanha: 211,6%; Japão: 192,4%; França: 138,4%; Reino Unido: 124,2%; Brasil: 92,5%.

O que leva as populações a envelhecerem? Ao contrário do que tende a crer o senso comum, o envelhecimento populacional está menos relacionado com o aumento da longevidade e principalmente associado ao declínio da fecundidade.

Como exemplo, citaremos alguns dados referentes à dinâmica demográfica do Brasil. Do início do século XX até meados dos anos 60 a taxa de fecundidade total no Brasil era de aproximadamente 6 filhos por mulher em idade reprodutiva. Durante esse período, a proporção de pessoas idosas na população (65 anos e mais) ficava entre 2% e 3%. A partir do final da década de 60 inicia-se o processo de declínio da fecundidade das mulheres brasileiras que tem como uma de suas conseqüências a desestabilização da estrutura etária da população. Na última década do século passado a taxa de fecundidade total atinge valores próximos de 2,5 filhos por mulher em idade reprodutiva e a proporção de idosos se aproxima dos 5%. Projeções populacionais realizadas para o Brasil estimam que a proporção de idosos atingirá mais de 10% em 2025 e deverá se estabilizar em patamares superiores a 18% em 2050. A pirâmide etária da população brasileira deixa então de ter a base larga e forma triangular (característica de regimes de elevadas taxas de fecundidade e de mortalidade) para assumir uma forma mais arredondada, com base reduzida (típica de populações em processo de redução de fecundidade). Projeções populacionais estimam para meados do século XXI uma pirâmide retangular, característica de populações estacionárias (MOREIRA, 1997; BERQUÓ & BAENINGER, 2000).

Com o objetivo de avaliar a importância relativa do declínio da fecundidade e da mortalidade no processo de envelhecimento da população brasileira, Moreira realiza uma simulação e mostra que quase 72% da variação no índice de idosos da população projetada entre 1995 e 2020 se deveria à queda da fecundidade. A queda da mortalidade geraria apenas 21% na variação do índice e o efeito combinado da redução da fecundidade e da mortalidade concorreria com os 7% restantes (MOREIRA, 1997).

Um aspecto marcante do processo de envelhecimento da população brasileira é o crescente aumento da proporção de mulheres no total da população idosa do país, resultado de experiências diferenciadas de mortalidade por sexo. Dados do censo demográfico de 1991 indicam que a população feminina com mais de 65 anos representava 2,5% da população, ou seja, 19% superior à masculina, que era de 2,1%. Dados do censo demográfico de 2000 indicam que a população feminina com mais de 65 anos é quase 27% superior à masculina. Projeções para 2050 estimam que a população de mulheres idosas será 40% superior à de homens (MOREIRA, 1997).

Ao refletir sobre a feminização do envelhecimento Guita Debert (1997) escreve: "...é, sobretudo, importante refletir na especificidade do curso da vida das mulheres. [...] para elas a vida é muito menos institucionalizada que para os homens". Alguns dados apontam para essa especificidade dos idosos (e principalmente das idosas) brasileiros. Na população total menos de 20% das mulheres são chefes de domicílio ao passo que na população com 65 anos e mais esse número sobe para quase a metade. A população de mulheres idosas se constitui principalmente de viúvas. Outra tendência que se observa é a do recasamento por parte dos homens. Se, por um lado apenas um terço das mulheres com mais de 65 anos encontram-se casadas ou unidas, por outro mais de três quartos dos homens estão nessa situação conjugal.

Característica importante a respeito da população idosa que deve ser mencionada é a que trata dos arranjos familiares desses indivíduos: mulheres chefes

morando sozinhas são em número bastante superior ao dos homens. A esse respeito, Berquó escreve que

...a viuvez ou a separação podem levar as mulheres à chefia de famílias monoparentais ou a viverem na casa dos filhos, e ainda que "As condições materiais de existência, a solidariedade entre familiares, gerações e pessoas, as opções por independência ou por acomodação, a necessidade de aceitar o que não tinha outro remédio, ajudaram certamente a dar forma a este perfil do envelhecimento e da família no Brasil (BERQUÓ, 1997).*

A mudança no padrão de famílias extensas para famílias nucleares e sua consequência sobre a população idosa tem merecido a reflexão de vários autores. Emília Vazquez escreve que

...a separação residencial das gerações familiares está marcada tanto pelas profundas transformações na forma de pensar e modo de vida, quanto pelas modificações na estrutura demográfica da família (VÁSQUEZ, 1993).

E sobre a situação no Brasil opina Guita Debert,

...no Brasil, o declínio da família extensa, combinado com um Estado incapaz de resolver os problemas básicos da maioria da população, deixa os idosos em situação de extrema vulnerabilidade (DEBERT, 1997).

3.1 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O processo de envelhecimento, que se encontra em estágio bastante adiantado nos países desenvolvidos e em rápida ascensão nos países em desenvolvimento tem merecido muita atenção dos organismos internacionais bem como dos governos. O Banco Mundial, por exemplo, publicou em 1994 o terceiro volume da série "Policy Research Reports" intitulado "Averting the Old Age Crisis". Esse trabalho, resultado de pesquisas em diversos países, tem por objetivo definir um arcabouço para orientar as políticas de seguridade e sistemas de aposentadoria principalmente dos países em desenvolvimento. Nesse estudo o Banco Mundial sugere que o sistema de aposentadoria seja apoiado em três pilares: um de gerenciamento público, obrigatório, que teria por finalidade reduzir a pobreza entre os idosos; o segundo pilar que teria sua administração privada; e o terceiro pilar que seria constituído do sistema de economia voluntária (World Bank, 1994).

Sistemas de financiamento de aposentadoria constituem um tema que tem gerado muitas polêmicas. A esse respeito escreve Pedro Vera:

...o primeiro argumento é o que mantém que essa decisão (de aposentadoria) procura deixar espaço para o trabalho das gerações jovens [...] O segundo argumento que se postula a aposentadoria uma vez chegada a idade mágica de sessenta e cinco anos é do merecido descanso [...] Assim, a aposentadoria é socialmente concebida como direito e também como uma graça ou concessão do Estado e/ou de seus governantes. Mais adiante o autor polemiza: "...os idosos, em realidade, não são mantidos por nada, senão por eles mesmos,

que foram pagando ao longo de sua vida de trabalho e mediante sua cotização” (SÁNCHEZ VERA, 1993).

Apesar do esforço no sentido de se buscar o bem estar dos idosos, a operacionalização de leis tende a seguir por caminhos curtos e imediatistas, mercedores de críticas como as que já fazia há mais de 10 anos, Debert:

...em um contexto em que os custos da cobertura médico-assistencial da velhice avançada são cada vez mais altos e em que o prolongamento da vida humana tem se traduzido em um perigo para a reprodução da vida social, a solução proposta pelos experts envolve três tipos de medidas: diminuição dos gastos públicos, aumento dos impostos e diminuição dos vencimentos dos aposentados (DEBERT, 1997).

A discussão e as legislações conseqüentes sobre reformas previdenciárias deveriam levar em consideração as modificações na estrutura etária da população. Tais modificações prenunciam um conflito intergeracional e sobre isso escreve Moreira:

...no Brasil, temporariamente, o amplo crescimento da população em idade ativa obscurece o acréscimo da população idosa e afasta as preocupações associadas ao menor crescimento e envelhecimento da força de trabalho, que tenderá a ocorrer quando o efeito da fecundidade elevada passada tiver desaparecido e as coortes forem todas nascidas em condições de fecundidade decrescente. Entretanto, no intervalo dessa transição, com as altas taxas de crescimento da população em idade ativa, o aumento da oferta de mão de obra imporá sobre o sistema produtivo uma forte pressão sobre o desempenho econômico e a geração de empregos. Ademais, ficará para um futuro não muito distante a grave questão de como as coortes nascidas após a queda da fecundidade se ajustarão à necessidade de sustentarem as imensas coortes nascidas anteriormente à queda da fecundidade, discussão essa que é crucial para as mudanças na previdência social. (MOREIRA, 1997).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os tempos o Homem buscou prolongar sua existência na Terra. Dessa busca têm frutificado inúmeros avanços em diversas áreas e como conseqüência a esperança de vida ao nascer elevou-se de algo em torno dos 40 anos no início deste século para mais de 80 anos em alguns países desenvolvidos. No entanto, a grande alteração de comportamento que provoca profundas conseqüências na estrutura etária das populações e por extensão, em termos socioeconômicos, é o declínio da fecundidade. Como conseqüência desse fato, o principal foco das atenções dos formuladores de políticas tem mudado da juventude para os idosos. Frequentemente o envelhecimento populacional é visto como um dos principais problemas do século XXI. No entanto, a visão pessimista a respeito desse fenômeno não é única. Notestein (1953) diz: “visto como um todo o problema do envelhecimento não é de todo um problema. É apenas um jeito pessimista de olhar um grande triunfo da civilização”.

Os ganhos quantitativos e principalmente qualitativos de idade dos indivíduos têm provocado grandes alterações nos papéis sociais (e também nos estereótipos)

dos idosos. Contudo, em virtude da heterogeneidade das populações idosas seus papéis sociais são muitas vezes contraditórios. Os anos da velhice seriam os anos da plenitude ou da decrepitude? Os anos da experiência ou anos da decadência? Anos de atividade ou de inatividade? Anos do apagar das luzes ou de realizações de sonhos abandonados no tempo em que só se tinha tempo para o trabalho? Os problemas do envelhecimento às vezes são vistos como de responsabilidade individual. Porém, sobre isso opina Guita Debert: "Transformar os problemas da velhice em responsabilidade individual, em negligência pessoal, em falta de motivação, em adoção de estilos de vida e formas de consumo inadequadas é recusar a solidariedade pública entre as gerações, o que é um dos fundamentos dos Estados Modernos" (DEBERT, 1997). Essa mesma autora escreve sobre a universalização do direito à aposentadoria.

A representação da velhice como um processo contínuo de perdas - em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono, de desprezo e de ausência de papéis sociais - foi responsável por uma série de estereótipos negativos em relação aos velhos, mas foi, também, um elemento fundamental para a legitimação de um conjunto de direitos sociais que levaram, por exemplo, à universalização da aposentadoria.

Entretanto alguns autores manifestam uma visão apocalíptica do envelhecimento como, por exemplo, Pedro Vera: "... parece contraditório que sejam os governantes do Estado do Bem Estar os que mais falam do apocalipse produtivo e da quebra dos sistemas de seguridade social como consequência do envelhecimento, sem que exista correspondência entre os discursos e os fatos...". Esse autor cita Baudrillard para reforçar sua opinião: "Com o incremento da esperança de vida, se produz uma importante vitória da ciência sobre a morte, entrando aqui em contradição essa vitória da ciência com a racionalidade do sistema" (SÁNCHEZ VERA, 1993).

O processo de envelhecimento da população brasileira tem merecido atenção por parte do governo. Entretanto existem alguns aspectos demográficos que necessitam ser considerados pelos formuladores de políticas públicas. Um deles é a feminização da população idosa ocasionada pela mortalidade diferencial por sexos. Outro aspecto essencial a ser considerado é o dos arranjos familiares e formação de domicílios. A transformação do sistema de famílias extensas para nucleares e de número cada vez menores de componentes tem como consequência a diminuição das possibilidades de solidariedade entre os seus membros, o que exigirá ações efetivas dos governos nessa área. Um terceiro fenômeno a ser considerado é o da migração das populações idosas por diversos motivos, principalmente os de saúde.

Apesar de inúmeras situações nem sempre fáceis de serem solucionadas, o processo de envelhecimento - esse fenômeno individual social e demográfico - não deve ser visto com pessimismo. Atualmente a maioria das crianças conhece seus avós e até mesmo os bisavós. Além do mais, a busca do bem estar e de melhores condições socioeconômicas deve ser uma constante, mesmo reconhecendo que as opiniões sobre os meios para se atingir esse fim são muitas vezes conflitantes. Para encerrar este trabalho transcrevemos Anna Collado (1993), que cita um ditado cuja essência parece ser compartilhada de forma unânime por todos os pensadores do envelhecimento: "Uma proporção cada vez maior de pessoas alcança idades avançadas,

sobretudo as mulheres. A questão é em que estado de saúde se vive nessas idades... Não se trata de dar mais anos à vida mas sim mais vida aos anos".

ABSTRACT

The aim of this article is to approach aspects of the aging process as a individual, social and of the population phenomena. Some figures about the Brazilian people with more than 65 years old are presented. Finally, the authors discuss the consequences of the aging of the population.

Key-words: Aging, Populational aging, Populational aging consequences.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUÓ, E. & BAENENGER, R. *Os idosos no Brasil: Considerações demográficas*. Textos NEPO. Núcleo de Estudos de População, Unicamp, Campinas, 2000.
- BERQUÓ, E. *Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil*. In: *Anais do I Seminário Internacional "Envelhecimento Populacional: Uma agenda para o final do século"*, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1997.
- CABRÉ, A. *Algunas consideraciones sobre el envejecimiento demográfico em España y su evolución futura*. In: SÁNCHEZ VERA, Pedro (org.) *Sociedad Y Población Anciana*. Murcia, Espanha, 1993.
- COLLADO, A. *Consecuencias del envejecimiento de la población*. In: SÁNCHEZ VERA, Pedro (org.) *Sociedad Y Población Anciana*. Murcia, Espanha, 1993.
- COSTA, L.V.A. *Política Nacional do Idoso - Perspectiva Governamental*. In: *Anais do I Seminário Internacional "Envelhecimento Populacional: Uma agenda para o final do século"*, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1997.
- DEBERT, G. G. *As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual*. In: *Anais do I Seminário Internacional "Envelhecimento Populacional: Uma agenda para o final do século"*, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1997.
- MOREIRA, M. M., *Envelhecimento da População Brasileira*, Tese de Doutorado, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- MOTTA, A.B. *Palavras e Convivência - idosos hoje*. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis/UFSC. Vol. 5, nº 1, 1997.
- NOTESTEIN. *Economics Problems of Population charge*. Proceeding of the international Conference of Economists. London: Oxford Press, 1953.
- SÁNCHEZ VERA, Pedro (org.). *Sociedad Y Población Anciana*. Murcia, Espanha, 1993.
- VASQUEZ, E. R. *La ancianidad, un producto social*. In: SÁNCHEZ VERA, Pedro (org.) *Sociedad Y Población Anciana*. Murcia, Espanha, 1993.
- WORLD BANK. *Averting the old age crisis*, World Bank Policy Research Report, 1994.

POLÍTICA DE ATENÇÃO À VELHICE: PRESSUPOSTOS E SIGNIFICADOS – UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA CULTURAL¹

Estela Saléh da Cunha**

RESUMO

Este artigo tematiza o campo das políticas sociais relativas à gestão da velhice, sobretudo a previdenciária, do ponto de vista do seu significado para a construção do envelhecimento. Toma como ponto de partida a concepção de que a velhice é socialmente construída e, como tal, é marcada pelas condições de produção material e simbólica da sociedade capitalista, adquirindo significados diferentes ao longo dos anos.

Pretende ainda demonstrar que o caráter das políticas de atenção aos idosos e o tom do discurso político e social têm papel fundamental no modo como a sociedade contemporânea tem construído suas representações sobre o envelhecimento e no modo como os próprios idosos o fazem.

Palavras-chave: Trabalho, envelhecimento, Estado, questão social, política social e previdenciária

INTRODUÇÃO

A abordagem aqui adotada é resultado de experiências e reflexões que venho acumulando acerca da temática do envelhecimento, ao longo da minha vida acadêmica e profissional². Foi através destas experiências que pude entrar em contato não só com essa temática, mas também entender que a questão da idade não deve ser

** Professor Substituto do FSS/UJFJF.

1 Artigo apresentado ao Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UJFJF como quesito para a conclusão do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Social do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL.

Orientadora: Professora Mestre Josimara A. Delgado – doutoranda no Programa de Pós-graduação da ESS – UJFJF.

2 Tais como: o estágio desenvolvido no então Programa de Extensão UJFJF/Terceira Idade no Projeto "Terceira Idade: envelhecimento e memória"; a atuação como coordenadora, no ano 2000, deste mesmo Projeto; a realização de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar as representações sociais predominantes entre os idosos de Juiz de Fora. Tal pesquisa embasou a minha monografia de conclusão do curso de graduação em Serviço Social sobre o tema:

compreendida somente como um dado biológico e sim, como uma construção sócio-cultural que tem um papel na organização da sociedade e na construção das identidades sociais e individuais. Assim, a premissa central que vem guiando minhas atividades, e que também é o norte desta reflexão, é a de que as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos, os quais são constituintes da vida social, das relações travadas pelos sujeitos e da própria formação destes.

E é sob este enfoque que pretendo desenvolver a questão específica a qual me dedico nesse espaço: aquela da gestão do envelhecimento através das políticas sociais – sobretudo a previdenciária, que é uma das questões mais pertinentes a todos os que se interessam pela temática do envelhecimento, dada a visibilidade social que atinge e à problemática que envolve. No contexto contemporâneo, no qual reside meu interesse de análise, esta questão tem sido destacada nas agendas políticas; o envelhecimento tem sido objeto de leis específicas, bem como outros discursos, como o gerontológico, por exemplo, têm formulado versões sobre o que é envelhecer no mundo atual. Assim, o que busco nesse artigo é justamente refletir sobre esse quadro posto na contemporaneidade, do ponto de vista dos significados que as formas de gestão do envelhecimento, nela engendradas – com destaque para as políticas sociais, particularmente a previdenciária – contêm acerca do próprio envelhecimento, dos velhos e da sociedade.

Como se pode perceber o objeto em questão é complexo; mas o que irei desenvolver aqui é uma forma específica de aproximação desse universo, privilegiando a recuperação dos principais eixos integrantes do debate teórico que lhe constituem e que permitem revelar sua complexidade.

1- VELHICE: CATEGORIA SOCIALMENTE CONSTRUÍDA

Para a tematização que está aqui sendo proposta, ou seja, pensar as políticas sociais relativas à gestão da velhice, sobretudo a previdenciária, do ponto de vista de seu significado para a construção do envelhecimento contemporâneo, parto de um esquema mais geral de compreensão sobre o envelhecimento no interior do qual tal fenômeno é tomado como uma construção social. Esse é um encaminhamento fundamental para que as concepções sobre o envelhecimento e as formas de geri-lo que surgem num determinado contexto, como as políticas sociais e os discursos científicos³, sejam percebidos como elementos que, integrantes dessa

³ "Representações sociais da velhice: o processo de envelhecimento sob a ótica do idoso", bem como a formulação de um projeto de intervenção junto a este público específico intitulado "Memória e experiência: patrimônio histórico e cultural". Além dessas, cabe ainda ressaltar as mais recentes como professora substituta na Faculdade de Serviço Social, ministrando a disciplina "Laboratório de Serviço Social em áreas de intervenção IV" que tem por objetivo discutir o processo de envelhecimento e as políticas de atenção para este público, e, supervisionando o estágio curricular e coordenando alguns Projetos de Extensão no Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento/UJFJ.

3 Sobre o discurso científico e outras formas de gestão institucional do envelhecimento, consultar o trabalho de Debert (1999).

construção, produzem, reforçam e recriam imagens e significados relacionados à última etapa de vida.

Nesse sentido, é só a partir dessa compreensão que se pode pensar nas políticas sociais, sobretudo a Previdenciária, do ponto de vista de seu papel na questão da gestão do envelhecimento, não apenas do ponto de vista da racionalidade econômica, mas também dos significados que instaura em termos dos valores e expectativas quanto a direitos sociais, bem como das identidades individuais e coletivas que funda.

1.1 ENVELHECIMENTO E MODERNIDADE

O estudo do envelhecimento a partir do enfoque nas políticas sociais direcionadas a essa etapa de vida, especialmente a previdenciária, remete a discussão, necessariamente, ao universo da modernidade ocidental contada pela construção da sociedade burguesa, uma vez que é só nesse contexto que tais políticas surgiram de forma sistematizada na ação do Estado, integrando a ampliação dos direitos de cidadania.

Cabe aqui, recuperar os significados atribuídos ao envelhecimento nesse momento, justamente ligados à consolidação do direito à aposentadoria, bem como à chamada institucionalização do curso da vida com base na idade cronológica, enfim, significados ligados a alguns dos núcleos centrais desse tempo, sobretudo a constituição de uma sociabilidade marcada pela individualização das relações e pelo mercado capitalista. Sobretudo os estudos antropológicos e a pesquisa histórica têm contribuído para a compreensão dos diferentes significados e formas de periodização da vida construídas pelas diversas culturas (ARIES, 1978). Consagra-se nesse campo do conhecimento, a identificação, nas sociedades tradicionais, da construção de categorias de idade com base em critérios tais como os estágios de maturidade e geração (DEBERT, 1994) e, pois, de representações sobre a vivência do envelhecimento também moldadas dentro desses marcos. De um modo geral, o que se desprende desse campo de pesquisa é uma imagem do envelhecimento em que essa condução é percebida em função da posição da pessoa que envelhece no interior de uma estrutura mais englobante de relações representada pela família, vizinhança ou comunidade.

É também a mesma tradução intelectual que revela, nas sociedades ocidentais, a predominância de um outro critério de periodização do curso da vida, qual seja, o critério cronológico, expressão da hegemonia de uma concepção individualista do homem no mundo moderno.

Nas sociedades capitalistas ocidentais, as idades cronológicas são um mecanismo básico "de atribuição de status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria)" (DEBERT, 1994a, p. 16). Os critérios e as normas da idade cronológica são impostos nas sociedades capitalistas ocidentais por exigência de leis que determinam os direitos e deveres dos cidadãos, aqui compreendidos como indivíduos isolados, independentes de sua posição geracional ou seu grau de maturidade. Isto significa que a idade assume uma dimensão fundamental na organização social. As transformações históricas decorrentes do processo de modernização das sociedades ocidentais capitalistas foram responsáveis não somente pela forma como

a vida é periodizada, mas também pela crescente “institucionalização do curso da vida”. Tais transformações dizem respeito a mudanças estruturais na economia, que sofre a transição de uma economia de base doméstica e familiar para uma economia baseada na exploração da força de trabalho. O Estado Moderno torna-se a instituição responsável pela orientação do curso da vida, estando a regulamentação estatal presente em praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho. Esta institucionalização do curso da vida é responsável pela padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice, através da criação de um complexo sistema que engloba as fases de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

É esse o marco histórico para a construção de algumas das imagens que decisivamente marcaram as interpretações e formas de gestão do envelhecimento na sociedade moderna, qual seja, o marco da formação do mercado capitalista e da estruturação de seus mecanismos reguladores, destacando-se aqui as estratégias estatais que passam a absorver questões do mundo privado, regulando esse espaço, no sentido de promover a demarcação da idade produtiva.

Sobre uma importante imagem do envelhecimento que se constituiu a partir daí tem-se aquela da desvalorização da pessoa que envelhece. Nessa sociedade em que o valor do ser humano é dado por sua força de trabalho e por sua inserção no mercado de trabalho, os velhos são percebidos como indivíduos sem valor, já que não participam mais do processo produtivo. A esta desvalorização alia-se uma série de categorias desabonadoras e mesmo estigmatizantes. Ao mesmo tempo, a aposentadoria, determinada pela necessidade de substituição das gerações no trabalho, torna-se o marco social da velhice. Assim, essa etapa passa a ser sinônimo de improdutividade e a aposentadoria passa a representar a “morte social” (SALGADO, 1992, p. 162) dos idosos. Contudo, é sob esse estigma que se constroem as políticas previdenciária, como salienta Simões (2000: 15), “...essas perdas que configuram o declínio físico do envelhecimento, hoje [...] tidas como sustentáculo da estigmatização social dos velhos [...] formaram a base que se assenta o direito social à aposentadoria”.

A fim de elaborar melhor esse ponto, faz-se necessário um resgate histórico da institucionalização do direito à aposentadoria.

No plano econômico, a aposentadoria foi, desde os primeiros sistemas públicos de proteção instituídos na Europa do século XIX, uma forma de marcar a incapacitação para o trabalho. Até então, enquanto gozassem de vigor físico e saúde, os trabalhadores idosos permaneciam em seus empregos. A velhice estava associada à invalidez, à incapacidade de produzir, e frequentemente a maior parte dos recursos destinados à aposentadoria ia para os “doentes” e “inválidos” e não para os velhos. Sendo assim, podemos afirmar que a velhice se confundia com outras formas de incapacitação para o trabalho não sendo tratada como um problema social à parte; é o que Guillemard (1980) caracteriza como uma “velhice invisível”.

Nas primeiras décadas do século XX, devido especialmente às transformações nas formas de organizar e gerir a mão-de-obra, tendo em vista a maximização da produtividade, os trabalhadores idosos, ainda que conservassem a saúde e o vigor físico, passaram a ser discriminados por serem mais lentos e não atingirem o nível de produtividade esperado e desejado pelas indústrias modernas. Assim, segundo Simões (1997, p. 176) “elaborou-se uma modalidade de envelhecimento profissional, associada a inadaptação às novas condições de trabalho e à produtividade declinante”.

Em decorrência, o interesse pela aposentadoria dos trabalhadores começou a crescer entre os industriais que viam nela um meio de livrar as empresas da responsabilidade de prover emprego e renda para estes trabalhadores.

O sistema de aposentadoria, como salienta Simões (2000, p. 36) "... representou um importante instrumento para as estratégias patronais de gestão de mão-de-obra", na medida em que permitiu que os empregadores se desembaraçassem de seus empregados mais velhos, entregando sua manutenção aos cuidados do Estado⁴.

Considerando-se o que foi exposto até então, podemos afirmar que a crença na incapacidade produtiva dos trabalhadores mais velhos foi, desde meados do século XIX, o fator impulsionador à legitimação da aposentadoria como um período em que a sobrevivência destes trabalhadores deveria ser suprida pelo Estado. Desta forma, como assinala Castel (*apud* SIMÕES, 2000), o Estado, a partir da criação dos sistemas de proteção baseados no seguro social elaborados ao longo do século XIX como uma nova forma de gerir os riscos sociais emergentes das relações estabelecidas no interior da sociedade capitalista, acentua o seu caráter regulador e administrador da propriedade social.

Assim, há uma estreita relação entre as preocupações públicas com a aposentadoria e as formas de discriminação dos trabalhadores idosos. A institucionalização da aposentadoria associada às formas de discriminação etária da força de trabalho que define critérios de ingresso, promoção e saída do mercado de trabalho, foi um dos diversos meios utilizados pelo patronato para se desfazer dos trabalhadores mais velhos.

Entretanto, não se pode reduzir a lógica que leva à criação das caixas de aposentadoria tão somente às más intenções do patronato visando aumentar a exploração da força de trabalho, ou ainda à tentativa de tornar os operários mais dóceis e disciplinados, visto que, é inegável que a aposentadoria contribuiu para reforçar a fidelidade ao emprego já que esta agora oferecia ao operário uma segurança futura. Como observa Lénoir (*apud* SIMÕES, 2000), tal redução significaria desconsiderar os conflitos existentes a respeito das formas de exploração da mão-de-obra, travados não só entre as diferentes classes sociais francesas do final do século XIX, mas também no interior da classe dominante. Tais conflitos eram sustentados pela denúncia da pauperização da classe trabalhadora, utilizada pelos socialistas como uma arma crítica contra a burguesia industrial. Cabe aqui ressaltar que os sistemas de aposentadoria adotados nos países ocidentais industrializados até a Segunda Guerra Mundial, proporcionavam uma renda apenas suplementar, e não substitutiva, aos salários cada vez menores dos trabalhadores mais velhos ativos, ou seja, os benefícios de aposentadoria pagos ao velho trabalhador não eram suficientes para garantir o seu sustento. O "contrato intergeracional" (SIMÕES, 1997) que deu origem aos sistemas de aposentadoria foi, inicialmente, um contrato baseado na definição de quem poderia e deveria trabalhar, e só mais tarde tornou-se um contrato visando estabelecer uma renda substitutiva ao trabalhador inativo.

Os sistemas de aposentadoria instituídos no pós-guerra inspirados no Relatório Beveridge⁴, se distinguem dos anteriores, principalmente no fato de que o direito à

4 Nome associado ao do economista inglês William Beveridge, que em 1942 escreveu o famoso Relatório (BEVERIDGE, 1943) saudado como o marco fundador da nova ordem social dos países avançados após a Segunda Guerra Mundial.

aposentadoria deixou de ser atributo do trabalhador, passando a ser um atributo universal, estendido a todo cidadão, independente de seu status profissional. Dessa perspectiva, o regime de aposentadoria criado sob o princípio da seguridade social é responsável pela implementação de uma nova esfera de solidariedade que engloba todas as categorias profissionais, proporcionando sua ampliação do âmbito restrito das relações familiares ou comunitárias para o âmbito mais amplo do mundo do trabalho, até abarcar o Estado-nação. Ainda segundo Simões (2000, p. 42) é possível afirmar que “os regimes públicos de proteção à velhice contribuíram para construir a nação como referência da identidade coletiva”. Desta forma, a aposentadoria, do ponto de vista político, é uma espécie de contrato entre gerações que possibilita a emergência de uma esfera pública para além do âmbito da solidariedade familiar privada. “A Seguridade Social converteu a aposentadoria num direito universal do trabalho, fundindo as aspirações dos trabalhadores pela garantia de subsistência na velhice e pelo descanso no final da vida” (SIMÕES, 2000, p. 40).

O contrato intergeracional se transformou em uma ligação essencial do contrato público entre o capital, o trabalho e o Estado nas sociedades modernas. Tal contrato, vincula não apenas os trabalhadores ativos aos inativos, mas também estabelecem uma relação de reciprocidade entre o indivíduo e o Estado. “Assim, a aposentadoria, enquanto instrumento de solidariedade público entre as gerações, deveria ser tratada não só como uma questão de economia política, mas também como uma questão de ‘economia moral’” (SIMÕES, 2000, p. 45)

Considerando-se o que foi anteriormente exposto, conclui-se que os sistemas públicos de aposentadoria foram, por um lado, um meio de responder aos riscos do mercado, e por outro, constituíram uma estratégia para o fundamento de um novo “mundo social” e para o funcionamento de uma economia nacional de mercado configurada para estabelecer uma racionalização da mão-de-obra e do mercado e criar uma esfera de solidariedade e legitimidade no plano nacional.

A solidariedade entre as categorias profissionais que garantiria, segundo o Relatório Beveridge, a proteção a toda comunidade nacional dos trabalhadores, bem como a proteção contra uma série de riscos capazes de afetar a capacidade dos indivíduos suprirem as suas necessidades e as de suas famílias através do trabalho; nos regimes de aposentadoria (esta solidariedade) se traduziu numa “solidariedade intergeracional” que definiu a velhice como um período de “inatividade remunerada” (GUILLEMARD *apud* SIMÕES, 2000, p. 44).

Essa breve recuperação histórica das políticas previdenciárias no decorrer da evolução da sociedade capitalista nos fornece o quadro macro-institucional para o estabelecimento de importantes formas de representar o envelhecimento as quais estão na base das identidades de diversas gerações de trabalhadores. Trata-se, justamente, de uma compreensão do envelhecimento em sua ligação com a aposentadoria e, pois, com a interrupção de uma série de atividades sociais, fixando-se desta forma, papéis precisos para o idoso. Mas, trata-se, sobretudo, da percepção desse momento de descanso como um direito, merecido em função do trabalho realizado nos vários anos de vida produtiva.

O entendimento desse momento referencial acerca do envelhecimento é central para que se perceba o giro promovido na contemporaneidade pelas chamadas novas imagens e sensibilidades em torno do envelhecimento, marcadas sobretudo pela

idéia de Terceira Idade. É nesse contexto em que a velhice é desvinculada da aposentadoria e ligada a novas possibilidades que se colocam socialmente os mecanismos para a sua "reprivatização" e, pois, para o questionamento da aposentadoria como direito a ser assegurado pelo Estado.

1.2 VELHICE E CONTEMPORANEIDADE: APOSENTADORIA VERSUS TERCEIRA IDADE

As rápidas transformações tecnológicas e de valores, ocorridos no capitalismo contemporâneo, como assinalam Debert (1994a) e Featherstone (1994), as quais estariam apagando a importância da idade cronológica ao facultarem, aos indivíduos, uma flexibilidade de experiências independentes de suas idades, têm um papel fundamental na construção de novas representações sobre a velhice e, por consequência, sobre as novas formas de viver e gerir o envelhecimento. Esse movimento é caracterizado por Debert (1994a) como sendo o fenômeno da "desconstrução da velhice", e por Featherstone (1994) como o da "descronologização da vida", em que a última etapa da vida é dissociada dos elementos que definiriam o envelhecimento na constituição do curso da vida moderno, quais sejam a aposentadoria e a idade cronológica. Tal movimento acompanha um processo mais amplo de mudanças culturais em que são redefinidas a intimidade e a construção das identidades, mediante a formação de um mercado globalizado de estilos de vida que oferecem múltiplas possibilidades para a realização pessoal⁵, inclusive para a vivência do envelhecimento bem sucedido.

As idéias de que o idoso é vítima de um processo de pauperização, que sua incapacitação para o trabalho o lança no desamparo e que, por isso, seus cuidados devem ser assumidos pelo poder público, tiveram uma importância fundamental na consolidação e legitimação da aposentadoria como direito. Hoje, porém, o que se assiste é a desvinculação entre a aposentadoria e a última etapa da vida. Conforme salienta Stucchi (1998) ao se definir a terceira idade como a idade do lazer, de novas aprendizagens e de realizações de sonhos, concebe-se, como por consequência, a idéia de "aposentadoria ativa" a partir da imagem de que a vida começa aos 60 anos. A aposentadoria deixa assim, de ser um momento de recolhimento e descanso, passando a pertencer a uma "...série de 'novas' etapas da vida adulta que, em vez de falar do envelhecimento como um conjunto de perdas e privações, procuram enfatizar os ganhos e enriquecimentos que a maturidade traz" (SIMÕES, 2000, p. 47). A velhice passou a ser representada como uma fase a ser aproveitada. Contudo,

...do mesmo modo que funda novas possibilidades de se experimentar o envelhecimento, essa desconstrução da velhice coloca a questão no plano das opções individuais, [...] como uma questão de autoconvencimento, produzindo a imagem do idoso jovem e reforçando uma outra imagem de velhice, a do velho inativo, interpretada como uma opção pessoal. (DELGADO, 1996, p. 62)

Paralelo ao movimento de redefinição dos conceitos e concepções sobre o envelhecimento, define-se também um novo mercado de consumo voltado para as

5 Sobre isso, ver Harvey (1992) e Featherstone (1995)

pessoas idosas detentoras de certa posição social e que adquirem bens especialmente a elas destinados. No entanto, "... as expectativas relacionadas com a reprogramação da vida visando a um envelhecimento bem sucedido, com a transformação dos idosos em um novo mercado de consumo, trazem consigo uma dissolução dos problemas relacionados com a defesa dos direitos sociais dos mais velhos". (SIMÕES, 2000, p. 48)

De um modo geral, as realidades acima indicadas compõem o processo denominado por Debert (1998) de "reprivatização da velhice" o qual se caracteriza pela conversão dos problemas dos mais velhos em uma questão de responsabilidade individual. Cada indivíduo é responsável pela adoção de estratégias para prevenir a decadência física e psicológica associada à velhice. Portanto, aqueles que não se empenham em desenvolver uma nova carreira, participar de atividades de lazer, etc. são considerados seres problemáticos que necessitam de motivação. Essas novas representações associadas à velhice, criam novos estereótipos como o do velho inativo, bem como ajudam a difundir a idéia de que não existem mais limites à experiência sócio-cultural do homem o que, no extremo, leva ao entendimento de que a morte pode ser revogada. A partir destas constatações, é possível explicar o fato de um dos eixos fundamentais em torno do qual se estrutura as novas representações sobre a velhice, na sociedade contemporânea, referir-se ao enaltecimento da atividade como forma do indivíduo manter-se útil socialmente e distanciar-se das idéias de inatividade e inutilidade associadas à velhice.

Desta forma, a velhice não é percebida como uma construção histórico-social-cultural, mas simplesmente como uma condição individual.

Essa desestabilização dos estereótipos da velhice, configurada nas novas imagens e representações sobre a mesma, baseiam-se em algumas realidades visíveis que indicam uma experiência inusitada de envelhecimento na sociedade contemporânea, tanto em termos individuais como sociais. Um dos elementos que constituem esta realidade é o próprio crescimento da população idosa que representa, hoje, uma ponderável parcela da população mundial, não verificável apenas nos países ricos. Tal crescimento pode ser explicado, por um lado, como sendo proveniente dos avanços da medicina que possibilitam a queda nas taxas de mortalidade e natalidade e, por outro, pela melhoria das condições sócio-econômicas de vida da população em seu conjunto. Outro aspecto desta realidade é representado pelo fato de que muitas das dificuldades físicas tradicionalmente atribuídas ao processo de envelhecimento são associadas a fatores externos provenientes dos hábitos e costumes da vida contemporânea e que, portanto, podem ser vivenciados em qualquer etapa da vida. Além disso, pelo menos nos países ricos, já não é mais sustentável a equação entre velhice e pobreza, visto que, diante das sombrias perspectivas da recessão e do desemprego, a situação de muitos aposentados é mais favorável do que a de alguns jovens.

Diante dessas circunstâncias nos perguntamos se os fundamentos morais sobre os quais se alicerçam as políticas de atenção à velhice, quais sejam, a idéia de que o indivíduo envelhecido, por ter contribuído para a sociedade com o seu trabalho, merecem um amparo e atenção especial, estariam desaparecendo. E esta indagação nos remete ao problema mais geral da continuidade dos direitos sociais diante dos diagnósticos de crise dos sistemas estatais de bem-estar e a emergência de respostas

comunitárias.” (SIMÕES, 2000, p. 49). Refiro-me, aqui, a uma questão central nesse processo de reprivatização da velhice, qual seja, aquela do papel do Estado enquanto garantidor de uma política pública de proteção social aos mais velhos, através dos direitos de aposentadoria e da seguridade de um modo geral. Todas as transformações analisadas anteriormente e que apontaram para a construção de um imaginário e de práticas sociais constituintes de um envelhecimento “reprivatizado” vêm integrando e, pois, concretizando um projeto político mais amplo de enfraquecimento da esfera pública no qual necessidades e direitos que foram antes consagrados como temas públicos estão sendo remetidos à esfera privada e individual.

Na análise de Simões (2000) o marco desse projeto político são as duas últimas décadas do século passado em que há um abalo no consenso estabelecido desde a Segunda Grande Guerra em torno da seguridade o que ocorre em função de alguns fatos: a ruptura no paradigma sustentador da seguridade, qual seja, o modelo trabalhista que liga o gozo dos direitos sociais à inserção no mercado de trabalho; as mudanças no mercado de trabalho que, afetando o acesso ao emprego estável, abalam um dos pressupostos das modernas políticas de proteção social; e, dentre outros, a já mencionada dissociação entre velhice e aposentadoria e a criação de novas imagens que contribuem para que, sócio-culturalmente o envelhecimento seja remetido à esfera do indivíduo e do mundo privado.

Assim, o debate atual em torno da aposentadoria traz à tona questões e conflitos básicos a respeito da articulação entre intervenções públicas e obrigações privadas que estiveram em evidência no final do século XIX. Tais debates e discursos refletem a ascensão do “neoliberalismo” que transfere os encargos sociais para o domínio privado.

A desconsideração dos riscos representados por esses discursos e práticas que pregam a volta da responsabilidade familiar pelos idosos pode ser vista como uma conseqüência da desconsideração generalizada do papel crucial da solidariedade pública intergeracional na gestão, expansão e conservação dos sistemas de aposentadoria (SIMÕES, 1997, p. 179)

A ideologia neoliberal tem sido utilizada como caminho para a reordenação das relações entre o Estado e a sociedade, tendo pois, importante efeito político e cultural. O termo neoliberalismo é utilizado para designar um projeto fundado na idéia de que a crise fiscal do Estado que vem se alargando na contemporaneidade, tem como alternativa para a sua superação, um receituário de estabilidade monetária a qualquer custo⁶.

Dentro desse quadro de subordinação do gasto social à gestão econômica da crise, a reforma dos sistemas de aposentadoria é colocada como uma das condições mais importantes do ajuste do setor público, ao lado da introdução

6 A ideologia de inspiração neoliberal, desde meados dos anos 80, na América Latina, serviu como base para diferentes governos desencadearem discussões e reformas institucionais no sistema de proteção social, visando a contenção dos gastos públicos através da consolidação do atendimento prioritário às camadas mais pobres. Assim, “estes países, com base em estratégias de estabilização monetária, ajuste fiscal e obtenção de competitividade internacional” propuseram iniciativas destinadas a alterar a concepção e o funcionamento dos sistemas de proteção social (TAPIA E HENRIQUE *apud* SIMÕES, 2000, p. 52).

de novos elementos de gestão de programas sociais, como a descentralização e o reforço de programas focalizados dirigidos aos grupos mais pobres. (SIMÕES, 2000, p. 52)

Ainda segundo Simões (1997), o discurso técnico dos especialistas, políticos e administradores sobre a necessidade da reforma previdenciária, desencadeado pela crescente preocupação com o "custo social" da velhice, em face do aumento significativo da população idosa, baseia-se numa preocupação maior com os acontecimentos futuros imaginados do que com os presentes. Estes discursos, através da manipulação de cifras demográficas e contábeis, anunciam a falência do sistema previdenciário.

É possível notar nestes discursos a tentativa simplista de se reduzir a problemas de demografia ou de contabilidade as mudanças culturais na relação entre as gerações e na imagem social do envelhecimento que, com certeza, desencadearão mudanças nos modos de vida das próximas gerações.

Desta forma, podemos afirmar que o caráter das políticas de atenção aos idosos e o tom do discurso político e social têm papel fundamental no modo como a sociedade contemporânea tem construído suas representações sobre o envelhecimento e na forma como os próprios idosos o fazem. Bem como servirão como referência fundamental para o modo como os mais jovens irão planejar o seu futuro e o futuro da velhice.

Os discursos que salientam as novas representações da velhice traduzidas na expressão Terceira Idade, como salienta Debert (1998), não apenas acompanham os processos de mudanças objetivas, como, sendo ele parte integrante dessas mudanças, contribuem para promover, acelerar e direcionar processos de reclassificação constitutivas da formas de gestão do envelhecimento.

Assim, é possível afirmar que, não somente as instituições contemporâneas transformam as relações cotidianas, mas estas reagem sobre as instituições influenciando-as. Essa influência, portanto, é recíproca, sendo assim, não impede a "reconstituição de discursos e projetos individuais e coletivos que desafiam os consensos produzidos pelos agentes da gestão dos 'problemas sociais', incluindo a velhice" (DEBERT, G. G. e SIMÕES, J. A., 1994, p. 47).

Conclui-se, desta forma, que a veracidade dos cenários futuros imaginados e propagados nos discursos especializados dependerão da forma como os indivíduos e os grupos sociais irão programar suas vidas, considerando suas percepções históricas e culturais sobre as tendências anunciadas.

Reivindicações e reforma e justiça sociais emergem continuamente, conduzidas por atores sociais concretos e enfrentadas em processos abertos, cujos sentidos políticos não podem ser adequadamente capturados sem um mapeamento acurado das conjunturas em que ocorrem e sem o reconhecimento das lógicas culturais que as estruturam. (SAHLINS apud SIMÕES, 2000, p. 56)

2- CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE BRASILEIRA

De acordo com a proposta que estou conduzindo neste artigo de pensar o processo de envelhecimento contemporâneo como uma construção na qual as políticas

sociais relativas à gestão da velhice, a aposentadoria, sobretudo, têm um papel importante – pretendo aqui contextualizar a trajetória da política previdenciária no Brasil no sentido de identificar quais os significados específicos desta para a construção de imagens determinadas de envelhecimento entre nós. Para tal, parto de um referencial que, para a análise da realidade brasileira, privilegia os parâmetros que vem aqui sendo discutidos. No interior desse campo analítico, os autores enfocam, sobretudo, o papel das novas imagens do envelhecimento e da tendência à privatização da previdência para as classes trabalhadoras, uma vez que, entre nós, elas foram à base sobre a qual se formou o nosso pacto intergeracional, unindo as figuras do trabalhador, do cidadão e do Estado.

No Brasil, a formação de um imaginário que associou trabalho, cidadania e construção nacional, revestindo de significado a aposentadoria de várias gerações de trabalhadores, é responsável por uma forma específica de gestão e representação do envelhecimento no país a qual liga essa etapa da vida à aposentadoria entendida como direito decorrente do trabalho (DELGADO, 2002)⁷.

Na realidade sócio-político-cultural brasileira, sobretudo no período de 1930 a 1950, os processos de socialização são marcados por uma série de intervenções práticas e ideológicas no sentido de promover a adesão disciplinada ao trabalho – “socialização para o trabalho” (COLBARI, 1995). Este disciplinamento foi conseguido através de ações concretas do Estado brasileiro, especialmente o Estado-Novo (DELGADO, 1996), que promoveu a *cidadanização* das classes populares basicamente a partir da sua inserção profissional que os remetiam à inserção na ordem pública, racional. Este projeto político relaciona à inserção no mercado de trabalho o gozo de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários – “cidadania regulada” –, ao mesmo tempo em que responsabiliza o cidadão trabalhador que através de seu trabalho honesto e da manutenção de sua família, passa a ser responsável pela formação da própria Nação⁸.

Desta forma, é possível afirmar que essa “socialização para o trabalho” a qual se submetem várias gerações de trabalhadores brasileiros, foi responsável pela formação

7 Não sendo o objetivo desse trabalho desenvolver uma rigorosa análise histórica sobre as políticas previdenciárias no Brasil, mas recuperar seu significado para a gestão de imagens do envelhecimento, apenas menciono alguns dos marcos dessa trajetória, afim de melhor contextualizá-la: 1919, promulgada a primeira lei relativa a proteção social ao trabalho, embora, tenha-se como marco inicial do sistema de proteção social, a Lei Eloy Chaves que cria as Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAIP’s no ano de 1923; 1933, criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAP’s); 1961, criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 1966, criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); 1967, 1973, criação, pelo Ministério do Trabalho e pelo INPS, da aposentadoria velhice (homens de mais de 65 anos e mulheres de mais de 60 anos); 1974, aprovação do decreto lei que estabelece uma renda mensal vitalícia para as pessoas de mais de 70 anos, e criação do Ministério da Previdência e Assistência Social; 1977, criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS); 1988, promulgação da Constituição Federal (Seguridade Social).

8 “Se o trabalho apresenta-se como instrumento de satisfação de necessidades materiais do trabalhador e de sua família é porque existe um sistema cultural que admite como legítima a posse de bens propiciada pelo trabalho e investe determinadas pessoas na condição de provedores de família – provedores de sociedade [ética do provedor]. A racionalidade material do trabalho está, dessa forma, calcada em relações significantes – um sistema significativo que define o trabalho como fonte legítima de sobrevivência material e de inserção no social.” (COLBARI, 1995, p. 236)

da identidade individual dos mesmos, pelas formas como organizaram sua vida familiar, bem como pela projeção que fizeram de sua aposentadoria e de sua velhice e pelo estabelecimento de uma solidariedade pública entre gerações que contribuiu para a constituição de uma grande comunidade moral e política – o Estado Nação (SIMÕES, 2000). Portanto, a identidade destes “cidadãos” foi construída com base na representação que têm de si mesmos como trabalhadores que, ao fundarem uma família e ajudarem a construir uma Nação, estavam ajudando a transmitir a herança do trabalho para as gerações mais novas e, assim, cumprindo uma importante função pública que lhes garantiria, no envelhecimento, o direito à aposentadoria.

As transformações societárias contemporâneas trazidas pela reestruturação produtiva e pelo avanço da ideologia neoliberal, que, segundo Delgado (2002), no Brasil são concretizadas com a acentuação da exclusão e da heterogeneização já historicamente consagradas em nossa realidade, fazem crescer os índices de desemprego, desestabilizam e precarizam as formas de contrato e situações de trabalho. Além deste, outro traço marcante dessas transformações no Brasil é a mercantilização e privatização das políticas sociais para a classe trabalhadora incluindo-se aí a Previdência Social⁹. Estas características são gestoras e, ao mesmo tempo, frutos da “... desestruturação da capacidade de integração social representada pelo trabalho e pelos direitos dele provenientes” (DELGADO, 2002, p. 133). Sendo assim, representam um desmonte da estrutura anterior aqui descrita, que, mesmo frágil no que se refere à garantia de proteção social, tinha uma capacidade integradora, e garantia de direitos mínimos de cidadania, permitindo elos de sociabilidade, sobretudo na provisão da família. Este movimento de mercantilização e privatização das políticas sociais, além de colocar um significativo contingente populacional em uma situação material e simbólica marginal, uma vez que desestrutura as identidades e formas de vida construídas com base na importância do trabalho, também desqualificam, esvaziam e destroem instâncias e projetos coletivos, ou seja, desfaz os elo que “ligam os seres em texturas sociais” (HOBBSAWM, 1995 *apud* DELGADO, 1997).

No que diz respeito especificamente à vivência do processo de envelhecimento, é possível afirmar que são essas as condições para que os velhos trabalhadores brasileiros resignifiquem suas vidas, uma vez que são cotidianamente defrontados com as tendências acima descritas. Esse processo reprivatizador dos direitos sociais, vem se consagrando com práticas e discursos que contribuem para a dissociação entre aposentadoria e velhice e para uma reprivatização dessa etapa. No Brasil essa construção se faz presente através do crescimento de programas e instituições que “criam” uma Terceira Idade entre nós. Trata-se das Universidades para a Terceira Idade, Centro de Convivência para os Idosos, Programas de Preparação para o Envelhecimento, entre outros. Diversas pesquisas¹⁰ têm indicado a importância desses

9 Conforme salienta Netto (1999, p. 80), em análise do cenário político-econômico nacional mais recente, “o alvo central do ataque do projeto político conduzido pelo primeiro governo FHC foi, como é facilmente depreensível, o conjunto dos direitos sociais [...]. Ora apresentados como ‘privilégios’, ora grosseiramente mistificados como ‘injustiças’, e sobretudo postos como ‘financeiramente insustentáveis’, os direitos sociais foram objeto de mutilação, redução e supressão em todas as latitudes onde o grande capital impôs o ideário neoliberal; o Brasil de FHC, dependia fundamentalmente da flexibilização desses direitos.”

10 LINS DE BARROS, M. M. (1998), DEBERT, G.G (1999), CUNHA, E. S & SILVA, F. M (2000).

espaços para a ruptura de estigmas ligados ao envelhecimento e para a criação de possibilidades diversas e gratificantes de vivência do envelhecimento. Contudo, acredito que, no tocante à realidade dos trabalhadores, sobretudo os que experimentaram os processos de "cidadanização" ligados à construção do sistema previdenciário no Brasil, é necessário pensarmos no significado dessa realidade. Aqui, esta dissociação entre velhice e aposentadoria apoiada na mercantilização e privatização da previdência social, desloca os direitos sociais cada vez mais para o espaço privado afastando o Estado de seu papel de regulador social e garantidor de direitos básicos de cidadania. Segundo Haddad (1993), estes fatos têm contribuído para precarizar ainda mais as condições de sobrevivência dos trabalhadores aposentados, forçando-os a tentar ingressar novamente no processo produtivo; este (re-) ingresso é feito, na maioria das vezes, pelas vias marginais desta sociedade, ou seja, o trabalho informal e não regulamentado. O quadro que vem se delineando para este contingente de velhos brasileiros é de grande fragilidade no tocante às possibilidades concretas e objetivas para a realização das novas imagens do envelhecimento, relacionadas, no geral, à ampliação da autonomia e das possibilidades de realização dos projetos individuais dos idosos.

Assim, apesar da imagem gratificante do envelhecimento associada à terceira idade, cabe questionar se ela oferece os instrumentos necessários para lidar com os problemas referentes às perdas materiais, à perda de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais que ainda estão associadas à última etapa da vida, apesar da construção cultural que aponta para uma possibilidade quase infinita de adiar o envelhecimento físico. No Brasil, especificamente, é comum a acumulação sucessiva de deficiências sociais e econômicas ao longo do ciclo da vida, com agravamento substancial com o avançar da idade, sobretudo frente ao já mencionado enfraquecimento da proteção pública. O acesso às receitas de envelhecimento "bem sucedido" mediado pelo mercado, torna-se, diante desse quadro, uma estratégia limitada.

Sobre isso me refiro à limitação de tais recursos não só no tocante às condições objetivas que oferecem aos idosos em questão e ao acesso limitado desses aos mesmos, como também no que se refere aos significados que essas condições e possibilidades de vivência do envelhecimento têm para tais sujeitos os quais construíram suas expectativas acerca do envelhecimento com base na sua imagem de trabalhadores que, assegurados pela ação do Estado na garantia de uma esfera pública de direitos, teriam a aposentadoria como um momento de descanso merecido.

Com base nessas considerações, pode-se fazer alguns questionamentos: como estes velhos trabalhadores (re-) constroem suas identidades como aposentados num contexto em que a velhice se dissocia da aposentadoria? O que significa para essas pessoas envelhecidas, que se socializaram nos marcos do trabalhismo brasileiro, serem alvos da atenção pública como velhas, menos do que como trabalhadoras e aposentadas? Considerando-se os domínios da atividade social destes indivíduos enquanto trabalhadores, quais as possibilidades de se solidificarem, em bases reais, os valores das suas referências identitárias, perante as dificuldades atuais de se construir a unidade/solidariedade em torno das questões coletivas? Quem são os agentes envolvidos na definição das novas imagens sobre a velhice, e quais os interesses por eles propagados? E mais, tomando como pressuposto as diversidades sócio-econômicas e culturais deste contingente populacional: como conciliar a

"reinvenção da velhice" que se consolida em torno do ideal da "velhice bem-sucedida" com as perdas materiais e simbólicas acumuladas no decorrer do curso da vida e agravadas com o seu avançar?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retorno aqui à idéia central deste artigo que foi a de pensar as políticas sociais relativas à gestão da velhice, sobretudo a previdenciária, do ponto de vista do seu significado para a construção do envelhecimento contemporâneo. A fim de alcançar tal objetivo, tomei como pressuposto a concepção de que a velhice é uma categoria socialmente construída e, como tal, é marcada pelas condições de produção material e simbólica da sociedade capitalista. Assim, essa categoria adquire "significados" diferentes ao longo dos anos, condicionados pelo contexto material, sócio-histórico-cultural desta sociedade.

Cabe aqui recuperar três questões dessa abordagem que merecem ser destacadas como aspectos centrais da discussão travada neste texto: a primeira delas, diz respeito à relação entre as institucionalidades (o Estado, os saberes científicos, entre outras) e as formas de representação da realidade construídas pelos sujeitos. As relações estabelecidas entre os homens são responsáveis pelas construções e desconstruções sociais estabelecidas no interior da sociedade. A reprodução das idéias hegemônicas implica a reprodução de idéias, princípios, valores e doutrinas sobre as quais a vida humana é organizada. Assim, os discursos institucionais ao produzirem certas qualificações e desqualificações, produzem políticas e normas de comportamento para os sujeitos que fazem parte desta sociedade. Ao mesmo tempo, esses sujeitos, em seus cotidianos, recriam e reinterpretam estas normas, particularizando-as, dotando-as de significados específicos e, desse modo, indicando a necessidade de novas formas de gestão institucional das questões sociais. De uma certa forma, então, a discussão aqui é também sobre uma questão importante das Ciências Sociais, aquela das relações entre as estruturas sociais e as ações dos sujeitos.

No tocante especificamente ao envelhecimento, essa é a segunda questão que merece destaque nesse estudo. Vimos a importância da construção dos sistemas previdenciários, da garantia do direito à aposentadoria para a consolidação de uma forma determinada de vivência do envelhecimento. No Brasil, procurei demonstrar que foi através dos direitos sociais trabalhistas e previdenciários, garantidos a partir de uma inserção profissional que se institucionaliza a primeira forma de definição da cidadania das classes populares, o que é especialmente importante, principalmente se considerarmos que várias gerações de trabalhadores se socializaram no mundo do trabalho sob a ótica que vê o direito à aposentadoria como uma extensão do direito ao trabalho; e construíram, sob essa mesma ótica, a crença na aposentadoria como um momento de descanso e de retirada do cenário da produção, sendo, pois, esta um marco na construção da identidade do trabalhador. Assim, essa discussão sobre a política social da previdência tentou discutir os aspectos culturais e simbólicos envolvidos na construção das mesmas, o que nos remete ao campo das identidades sociais, dos valores socialmente construídos pelos sujeitos. E, finalmente, a terceira questão a ser retomada, diz respeito à

"desconstrução da velhice" representada pela descronologização do curso da vida, que também, como busquei demonstrar, tem características específicas no Brasil em função do movimento atual de "refilantropização da assistência" (YASBEK, 1997) e "mercantilização da previdência" (NETTO, 1999) que contribuem para a deteriorização das condições de vida dos aposentados, não só a partir da defasagem de seus proventos, ou seja, de suas perdas materiais, mas também de suas perdas simbólicas. O estudo do envelhecimento sob essa ótica nos permite afirmar que as novas imagens da velhice associadas à noção de atividade, lazer, cultura, realização de sonhos, propagados como uma possibilidade de viver bem a velhice, são, sem dúvida, o reflexo de um contexto marcado por mudanças culturais, econômicas e sociais que redefinem a construção das identidades cada vez mais dissociadas de suas referências coletivas e remetidas à esfera privada e subjetiva. Desta forma, a discussão aqui é também sobre a cultura contemporânea, sua forma específica de produzir seus indivíduos através de novas concepções de tempo e de novas formas de relação entre as gerações e as idades.

De um modo geral, pode-se afirmar, para concluir, que esses aspectos, levantados pela discussão desenvolvida neste texto, certamente nos remetem à complexidade envolvida na gestão de políticas sociais para o envelhecimento, mostrando que esta deve estar inserida em uma política social mais ampla, ou seja, de atendimento a todas as etapas da vida, pois um envelhecimento saudável é o resultado da experiência destes sujeitos históricos inseridos em uma determinada realidade. Assim, acredito na importância do enfoque adotado para a construção de argumentos que, discutidos na dinâmica social, possam sugerir novos caminhos e critérios para a gestão socioeconômica e político-cultural da última etapa da vida.

ABSTRACT

This article debates the field of the social politics related to the management of oldness, over all the Social Security aspects, from the point of view of its meaning for the construction of the aging. Takes like a starting point the conception that the oldness is socially constructed, and, as such, is marked by the conditions of the material and symbolic production of the capitalism society, acquiring different meanings to the long of the years.

This work also intends to demonstrate that the character of the attention politics to aged people and the tone of the political and social speech have a basic importance in the way as the contemporary society has constructed its representations on the aging and in the way as the proper aged people make it. Key-words: Work, aging, State, social matter, social and Social Security System politic.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÉS, Philippe. *A história da família e da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- COLBARI, Antônia L. *Ética do trabalho*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1999.
- _____. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: MYRIAM, M. (org). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Pressupostos e reflexões antropológicas sobre a velhice. In: _____ (org). *Antropologia e velhice: textos didáticos*, [Campinas]: IFCH/UNICamp, n. 13, pp. 7-30, mar. 1994a.

_____. e SIMÕES, Júlio A. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: _____ (org). _____ . p. 31-48, mar. 1994b.

DELGADO, Josimara A. Memória e contemporaneidade: a experiência dos velhos trabalhadores aposentados. *Revista Praia Vermelha, estudos de política e teoria social/UFRJ*. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, v. 1, n. 1, p. 122-43. 1997.

_____. *Experiência e Significado: um estudo das memórias dos velhos trabalhadores*. Rio de Janeiro: 1996. 164f. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo* [tradução: Júlio de Assis Simões] São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1995.

_____. O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: DEBERT, G. G. (org). *Antropologia e velhice: textos didáticos*, IFCH/UNICAMP, n. 13, mar. 1994.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. in: LESBAUPIN, Ivo (org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1999.

SALGADO, Marcelo Antônio. Mitos e preconceitos sócio-culturais com a velhice: responsabilidade do trabalho social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESPECIALISTAS MULTIDISCIPLINARES EM TERCEIRA IDADE, 1, 1992, Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1992.

SILVA, José Maria da & SILVEIRA, Emerson Sena da. *Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas*. Juiz de Fora: Juizdeforana, 2002.

SIMÕES, Júlio de Assis. *Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública nos anos 90*. Departamento de Antropologia. Fórum Família, Gênero e ciclo de vida, Gramado, 2002. [Versão preliminar]

_____. *Entre o lobby e as ruas: movimentos de aposentados e politização da aposentadoria*. São Paulo: Campinas, 2000. 259f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, [s.n], 2000.

_____. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 5, 1997.

STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 35-46

HARVEY, David. *Condições pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura*. [tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves] 7 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

YASBECK, M.C. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG*. CEFESS/CNTSS/CUT/ABONG/UNICET, SÃO PAULO, 1995.

TRANSPORTE E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ESTUDO DAS LUTAS PELA REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE INFORMAL NO RIO DE JANEIRO¹

Hernán Armando Mamani²

RESUMO

O trabalho examina o problema da construção coletiva da ação e seu sentido à luz da polêmica, suscitada ao longo dos anos 90, pela emergência de mobilizações e lutas pela regulamentação dos transportes informais na Metrópole do Rio de Janeiro. Cotejando os fatos à problemática teórica dos movimentos sociais urbanos, busca-se superar os obstáculos de uma abordagem que, privilegiando movimentos institucionalizados ou originados em lutas pelo acesso a bens de consumo coletivos, dificulta a compreensão de outras formas de resistência, reivindicação e luta.

Palavras-chave: Movimentos sociais - trabalho informal - transporte urbano.

1- INTRODUÇÃO

A emergência e expansão do transporte informal de passageiros ao longo dos anos 90, trouxe a tona a velha problemática da deficiência do sistema de transportes metropolitano: superlotação, falta de conforto, insegurança, irregularidade dos serviços, preços abusivos, tempos exorbitantes de espera e de viagem. O monopólio das empresas de ônibus, a convivência, a inércia das diferentes instâncias estatais, bem como a adoção de um modelo de desenvolvimento que priorizou sempre o transporte individual em detrimento do transporte coletivo, são apontados – desde os anos 70 – como os principais responsáveis pelo péssimo serviço prestado por empresas permissionárias do sistema de transportes coletivos por ônibus.

Tais críticas foram articuladas por um novo sujeito: os operadores de vans e kombis. Organizados em cooperativas, sindicatos, federações e confederações em escalas municipal, estadual e nacional, foram capazes de se organizar e, ao mesmo tempo, liderar as lutas pela legalização do serviço questionando práticas e

¹ Baseado em capítulo da Tese de Doutorado – IPPUR/UFRJ, 2004.

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional e Bolsista PODOC do Mestrado de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

discursos dados como legítimos. Assim, obtiveram a solidariedade ativa dos usuários, conquistando até 2002, formas diversas e heterogêneas de regulamentação.

A vitalidade, capacidade de organização e reivindicação mostrada pelos operadores do transporte informal permanece oculta na abordagem da maioria dos analistas do tema. Entretanto, todos são unânimes em apontar como, o desemprego, a oferta de veículos baratos e em fáceis condições de financiamento, ademais da carência crônica dos serviços. Porém, a detecção precisa das causas objetivas da emergência da informalidade nos transportes não basta para explicar a difusão de práticas e a organização de um sujeito social, capaz de disputar a circulação legítima na metrópole, estabelecendo nexos novos entre as esferas sociais, econômicas e políticas.

Este artigo examina, então o processo da construção coletiva da ação e seu sentido tendo como objeto a emergência, mobilizações e lutas pela regulamentação dos transportes informais na Metrópole do Rio de Janeiro nos anos 90, cotejando a problemática dos movimentos sociais urbanos com os fatos registrados na imprensa entre os anos 1992 e 2000. Considero que tal fenômeno pode ser melhor esclarecido se abordado como um movimento social, isto é, como mobilização e reivindicação surgida das contradições ou problemas sociais que – deixando de ser vividos isoladamente, como tragédias pessoais, ou passando a ser percebidos como injustiça – dão ocasião a ações políticas unificadas.

II- PROBLEMA SOCIAL E TEÓRICO

Tratar o movimento e as lutas pela regulamentação do transporte informal como movimento social é questionável na medida que os grupos envolvidos não correspondem a movimentos sociais urbanos reconhecidos como legítimos: os quebra-quebras do transporte como forma de protesto contra a má qualidade do serviço e as associações de moradores de bairros e favelas. Pesa contra eles, também, a suspeita de serem instrumentos da desregulamentação e, portanto, do neoliberalismo, além de confundidos com uma máfia. Tal acusação se explica por estarem no centro de uma disputa política na qual enfrentam organizações de empresários de ônibus e representantes de órgãos técnico-estatais.

A objeção, no entanto, não se sustenta na natureza dos fatos, mas nos limites políticos da teoria dos movimentos sociais cujos obstáculos teóricos e metodológicos resultam, segundo Ribeiro (2001), na, chamada, "crise dos movimentos". O problema consiste em que os analistas pré-estabelecem o sentido das ações, atribuindo-lhes valores pré-concebidos sem atentar ao desvínculo entre sentimentos e discursos que as norteiam, descartando-as quando não se encaixam nas suas expectativas. Por outro lado, chama a atenção para a falta de consenso quanto ao conceito movimento e a pouca sensibilidade quanto às formas de protesto que ainda não se afirmaram, plenamente na cena pública e às práticas de organização social que, apesar de sua alta visibilidade, e se auto-intitularem movimentos, não são reconhecidos como tais.

No caso específico do transporte metropolitano, o obstáculo teórico encontra-se na expectativa de que todo movimento social relacionado aos transportes surja da insatisfação das necessidades de mobilidade, caracterizando-se como movimento

de usuários. Mas os movimentos sociais não são explicáveis de modo claro pela simples insatisfação de necessidades. Pautam-se em valores e visões de mundo que estabelecem critérios do justo que em momentos de conflito atingem um maior grau de articulação², condensados em torno de consignas e objetivos comuns pelos quais são reconhecidos e, no seu interior, permite formular e disputar projetos. A consolidação e duração dos movimentos requer, então, trabalho e investimento social que devem ser explicados³.

O termo transporte alternativo serve – no caso do transporte informal – de consigna e palavra de ordem. Seu significado atual incorpora várias interpretações do problema do transporte metropolitano formadas no campo acadêmico ao longo dos últimos trinta anos. Considero que a articulação desses vários sentidos num único discurso político marca o aparecimento do sujeito coletivo. Assim, acompanhar as transformações de sentido do termo transporte alternativo permitirá vislumbrar e compreender as forças operantes na conjuntura política na qual surgiu o movimento, bem como os acontecimentos de sua formação. Portanto, nas páginas seguintes efetuo um histórico dos usos do termo e de práticas novas e antigas conjugadas na formação da atividade e do sujeito social.

III- SENTIDOS DO TRANSPORTE ALTERNATIVO

O termo transporte alternativo forjado na luta pela regulamentação, autodesigna o transporte urbano efetuado por vans e kombis, apresentando-o como mais confortável, flexível e veloz, capaz de oferecer um serviço personalizado para a classe média. Essa denominação nativa não é utilizada por associações de empresas nem por instituições e representantes governamentais. Estas os denominam 'informais', 'clandestinos' ou 'piratas'. Englobam práticas díspares como a lotada⁴, o fretamento, o transporte de escolares e em favelas.

Como será mostrado à continuação, o termo 'alternativo' conjuga duas concepções distintas do transporte informal: uma, que o relaciona ao padrão de expansão periférica das metrópoles brasileiras, segundo a qual os transportes informais seriam uma alternativa popular às péssimas condições de transporte convencional. E outra, que pensa o transporte por microônibus e pequenos veículos, o uso de bicicletas e de caminhadas como uma alternativa ao transporte individual automotivo, que deteriora as cidades e acarreta problemas ambientais.

OS TRANSPORTES COMO CONTRADIÇÃO DO CAPITALISMO

A primeira referência à primeira forma de interpretação data de 1986 quando o termo transporte alternativo foi utilizado por Trani. Segundo este autor, existiriam na Região Metropolitana de São Paulo 6000 veículos no transporte informal.

2 MOORE, 1997, p. 21.

3 BOURDIEU, 2002, p. 42.

4 Transporte de grupos com preço preestabelecido, pago pelo rateio entre passageiros reunidos no ponto de partida.

A utilização de transportes alternativos (peruas "kombis", ônibus intermunicipais, lotações, táxis, automóveis) ocorre de maneira bastante freqüente para responder a necessidades de deslocamentos não cobertas apenas pelo sistema oficial de transportes coletivos (TRANI, 1986, p. 41).

Estas modalidades de transporte eram uma alternativa para a força de trabalho no deslocamento diário residência-trabalho, cujas condições agravavam-se em relação direta com a expansão periférica, permitindo contornar ou minimizar o problema, tal como vividos pelas "classes populares" urbanas.

A proposta teórica que relaciona trabalho, moradia e o agravamento das condições de mobilidade, foi formulada no final da década de 70, por Moisés & Allier (1978) para explicar os 'quebra-quebras' nos transportes de massa, ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1974 e 1976. Estes autores, ao debruçarem-se sobre um fenômeno em ascensão, tomado na época como prova da irracionalidade das massas e concebido como politicamente ineficaz, relacionaram os problemas nos transportes aos movimentos sociais urbanos. O estudo teve a virtude de provar que tais manifestações continham uma racionalidade, um padrão de organização e uma certa eficácia política, que se explicavam, especificamente, pelo agravamento das condições de reprodução da força de trabalho brasileira na conjuntura do milagre econômico e, em nível mais abrangente, pelas contradições próprias do desenvolvimento em condições pobres, que pressupõe o uso predatório da força de trabalho⁵.

Segundo essa abordagem, a metrópole era o locus de reprodução ampliada da força de trabalho, portanto, lugar de contradições urbanas (políticas e sociais) entre exigências dos agentes econômicos e necessidades sociais. Tais contradições conduziram ao antagonismo entre as denominadas classes populares e o Estado e, assim, à formação de uma consciência dos problemas urbanos⁶.

O que importa reter é que no processo de aprofundamento das contradições urbanas para o que contou a emergência dos movimentos sociais mencionados - essa ideologia começaria a se esfalar e o "poder político" começou a surgir, para a maioria das grandes metrópoles, como poder de poucos, dos ricos, dos que tem dinheiro etc, como um poder privado. [...] Esses movimentos tem uma eficácia política e uma lógica, que opera no nível dos efeitos que provoca diante do estado e deles próprios (MOISÉS & ALLIER, 1978, p. 22).

Na urbanização brasileira, a ausência e/ou a desatenção das autoridades foi mais grave no caso dos transportes, impossibilitando que a "população se capacitasse

5 MOISÉS & ALLIER, 1978, p. 21.

6 "O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo, como natural, o desenvolvimento do sistema produtivo e, portanto, o aprofundamento da divisão social do trabalho. Esse desenvolvimento criou, cada vez mais, novas necessidades para a reprodução da força de trabalho. Aumentou a demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgotos, asfaltamento de ruas, iluminação privada e pública, etc.) e por um sistema de transportes coletivo mais rápido e eficiente, pois a expansão urbana pelo crescimento da periferia não foi acompanhada de uma intervenção por parte do Estado, destinada a atender às novas circunstâncias, e, ele manifesta, concretamente, a separação física da mão-de-obra de seus locais de trabalho. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo criou necessidades (reais ou ilusórias) infinitamente maiores para o sistema educacional" (MOISÉS & ALLIER, 1978, p. 46).

a desenvolver uma resposta rápida ao ritmo urbano de vida⁷⁷. Terminou por constituir-se num setor de estrangulamento, uma vez que a política estatal, antes de atender àquelas necessidades, priorizou o transporte individual e a infra-estrutura rodoviária. Entre 1964 e 1976, predominou a tendência "de crescimento e ampliação dos problemas urbanos lançando as classes populares em condições cada vez piores"⁷⁸.

As explosões ocorriam, então, quando as classes populares eram submetidas a condições demasiadamente adversas para a manutenção de um nível aceitável de vida, formulada segundo padrões socialmente compartilhado no contexto da ditadura militar. Nessas explosões de fúria, e contrariamente à opinião corrente, a fúria popular não era cega.

As classes populares urbanas identificam o Estado como alvo a ser atingido pela pressão reivindicatória. [...] O Estado, apesar de tentar preservar a sua imagem ideológica de provedor do conjunto da sociedade, não está em condições de resolver esses problemas. [...] O desenvolvimento recente do capitalismo [...] impôs novas exigências de acumulação de capital e deu lugar a uma utilização cada vez mais intensa das grandes metrópoles (MOISÉS & ALLIER, 1978, p. 52).

O trabalho de Moisés e Allier permitiu alcançar uma base teórica e empírica na conformação de um saber sobre os movimentos sociais urbanos, incorporando movimentos e ações sociais que até então, careciam de sentido ou este não lhes era reconhecido. Origina-se deste trabalho, uma forma particular de tratamento da problemática urbana, associada a um aspecto específico da urbanização brasileira: a periferização pobre. Naquele contexto específico, o transporte mostrava-se como alternativa.

CRÍTICAS POSTERIORES

As críticas ao trabalho pioneiro de Moisés e Allier prenderam-se, inicialmente, ao fato dos "quebra-quebras" constituírem uma manifestação da periferização e das camadas populares e, posteriormente, à adoção de um critério mecânico para análise da ação, que relacionava diretamente necessidades mal satisfeitas, agravamento das condições de transporte e movimentos reivindicatórios.

Quanto à primeira crítica, Silva (1992) lembra que os "quebra-quebras" no Rio, constituem uma forma de manifestação muito anterior à periferização, não se restringindo aos pobres e remontando ao século XIX, além de outros momentos das décadas de 40 e 50. Os transportes representam um ponto sensível da vida metropolitana. Dada a sua importância na mobilidade metropolitana, haveria tolerância com "o desconforto físico da locomoção"; porém, apenas, até certo ponto⁷⁹. Quando superado esse ponto, ocorreriam os "quebra-quebras". Silva não se aprofunda, contudo, na demarcação dos limites em que a aceitação do desconforto pode ser esperada e aponta, terceira diferença, que o mau serviço crônico seria

7 MOISÉS & ALLIER, 1978, p. 478

8 MOISÉS & ALLIER, 1978, p. 49.

9 SILVA, 1992, p. 36.

provocado, não pela contradição entre exigências econômicas e necessidades sociais, mas pela conjunção de monopolização das empresas de transporte e desatenção do poder público. Estudos posteriores sobre os “quebra-quebras” concentram críticas nas causas dos fenômenos de multidão, exprimindo a necessidade de reconhecer os significados culturais das ações espontâneas¹⁰, exigindo a valorização das dimensões culturais das carências urbanas.

Quanto ao transporte alternativo, todos os estudos concordam em apontar que tratar-se-ia de uma solução para os habitantes da periferia. A difusão e aceitação do transporte informal¹¹ explica-se pelas características já citadas da urbanização brasileira e o sujeito da ação reivindicativa, caso houver é – ou deveria ser – o usuário. Uma solução genuína das contradições que envolvem os transportes depende do Estado, de sua ação reguladora, fiscalizadora e de sua capacidade de gerir o sistema¹².

TRANSPORTE ALTERNATIVO COMO PROPOSTA INSTITUCIONAL

Um outro sentido foi atribuído ao transporte alternativo, no campo técnico-institucional, no final da década de 80. Um estudo de Wirth e Santanna (1989), encomendado pelo IPLAN, sugeriu que se permitisse a circulação de camionetes com carroceria, como uma alternativa de transporte para a classe média¹³. A proposta era justificada com os seguintes argumentos:

- 1) a mobilidade é fundamental para a competitividade urbana;
- 2) todos os problemas decorriam da falta de investimentos em transporte de massas, cuja solução não poderia ser esperada nos próximos anos devido ao grande volume de investimentos necessários;
- 3) o predomínio do rodoviarismo e do transporte individual provocava a lotação das ruas e a deterioração urbana. Desestimular o uso de carros particulares era imperioso para a transformação desta realidade;
- 4) o transporte alternativo seria um misto entre táxis e ônibus, mais flexível, confortável, além de climatizado;
- 5) a regulamentação deveria ater-se, apenas, aos aspectos técnicos, não interferindo nos preços, nos horários e nos trajetos.

Estas propostas foram recebidas em silêncio e, pelo menos aparentemente, não foram adotadas. Entretanto, alguns argumentos serão retomados pelos defensores do transporte informal na década seguinte. Nos anos 90, o sistema de transporte coletivo regrediu, pelo menos na metrópole do Rio de Janeiro, sem que se registrassem “quebra-quebras”: decadência total do sistema ferroviário, falência CTC, paralisação da expansão do metrô e das barcas, monopólio do transporte por ônibus. Ao mesmo tempo, registrou-se uma derrota histórica dos sindicatos de ferroviários e metroviários, assim como a crise das formas estabelecidas de organização urbana: as associações

10 NUNES, 1989.

11 Lima (1989; 1991a; 1991b; 1993) no caso de Brasília e Dourado (1995) no caso do Recife.

12 Como o encampamento dos ônibus no Rio de Janeiro ocorrido entre 1985 – 1987, tratado por ANDRADE (1989).

13 Como mostrei mais adiante este é um dos sentidos presentes na autodefinição do transporte alternativo.

de bairro tiveram sua importância política reduzida e, assim, perde visibilidade a luta pela adoção prioritária dos transportes de massa¹⁴.

DÉCADA DE 90 E O NOVO SENTIDO DE TRANSPORTE ALTERNATIVO

A apropriação e politização do termo 'transporte alternativo' pelos operadores do transporte informal ocorreu entre 1996 e 1997, no ápice das lutas pela legalização quando operadores isolados organizaram-se em cooperativas e buscaram formar organizações de maior envergadura. Tornou-se pública pela entrevista de Sérgio Loureiro Macedo, Diretor da Centralvan e Presidente da Cooperativa Miguel Couto concedida a João Felipe Antunes de Carvalho, proprietário da Viação Redentor, publicada na revista de Domingo do Jornal do Brasil, em 10/08/1997¹⁵.

Desde o seu ponto de vista, o surgimento e a expansão do transporte por vans se devia à inadequação do sistema de transportes metropolitanos, originada do controle exercido pelos proprietários de ônibus sobre as decisões governamentais. Este controle seria possível pela conformação de um cartel que, mediante pressões e práticas de corrupção, impôs suas condições ao sistema, tornando inadequadas as condições para o transporte de pessoas.

A gente não faz transporte de passageiros, a gente faz deslocamento de pessoas. As vans vieram ocupar um espaço deixado pelos ônibus. O sistema de transportes do Rio está em decadência total. O próprio cartel de ônibus há vinte e cinco anos no poder, desenvolveu uma política para evitar o desenvolvimento do transporte de massa - trens, barcas e o Metrô. As vans ocupam uma demanda reprimida nesses vinte e cinco anos, oferecem uma alternativa... Os passageiros estavam enjoados, sim, com o chassi de caminhão, a carroceria da Ciferal, da Marcopolo (Sérgio Loureiro - liderança da categoria).*

A ineficiência e a demanda insatisfeita não são suficientes para explicar o fenômeno. As transformações no mercado de trabalho, originadas do enxugamento da administração pública - através dos denominados planos de demissão voluntária - constituiriam um outro fator determinante.

As vans surgiram também numa brecha deixada pelo governo, que incentivou a demissão voluntária, estimulou milhares de trabalhadores a largarem seus empregos. Sou fruto de um processo desses e precisei de uma opção de vida. O governo jogou grande parte da população na informalidade. Hoje, está querendo cair de pau no setor (Sérgio Loureiro).

A informalidade não ofereceria uma condição digna para os trabalhadores, já que estimulava uma repressão constante que não podia ser aceita. Por isto buscavam a legalização e a regularização do serviço que prestavam.

- 14 Os movimentos de ferroviários e metroviários enfrentaram com longas greves a possibilidade de privatização, dos sistemas que no caso do sistema ferroviário encontrava-se sucateado. Para obter informação sobre o movimento de bairros. Ver Souza (2000).
- 15 As semanas seguintes acenderam o debate na sessão de cartas mostrando concordância com os argumentos de Sérgio Loureiro mesmo quando os leitores discordavam da legalização do transporte informal.

E uma coisa deixo claro: nós não queremos continuar na ilegalidade. A gente vem buscando alternativas junto ao poder público para legalizar nossa atividade... Quem falou que se o sistema de vans se tornar legal não vai ter horário? Quem garante que a legalização não vai impor uma regra? Nós queremos a legalização [...] A prefeitura nos chama de camelôs do trânsito, mas se omite a regulamentar esse transporte, como fez com os camelôs de verdade. Mas a população quer as vans [...] Queremos definir nossos corredores, o preço da passagem, pagar impostos, mas a prefeitura não quer deixar (Sérgio Loureiro).

Este discurso, enunciado no momento em que a atividade tornou-se plenamente visível, no auge de sua popularidade e da repressão – a meados de 1997 –, apresenta o transporte informal como uma dupla alternativa: de transporte e de trabalho. Avalia as condições de origem em termos quase idênticos aos analistas da década de 80: o monopólio das empresas, denominados cartéis e a falta de ação governamental seriam responsáveis não só pelo surgimento do transporte informal senão, também pelas condições em que estes operavam. Por outro lado, as transformações do mercado de trabalho, tornam o transporte uma opção de vida que permanece ilegal, o que é inaceitável, para um trabalhador.

Neste momento não mais se trata de movimentos sociais interpretados por analistas, mas por lideranças de um movimento refletindo sobre as condições que lhe deram origem e reivindicando o reconhecimento da legitimidade da sua ação. Aponta também para o fato da marginalização dos transportes informais (por extensão de um conjunto de atividades que permanecem marginalizadas) ser responsabilidade dos governos. Isto fazendo, reivindica, também, a dignidade dos usuários, pessoas e não passageiros. Trata-se de um discurso político destinado não apenas a ser reconhecido como legítimo, mas também a aumentar sua base de sustentação.

A identificação dos elementos discursivos do movimento não permite, contudo, entender o crescimento e sua origem. Por quê práticas que durante muitos anos permaneceram na ilegalidade, buscaram a legalização?

IV- TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO COMO CAUSA

A carência de transportes e o desemprego, se bem permitem compreender, em parte, a expansão do transporte informal, não explicam a dinâmica das lutas pela legalização. Por ser uma prática antiga e extensa que jamais postulou a legalização e ainda porque, em outros momentos – na década de 80, por exemplo – a taxa de desemprego foi muito mais elevada que na década seguinte. Afirmarei, então, que dois fatos específicos explicam qualitativamente a mudança: o enxugamento da máquina estatal de funcionários técnicos e administrativos, estimulado por programas de demissão voluntária (PDV) e a promoção, através da mídia e de políticas públicas e privadas, incentivando a pequena empresa, o cooperativismo e o empreendedorismo. Como mostrado por Ribeiro (1995),

...a construção do ator pequeno empresário foi de vital importância. Tal construção adquire uma fase mítica desterritorializada ou deshistorizada... na qual utiliza elementos valóricos de histórica relevância no país, para definir um projeto de modernização que encontra no ator pequeno empresário [...] o seu

portador idealizado e no mercado a sua arena de atuação [...] O projeto é tão abrangente que engloba por igual empreendimentos "precarios" quanto de setores da elite (RIBEIRO, 1995, pp. 3-4).

Tais políticas que promoveram uma "nova cultura, dirigida pela busca incessante de qualidade, competitividade e produtividade"¹⁶ têm como figura central o empreendedor – que sintetiza atributos antes típicos da classe trabalhadora – associado aos espaços modernos. A sua arena é o mercado e "o código do consumidor é o único sistema de normas sistematicamente referido"¹⁷. Parece-me então, que aspectos desta mudança valorativa estão presentes na conformação dos transportes alternativos.

EMPREENDEDORISMO, LAZER E CLASSE MÉDIA

Os valores que orientaram a avaliação da expansão do transporte realizado por vans, e suas flutuações, podem ser acompanhados pela imprensa. Assim, entre 1993 e 1996, os jornais do Rio de Janeiro, trataram das vans, não como problema do transporte metropolitano, senão em suplementos especializados na promoção de veículos, em propagandas de atividades turísticas e nos cadernos de negócios. As vans apresentadas como oportunidade de negócios possibilitados pela oferta de veículos asiáticos, num contexto de expectativa de crescimento da demanda, e aumento do poder de compra das classes médias¹⁸. Em 1995, quando descoberto pelos jornais e revistas do Rio de Janeiro –, o transporte por vans foi saudado como positivo.

Nestes primeiros artigos começaram a emoldurar um perfil específico do usuário e do operador destes transportes. Os usuários seriam trabalhadores administrativos e donas-de-casa, de classe média, que encontram melhor tratamento, maior comodidade e rapidez que nos transportes convencionais. Os operadores seriam ex-bancários, empregados administrativos aposentados, advogados e engenheiros que, desestimulados com seus baixos salários e as más condições de trabalho, optaram pelo próprio negócio, sendo animados por uma expectativa de renda elevada. Artigos com títulos sugestivos – "Motoristas Refinados" ou uma "Pirataria que deu certo"¹⁹ – reforçam a imagem dos motoristas, suas trajetórias profissionais, gostos e objetivos de classe média, capazes de satisfazer usuários com a mesma expectativa²⁰.

Do mesmo modo, predominam no discurso nativo²¹, justificativas típicas do empreendedor disposto a atuar no transporte escolar, no turismo ou transporte de

16 RIBEIRO, 1995, p. 18.

17 RIBEIRO, 1995, p. 18.

18 O Globo, 06/02/1997.

19 Veja – Rio, 01/05/96 e 19/03/97.

20 É bom recordar que no início dos anos 90 foi o auge da promoção do empreendedorismo, tendo como grande instituição promotora o Sebrae. A promoção fez-se sentir nos jornais cujos cadernos de empregos recebem nomes como "Caderno de oportunidades" ou "Boa Chance". Há que destacar, também, à revista Pequenas Empresas Grande Negócios que em agosto de 1994 (pp. 47-48), sob o título "A Trajetória de um Clandestino" fez o elogio do "Ônibus Pirata" como exemplo de empreendedorismo.

21 Uso como fonte aqui os Jornais O Dia, O Globo e Jornal do Brasil entre 1992 e 2002, bem como números da revista Veja que trataram do tema.

grupos para eventos culturais²². Na promoção dessas atividades pela imprensa construiu-se uma imagem positiva das vans: são instrumentos de trabalho e de melhora de renda para a classe média, permitindo trabalhar e desfrutar a vida.

A expansão do transporte por vans fez-se de maneira dispersa e desarticulada e seus proprietários acalentavam a expectativa de alta rentabilidade²³. Quanto à legalização, manteve-se uma atitude passiva, esperando das autoridades municipais bom senso e reconhecimento da legitimidade do seu empreendimento. Essa propensão iria a mudar mais tarde quando a regulamentação municipal restringiu as atividades e iniciou a repressão. Em verdade, as condições favoráveis à expansão de transporte exclusivo para turismo e fins comerciais, não se mantiveram, por muito tempo. Em meados de 1996 o serviço de turismo já dava sinais de saturação. Os "empreendedores" da área descobriram a lotada²⁴ valendo-se dela para manter a rentabilidade. Simultaneamente, primeiro taxistas e, mais tarde, empresários de ônibus, começaram a pressionar os governos municipal e estadual para que reprimissem o transporte informal e eliminassem os serviços concorrentes²⁵.

V- REPRESSÃO E MUDANÇA DE DISCURSO: FORMAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO

A regulamentação municipal provisória de julho de 1996²⁶ tinha sido restritiva, já que autorizava o uso de vans apenas para o transporte de deficientes, escolares e turismo de grupos fechados, excluindo o fretamento²⁷ e a lotada. Dos "empreendedores" excluídos, surgiram lideranças que pleitearam a extensão da regulamentação. Essa exclusão explica também a mudança de discurso. O correto empreendedor, com a expectativa de crescer, tornou-se crítico do sistema de transporte e da política econômica do governo federal, como, de fato, ocorreu ao longo de 1997.

A repressão foi iniciada em fevereiro de 1997, pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU). Concomitantemente à repressão, os governos municipal e estadual passaram a receber pressões dos operadores de vans e dos taxistas que pretendiam manter o monopólio da lotada. Nota-se, então, mudança de escala da reivindicação que, terá, a partir de então, como interlocutor e alvo, não mais a prefeitura do Rio de Janeiro, mas o governo estadual, responsável pela repressão do transporte intermunicipal²⁸.

22 Ver Jornal do Brasil, 4/02/1992; 4/05/1994; 23/10/1993; 15/07/1995; 28/07/1995 e Veja Rio, 01/05/1996.

23 Na Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Méier, São Gonçalo e Niterói. Veja Rio, 01/05/1996.

24 Denominação dada ao transporte ponto a ponto com trajetória e preço preestabelecido, pago pelo rateio entre passageiros reunidos no ponto de partida.

25 Ver Veja Rio, 19/03/1997.

26 Pela resolução municipal 14.880 de 2 de julho de 1996.

27 Transporte regular de grupos realizados por contrato por um período determinado.

28 O Jornal do Brasil de 6/02/97, sob o título "Empresários defendem uso das vans Campanha pedirá, em marco, legalização do novo meio de transporte", informa que na Zona Oeste, operam 34 cooperativas - que reúnem 350 carros e são responsáveis pelo transporte diário de cerca de 5 mil passageiros nos trajetos Santa Cruz-Barra e Jacarepaguá-Centro. Quem reivindicava a legalização da lotada era o presidente da Associação Comercial e Industrial de Jacarepaguá (Acija), Jorge Moura que contava com o parecer favorável do vereador Édson Santos (PT), morador da Barra.

Os operadores de transporte informal, cada vez mais organizados e mobilizados apelaram ao poder judicial e exerceram pressões tanto sobre o poder legislativo estadual quanto o federal. A reivindicação era simples: "o que nós queremos é trabalhar legalmente"²⁹. E os usuários fizeram eco. As passeatas e petições despertaram solidariedade contra um antigo e odiado inimigo dos cariocas: as empresas de ônibus. Estava em ação, um vigoroso movimento de organização.

A dinâmica e veemência da luta fizeram o Sindicato de Empresas de Ônibus do Rio de Janeiro intervir ativamente. A partir de maio de 1997 o transporte por vans foi abordado, por seus detratores como sendo ilegal e prejudicial para a cidade, já que não respeitam a leis, eram uma máfia³⁰. Nas mesmas circunstâncias os operadores de transporte informal, criam um antidiscurso: eram transportes alternativos. Apresentavam-se, não mais como empreendedores senão como trabalhadores excluídos, que descobriram uma alternativa para a decadência do transporte de massas produzido pelo "cartel" das empresas e pela desatenção dos governantes. Eram uma alternativa de trabalho e de transporte³¹.

No calor da luta consolidaram-se, também, experiências que serão renovadas e estendida nos anos posteriores, tal como a organização em cooperativas e sua articulação em federações e entidades sindicais³². Essas organizações propiciaram uma guerra judicial – entre maio e setembro de 1997 – que terminou quando a liminar, que obrigava os poderes executivos a proceder à regulamentação, foi derrubada no Supremo Tribunal Federal e aprovada uma legislação que proibia expressamente a lotada³³. Com a derrota judicial, encerrou-se o momento mais combativo da luta pela regulamentação.

A EXPANSÃO MARGINAL E CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA

Mas a ilegalidade³⁴, aumentada pela derrota, não mitigou o crescimento dos transportes informais. A partir de então, verificou-se o crescimento do transporte informal principalmente na Região dos Lagos e Costa Verde e a proliferação do transporte por kombis, tornando certos bairros hiper conectados, mesmo com repressão. É bom frisar que a criminalização do transporte informal, estimulou a descoberta e a comercialização de formas de contornar a lei, fosse por advogados que solicitavam liminares para liberação dos carros; fosse por policiais que ofereciam 'pontos'³⁵ no centro da cidade a base de propinas semanais aos "donos dos pontos". Em outras palavras, a ilegalidade favoreceu o achacamento dos operadores pela polícia³⁶, bem como outras ilegalidades, estimulando a corrupção policial.

29 Presidente da cooperativa Unicoop's, Maria Emilia Tavares. (Jornal do Brasil, 28/02/1997).

30 Ver O Globo, 02/04/97.

31 Ver Jornal do Brasil, em 08/08/1997.

32 Como a CONVAN e a Centralvan que lideraram o movimento em 1997, que trás a derrota desapareceram ou caíram no ostracismo.

33 Ver Jornal do Brasil, 18/05/97; 17/08/97; 03/09/1997; 19/09/1997 e O Globo, 27/07/1997; 09/09/1997; 10/09/1997; 13/09/1997; 17/09/1997.

34 Ver Extra, 05/04/91998; Jornal do Brasil, 16/09/2000 e O Dia, 23/11/1999.

35 Denominação do lugar de chegada e partida de ônibus, táxis, vans e kombis.

36 O Globo 31/08/1997; Jorge Moura, diretor técnico da Centralvan, que congregava 32 cooperativas e cerca de 3.200 carros, dizia, então, que o mercado de vans se esgotou. Para ele, os associados teriam que entrar em um novo estágio.

Mas a derrota e criminalização não implicou, tampouco, ausência de lutas. Durante 1998 e 1999, continuaram as manifestações e batalhas judiciais, mas pareceria não haver unidade nem consenso. Lutava-se, principalmente, pela devolução de veículos e o perdão das multas³⁷. Foi exatamente, através desta reivindicação que se iniciou o processo de regulamentação, exigindo uma mudança de estratégia: a troca de legalização por apoio eleitoral ocorrida em 2000. A inflexão deu-se, em verdade, antes, em 1998 por ocasião da eleição do governador Anthony Garotinho e concluiu com a regulamentação municipal entre 2000 e 2001.

A primeira guinada favorável do governo do Estado do Rio de Janeiro ocorreu em 3/11/1999, quando foram anistiadas as multas. Entretanto, a liberação da lotada só ocorreu mais tarde, em 10/12/2000, quando foi revogada a lei 2890, que a proibia. Contudo, a tendência à regulamentação já estava definida desde 10 de janeiro de 2000, época em que foram autorizadas as lotadas nas vias intermunicipais da região metropolitana, por um período de 60 dias, através do decreto nº 25.955, reeditado em 4/03/2000³⁸.

Aquele evento marcou uma aliança política entre o governador e a liderança mais representativa das organizações dos operadores de vans e kombis do Estado. Contudo, a legalização, contudo a legalização não se deu ao longo do ano 2000. Em novembro do mesmo ano, com a eleição do prefeito César Maia houve uma retomada do processo estimulada pela disputa entre o Governador e o Prefeito.

A legalização obtida resultou da conjugação de interesses eleitorais e setoriais, na qual o peso eleitoral dos operadores de transporte informal revelou-se essencial. O apoio dos motoristas e proprietários de vans e kombis da Zona Oeste foi de fundamental importância para que César Maia conquistasse a Prefeitura do Rio de Janeiro no segundo turno das eleições municipais. Mas o processo destruiu a unidade do movimento fragmentando-o em cinco organizações com diferentes padrinhos políticos. Todas as lideranças que participaram das lutas pela legalização candidataram-se em 2002 usando os veículos e organizações como instrumentos de promoção própria e dos políticos que os apoiaram. Além disto, uma vez legais, empenharam-se em defender sua conquista, evitando tratar da abertura do sistema de transportes, abandonando, com isso, o aspecto mais importante levantado na luta pela regulamentação. O transporte informal não é mais motivo de discussão da circulação legítima.

VI- CONCLUSÃO

O caso apresentado constitui um fenômeno estimulante a ser pensado à luz da problemática dos movimentos sociais já que permite perceber sua dinâmica e afirmar o antigo postulado de que a consciência política forma-se nas lutas. O seu perfil e projeto são, portanto, relacionais e indefiníveis a priori. Há, porém, empecilhos teóricos que dificultam perceber estas lutas e organizações como

37 A situação era muito grave, na medida que o valor das multas era, muitas vezes, superior ao valor dos veículos e isto inviabilizava a própria venda do veículo. Ver Extra, 04/11/99.

38 Esse decreto não altera substancialmente a legislação anterior, mas amplia a noção de pontos, um quilômetro do ponto de partida e do ponto de chegada. E reduziu de 160 mil Ufir (R\$ 160 mil) para R\$ 80 mil Ufir (R\$ 80 mil) o total do capital social das cooperativas e pôs fim à exigência de domicílio eleitoral no Rio para os donos de vans.

movimentos sociais urbanos. O primeiro deles, é a concepção hegemônica de que formar-se-iam em decorrência das carências de bens de consumo coletivo – fazendo-nos crer que toda mobilização referente aos transportes seja de usuários. Reivindicações econômicas como as que motivaram tais lutas, no caso do transporte informal, não são consideradas sociais. O segundo advém da natureza da reivindicação. A regulamentação da lotada é abordada como uma proposta desregulatória e, por questões de princípio, inaceitável. Com esta dupla recusa os analistas obstruem a compreensão das práticas, valores e discursos que se recompoem no decorrer das lutas.

Se os transportes informais fossem pensados como inseridos num processo de involução intrametropolitana³⁹, é possível perceber o movimento como parte de outra dinâmica. A década de 90 foi um momento de promessas e de modernização que levou, não apenas, à transformação, da relação entre Estado e economia: padrões de consumo e a estrutura do mercado de trabalho forma também modificados. Entre as mais significativas, encontram-se as transformações que afetaram as representações do trabalho e do mercado de trabalho. Os valores do empreendedorismo, promovidos, ativamente, nos primeiros anos desta década, bem como os do consumo e eficiência para os quais comodidade e rapidez são fundamentais revelaram-se promessas que desvaneceram, não se realizaram ou não para todos. Esta seria uma situação na qual, segundo Santos (1999, p. 261) “o consumo imaginado, mas não atendido, produz um desconforto criador”, cria uma nova consciência.

De fato, os elementos do discurso dominante tornaram-se instrumentos de luta legítima, capaz de grande mobilização e respaldo. Os pequenos empresários frustrados, reivindicando a correção do empreendimento, deram origem a um movimento organizacional que ultrapassou as cooperativas para construir organizações de classe ativas, aptas para negociar e enfrentar o aparato jurídico-legal, e as negociações com os governos estaduais, municipais.

O apoio recebido dos usuários, por outro lado, leva a suspeitar que esteja em curso uma transformação não apenas do “mercado de trabalho” mas das necessidades dos habitantes da metrópole. Sugiro, então, que a promessa de conforto e rapidez, de negócio e oportunidades para todos não cumprida, deu ocasião a uma disputa e uma reivindicação coletiva. Neste conflito, expressar-se-ia uma luta urbana pela acessibilidade cuja legitimidade e alcance vai além das necessidades dos atores hegemônicos. Disputar-se-ia o direito à cidade. Entretanto, a organização e a luta política esbarram em seus próprios limites históricos. Na política, a expropriação do poder pelos representantes e o atrelamento ao quadro político instituído opondo à mobilização o clientelismo eleitoral. No econômico o condicionamento da prestação de um serviço coletivo à rentabilidade e à conveniência individual.

ABSTRACT

The paper examines the problem of collective construction of action and it's sense in the light of polemics, raised during the 90's by the emergency of the mobilisations and struggles goes the informal transports regulation of the on

39 “A modernização cria uma demanda de empregos e serviços que não podem ser atendidos pelo setor moderno e provocam o surgimento de uma série de atividades de menor capital porém capazes de absorver aquela população marginalizadas” (SANTOS, 1990, p. 34).

Rio de Janeiro. Comparing the facts with the theoretical problem of the social-urban movements; the idea is to overcome the obstacles of approach that, privileging institutionalised movements or originating on struggles by the access to collective consumer goods, difficult the comprehension of another forms of resistance, revindication and struggle.

Key words: Social Movements - informal work - urban transport.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, T. P. de. *Encampação das Empresas Privadas de Transporte Coletivo por Ônibus, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em Dezembro de 1985*. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 1989.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 5ª. Ed., Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- LIMA, I. M. de O. *Atuação do Governo Federal no Transporte Urbano: porque é necessária*. Brasília: IPEA, 1991a.
- _____. *Plano de Transporte: um mecanismo de avaliação*. Brasília: IPEA, 1991b.
- _____. *Transporte Urbano de Passageiros: a tarifa como fonte de recursos*. Brasília: IPEA, 1993.
- _____. *Transporte Urbano: as responsabilidades do governo federal e autonomia municipal*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.
- NUNES, E. Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Valores Democráticos. *Lua Nova*. São Paulo. nº 17, pp. 67-91. 1989.
- MOORE, B. Jr. A Injustiça. *As bases sociais da obediência e da Revolta*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, A. C. T. *Crise Urbana e Novas Imagens do trabalho: Recortes analíticos do Pequeno Empresário*. Rio de Janeiro: Série Estudos e Debates, IPUJ/UFRJ, 1995.
- _____. Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder. *Temporalis*, ano 22 nº 4, 2001.
- SANTOS, M. Involução Metropolitana e economia segmentada. O caso de São Paulo. In: RIBEIRO, A. C. & MACHADO, D. P. (org). *Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1991.
- _____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TRANI, E. Mobilidade Urbana e agravamento das condições de deslocamento Domicílio - Trabalho na RMSP. *Espaço e Debates*, nº 18, 1986.
- WRIGTH, CH. L. & SANNTANNA, J. *Transportes Urbanos na década de 90*. problemas e perspectivas. Brasília: IPLAN, 1989. Mimeo.

A APLICABILIDADE DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA¹

Ana Valéria Rodrigues**
Juliana T. N. Mendes***

RESUMO

O presente artigo pretende descrever a aplicabilidade da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, na cidade de Juiz de Fora, tendo em vista que a privação de liberdade, em geral, não garante aos adolescentes um processo pedagógico, que vise suprimir a violência que solapa cotidianamente suas vidas. A proteção para este segmento demanda atenção psicossocial, diálogo, retomada dos vínculos afetivos e reflexão sobre seus atos. Palavras-chave: adolescentes em conflito com a lei - medida sócio-educativa - capacitação profissional.

Para muitos, os adolescentes em conflito com a lei fazem parte dos chamados "desajustados sociais". Aos olhos da sociedade, o delito cometido por estas crianças e adolescentes remete-lhes à condição de "bandidos", não se observando a característica fundamental de ser humano em processo de desenvolvimento. O atendimento a esse segmento restringe-se ao recolhimento, à exclusão social e às ações policiais.

A expressão "adolescente infrator" é comumente reduzida a infrator, tornando o adjetivo mais importante que o substantivo, imprimindo um estigma irremovível, ou seja, o adolescente deixa de ser concebido como tal, e passa a ser apreendido simplesmente como marginal.

O adolescente que comete ato infracional não deve ser simplesmente culpabilizado como responsável por introduzir o delito na sociedade, mas há que

¹ O conteúdo deste artigo está fundamentado na Monografia de Conclusão de Curso apresentada à Faculdade de Serviço Social - UFJF, em julho de 2004. Esta foi apresentada e premiada na I Mostra de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em novembro de 2004.

** Assistente Social graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Educação Infantil.

*** Supervisora Acadêmica.

se entender seu entorno social, as relações e estruturas políticas, econômicas e culturais nas quais ele está inserido.

Diante do exposto, o ato infracional deve ser relacionado a um processo de exclusão a que estão submetidos estes jovens: falta de acesso à escola, à oportunidade de lazer, opção de vida, convívio familiar, relação com a comunidade. Os programas municipais voltados para o atendimento a crianças e adolescentes autores de ato infracional, devem estar inseridos numa política mais ampla, que busque a reinserção destes jovens e, quando necessário, devem adotar medidas sócio-educativas que os respeitem enquanto cidadãos, sujeitos de direitos, resgatando-os das condições adversas a que estão permanentemente expostos e que prejudicam seu bem-estar, sua saúde física e mental e comprometem sua participação social.

Portanto, aplicar, exclusivamente, a privação de liberdade a adolescentes autores de ato infracional, com um contexto histórico de abandono, pobreza e exclusão é uma prática que deve ser evitada. A proteção para este segmento demanda atenção psicossocial, diálogo, retomada dos vínculos afetivos, reflexão sobre seus atos, dentre outros. Em geral, a privação de liberdade não garante aos adolescentes um processo pedagógico, que vise suprimir a violência que solapa cotidianamente suas vidas.

Dessa forma, podemos considerar que as medidas, programas e práticas a serem adotadas na situação de prática de delitos, devem ter caráter reparador, curativo e socializador. Portanto, as medidas sócio-educativas estabelecidas pelo ECA, além de evitar o internamento e seus efeitos sobre a identidade do adolescente, chamam à responsabilidade a família, a escola e a comunidade.

Como exemplo, citamos a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, citada no artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esta é uma medida de forte apelo participativo, uma vez que há o envolvimento de vários atores no acompanhamento do adolescente autor de ato infracional. Além do mais, permite o envolvimento do adolescente, de sua família e da comunidade nos serviços e bens sociais comunitários.

A prestação de serviços à comunidade deve levar em consideração o universo cultural e social do adolescente, sua condição de estudante, de trabalhador e de saúde, excluindo-se portanto, qualquer ocupação constrangedora e vexatória.

Esta medida baseia-se em uma ação de cunho educacional, possibilitando ao adolescente uma reflexão acerca de sua realidade cotidiana, auxiliando-o na resolução de seus conflitos mais imediatos. Essa reflexão passa ainda pela interpretação de que a medida que a ele foi aplicada pela autoridade competente, traduz um direito garantido pela lei e, ao mesmo tempo, um dever que precisa ser cumprido, pois caso contrário, o adolescente poderá ter sua liberdade restringida.

Ela cumpre ainda uma importante função social, tendo em vista que abre a possibilidade de uma mudança de paradigma, pois o adolescente, ao invés de submeter-se à exclusão social vivida dentro dos muros dos centros de internação, passa à inclusão social, convivendo de forma solidária nas instituições conveniadas, permitindo que todos os envolvidos se reconheçam como cidadãos de direitos e deveres, comprometidos com a transformação da sociedade.

Portanto, promover a educação do adolescente dentro da perspectiva de sua manutenção no grupo de vivência e convivência; oferecer condições para que o mesmo utilize de modo construtivo sua liberdade; proporcionar oportunidade para

que ele desenvolva atitudes construtivas, despertando o sentimento de solidariedade e a consciência social; tornar a comunidade co-responsável no atendimento ao adolescente, devem ser objetivos concretos para que a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade promova a ultrapassagem do ato infracional, cometido pelos jovens.

Neste sentido, a educação, atrelada ao caráter de responsabilidade que o trabalho impõe, são pontos importantes da medida sócio-educativa, pois o adolescente, ao mesmo tempo em que aprende, através do acompanhamento de um orientador, sente-se responsável por determinada atividade.

Contudo, é importante salientar, que o trabalho desenvolvido pelo adolescente, ao cumprir a medida sócio-educativa de prestação de serviços comunitários, não pode ter o objetivo de substituir a função dos funcionários da instituição na qual o adolescente cumpre medida sócio-educativa, visto que o mesmo encontra-se ali para um aprendizado que respeite sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Ante ao exposto, podemos considerar que a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade evita a degradação e corrupção impostas pelos centros de internação, tendo em vista que o adolescente, fora do "sistema prisional", em liberdade, junto à família e à comunidade tem maiores oportunidades de inserir-se socialmente, do que se estivesse encarcerado. Além do mais, os adolescentes submetidos à medida sócio-educativa citada, são indivíduos que cometeram delitos leves e que necessitam, em sua grande maioria, de algum suporte para poderem se integrar à sociedade.

Dessa forma, torna-se importante falar da educação, entendendo-a como elemento que corresponde a um conjunto de ações que visam transmitir conhecimentos e o desenvolvimento de certas atitudes morais e intelectuais, ao mesmo tempo em que deve contemplar o "aprender a conhecer", "a fazer", "a conviver" e "a ser". Segundo Paulo Freire², a educação, enquanto movimento dialético de percepção de mundo e busca de transformação é consequência e causa direta da busca por construir o novo.

Portanto, as orientações vigentes para o atendimento ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional, apontam para uma prática pedagógica que priorize atividades de educação que estimulem potencialidades e favoreçam a autonomia dos adolescentes, e que não sejam usadas para ocupação de tempo ocioso. Dessa forma, elas devem ser planejadas e compartilhadas de forma participativa. Para tal, a equipe envolvida neste processo, ou seja, os técnicos do judiciário, os orientadores e as instituições conveniadas, devem propiciar a inserção desses adolescentes através da ampliação de consciência, numa perspectiva de ultrapassagem do reeducar e ressocializar.

A intervenção desses profissionais deve propiciar o auxílio ao adolescente na construção de uma "disciplina interior" que os conduza a uma reflexão crítica de seu mundo e suas opções.

De acordo com Gramsci, a disciplina é um ato de vontade que conduz à organização interior, compreensão de si mesmo e do mundo que o cerca. Esta disciplina é ainda ato e construção, gerado pela reflexão crítica sobre a realidade e o momento vivido.

2 FREIRE *apud* STUMPF, 2002, p. 151.

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE EM JUIZ DE FORA

Em Juiz de Fora, a equipe técnica do Juizado da Infância e da Juventude vem trabalhando para a "recuperação" dos adolescentes que infringiram a lei. Com esta finalidade, elaborou-se o "Projeto Pétala", implementado na cidade de Juiz de Fora, desde o ano de 2003, com o intuito de buscar a cooperação da sociedade para a participação e auxílio no processo de reintegração do adolescente autor de ato infracional.

O referido projeto possui como meta principal, a busca por "pétalas" – entidades parceiras – que possam acompanhar o adolescente no cumprimento da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, oportunizando aos cidadãos a participação e integração na comunidade e garantindo a eles, apoio, esclarecimento, orientação e tentativa de mudar a ótica do "infrator", "delinqüente", "menor" e outras nomenclaturas que marcam a marginalização e a exclusão social.

O objetivo geral do Projeto é esclarecer as instituições sobre a importância da participação no mesmo e reintegrar o adolescente autor de ato infracional.

Como objetivo específico, o Projeto visa a reintegração do adolescente autor de ato infracional à sociedade, através da aprendizagem de uma tarefa na instituição onde presta serviços e do desenvolvimento do sentimento de "ser útil", com orientação adequada. Visa ainda, possibilitar a repercussão dos efeitos das medidas nas famílias e no meio social, benéficamente, bem como esclarecer às instituições sobre a importância de sua participação no Projeto, pois estas serão o instrumento de orientação e assessoria da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade.

De acordo com a Equipe Técnica do Juizado da Infância e da Juventude, em entrevista concedida para este estudo, a relação entre a mesma e as instituições que recebem adolescentes para o cumprimento de medidas sócio-educativas, se dá através de reuniões, visitas periódicas às instituições e contatos via telefone.

A equipe do Juizado informou ainda, que o Projeto Pétala tem recebido a participação de várias entidades parceiras nas reuniões realizadas, promovendo discussões, reflexões, sugestões para o contínuo aperfeiçoamento do Projeto, que vem sendo construído gradativamente.

Dessa forma, consideram que este Projeto é um avanço no sentido de estarem buscando "a participação da sociedade civil, das entidades assistenciais no sentido de integrar o adolescente à sociedade, desmistificando antigos rótulos, conscientizando que todos devem participar, somar esforços para que estes adolescentes não voltem a cometer novos delitos." (Equipe Técnica do Juizado da Infância e Juventude).

Pode-se considerar que a implementação do referido Projeto é um avanço na garantia da proteção ao adolescente infrator. Suas propostas vão ao encontro dos preceitos estabelecidos pelo ECA, uma vez que traz a participação da sociedade na superação, pelo adolescente, do ato infracional cometido.

Entretanto, observa-se que este Projeto não traz muito claramente a participação da família. Nota-se que falta a definição da integração familiar no processo de cumprimento da medida, que objetiva a inserção do adolescente na sociedade e a não reincidência do ato infracional.

A análise a seguir é realizada a partir dos dados coletados no primeiro semestre de 2004, com as entidades conveniadas. O objetivo é verificar como vem sendo executada a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, através das entidades parceiras do Projeto Pétala, elaborado e implementado pela Equipe Técnica do Juizado da Infância e Juventude, na Comarca de Juiz de Fora.

Neste sentido, cabe esclarecer que, de acordo com os dados fornecidos pela equipe técnica do juizado, as instituições parceiras somam, até o momento, vinte e quatro. Entretanto, desse universo, trabalhamos somente com uma amostra de onze instituições, tendo em vista que as demais encontravam-se com suas atividades paralisadas por tempo indeterminado, em decorrência de greve.

As instituições entrevistadas caracterizam-se como sendo: associações filantrópicas, instituições estatais e conselhos tutelares. Estes últimos, se caracterizam como órgãos autônomos do município.

As instituições citadas, em suas particularidades, atendem a um público diversificado, oferecendo atendimento às crianças, adolescentes, famílias, pessoas com deficiência, população de rua e ao público de um modo geral.

Com relação ao número de adolescentes recebidos por estas instituições para cumprimento da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, verifica-se que a maioria delas, ou seja, 7 (sete), têm capacidade para receber apenas um adolescente; outras 2 (duas), recebem dois; 1 (uma) recebe três e outra, recebe 4 (quatro) adolescentes.

Constata-se que, embora a capacidade das instituições em receber adolescentes em medida sócio-educativa, seja bastante inferior à demanda – pois de acordo com a Equipe Técnica do Juizado da Infância e da Juventude, são ao todo 86 adolescentes com determinação judicial para cumprimento da medida de prestação de serviços à comunidade – percebe-se que não ocorre um controle da inserção desses jovens nas instituições, pois, na pesquisa realizada, encontramos apenas quatro adolescentes em cumprimento da medida.

Questiona-se portanto, como uma demanda tão grande, permite que se encontre instituições parceiras sem adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa?

Assim, ocorre uma ociosidade de vagas, ou seja, em instituições onde a capacidade para atendimento era de quatro adolescentes, não encontramos nenhum deles, ou porque já haviam terminado de cumprir a medida, ou porque a abandonaram.

Consideramos que um dos motivos dessa ociosidade é a lentidão com relação às informações, pois quando a entidade comunica ao Juizado a ausência do adolescente ou o término da medida, este órgão se mostra lento na tomada de providências, comprometendo assim, o preenchimento das vagas ociosas.

Cabe-nos apontar, contudo, que esta situação tem origem na falta de profissionais por que passa a instituição Judiciária, que ocasiona um acúmulo de funções e lentidão da justiça.

Porém, mesmo com essa dificuldade, há de se ter um acompanhamento mais específico para o controle dessas vagas, para não gerar o descompasso entre vagas e adolescentes em medida sócio-educativa de prestação de serviços comunitários.

Com relação ao estabelecimento de parceria com o Projeto Pétala, os entrevistados afirmaram que a mesma se efetivou após o contato estabelecido pela equipe técnica do Juizado com a instituição, via telefone ou correspondência.

○ referido projeto sinaliza que a equipe técnica do Juizado seria a responsável pelo envio às instituições formulários e questionários para as entidades parceiras, além de promover reuniões com as mesmas para o recebimento de orientações a respeito da medida sócio-educativa e dos formulários enviados anteriormente.

○ Projeto Pétala propõe ainda, a realização de reuniões bimestrais entre as instituições parceiras e a equipe do Juizado, objetivando fortalecer as ações propostas e dar apoio à sua implementação. Entretanto, as instituições parceiras, em número significativo, não participam das reuniões. Isso se verifica, no momento em que as instituições parceiras são questionadas sobre as reuniões ou encontros para discussões acerca da medida sócio-educativa e do adolescente que a cumpre. De acordo com as informações de 6 (seis) entrevistados, as reuniões acontecem entre todas as entidades parceiras, apesar de 4 (quatro) tenham afirmado que nunca se reuniram com a equipe do Juizado e 1 (um) afirmou não saber se tais reuniões acontecem.

Nesta análise, verifica-se que o contato entre as instituições parceiras e a equipe do Juizado não se efetiva na íntegra, embora nos tenha sido informado pela equipe de Coordenação do Projeto Pétala, que essas reuniões são realizadas bimestralmente.

Na coleta desses dados, verificou-se que as instituições parceiras, na maioria das vezes, não participam do processo de construção para a efetivação da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade.

Estas instituições são o canal de emancipação para o adolescente que necessita romper com um estigma de marginal e delinqüente. Mas sem a participação das mesmas, como construir um projeto eficaz que consiga promover este adolescente e eliminar o rótulo que o estigmatiza?

Constatou-se, portanto, que a fragmentada participação dessas entidades em reuniões e discussões acerca do objetivo e da eficácia das medidas sócio-educativas, comprometem a realização das mesmas, uma vez que estas entidades não refletem sobre o seu papel, enquanto instrumentos de auxílio e direcionamento aos adolescentes em conflito com a lei, na construção de um projeto de vida, promovendo a educação, a reflexão e a reinserção dos mesmos na comunidade.

Nas entrevistas realizadas, verificou-se que, após serem encaminhados pela equipe técnica do Juizado, para cumprimento da medida, em determinada instituição, os adolescentes, em sua maioria chegam sozinhos, trazendo um envelope contendo os seguintes documentos: ficha de identificação do adolescente; modelo de informação da entidade à autoridade judiciária sobre início do cumprimento da medida; folha de frequência; modelo de informação da entidade à autoridade judiciária sobre ausências do adolescente que porventura venham a acontecer; modelo de informação da entidade à autoridade judiciária, sobre situações que requeiram a intervenção judicial; modelo de informação da entidade à autoridade judiciária sobre o término da medida e fichas de avaliação de desempenho do adolescente na entidade, descritos no Projeto Pétala.

Além disso, os entrevistados relataram que há pouco envolvimento entre a família do adolescente e a instituição que o recebe para o cumprimento da medida sócio-educativa.

Percebe-se, dessa forma, o reduzido envolvimento da família com o adolescente submetido à medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, enquanto o mesmo encontra-se na instituição.

Sabe-se que o Projeto Pétala não propõe encontros entre as entidades parceiras e a família dos adolescentes, sendo que estas se efetivam com a equipe técnica do Juizado. Com isso, não há integração instituição/ família/ comunidade, enquanto mecanismo de auxílio para a aprendizagem e ultrapassagem do ato infracional. As ações acontecem isoladamente, e não em conjunto, como deveria ocorrer para a efetiva (re) educação do adolescente.

Essa desintegração é um fator negativo na efetivação da medida, pois o adolescente necessita de apoio tanto da instituição, que o orienta durante o cumprimento da medida, quanto da família, que deve acompanhá-lo em suas atividades diárias, além de incentivá-lo a cumprir, com assiduidade e responsabilidade a medida judicial que lhe foi imposta, objetivando sempre, a reflexão do adolescente acerca do delito cometido.

Entretanto, como poderá essa família, trabalhar o aspecto educativo e reflexivo com o adolescente, se ela mesma não consegue, muitas vezes, entender o que se passa com esse jovem?

É preciso articular essas discussões, integrar essa família e esclarecê-la quanto ao real objetivo da medida sócio-educativa e da importância de sua participação na orientação e superação pelo adolescente, do ato infracional cometido.

Contudo, entende-se que as construções vão se efetivando de acordo com as necessidades advindas das experiências do Projeto Pétala. Neste sentido, as reuniões propostas com as entidades parceiras constituem um espaço onde as necessidades de envolvimento familiar e outras, poderão ser apontadas para que haja uma maior eficácia deste Projeto.

Com relação ao planejamento das atividades desenvolvidas pelos adolescentes em medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, percebe-se que estas são definidas pela instituição. Quase nunca há a participação do adolescente no planejamento das atividades propostas.

As atividades que podem ser realizadas pelos adolescentes são restritas aos serviços disponíveis na instituição. Eles são remetidos principalmente a atividades burocráticas, como office boy (7), serviços gerais e limpeza (2), atividades recreativas (1) e almoxarifado (1). Sendo que muitas vezes, eles ficam ociosos na instituição, comprometendo assim, o caráter sócio-educativo da medida. Isso acontece, em geral, pelo fato de que o adolescente fica remetido apenas ao trabalho. Não percebemos a ação do orientador, enquanto instrumento de acompanhamento e auxílio para o adolescente.

Assim, esse jovem não cria um vínculo de responsabilidade com a instituição, pois não existem tarefas definidas previamente. Tampouco visualiza o caráter punitivo da medida, pois não lhe é demandado, em determinado momento, nenhum ofício, ficando o mesmo, sem ocupação na instituição. Portanto, perde-se o caráter punitivo e educativo da medida que o leva a abandonar a penalidade que lhe foi imposta, como verificou-se em muitas instituições.

Entende-se que a superação do ato infracional se efetivará com a reflexão do adolescente sobre o ato cometido, trabalhando-se o educativo e a ampliação de consciência que se efetivará na medida em que houver organização interior e disciplina de sua parte, para a compreensão de sua função na vida, seus direitos e deveres.

Embora tenha se verificado, que na maior parte das instituições não se trabalha o caráter educativo da medida, percebeu-se que em uma das entidades entrevistadas, há o comprometimento com a integralidade da mesma.

Nesta instituição, há o efetivo envolvimento do orientador com o adolescente, uma vez que este propicia um diálogo reflexivo acerca do cotidiano do "educando", verificando suas necessidades mais imediatas, procurando auxiliá-lo na superação de seu delito, ao mesmo tempo em que trabalha para incluí-lo na sociedade, possibilitando-lhe a inclusão escolar e o encaminhamento a programas do município, após o cumprimento da referida medida sócio-educativa.

Nota-se então, que o envolvimento do orientador com o adolescente em medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade é peça fundamental para que o mesmo cumpra de fato a medida em seus aspectos educativo e punitivo, superando sua condição de infrator. Observa-se também o interesse do adolescente quando o orientador afirma: "Todos os adolescentes que passaram por aqui cumpriram a medida até o final".

Quando questionados sobre a orientação dispensada aos adolescentes em medida sócio-educativa, 7 (sete) dos entrevistados nos informaram que esta é realizada através de conversas, aconselhamentos e na verificação da frequência à instituição para o cumprimento da medida. Em uma das instituições, fomos informadas de que esta orientação se dá através da vigia ao adolescente, como se verifica na fala de um dos entrevistados: "a orientação se dá a partir da vigia feita por um senhor que controla todos os atos do adolescente".

Verifica-se dessa forma, que o adolescente é vigiado enquanto desempenha as tarefas designadas para o cumprimento da medida sócio-educativa, o que nos permite perceber que a liberdade vigiada proposta pelos extintos Códigos de Menores, encontra-se presente, ainda nos dias atuais, contrapondo preceitos estabelecidos pelo ECA.

Verifica-se ainda, o despreparo dos orientadores para lidar com a situação que envolve o adolescente em conflito com a lei, e como são desinformados quanto ao objetivo da medida sócio-educativa. Identificamos, dentre todas as entrevistadas, apenas uma instituição onde é realizado um trabalho realmente educativo, como citado anteriormente.

Dessa forma, não visualizou-se, pelo menos na maior parte das instituições entrevistadas, o caráter educativo da medida, porque não existem pessoas preparadas para executá-la. O que acontece, na verdade, é uma parceria do Juizado com as instituições, onde estas devem ser as responsáveis pelo adolescente em medida sócio-educativa, sem no entanto, possuírem infra-estrutura e pessoas capacitadas para orientarem e reinserirem o adolescente no convívio social.

A ação do orientador deve contribuir para a construção de uma identidade para o adolescente. Portanto, esse agente institucional deve ser capaz de propor formas para que a medida sócio-educativa desperte um sentimento de responsabilidade no adolescente, atribuindo-lhe tarefas para que o mesmo sinta-se útil e responsável por alguma atividade. Deve ainda ser capaz de promovê-lo em seus aspectos educacionais, traçando metas em conjunto, para que o adolescente consiga definir objetivos e propor um projeto emancipador para sua vida.

Para entendermos como os entrevistados visualizam a fase da adolescência, perguntamos o que eles entendiam por "ser adolescente". Em 5 (cinco) das entrevistadas,

obtivemos a resposta de que a adolescência é uma fase de transição, em que se processa a passagem da infância para a fase adulta. Nas 6 (seis) restantes, os entrevistados a entendem como sendo uma fase de transformação, formação de consciência, conflitos, desenvolvimento e rebeldia. Dessa forma, entende-se que esta fase é complicada e conturbada e, de acordo com um dos entrevistados é:

...transição da fase infantil para a adulta. Hoje em dia os adolescentes são pressionados pela mídia, pela sexualidade, que os impulsionam a amadurecer precocemente. É fase de conflitos familiares. Neste momento eles precisam de atenção, de afeto e aceitação. É preciso que a família colabore nesta transição. (Entrevistado J.)

O entendimento dos entrevistados acerca da concepção de adolescente remete-nos à percepção de que a adolescência é a fase em que se processam diversas mudanças morais e intelectuais, onde o adolescente faz suas escolhas e se aproxima de determinados grupos que vão ao encontro de suas aspirações.

A família é, portanto, o primeiro lugar onde essas interações se efetivam, podendo a relação entre os membros ser benéfica ou conflituosa, e neste segundo caso, o adolescente pode aproximar-se de grupos que irão suprir suas carências familiares: afeto, atenção, compreensão. Percebe-se, portanto, a importância da família em participar desta fase de transformação que se processa na vida do adolescente, auxiliando-o a fazer escolhas e programar seu projeto de vida.

Outros entrevistados, afirmaram que a adolescência é uma fase em que os adolescentes "abusam" de seus limites, por serem amparados pelo ECA, conforme se verifica na fala de um dos entrevistados: "Hoje em dia os adolescentes acham que podem fazer de tudo, só porque são protegidos pelo Estatuto". (Entrevistado J.)

Observa-se nesta fala, o total desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Diferente do que pensa esse entrevistado, o ECA não trata somente dos direitos dos adolescentes. Ao contrário do que se pensa, ele prevê os seus deveres também. Um exemplo dessa afirmação são as medidas sócio-educativas e aqui, especificamente, a prestação de serviços à comunidade, que tem um caráter punitivo e de cumprimento de um dever, ao imputar ao adolescente a responsabilidade de efetuar um trabalho em determinada instituição, sob pena de ser submetido à privação de liberdade.

Quando questionados a respeito do entendimento sobre o adolescente em conflito com a lei, verificou-se que 4 (quatro) dos entrevistados associam este fato à desestrutura familiar, colocando a família como a única responsável pela prática das infrações cometidas por adolescentes, pois estas não impõem limites e nem educam de forma adequada. Vejamos as falas a seguir: "são adolescentes que cometeram infrações devido a uma questão social: rebeldia, estrutura familiar, questões financeiras" (Entrevistado M.)

Neste caso, faltou a atuação da família, da sociedade. Nenhum adolescente quer isso, mas como falta afeto, carinho, atenção e, como não têm discernimento, eles são impulsionados. Eles precisam de uma base sólida, portanto, o problema está na família. (Entrevistado M.)

Percebe-se nestas falas, a idéia de culpabilização das famílias. Ainda nos dias de hoje, uma grande parte das pessoas associa como sendo a principal causa da delinquência e da violência, o modo incorreto das famílias de educar seus filhos. Mas aqueles que mantêm esse pensamento arraigado equivocam-se, ao acreditarem que a família deveria manter uma ética educativa acima dos conflitos sociais. Estes esquecem de analisar que esta mesma família, que falha na educação de seus filhos, é vítima das desigualdades sociais e, portanto, atingida por suas contradições.

Na realidade, essas pessoas não percebem que a política imposta pelos nossos governantes marginaliza, todos os dias, milhares de famílias, excluindo-as dos direitos básicos que lhes foram garantidos pela Constituição Federal.

Os filhos dessas famílias, igualmente às margens da exclusão, inserem-se precocemente no mercado de trabalho e, quando não o fazem, pedem esmolas ou roubam, pois resta-lhes a inserção no imediatismo, tendo em vista que a trajetória de vida parte da necessidade ou da carência de possibilidades.

Questionamos os entrevistados a cerca do que eles entendem por medida sócio-educativa, tendo sido as respostas bastante diversificadas. Alguns a entendem como sendo punição (2); outros responsabilidade (2); reparação de infração (2); ressocialização/ reintegração (3); processo educativo (2) e não sabe (1).

Percebe-se nessas respostas que os entrevistados compreendem o objetivo da medida sócio-educativa como sendo um auxílio para que o adolescente supere sua condição de infrator, ressocializando-se e reintegrando-se.

Os estudos realizados por Pereira e Mestriner (1999), apontam dois traços simultâneos na medida sócio-educativa: um educativo e outro punitivo. O primeiro se dá com o processo de acompanhamento e integração nos programas municipais existentes e, o segundo, através da tarefa que lhe é imposta enquanto determinação judicial, que deve ser obedecida.

Perguntamos ainda aos entrevistados como estes visualizam a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade através da instituição na qual trabalha, com o intuito de identificar a eficácia de tais medidas.

A maioria avaliou a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade como sendo eficaz, no sentido da não reincidência no ato infracional. Entretanto, um número significativo de instituições avaliam que a medida é ineficiente, da forma como ela vem sendo aplicada, pois falta planejamento da instituição no que diz respeito às atividades desenvolvidas pelo adolescente e no real cumprimento do caráter sócio-educativo da medida. Percebe-se essa afirmação através da seguinte fala:

... medidas não surtem efeito. Não são eficientes no sentido da não reincidência porque os adolescentes vivenciam coisas diferentes na família, na comunidade, com os amigos. Vivem em um mundo sem lazer, não tem estrutura de casa, de família. Além do mais, as reuniões realizadas pela equipe do Juizado com as famílias são vagas. (Entrevistado R. C.)

Esta fala sinaliza para a falta de suporte ao adolescente, quando este encontra-se fora das dependências da instituição à qual presta serviços. Não existe acompanhamento escolar, nem encaminhamentos a programas do município. Eles

retornam para seus lares da mesma forma que os deixam para cumprir a medida sócio-educativa: sem perspectivas para a construção de uma vida digna.

"Da forma como vem sendo efetivada não é eficiente. Falta uma estrutura de acompanhamento, transporte, integração com a família". (Entrevistado C.B)

Verifica-se nesta fala, que o orientador sente uma deficiência no acompanhamento do adolescente em medida sócio-educativa, pois muitas vezes, as pessoas responsáveis pela orientação ao adolescente não dispõem de tempo suficiente para atendê-lo e auxiliá-lo. Além do mais, segundo este entrevistado, determinados adolescentes provêm de bairros distantes, observando-se a dificuldade dos mesmos em cumprir a medida, tendo em vista que a equipe do Juizado não dispõe de recursos para tal fim.

Ele aponta ainda, a necessidade de integrar a família às ações propostas pela medida sócio-educativa, uma vez que esta é parte integrante do aprendizado deste jovem que se encontra em conflito com a lei.

Diante da análise desta pesquisa, entende-se que as medidas sócio-educativas só serão realmente eficientes se houver a capacitação dos orientadores para atender aos adolescentes em conflito com a lei. E também, se houver como intervir em outros aspectos de sua vida, ou seja, na família, na escola, no meio em que vive, dentre outros. Afinal, não existem perspectivas para o adolescente que, na maioria das vezes, não consegue enxergar além da exclusão a que está submetido com sua família.

Sendo assim, como o adolescente em conflito com a lei superará as condições que o levarão a cometer o ato infracional? Provavelmente, se ele não for incluído na sociedade, a medida sócio-educativa pode não ter se efetivado, pois o adolescente poderá encontrar uma forma de se incluir socialmente, nem que seja através da reincidência do ato infracional.

CONCLUSÃO

Após a realização desta pesquisa, concluiu-se que na cidade de Juiz de Fora, a proposta de se trabalhar com essa perspectiva educacional trazida pela medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade, vem se consolidando vagamente.

Apesar do reconhecimento de que a sociedade, através das instituições parceiras do Projeto Pétala, tem se mostrado solidária no atendimento ao adolescente infrator, percebe-se que existe uma deficiência no planejamento e execução dos reais objetivos da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade. O Projeto vem recebendo parcerias, mas a consolidação da proposta sócio-educativa precisa ser reestruturada, pois os profissionais responsáveis pelo acompanhamento ao adolescente em medida sócio-educativa vêm se mostrando despreparados para lidar com a questão do ato infracional. Existe ainda muito preconceito e um certo desconhecimento sobre a efetividade das medidas sócio-educativas, pois o orientador, na maioria das vezes, não traz a reflexão para o cotidiano do adolescente.

Percebeu-se que as instituições que acolhem os adolescentes para o cumprimento de tal medida, não possuem técnicos capacitados para orientar e promover

este adolescente, garantindo seus direitos constitucionais. O papel do orientador deve ser o de orientar, acompanhar e auxiliar o adolescente, durante o cumprimento da medida sócio-educativa, observando suas aptidões, suas dificuldades e as suas necessidades tais como escola, trabalho, lazer. Deveria ser oferecido a estes, uma capacitação, para que os mesmos fossem capazes de trabalhar neste adolescente mais do que o caráter de punição da medida, mas o educativo, tendo em vista que este adolescente encontra-se em uma fase de transição, precisando de alguém que possa auxiliá-lo nas escolhas que este fará para sua vida.

Portanto, deve-se enfatizar o processo educativo, a fim de possibilitar ao adolescente uma reflexão crítica acerca de sua realidade cotidiana, auxiliando-o na resolução de suas necessidades mais imediatas. Essa educação deve ainda ser realizada dentro da perspectiva de sua manutenção no grupo de vivência e convivência.

As ações propostas pela equipe do juizado são realizadas de forma fragmentada, uma vez que não acontece a integração comunidade/ família/ adolescente, com um suporte dado por esta equipe, enquanto executora de tal medida.

Entendemos que as reuniões com as famílias deveriam ser mais sistematizadas, tendo o objetivo de esclarecê-las sobre a importância de sua participação no processo educativo do adolescente. Ela deve auxiliá-lo na criação dos vínculos de responsabilidade e na superação do delito cometido.

Entretanto, há o pouco envolvimento das famílias na instituição onde o adolescente presta serviços. Verificou-se nesta pesquisa que na maioria das vezes, nem mesmo no dia em que ele se apresenta para o cumprimento da medida sócio-educativa, a família o acompanha.

Outro aspecto a ressaltar, é a incapacidade das instituições em oferecer ao adolescente um trabalho realmente educativo, que promova seu senso de responsabilidade e o auxilie na aprendizagem de alguma tarefa. As tarefas propostas pelas entidades conveniadas podem não estar garantindo a eficácia no cumprimento da medida, uma vez que elas são propostas sem o planejamento conjunto com o adolescente, e até mesmo porque, muitas vezes, permitem que o adolescente fique ocioso, durante o cumprimento da medida.

Percebeu-se também que na maioria das instituições, o adolescente deixou de cumprir a medida. Pensamos que a falta de esclarecimento por parte da família quanto à importância da sua participação no processo educativo da medida e na ultrapassagem do ato cometido, pode estar causando a inassiduidade do adolescente, uma vez que a mesma, pode não ter a compreensão de sua importância nas ações do adolescente e quanto à sua responsabilidade no cumprimento da medida sócio-educativa.

Em suma, concluiu-se que a equipe técnica do Juizado precisa lançar um olhar crítico sobre as instituições parceiras, ao mesmo tempo em que deve preparar pessoas para orientar os adolescentes em medida sócio-educativa, tendo em vista que os mesmos encontram-se em uma situação peculiar: infringiram a lei. Esses orientadores precisam estar preparados para atuar junto a este adolescente, observando suas aptidões, seu processo de desenvolvimento e a sua capacidade em superar um delito cometido, na perspectiva da construção de um projeto de vida.

Deve ainda envolver a família e a comunidade, pois são nestas "instituições" que as relações se interagem e, nelas é que o adolescente vive. Portanto, deve-se

proporcionar a este a oportunidade de desenvolver atitudes construtivas, tornando a família e a comunidade co-responsáveis por este processo, despertando o sentimento de solidariedade e a consciência social, ao mesmo tempo que dê condições para que utilize de modo construtivo a sua liberdade.

ABSTRACT

The present article intends to describe the application of the social and educational measure for the provision of community services in the town of Juiz de Fora knowing that freedom arrest in general, does not provide a pedagogical development to teenagers, in order to suppress the violence that destroys our daily lives. Protection for this segment demands psychosocial attention, dialogue, the regaining of affective boundaries and meditation upon their acts.

Key-words: teenagers with law infringement practice - educational and social measure - professional improvement.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri (Coord.). *Infância Tutelada e Educação: História, Política e Legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.
- BECKER, Daniel. *O que é Adolescência*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 9.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. *Família: a crise de um modelo hegemônico*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 46, p. 21-34. 1994.
- CARVALHO, Sandra do Carmo. *O Adolescente X Ato Infracional: Coitadinhos, Perigosos ou Cidadãos*. 1999. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Serviço Social. UFJF. Juiz de Fora, 1999.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.
- BAZÍLIO, Luiz Cavalieri (Coord.). *Infância Tutelada e Educação: História, Política e Legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.
- DINIZ, Andréa; CUNHA, José Ricardo. *Visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente*. Rio de Janeiro: Editores, 1998.
- FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 70, p. 44-58. 2002.
- KRAMER, Sônia; BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 46, p. 5-20. 1994.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social – contribuições para o debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 55, p. 114-130. 1997.
- PEREIRA, Irandi; MESTRINER, Maria Luiza. *Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade*. medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional. São Paulo: IEE/PUC – SP; FEBEM – SP, 1999.
- QUEIROZ, José J. (org.). *O mundo do Menor Infrator*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

Revista Jurídica Consulex. *O Menor: violência e criminalidade*. Ano VII - nº 166. 15 de dezembro de 2003.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, nº 70 julho 2002. 200 p.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária: Amais, 1997.

ROSA, Elizabeth T. S. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da imputabilidade penal. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 67, p. 182-202. 2001.

SCHNEIDER, Leda. *Marginalidade e Delinquência Juvenil*. São Paulo: Cortez, 1982.

STUMPT, Maria Inês Osório. *Penas Alternativas: rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 72, p. 145-159. 2002.

VOLPI, Mário. *O Adolescente e o Ato Infracional*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1999.

VOLPI, Mário. *Sem Liberdade, Sem Direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA



Faculdade de Serviço Social
Campus Universitário da UFJF
CEP 36036-330
Juiz de Fora, MG
Telefone (32) 3229-3561 / 3567
Fax (32) 3229-3560
dfss@social.ufjf.br

DISTRIBUIÇÃO



Editora da UFJF
Rua Benjamin Constant, 790
MAM - Museu de Arte Moderna
Munilo Mendes
Centro - Juiz de Fora - MG
CEP 36015-400

Telefax: 32-3229-7646/7645
e-mail: editora@editora.ufjf.br
dist@editora.ufjf.br

TIRAGEM

500 exemplares

FICHA TÉCNICA

Editoração: Templo Editora - (32) 3217-0283
Impressão: Sermograf

CAPA: Mariana Feydit
COORDENAÇÃO GRÁFICA: Alfonso Rodrigues

APOIO

FSS

© Copyright

Ficha Catalográfica elaborada na Biblioteca Central da UFJF

Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de
Serviço Social, v. 2, n. 2 jul/dez/2002 - v. 3, n. 1 e n. 2 jan/dez/2003.
Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2003
242 p.

Semestral

ISSN 1518-9325

I. Serviço Social - Periódicos

CDU 36 (05)

Impresso no Brasil - 2005

LIBERTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora

Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor

Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Diretora da Editora

Helena da Motta Salles

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Diretora

Marilene Schelgorn dos Santos de Sansão

COMISSÃO EXECUTIVA

Autá Stephan Sousa

Hernán A. Mamani

Sandra Hallack Arbex

Mônica A. Grossi Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL

Marilda Vilella Yamamoto (UERJ)

Yves Lesbaupin (UFRJ)

Maria Lúcia Carvalho da Silva (PUC/SP)

Carlos Nelson Coutinho (UFRJ)

José Paulo Netto (UFRJ)

Regina Célia Tamaso Mioto (UFSC)

Maria Aparecida Tardim Cassab (UFJF)

Maria Lúcia Duriguetto (UFJF)

Lêda Maria Leal de Oliveira (UFJF)

Autá Iselina Stephan Sousa (UFJF)

Sumário

Apresentação

7

Artigos

As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas 9

Yolanda Guerra

As dimensões da prática profissional do serviço social 23

Cláudia Mônica dos Santos

Notas sobre o protagonismo dos conselhos de fiscalização no processo de renovação da profissão do Serviço Social, nos anos noventa 43

Ana Maria Arreguy Mourão

Os conflitos interpessoais e as perspectivas de classe no trabalho do assistente social 59

Priscila Schettino

Flávia Albuquerque Costa

A descentralização da política de assistência e o trabalho do assistente social em Juiz de Fora 73

Clara Vaz Pereira

Residência em serviço social: potencialidades do trabalho na esfera pública 85

Danielle Lobão Sachetto

Heloisa Helena da Silva

Regina Sá dos Reis

Auta Stephan-Souza

Modernidade e Pós-Modernidade: Crise e Conservadorismo 97

Érica Terezinha Vieira de Almeida

Apontamentos sobre o materialismo dialético	115
<hr/>	
Rodrigo de Souza Filho	
Notas para um debate acerca da categoria movimento social	131
<hr/>	
Clarice Cassab	
Questão social e segregação sócio-territorial: termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental	143
<hr/>	
Elizete Menegat	
Para pensar a institucionalização de crianças e jovens em situação de risco	159
<hr/>	
Celia Torres Joana Garcia Rosana Morgado	
Envelhecimento: um fenômeno individual, social e populacional	175
<hr/>	
Luiz Cláudio Ribeiro Luiz Bertolucci Júnior	
Política de atenção à velhice: pressupostos e significados - Uma análise sob a ótica cultural	187
<hr/>	
Estela Saléh da Cunha	
Transporte e movimentos sociais urbanos: estudo das lutas pela regulamentação do transporte informal no Rio de Janeiro	203
<hr/>	
Hernán Armando Mamani	
A aplicabilidade da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade no município de Juiz de Fora	217
<hr/>	
Ana Valéria Rodrigues Juliana T. N. Mendes	
Um convite a você para conhecer o MST	231
<hr/>	
Maria Lúcia Duriguetto Francinelly Aparecida Mattoso	

Apresentação

É com satisfação que a Faculdade de Serviço Social traz a público o presente número de sua Revista *Libertas*. Ele materializa o esforço dos docentes no sentido de atualização de sua periodicidade, condição indispensável para que o periódico adeque-se aos critérios exigidos para sua indexação. Como nas publicações anteriores, a qualidade das contribuições ao debate do Serviço Social é inequívoca e com este número avançamos na forma de organização dos textos, que agrupam-se por seções temáticas.

A primeira seção, que na realidade por sua extensão e diversidade constitui-se como um dossiê, trata do trabalho profissional do assistente social abordando-o em várias perspectivas temáticas. Os dois artigos iniciais deste conjunto: "As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas" da Prof^a Yolanda Guerra, e o texto "As dimensões da prática profissional do Serviço Social" da Prof^a Cláudia Mônica dos Santos ocupam-se em discutir o trabalho profissional do assistente social a partir da dinamicidade de suas várias dimensões e das demandas contemporâneas à profissão, lançando um olhar para a profissão por dentro dela mesma em seus elementos constituintes. Ainda com um olhar voltado para si, porém com um corte histórico, o artigo "Notas sobre o protagonismo dos conselhos de fiscalização no processo de renovação da profissão do Serviço Social, nos anos noventa" da Prof^a Ana Maria Arreguy Mourão reconstrói e analisa as grandes mudanças vividas pelo Serviço Social, a partir da ação dos Conselhos Profissionais.

Neste mesmo dossiê os artigos: "Os conflitos interpessoais e as perspectivas de classe no trabalho do assistente social" das mestrandas Priscila Schettino e Flávia Albuquerque Costa; "A política de assistência social em Juiz de Fora e suas implicações no trabalho do assistente social" da também mestranda Clara Vaz Pereira; e, o texto "Residência em serviço social: potencialidades do trabalho na esfera pública" das residentes Danielle Lobão Sachetto, Heloisa Helena da Silva, Regina Sá dos Reis e da Prof^a Auta Stephan-Souza tratam de experiências no exercício profissional problematizando-o em suas relações com os sujeitos e com a política que desempenha, todos a partir de sua inserção na esfera pública.

A segunda seção deste número trata de abordagens teóricas que estão presentes nos fundamentos do exercício profissional. Neste sentido, a importante contribuição dos artigos: "Modernidade e pós-modernidade: crise e conservadorismo" da Prof^a Terezinha Vieira de Almeida; "Apontamentos sobre o materialismo dialético" do Prof^o Rodrigo de Souza Filho e "Notas para um debate acerca da categoria movimento social" da Prof^a Clarice Cassab indicam elementos para o debate acerca de categorias essenciais para pensar o Serviço Social na contemporaneidade. Nesta seção inclui-se ainda um olhar diferenciado capaz de enriquecer nossos estudos sobre a questão social, ele está presente na contribuição oferecida ao debate pela Prof^a Elizete Menegat com o artigo "Questão social e segregação sócio-territorial: termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental".

Um terceiro conjunto de textos ocupa-se, de modo mais central, com as políticas sociais e públicas. As reflexões expressas tratam: ou diretamente de ações em políticas sociais; ou de bases para o estabelecimento destas ações, ou ainda de lutas sociais em torno de políticas. Com esse foco analítico encontramos três artigos: "Para pensar a institucionalização de crianças e jovens em situação de risco das Prof^{as} Celia Torres, Joana Garcia e Rosana Morgado; "Envelhecimento: um fenômeno individual, social e populacional" do Prof Luiz Cláudio Ribeiro e de Luiz Bertolucci Júnior; "Política de atenção à velhice: pressupostos e significados - uma análise sob a ótica cultural" da Prof^a Estela Saléh da Cunha; "Transporte e movimentos sociais urbanos: estudo das lutas pela regulamentação do transporte informal no Rio de Janeiro do Prof. Hernán Armando Mamani; "A aplicabilidade da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade no município de Juiz de Fora" da graduanda Ana Valéria Rodrigues e da Prof^a Juliana T. N. Mendes, que foi premiado no Seminário de Iniciação Científica da UJFJ em 2004 e o texto "Um convite a você para conhecer o MST" da Prof^a Maria Lúcia Duriguetto e da graduanda Francinelly Aparecida Mattoso.

A Faculdade de Serviço Social da UJFJ espera com esse número de sua Revista marcar sua presença no debate acadêmico e político do Serviço Social contribuindo para o avanço da profissão como um rico e profícuo campo de conhecimento sobre as políticas e o contexto sócio-histórico de nosso país.

Maria Aparecida Tardin Cassab
Membro do Conselho Editorial da Revista Libertas
e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
FSS/UJFJ